

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

PAULA CRISTINA FABRICANTE DO NASCIMENTO

FESTAS EM PARATY:

Entre a espetacularização da tradição e a tradicionalização do espetáculo



Niterói  
2015

PAULA CRISTINA FABRICANTE DO NASCIMENTO

FESTAS EM PARATY:

Entre a espetacularização da tradição e a tradicionalização do espetáculo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT), Instituto de Arte e Comunicação Social, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Linha de pesquisa: Políticas, espacialidades e interações culturais.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Caravana Guelman

Niterói  
2015

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**N244 Nascimento, Paula Cristina Fabricante do.**

FESTAS EM PARATY: entre a espetacularização da tradição e a tradicionalização do espetáculo / Paula Cristina Fabricante do Nascimento. – 2015.

188 f. ; il.

Orientador: Leonardo Caravana Guelman.

Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2015.

Bibliografia: f. 184-188.

PAULA CRISTINA FABRICANTE DO NASCIMENTO

FESTAS EM PARATY:

Entre a espetacularização da tradição e a tradicionalização do espetáculo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT), Instituto de Arte e Comunicação Social, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Linha de pesquisa: Políticas, espacialidades e interações culturais.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Leonardo Caravana Guelman (Orientador)

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

---

Prof. Dra. Rôssi Alves Gonçalves

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

---

Prof. Dr. Wallace de Deus Barbosa

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

---

Prof. Dr. Manoel Marcondes Machado Neto

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Niterói  
2015

*Dedico esta dissertação aos meus pais e seu encontro em Paraty.  
Ao Carlos Magno do Nascimento, “pescador do mar do meu coração”.  
À Alaíde Fabricante, “a mim ensinou-me tudo, ensinou-me a olhar para as coisas”  
e não ver somente coisas.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Divino.

À minha família – aos meus avós Valci e Therezinha, meus pais Ninico e Alaíde, minha irmã Patrícia e ao meu sobrinho e afilhado Arthur – por acreditar em mim, pelo amparo, carinho, amor e motivação.

Ao Flávio Malvão – meu amor – pelo carinho, paciência, compreensão e companheirismo em todo o processo de minha construção acadêmica e pessoal. Por andar e pesquisar comigo pelas ruas de Paraty.

À Paraty – meu lugar no mundo – por tocar em mim a vontade de pesquisar suas configurações culturais, sociais e urbanas para pensar formas de uma vivência melhor. Por todas suas incongruências que fizeram esta pesquisa existir. E, por suas vozes que me ajudaram a construir as narrativas de nosso território.

Ao Leonardo Guelman – meu orientador – por acreditar e confiar nesta pesquisa e me conceder a liberdade para construí-la. Pelos diversos debates que me fizeram revisitar minha cidade e questionar meus entendimentos.

À Rossi Alves, minha amiga, que me apresentou ao PPCULT, pela disponibilidade durante a pesquisa em ler meus trabalhos, sugerir leituras e acalantar minhas angústias e medos.

A todos os professores que passaram pela minha vida. Em especial, aos que contribuíram com minhas reflexões durante o mestrado, Livia Di Tommasi, Wallace de Deus, Marina Bay, Paulo Carrano, Ana Lúcia Enne e Marildo Nercolini.

A todos os amigos que me acolheram em Niterói, nas idas e vindas semanais de Paraty, Cibele Pontes, Cris Calixto, Juliana Arce, Milton Batista e Mônica da Silva.

Aos companheiros generosos que encontrei no PPCULT e teceram junto a mim esta pesquisa, pela gratificante convivência e companheirismo: Lucio Enrico, Juliana Mara, Kyoma Oliveira e Sérgio Aboud. Em especial às minhas amigas:

Ohana Boy, uma amiga que não hesitou nenhum minuto a me ajudar. Por ler minhas escritas e apontar sugestões relevantes para a pesquisa.

Lia Bastos, pela amizade, pelas conversas, leituras e apontamentos fundamentais para minha continuidade e, principalmente, finalização desta pesquisa.

Fernanda Carvalho, minha companheira acadêmica e amiga, por dividir todo turbilhão de sentimentos vividos nesta etapa.

À Bruna Rodrigues, grande amiga, que através de palavras solidárias sempre me deu força para enfrentar as dificuldades.

Aos amigos que fiz no Silo Cultural. Em especial, à Zazá Cruz, por acreditar em mim, me motivar e ajudar com as ausências no trabalho durante as aulas.

À amiga Roberta Oliveira, por fotografar comigo a cidade, me ouvir e contribuir com suas perguntas.

À amiga Pauline Batista, pelas discussões sobre nossa cultura e contribuições para a pesquisa.

À Dona Marlene Dutra Mello, por me contar suas memórias, confiar confidências e buscar outras vozes pertinentes à pesquisa.

A todos os amigos, colegas e conhecidos que acreditaram em mim, contribuíram de alguma forma e torceram pela conclusão deste trabalho.

Aos funcionários do IACS e PPCULT.

À Universidade Federal Fluminense.

## RESUMO

O presente trabalho constrói narrativas da cidade de Paraty, no estado do Rio de Janeiro, procurando percorrer por diversos sentidos do território, apresentado aqui a partir de uma observação vivida. O campo analítico compreende a construção de territorialidades distintas a partir de dois modos de produção cultural, a Festa do Divino Espírito Santo e a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip). Neste momento, estas festas são consideradas coautoras da cidade emergindo expressões que traduzem imagens materiais e simbólicas do viver em comunidade, estando a primeira inscrita no campo da tradição que se “espetaculariza” e a segunda no campo do espetáculo cultural contemporâneo que se “tradicionaliza”. A partir dessa condição compreendemos transformações sociais, culturais e urbanas que transitam entre a cidade “passado” e a cidade “presente”. Uma reflexão sobre intervenções contemporâneas nos patrimônios culturais que tendem a estabelecer tensões e lutas na construção de uma narrativa comum. Seguimos, então, o enfoque para análise da cultura como possível elo entre as múltiplas identidades e a na tentativa de estabelecer uma “terceira cidade”, mais integrada.

Palavras-chave: Cultura. Paraty. Território. Patrimônio Cultural. Política Cultural.



## ABSTRACT

This work builds narratives of/from Paraty, in Rio de Janeiro, Brazil, that aim to cover various sides of its territory presented here from a protagonist's perspective. The annalistic field embodies the construction of distinct notions of "territorialities" from two distinct mediums of cultural production; "Festa do Divino Espírito Santo (The Divine Holy Spirit's Portuguese-Brazilian Festivities)" as well as "Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP literature festival)". Currently, the festivities mentioned are considered to be coauthors of the town's history for being seen as expressions that translate immaterial images of community life symbolisms. Festa do Divino is still classified as traditional and historical but yet flirtatious with the concept of "event". Festa Literaria on the other hand, is currently classified as a contemporary nontraditional event that aims to recreate certain aspects of the "traditional" aesthetics. From the conditions presented above, it is possible to observe social, cultural and urban transformations that surpass the idea of the "old town" *versus* "the current town". The reflection about contemporary interventions within cultural patrimonies tends to establish tensions and discussions pro the construction of a common narrative. We must then, focus on the analysis of the term *culture* as a possible link between the multiple identities and the attempt to establish the idea of "a third town", more coherently unified.

Keywords: Culture. Paraty. Territory. Cultural Patrimony. Cultural Policies.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>1 – QUEM É PARATY? NOTAS SOBRE IDENTIDADE CULTURAL, MEMÓRIA E TERRITÓRIO</b>	25
1.1 PARATY – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	26
1.1.1 “Ciclos do ouro”, “cana-de-açúcar” e “café”: formação da “cidade passado” (barroco-escravista)	29
1.1.2 “Ciclo do turismo” e expansão urbana: formação da cidade “presente” (contemporânea)	32
1.1.3 Entre a cidade “passado” e a cidade “presente”	50
1.1.3.1 Reconstruindo um território	53
1.1.3.1.1 “Campo de aviação” - Aeródromo Municipal	55
<b>2 - QUANDO A CIDADE VIRA “PALCO”: UMA ABORDAGEM SOBRE A FESTA DO DIVINO E FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DE PARATY</b>	66
2.1 As festas como coautoras da cidade	67
2.2 FESTAS DE PARATY	73
2.2.1 Festa do Divino	76
2.2.1.1 Minha narrativa do Divino	79
2.2.3 A espetacularização da tradição	96
2.3 FESTAS EM PARATY	98
2.3.1 Festa Literária Internacional de Paraty – Flip	99
2.3.1.1 Minha narrativa da Flip	102
2.3.1.2 A tradicionalização do espetáculo	122
2.3.1.3 Mundo paralelo da Flip	128
2.4 Entre a espetacularização da tradição e a tradicionalização do espetáculo	130
<b>3 – QUEBRANDO AS CORRENTES: PARA PENSAR A CIDADE INTEGRADA</b>	134
3.1 Notas sobre os conceitos de cultura e patrimônio cultural	136

3.1.1 O sentido da cultura _____	136
3.1.2 Patrimônio cultural: realizações materiais e imateriais _____	144
3.2 Patrimonialização de Paraty _____	154
3.3 Cultura como política _____	161
3.3.1 Política Cultural em Paraty _____	165
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> _____	181
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> _____	184

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Mapeamento Centro Histórico, usos dos casarões, 2015 _____	38
Gráfico 2 - Vitalidade Cultural do bairro histórico de Paraty _____	169
Tabela 1 - Mapeamento Centro Histórico, pesquisa de campo (2015) _____	39
Tabela 2 - Censos realizados em Paraty de 1872 a 2015 _____	42
Tabela 3 - Bairros de Paraty/RJ, zona rural e costeira. _____	47
Tabela 4 - Cronologia histórica do lugar e “ações patrimoniais” em Paraty _____	160
Tabela 6 - Vitalidade cultural do bairro histórico de Paraty - festas religiosas, tradicionais e eventos culturais. _____	170
Figura 1 - Mapa do Brasil com localização de Paraty. _____	26
Figura 2 - Igreja de Santa Rita e Museu de Arte Sacra (MAS). _____	31
Figura 3 - Corrente 1 _____	34
Figura 4 - Corrente 2 _____	34
Figura 5 - Mapa político da sede urbana de Paraty. _____	35
Figura 6 - Chácara Sinhá Madureira (acervo João Miranda) _____	42
Figura 7 - Ilha das Cobras (1970 aprox., acervo Pedro Martins). _____	43
Figura 8 - Foto aérea da sede urbana de Paraty. _____	49
Figura 9 - Foto rua entre Praça da Paz e "Campo de Aviação". _____	52
Figura 10 - Foto Ilha das Cobras. (acervo IPHAN/Paraty). _____	52
Figura 11 - Foto "Campo de Aviação" (1952, acervo João Miranda) _____	58
Figura 12 - Procissão do Divino com a corte em 2015. _____	74
Figura 13 - Folia do Divino na Casa do Festeiro (2014) _____	81
Figura 14 - Casa do festeiro (Bandeira da Promessa e Folhas de canela no chão). _____	82
Figura 15 - Almoço do Divino (2015). _____	89
Figura 16 - Almoço do Divino (2015). _____	90
Figura 17 - Corte Imperial do Divino e Uniforme do exército brasileiro no Século XVIII. _	91
Figura 18 - Festa do Divino, Igreja Matriz N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> dos Remédios de Paraty (2015). _____	95
Figura 19 - Rua do Comércio enfeitada com bandeirinhas para o início da Flip (2008). _	101

Figura 20 – Rua do Comércio enfeitada com bandeirinhas no último dia da Flip (2008). _	101
Figura 21 - Tenda dos Autores, Flip 2015. _____	102
Figura 22 - Show de Abertura Flip 2015, "Os Caiçaras". _____	110
Figura 23 - Rua do Comércio, Flip 2015. _____	115
Figura 24 - Flip nas escolas (2015). _____	115
Figura 25 - Flip para as crianças (2015). _____	116
Figura 26 - Foto aérea do bairro histórico de Paraty e arredores. _____	168
Figura 27 - Exposição “Gente Daqui” no “Campo de Aviação” de Paraty. _____	174
Figura 28 - As Paratis. Fotos Bairros Histórico e Parque da Mangueira. _____	180

## INTRODUÇÃO

*Eis meu lar, minha casa, meus amores,  
A terra onde nasci, meu teto amigo,  
A gruta, a sombra, a solidão, o rio  
Onde o amor me nasceu — cresceu comigo.<sup>1</sup>*

Paraty, para mim. Minha Paraty se inicia na beira do mar, meus primeiros passos na areia. Conheci a cidade em trânsito quando vínhamos comprar o rancho<sup>2</sup>, íamos ao médico ou algum evento. A viagem era longa e normalmente dormia, ao som do motor, para não ficar mareada<sup>3</sup> durante as duas horas no barco. Era despertada ao apontar do cais.

Ao descer minha mãe nos levava rapidamente para iniciar as compras no mercado enquanto meu pai terminava de abarcar, logo depois se juntava a nós. A Praça da Bandeira, ali em frente, era um local para diversão, onde eu e minha irmã ficávamos brincando nos canhões ou no monumento de hastear bandeira.

Morávamos numa comunidade costeira chamada Pouso da Cajaíba, onde até hoje não tem energia elétrica e a chegada é somente através de embarcações. Madrugávamos para viajar até a cidade e não podíamos demorar, pois à tarde “cai vento”, dizia meu pai. O sudoeste é o mais temido pelos pescadores, que normalmente não conseguem atravessar a Ponta da Cajaíba, tendo que pernoitar ancorados.

Sobre a comunidade mais populosa desta enseada, Pouso da Cajaíba, contam que teve sua formação durante os ciclos de café e cana-de-açúcar. Devido sua formação geográfica o local era propício para ancorar embarcações. Nesta praia havia um sobrado, casarão, onde os senhores e escravos descansavam antes de partir por trilha para a Fazenda Martim de Sá. Esta fazenda localizava-se numa praia com mar aberto, ou seja, o mar era mais agitado e nem sempre as embarcações chegavam à praia.

De acordo com as histórias de meu pai, Seu Ninico, meu avô era filho de um negro ex-escravo da fazenda com uma moça que era professora. Ele conta que chegou a brincar no sobrado, que foi destruído em sua época de criança para dar lugar a outras casas. A comunidade vizinha Calhaus da Cajaíba, segundo ele, teve sua formação posteriormente,

---

<sup>1</sup> ABREU, Casimiro de. *No lar*. Livro I, 1851. Disponível em: <<http://www.escritas.org/pt/poema/13088/no-lar>>. Acesso em 02 de março de 2015.

<sup>2</sup> Rancho é o nome dado às compras de alimentos para embarcações.

<sup>3</sup> Expressão utilizada para designar pessoa nauseada e com tonturas no mar.

quando vieram alguns japoneses se refugiar no país (época da II Guerra Mundial) e passaram a viver com poucas pessoas daquela praia.

Minhas memórias da praia do Pouso estão sempre ligadas as brincadeiras no mar com minha irmã e primos, aos meus choros quando minha mãe ia trabalhar. Ela se mudou para Paraty para lecionar nas comunidades Calhaus e Pouso da Cajuíba. De uma praia à outra levava uma hora por trilha ou ia em nossa canoa, a Cajuibana. Nem sempre eu podia acompanhá-la. Quando minha mãe chegou na cidade foi levada de barco para o Pouso pelo meu pai e deste encontro nasce minha história.

A espera pelo meu pai após cinco dias de sua saída ao mar ainda me causa uma sensação desconfortável ao lembrar. Foi assim nos cinco anos que vivi nesta comunidade e perdura até os dias de hoje. Naquela época, a ausência durante a semana dividia espaço com as brincadeiras na areia, onde me ensinava a escrever.

Minha irmã é sete anos mais velha que eu e quando alcançou o ensino fundamental nos mudamos para a cidade, pois nas escolas da Zona Costeira o ciclo do ensino se mantinha somente no primário. Pouco mudou após vinte e dois anos. Esta é uma das dificuldades de viver naquele lugar. Eu lamento que nem todos os caiçaras<sup>4</sup> tenham a mesma oportunidade que eu e minha irmã tivemos.

No barco do meu pai estavam nossas camas, cômodas e roupas quando vimos a mesa da cozinha, entre o “caíco”<sup>5</sup> e o barco, cair no mar. Muitas cordas e homens a fizeram subir novamente, após um banho de água doce já estava pronta para o uso e nela fazemos nossas refeições diárias até hoje.

Fomos morar numa casa alugada no bairro da Ilhas das Cobras, apesar do nome não é uma ilha e fica na parte periférica da cidade. Este e o bairro da Mangueira foram formados, em grande parte, por moradores migrados das comunidades costeiras e rurais e são caracterizados por construções não planejadas e estigmatizados como violentos.

Logo em frente de casa havia uma grande faixa de terra batida, chamada “Campo de Aviação”, que divide estes dois bairros do restante da cidade. Este lugar me marcou, pois foi ali onde aprendi a andar de bicicleta. Não haviam limitações para o trânsito de pessoas e por

---

<sup>4</sup> Caiçara é a designação para os moradores costeiros de Angra dos Reis até o norte do Paraná.

<sup>5</sup> Embarcação sem motor mais larga do que a canoa.

este motivo ocorreu um acidente, onde um avião atropelou três crianças e dois adultos. Após este fato cercaram uma grande área, limitando-a como aeródromo<sup>6</sup>.

Ficamos ali pouco mais de um ano quando nos mudamos para a Rua Fresca, no Centro Histórico. No final da rua fica o cais, proximidade ótima para meu pai. Em nosso quarteirão moravam duas famílias tradicionais de Paraty e um francês sócio da empresa Danone casado com uma paratiense. Eu e minha irmã fizemos muitas amizades nos oito anos que vivemos ali.

Tive algumas brincadeiras solitárias pela praia da Terra Nova e pelas árvores da Capelinha e Praça da Matriz. Mas, são das brincadeiras de rua com alguns amigos que sorrio ao lembrar. Quando era feriado e férias se juntavam a nós alguns meninos bem branquinhos vindos de São Paulo, netos de políticos e empresários, para passar seus dias em alguns dos casarões coloniais. Minha rua era de frente para o mar e duas ou três vezes por ano ficávamos ilhados com a maré alta. Adorava brincar com o caiaque da vizinha pelas ruas repletas de água.

O primeiro contato, que me recordo, com a ideia de patrimônio foi vivendo ali no Centro Histórico, cresci ouvindo falar da importância do tombamento e da inserção das correntes como limitadoras do tráfego de automóveis para resguardar as estruturas do casario. Assim como, ouvia muitas reclamações dos moradores sobre o IPHAN<sup>7</sup> e suas normas. Seu escritório ficava no quarteirão ao lado do meu. Uma vez minha mãe tentou fazer uma janela no quarto de minha avó para dentro do quintal e não foi liberado. Mas, perto de casa via algumas pessoas fazendo intervenções. Comecei, então, a observar, que existia uma distinção entre nós moradores e os veranistas.

Todos os dias eu ia e voltava da escola escolhendo ruas diferentes para passar e algumas delas, quase desertas, via poucas janelas abertas. Acho que neste momento iniciou minha vontade de entender qual o sentido estes casarões tinham para nós. Ainda não conhecia a expressão patrimônio imaterial, mas aos poucos percebia que não fazia sentido preservar somente as edificações antigas. Meu interesse pela história da cidade me levou a ler livros e buscar, através da oralidade, narrativas que elucidassem e construíssem o meu sentido de Paraty.

---

<sup>6</sup> Este aeródromo ainda existe mesmo não tendo voos comerciais para Paraty. Ele atende a veranistas do luxuoso Condomínio Laranjeiras, do Centro Histórico, entre outros.

<sup>7</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



*Nada mudou:  
os muros desfolhados, a pintura desbotada  
e um rastro de silêncio pelas pedras.*<sup>8</sup>

Viver no Centro facilitou nossa participação na vida social e festiva da cidade. Minha família, muito religiosa, me levava em todas as festas em intenção a santos católicos que ocorriam ali. Eu sabia que era festa quando era acordada de madrugada pelo repicar dos sinos e foguetes e ao passar pelas ruas via as bandeirinhas penduradas, a cor mudava de acordo com o santo.

Cresci ouvindo que estas festas eram nossa tradição e que Paraty mantinha ao longo dos anos, quase que imperceptível, os mesmos modos e costumes de manutenção dos ritos, danças, comidas e música. No trecho do poema *O Sobrado*<sup>9</sup>, José Kleber evoca uma representação melancólica e saudosista do lugar com este sentido. O mesmo pode ser observado no livro *Paraty: a cidade e as festas* da historiadora Marina de Mello e Souza<sup>10</sup>, que através de sua pesquisa etnográfica sobre cultura popular constrói uma narrativa da cidade mediada pelas festas.

De acordo com Marina, o Divino transborda os limites da igreja e sua execução “nos mesmos espaços e utilizando os mesmos objetos ao longo das gerações, as mudanças ocorridas nestes mesmos ritos ou na forma com que as pessoas deles participam quase não são percebidas”<sup>11</sup>. Portanto, observamos como a construção da identidade histórica do paratiense foi pautada num discurso de tradição pura, contada por pessoas com autoridade moral do lugar e compartilhada pela comunidade.

Ao iniciar meus estudos de graduação em Produção Cultural, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), comecei a relativizar essa ideia e compreender que não existe memória e identidade pura porque elas estão atravessadas pelas representações que cada sujeito e comunidade armazenam. Assim como, o contexto histórico em que a memória é ativada também é capaz de gerar transformações nas lembranças.

Neste período já não vivia mais no Centro Histórico. Minha família se mudou no ano de 2004 para um bairro próximo chamado Patitiba, onde vivemos até hoje. Meus anos de

<sup>8</sup> Poema “O Sobrado”, José Kleber (1932-1989), poeta e político paratiense. Arquivo pessoal.

<sup>9</sup> “O Sobrado” foi escrito em 1957. José Kleber viveu parte de sua infância em Paraty e transitou com seus pais por outras cidades, retorna quando adulto.

<sup>10</sup> SOUZA, Maria de Mello e, 1957. *Paraty: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2008.

<sup>11</sup> SOUZA, 2008, p. 29.

universitária, de 2008 a 2011, foram os únicos que vivi em outra cidade e o meu desejo de voltar à Paraty me conduziu a construir um trabalho de conclusão de curso que dialogasse com o lugar, refletindo sobre a construção histórica do município e sobre o desenvolvimento de políticas culturais e seus agentes.

Minha pesquisa de graduação procurou sintetizar o desenvolvimento das políticas públicas para cultura no Brasil e discutir conceitos que participam do dinâmico meio cultural. O objetivo específico do estudo era analisar e refletir o processo de participação de um objeto na ação cultural ponto de cultura, parte primordial do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. Esta política pública foi implementada na gestão Gilberto Gil/Juca Ferreira (2003-2010).

O foco do estudo de caso foi direcionado a uma comunidade negra rural de Paraty. A comunidade Campinho da Independência, primeiro ponto de cultura da cidade, recebeu a titulação de suas terras no ano de 1999 a partir do art. 68 da Constituição Brasileira, o que desencadeou a apropriação da definição de quilombo. Buscou-se analisar os impactos no cotidiano dos sujeitos desta comunidade, suas relações socioculturais e reapropriação de alguns conceitos (entre eles “distâncias”, identidade e memória, visibilidade e reconhecimento).

A partir desta pesquisa observei a identidade do paratiense construída a partir da relação dialética com a memória e o lugar. Construída nos vínculos de pertencimento ao território, com uma necessidade de afirmar seus direitos fundiários, visto as lutas contra grandes latifundiários e especulação imobiliária, fragmentados pela área urbana, rural e costeira do município.

Durante minhas andanças pelo Campinho, ouvi alguns mitos fundadores, mas o mais comum foi de que a comunidade foi fundada por três mulheres que receberam as terras por doação<sup>12</sup>. As mulheres tinham as peles mais claras (mestiças) e por esse motivo trabalhavam dentro da casa da Fazenda da Independência e receberam as terras como forma de gratidão pelo trabalho realizado.

---

<sup>12</sup> NASCIMENTO, Paula C. Fabricante. *RECONSTRUÇÃO DE UM POVO CHAMADO QUILOMBOLA; análise da dinâmica cultural do Quilombo do Campinho, Paraty/RJ*. Trabalho de Conclusão de Curso. Produção Cultural: Universidade Federal Fluminense, 2011.

Os fatos históricos indicam para um mesmo significado tanto a doação das terras de Campinho da Independência quanto de outras comunidades do mesmo município, Pouso da Cajaíba e Martim de Sá. Fazendas de café e cana-de-açúcar, que tem suas terras desvalorizadas com a construção de uma estrada de ferro no Vale do Paraíba. Foi intensa a migração de comerciantes para outras cidades.

Próximo a este acontecimento foi realizada a abolição da escravatura em 1888, o que torna caro manter grande mão de obra dos negros africanos por parte dos fazendeiros. Não há quem queira comprar escravos e nem as terras de Paraty, provavelmente o mais cômodo seria abandonar as terras e deixar que os negros ficassem nelas.

Antes de falar de uma identidade cultural de cada comunidade falamos de uma identidade paratiense, onde todos os sujeitos compartilharam de modo geral a mesma formação híbrida, um encontro de etnias durante a colonização. Agregada a ela encontram-se outras identidades construídas e reconstruídas a partir da relação sociocultural do sujeito com o meio em que está inserido. Em certa medida, a memória social, os saberes populares e manifestações, do grupo estão intrinsecamente relacionados aos fatores formadores da identidade cultural coletiva da comunidade.

De acordo com as histórias que ouvia no tempo de escola, esta migração dos “senhores do café e cana-de-açúcar” tornaram Paraty uma cidade “fantasma”, estagnada comercialmente. Poucos foram os moradores que permaneceram, dedicando-se a pesca e plantação dos produtos da terra (mandioca, banana, cana-de-açúcar, entre outros), fato que auxilia a preservação de seu bairro histórico e meio ambiente.

A cultura local, durante muitos anos, ficou resguardada pela “distância”, entre outras culturas, mantendo maior manutenção de sua memória. Um grupo social localizado em meio à Mata Atlântica, contando com trilhas ou mar para chegar a outros locais torna-se uma maneira estratégica de manter hábitos, costumes e reconstruir saberes singulares. Acredito, que o mito de tradição e identidade pura tenha surgido deste processo.

Após a década de 1970, com a construção da BR-101, a distância de outras localidades foi diminuída no sentido temporal. No entanto, a distância ganhou outra significação, pois as comunidades da cidade tiveram desenvolvimentos a partir deste fato de maneiras diferentes.

A distância simbólica é aquela desencadeada por outras pretensões de isolamento. E parece também uma das responsáveis por reinventar a identidade da comunidade, exercendo papel influenciador na formação dos indivíduos. Ela fornece meios para que o cidadão se insira, a sua maneira, na sociedade.

A memória coletiva do grupo é apropriada por seus moradores de acordo com sua necessidade de interagir com o espaço social. Neste caso, os moradores a utilizam, como forma de lembrar aos demais, a importância de seus antecessores na construção da história coletiva do município e do país. A sua cultura torna-se fator de reconhecimento.

Durante esta pesquisa, me sinto mergulhada demasiadamente no objeto com dificuldade de problematizar alguns aspectos e questionar outros. Uma das relativizações necessária é de que o território não é neutro enquanto identidade, podendo seus sujeitos serem ativos em todo o processo sociocultural.

É nesta perspectiva da relação sujeito/território que se constrói, dia a dia, meu objeto de pesquisa. Minha trajetória de vida fez e refez os rumos de minhas inquietações: se até um determinado momento eu buscava pensar na necessidade de uma agenda turístico-cultural pautada na produção local, em outro, compreender a subjetividade da agenda atual, representada por duas manifestações culturais Festa do Divino e a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), passara a ser minha preocupação central.

Na minha vivência da cidade percebo uma preocupação por parte do governo e outras instâncias com a questão estética e econômica-funcional das festas, o que pode desencadear um esvaziamento cognitivo de suas formas de produção simbólica e da relação de troca entre os sujeitos sociais entre si e com seu território. Esta configuração se aproxima da ideia de fragmentação do sujeito apontada pelo crítico cultural Fredric Jameson<sup>13</sup> como uma característica da sociedade contemporânea. Para o autor, o capital estabelece uma relação colonialista com o inconsciente sob os prazeres de consumo serializado.

Me questionava a respeito dos discursos sobre a necessidade de expandir o calendário cultural da cidade. Visto que a valorização das manifestações populares por si só seria um potencial turístico, como ocorria de maneira mais tímida nos anos anteriores.

---

<sup>13</sup> JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 2004.

Percebia de um lado, a falta de diálogo com questões sociais do cotidiano dos grupos para sua manutenção e de outro uma iniciativa de inserção destes grupos em atividades pontuais.

Eu me perguntava se recebendo diversos megaeventos e grandes festas “desterritorializados” (no sentido que a ação não necessita se localizar num espaço geográfico específico) construiríamos uma agenda cultural pautada na mesmice globalizada e consequentemente estabeleceríamos um distanciamento das práticas socioculturais do lugar, incluindo as solidariedades e fazer coletivo. Portanto, se por um lado as trocas culturais se diversificariam com esta agenda turístico-cultural mais abrangente por outro poderia esvaziar a subjetividade da cultura local.

Para Milton Santos “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”<sup>14</sup>. Entretanto, o global procura estabelecer, “a todos os lugares, uma única racionalidade”<sup>15</sup>. Enquanto a ordem local se estabelece entre as interações dos atores com seu território. Neste sentido, cabe a nós encontrarmos formas sustentáveis, que permitam estabelecer uma ética na organização do território.

Desta forma, me distancio da polarização bem e mal/qualitativa das produções culturais tradicionais e das produções culturais contemporâneas. Minha ideia não perpassa pela intenção de criar fronteiras entre as duas ordens, local e global. Mesmo que as duas situações se caracterizem como “opostas” uma constitui aspectos da outra. Neste sentido, reconheço durante a pesquisa pontos interacionais das produções com o contexto da cidade acreditando que a integração, a sociabilidade dos sujeitos e seu reconhecimento possa ser uma forma de reduzir a fragmentação da sociedade.

Na verdade, fazia a opção por interpretar se a significação sobre cultura abordada pela esfera governamental e pelos sujeitos sociais era constituída de sua identidade, memória e tradição e se as comunidades estavam envolvidas no processo de construção desta agenda turístico-cultural com a possibilidade de serem ouvidas e construir coletivamente formas sustentáveis de se manter.

Mas por que a realização da pesquisa com manifestações culturais no bairro histórico de Paraty? Esse contexto surgiu-me em momentos diferentes da vida. O primeiro está relacionado às minhas memórias de criança e pré-adolescente quando apenas brincava pelas

---

<sup>14</sup> SANTOS, 1996, p. 273.

<sup>15</sup> SANTOS, 1996, p. 338.

ruas quase desertas e fazia da Praça da Matriz um lugar de encontro com os amigos. Uma relação de afeto que dá sentido ao território e o transforma em meu.

Num segundo momento, durante a pesquisa de campo da graduação, ouvia indagações sobre questões de pertencimento/distanciamento de sujeitos com este lugar e as formas distintas de interagir com as festas tradicionais da cidade e com os eventos contemporâneos. O terceiro momento é representado pela obra de Revitalização da Praça da Matriz, proposta pela Associação Casa Azul (proponente da Flip), onde participei ativamente para que o projeto (não apresentado publicamente) em início fosse parado e repensado junto com a comunidade. Por que a revitalização de um espaço público não possuiu licitação de projetos? Por que utilizar a captação de verba através de renúncia fiscal pela Lei Rouanet se a Praça estava em perfeitas condições?

Estas foram as perguntas que potencializaram a construção de minha pesquisa e minha inserção neste programa de pós-graduação. Pude compreender através de diversas reflexões teóricas, que tais situações estão imbricadas na realidade da sociedade contemporânea, em que o território e os sujeitos estão atravessados por questões capitalísticas.

Nos dois anos em que cursei disciplinas, no Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (PPCULT/UFF), continuei vivendo e trabalhando na cidade. Durante a semana fazia o trajeto Patitiba-Centro Histórico caminhando e observando como muitas outras pessoas também fazem seus deslocamentos na mesma direção. São muitos trabalhadores para atender o sistema turístico. Exercia na época a função de Produção Executiva num espaço cultural, Silo Cultural, localizado em frente à Casa da Cultura da cidade.

Este distanciamento do lugar ao estar na universidade me provocava outras interpretações do cotidiano na cidade. Enquanto, o distanciamento físico do mestrado dificultou minha interação com leituras e com a própria pesquisa. Este trajeto me fez refletir por diversas vezes meu papel de pesquisadora e objeto de pesquisa. E, compreendi que necessitava cruzar meu olhar com diferentes atores sociais e culturais do território.

Portanto, realizei conversas informais e entrevistas com, entre outros, diversos moradores e representantes de instituições, mas optei por não inseri-las na íntegra devido à quantidade de material. Para construir um diálogo maior com as festas fiz uma imersão mais profunda no ano de 2015. Talvez, este seja um ponto positivo da pesquisa e que a diferencia

de tantas outras que tomam como objeto de estudo Paraty: ao passo que minha visão é “de dentro pra fora” enquanto moradora, e também “de fora pra dentro” enquanto pesquisadora.

Quando pensamos em territórios somos instigados a refletir sobre os sentidos que cada um é capaz de gerar. O território torna-se discurso atravessado pelas identidades narrativas de seus sujeitos e nos lança uma possível interpretação do mundo e de nós mesmos. Paul Ricoeur (2000) acreditava que a identidade é uma ação ética, um comprometimento do sujeito com seu lugar no mundo para uma manutenção de si. Para o autor “o conhecimento de si próprio é uma interpretação”<sup>16</sup>, portanto a identidade é construída como uma identidade narrativa. A compreensão da identidade se dá a partir do que narram de nós e do que nós também narramos.

A partir deste entendimento, essencialmente inventivo e experimental, é possível costurar perspectivas teórico-metodológicas de acordo com as experiências do objeto de estudo. Desta forma, esta pesquisa procura construir narrativas sobre Paraty, atravessadas pelas identidades e memórias dos atores culturais e sociais e suas interações com este território. O que me levou a esta escolha foi o modo como pesquisadores atuam no local, muitas vezes com interações breves com o território. Contudo, ao final percebemos que o próprio ato de pesquisa nos limita e já é por si só reflexivo. Desta forma, poderei elucidar como meu olhar de pesquisadora, sujeito de pesquisa e habitante se transformou ao longo da trajetória acadêmica.

Ouvir a cidade além de coletar vozes é sentir os silenciamentos e vazios, permeados no cotidiano. A busca por uma postura de pesquisadora distanciada do objeto me atrelava mais a ele e o que inicialmente parecia uma “armadilha” foi transformada em metodologia. Para Walter Benjamin (1993), o ato de narrar é fundamental porque é coletivo e contribui para a troca de experiências. Portanto, ao passo que esta pesquisa não representa uma cidade total não se concentra a mim.

Segundo Benjamin (*Ibidem*), a narrativa é o modo “artesanal” de comunicação<sup>17</sup> e utilizá-la pode ser uma forma de aproximar os escritos acadêmicos da vida cotidiana. Contudo, segundo o próprio autor esta arte está se distanciando cada vez mais de nós, um sintoma de decadência. Poder resgatar aqui este modo de escrever marcado pelas minhas

---

<sup>16</sup> RICOEUR, 2000, p. 2.

<sup>17</sup> Leskov considerava a narrativa como um ofício manual, como pode ser observado: "A literatura não é para mim uma arte, mas um trabalho manual". BENJAMIN, 1993, p. 205.

experiências pessoais é um exercício enriquecedor que me levou a difícil tarefa de manifestar sensações internalizadas, visto que a narrativa “mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele”.

Paraty é uma cidade com notório apelo turístico, tanto pelo seu bairro histórico quanto por sua natureza e cultura. Com formação híbrida, os saberes, fazeres e viveres das comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas se tornam a base da diversidade cultural deste lugar. A agenda turística e cultural da cidade atualmente é mesclada por festas tradicionais, grande festas e eventos. A ideia inicial que motivou esta pesquisa se baseava na construção de um planejamento sustentável para gerir as diferenças entre os atores envolvidos. No desenvolvimento da pesquisa me distancio da ideia dicotômica bem-mal entre as duas pastas e de cidade oprimida pelo turismo.

Percebo como os sujeitos sociais podem se tornar mediadores deste processo e capazes de construir uma política de resistência. Visto que, a integração dos sujeitos entre si e dos sujeitos com o território contrapõem com a fragmentação social contemporânea, representada pelo isolamento das pessoas e enfraquecimento da sociabilidade.

A título de reflexão, focalizemos primeiramente, nas contribuições históricas de Paraty, articulando informações institucionais de livros históricos, histórias contadas na minha época de escola e por mais velhos. Em alguns momentos utilizei pesquisas de moradores e realizei conversas diretamente com os mesmos. Assim como, suas reconfigurações urbanas com a expansão espacial dos moradores.

Esta pode ser considerada uma construção cartográfica sob a perspectiva rizomática, um dos métodos trabalhados por Deleuze e Guattari. Conforme esses autores, “o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga”<sup>18</sup>. Neste sentido, penso a cartografia sociocultural como uma diversidade de signos sendo reconstruída regularmente, desprendida de fronteiras físicas. Em seguida, construo narrativas sobre a Festa do Divino e a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip). Para posteriormente, dialogarmos com os conceitos de cultura e patrimônio para pensar uma política pública para a cultura em

---

<sup>18</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARRI, Felix. Mil Platôs (Prefácio e Introdução). Rio de Janeiro: Ed 34, 1995. p 7 – 37. Disponível em: <http://www.4shared.com/document/EOFpIlt4/Gilles%20Deleuze%20Felix%20Guattari%20.html?cau2=403tNull>. Acessado em: 19 de janeiro de 2015.



Paraty. O objetivo é dar uma contribuição à construção de uma política de mediação entre cidade “patrimonializada” e cidade “contemporânea”, refletindo sobre a vitalidade cultural existente.

## 1 – QUEM É PARATY?<sup>19</sup> NOTAS SOBRE IDENTIDADE CULTURAL, MEMÓRIA E TERRITÓRIO

A cidade é um lugar em contínua mudança<sup>20</sup> e a construção de suas identidades é determinada por um conjunto de memórias individuais e coletivas, que as ressignificam no presente a partir de suas interações e negociações sociais. O urbanista Kevin Lynch, em seu ensaio *What Times is This Place?* (1972), reflete sobre a relação entre tempo e lugar na configuração e representação da cidade, que pode ser reconhecida gradualmente através dos elementos: caminhos, limites, bairros, pontos nodais e marcos. Para Yi-Fu Tuan (1983), o espaço vivido e compreendido pelos sujeitos, é dotado de valor e simbolismos a partir de suas experiências. Assim, compreendemos que à medida que o espaço adquire familiaridade se transforma em lugar e o lugar repleto de sentido constrói o que chamamos de território. Para Milton Santos (1996), o território é construído historicamente. Neste sentido, podemos considerar o território como um recorte coletivo, construído e reconstruído através de relações de poder e tensões estabelecidas entre os sujeitos sociais que o territorializam ao longo do tempo.

O objetivo desta pesquisa não é encontrar definições singulares para estes conceitos, densos e conflituosos, buscando inseri-los num campo multidisciplinar. Aqui consideramos as territorialidades, que são as leituras dadas à relação entre ser social e território, este então dotado de identidades socioculturais e memórias. Em suma, o encontro das múltiplas narrativas do lugar constrói a história da cidade, que tem um entendimento condicionante de

---

<sup>19</sup> Esta pergunta foi motivada pela leitura do trabalho *Qual o espaço do lugar?* (2012), organizado por Eduardo Marandola Jr., Werther Holzer e Livia de Oliveira. A proposta é compreender qual o sentido que Paraty constrói para seus moradores, qual a identidade narrada neste território.

<sup>20</sup> LYNCH, Kevin. *What Time is This Place?*, 1972, p. 27-30.

muitas ações de seus sujeitos sociais. Desta forma, compreendemos que a história – tanto transmitida oralmente quanto pela escrita – é cabível de relativização, pois tece fragmentos de um tempo-espaço. E, que nesta construção nem todo sujeito tem direito à voz. A construção histórica de Paraty/RJ, objeto desta pesquisa, será elaborada aqui a partir de pesquisas históricas institucionalizadas dialogando com a história oral, que personificam memórias pessoais e coletivas, para elucidar as polifonias e ambivalências na construção da narrativa e representação de cidade.

### 1.1 PARATY – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,  
muda-se o ser, muda-se a confiança;  
todo o mundo é composto de mudança,  
tomando sempre novas qualidades.*<sup>21</sup>  
Luís Vaz de Camões

De acordo com o mito fundador da cidade, Paraty foi “encontrada” pelos lusitanos em 1531. É uma cidade construída no século XVII, planejada racionalmente, com estética assimétrica, assim como outras cidades ibéricas na América seguindo o urbanismo renascentista – inspirada no modelo da Antiguidade Greco-latina o oposto do modelo muçulmano. Cabe considerar o “sincretismo arquitetônico” na construção da cidade, visto a participação de outras culturas na mão de obra e na adaptação de materiais. Mas, o desenho urbano materializava esta ideia de cidade, sendo o desenho das ruas seguindo uma lógica de “lavar” a cidade e retirar dela os detritos. Entretanto, no século XX seu núcleo urbano se



**Figura 1 - Mapa do Brasil com localização de Paraty. Disponível em: [www.google.com.br/maps/place/Paraty,+RJ/](http://www.google.com.br/maps/place/Paraty,+RJ/). Acesso em 05 de setembro de 2015.**

<sup>21</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. *200 Sonetos*. Porto Alegre: L&PM. 1998.

expande em direção ao avanço citadino e, como outras cidades, a estratificação social se imprimia na topografia da cidade (RISÉRIO, 2013). A reconfiguração do espaço urbano foi se moldando a partir da necessidade de expansão demográfica – crescimento das famílias e das migrações de pescadores, lavradores e mais tarde dos operários que trabalharam na construção da Rodovia BR-101, que cortou diversos núcleos urbanos ao longo do território.

A cidade, localizada ao extremo sul do Rio de Janeiro, segue a tese do “carangueijismo”<sup>22</sup> – do litoral para o sertão – de experiência urbana no Brasil sendo reconhecida, por diversos historiadores, como importante porto durante os ciclos do ouro, café, aguardente e, mais atualmente, turismo. O município teve o bairro histórico tombado em 1966 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, salvaguardando, entre outros, a arquitetura vernacular colonial. Marina de Mello e Souza (2008) chama atenção de como as “feições da cidade e da sociedade” pouco se alteraram do fim do século XIX até a década de 1960 e faz referência a Gilberto Freyre quando passou pela cidade, durante uma viagem, “amadurecendo as ideias do que seria *Casa Grande & Senzala*”. Nas palavras de Freyre:

[...] viagem rara na época para quem não fosse iletrado – permitiu desintelectuar-me, [...] pisar, apalpar, sentir não só pelos olhos como pelos pés, pelas mãos, pelo olfato, pelo paladar, pelo sexo, vivências e convivências de brasileiros do sul quase parados em tempos virgens. [...] Quem falava, então, no Rio ou em São Paulo, nessa joia de virgindade brasileira que era, de todo, parado no tempo, Paraty? Ninguém. Quando o bom do rebocador, cujo o ritmo era o de navegar quase para não chegar ao Rio de Janeiro, demorou em Paraty como se não quisesse continuar viagem, vi que estava num Brasil que os novos paulistas, os novos centro-sulistas alvoroçadamente progressistas, não sabiam existir. (FREYRE<sup>23</sup>, 2003, *apud*, SOUZA, 2008, p. 92-93).

Gilberto Freyre ressalta ainda, que “para compreender-se a formação brasileira era preciso atentar-se no que, na década de 1930 do século XX, permanecia do tempo colonial em Paraty e Ubatuba” (*ibidem*, p. 93). No entanto, Paraty não estava parada no tempo nem isolada do restante do país, por mais que a história contada pelos antigos seja de que durante, aproximadamente, 100 anos ficou “esquecida” por causa do fim dos ciclos do ouro, café e

<sup>22</sup> “[...] fixou-se a tese do ‘carangueijismo’ como um dos traços peculiares e mesmo individualizadores da experiência histórica brasileira, nos primeiros séculos coloniais. Não é. Partilhamos o suposto ‘carangueijismo’ com os norte-americanos. Na linha de frente da colonização inglesa, em terras hoje norte-americanas, o que se viu foram cidades litorâneas, portuárias, a exemplo de Boston, Newport e Nova York. [...] (RISÉRIO, 2013, p. 77).

<sup>23</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* / Gilberto Freyre. 48ª edição. São Paulo: Global, 2003.

aguardente. A construção da estrada de ferro no Vale do Paraíba desencadeou o esvaziamento desta, que na época, era apenas uma vila. De acordo com o imaginário social foi esta estagnação comercial que, de certa forma, contribuiu para uma preservação do patrimônio cultural, material e intangível, e ambiental.

Como apontado anteriormente, verifica-se que a identidade sociocultural de Paraty dialoga dialeticamente com o território, construída e reconstruída nos vínculos de pertencimento à terra. Essa ideia é esboçada a partir de uma necessidade de afirmar seus direitos fundiários com diversas lutas contra grandes latifundiários e especulação imobiliária, presentes no bairro histórico e nas zonas rural e costeira da cidade. Para a compreensão acerca do território atentaremos para a ideia de que há uma relação entre memória e espaço para a construção desta identidade. No entanto, *a priori* – é fundamental refletir acerca do processo de construção histórica e do imaginário do lugar.

O nome da cidade possuiu diferentes grafias, entre elas “Paratii”, “Parathy”, “Parati” e “Paraty”. Contudo, a grafia oficial é com a consoante “y” aprovada e sancionada pela lei 1.553 em 22 de março de 2007<sup>24</sup> pelo então Prefeito Zezé, José Carlos Porto Neto (PTB). Diversas também são as possíveis origens do nome Paraty. De acordo com Marcos Caetano Ribas (2003) a cidade herdou o nome do peixe da família da tainha, que segundo o *Dicionário Aurélio*, é uma palavra tupi que significa peixe branco. Hans Staden menciona o mesmo peixe chamando-se “pirati”, nome que parece mais correto para Ribas (*Ibidem*), já que a palavra para peixe é “pira”. Pode ser também que o nome venha da palavra “parahy”, que significa pequena enseada. Ou ainda, talvez, de uma fusão das duas palavras, feita num passado bem remoto, pré-cabralino. Teodoro Sampaio, geógrafo e historiador brasileiro em *O Tupi na Geografia Nacional*, define Paraty como jazida do mar, o golfo, lagamar e informa para não confundir com Pirati: peixe da família das tainhas muito comum na região (MELLO, 2006, p. 8). O significado de Paraty mais conhecido pelos moradores da cidade é de origem indígena “lagamar”, que significa na língua Tupi-Guarani o encontro do rio com o mar.

---

<sup>24</sup> Disponível em: <[http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/painel/Leis/2007/Lei\\_1553\\_2007.pdf](http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/painel/Leis/2007/Lei_1553_2007.pdf)>. Acesso em 18 de agosto de 2015.

### 1.1.1 “Ciclos do ouro”, “cana-de-açúcar” e “café”: formação da “cidade passado” (barroco-escravista)

Na versão mitificada, mais popularmente conhecida, Paraty, junto à cidade de Angra dos Reis, faz parte da baía da Ilha Grande, “encontrada” por portugueses por volta de 1502. Porém, o povoamento da região pelos brancos colonizadores só se dará algumas décadas depois, em torno de 1531, quando por ali passa a expedição de Martim Afonso de Souza numa viagem do Rio de Janeiro a São Vicente. Os moradores antigos contam que a fundação do povoado se deu no dia 16 de agosto daquele ano, passando a se chamar Vila de São Roque, homenagem ao santo deste dia. Os navegantes se instalaram num ponto alto do local, onde eram facilmente avistadas as embarcações que chegavam à baía.

Nos arredores deste lugar viviam os índios Guianás, conhecidos também como “guaianas”, “goyanás”, “guayanás”, “guayanãs”, “guayanis”, “waigannás”, “waanas” e “wayanas” (RIBAS, 2003, p. 61). Existem diversas teorias sobre a origem destes indígenas, alguns autores acreditam serem os índios Tupiniquins, que recebiam esta denominação que em tupi significa “mansos de verdade” pelos Tupinanbás (Tamoios)<sup>25</sup>. Os indígenas haviam construído uma trilha que ligava o povoado à serra de São Paulo, caminho que passa a ser utilizado por muitos colonizadores que vinham do Rio de Janeiro, deixavam as embarcações na Vila de São Roque e subiam a serra para a comercialização de mercadorias nacionais e europeias. Essa movimentação atrai mais moradores e o morro, onde o povoado estava instalado, torna-se pequeno. No Morro do Forte (nome atual) haviam canhões e uma vista privilegiada da baía, maneira que o povoado usava para se proteger de invasores “piratas”.

De acordo com Diuner Mello<sup>26</sup>, historiador paratiense de 71 anos, havia uma várzea, entre os rios Perequê-Açú<sup>27</sup> e Patitiba, próxima ao morro pertencente a uma sesmaria de Dona Maria Jácome de Melo por ela doada para a expansão do povoado em meados do século XVI. Segundo o mito fundador da cidade, a doadora apenas faz duas exigências: construir uma capela dedicada a N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> dos Remédios e que não se molestassem os índios que viviam no

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.paraty.tur.br/historia/osindios.php>>. Acesso em 30 de maio de 2014.

<sup>26</sup> Informação pessoal à autora em 06 de junho de 2015.

<sup>27</sup> O nome Rio Perequê-Açú é de origem indígena, sendo “Perequê” (ou “piraiquê”) lugar onde o peixe entra para desovar e comer, enquanto “Açú” significa grande. Porém, o rio antigamente era denominado “Paraty-Guaçu” (MELLO, 2006).

local. Foi construída uma pequena capela de pau-a-pique, onde hoje se encontra o Areal do Pontal, tornando-se obsoleta (o que era da colônia era ultrapassado), por isso foi demolida, em seu lugar foi construída uma capela de pedra e cal, também demolida para a realização de uma construção maior.

Após, aproximadamente, 87 anos fica pronta a terceira e atual construção da Matriz de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> dos Remédios. Com isso, um desejo da doadora foi cumprido, contudo, o mesmo não ocorreu com a segunda exigência, sendo provocado um genocídio pelos conquistadores europeus aos índios Guaianás. Acredita-se que alguns índios conseguiram fugir, mas sem condições de sobreviverem por muito tempo. Alguns historiadores apontam que o contato entre colonizadores e a nação indígena possa ter dizimado em cativeiros, guerras e maus-tratos. As aldeias indígenas existentes atualmente na cidade são da etnia Tupi-Guarani, com chegada ao local – em busca da “terra sem males”<sup>28</sup> – na segunda metade do século XX. De acordo com a FUNAI (2003)<sup>29</sup>, a população Guarani concentrada no Brasil atualmente é em torno de 50.000, tendo em Paraty mais de 300<sup>30</sup> Guaranis distribuídos em quatro aldeias Rio Pequeno, Arandu Mirim (em reestruturação no Fundão – Saco do Mamanguá), Araponga e Itaxim (Paraty-Mirim). Segundo a Comissão Pró-Índio/SP<sup>31</sup>, as terras destas duas últimas foram homologadas em 1995 e 1996, respectivamente.

Conforme a importância da cidade aumentava, para o comércio regional e nacional, seu povoado se consolidava. De acordo com a lei n<sup>o</sup> 23<sup>32</sup>, de 07 de março de 1959, promulgada e sancionada pelo então Prefeito Antônio Núbile França, fica considerado feriado o dia 11 de março como data da elevação da vila para a categoria de cidade. Para Diuner Mello (2006), numa revolta popular em 1660 os moradores conseguem encerrar a subordinação da Vila de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> dos Remédios do município vizinho de Angra dos Reis. A descoberta do ouro nas Minas Gerais torna a Trilha dos Guaianás – Serra do Facão – uma rota

---

<sup>28</sup> Mito que justifica o êxodo Guarani em busca da “terra prometida”. Para Ivanilde Kerexu, liderança guarani da Aldeia Itaxim (Paraty-Mirim), atualmente a “terra sem males” é aquela sem violência. Informação durante a mesa “Potenciais estéticos e culturais do território Paraty” no I Encontro de Saberes de Paraty (org. UFF/MinC) em 08 de agosto de 2015.

<sup>29</sup> FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. *Populações indígenas no Brasil*. 2003. Disponível em: <[www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)>. Acesso em 10 de agosto de 2015.

<sup>30</sup> De acordo com Ivanilde Kerexu na Aldeia Itaxim (Paraty-Mirim), com 79 hectares, residem 180 pessoas distribuídas em 41 famílias. Informação pessoal à autora em 28 de agosto de 2015.

<sup>31</sup> COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO SÃO PAULO. *Terras Indígenas no Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/indios/html/uf.aspx?ID=RJ>>. Acesso em 21 de agosto de 2015.

<sup>32</sup> Disponível em: <[http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/painel/Leis/1959/Lei\\_231\\_1959.pdf](http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/painel/Leis/1959/Lei_231_1959.pdf)>. Acesso em 18 de agosto de 2015.

utilizada recorrentemente, e fica conhecida como Caminho do Ouro. Os pescadores da cidade contam que Paraty é um lugar estratégico para ancorar as embarcações, pois está cercada por montanhas e muitas de suas ilhas possuem água doce, tornando-se lugar estratégico para repouso das expedições.

Entretanto, as embarcações não ancoravam próximo ao cais por causa da profundidade da baía, sendo algumas embarcações abastecidas em Paraty-Mirim. De acordo com a versão mitificada deste período, apesar de ser porto de escoamento do ouro, ali pouco desta riqueza ficava, um exemplo desse fato pode ser observado em suas igrejas que possuem apenas poucos detalhes do metal. A historiadora Marina de Mello e Souza<sup>33</sup> aponta o “ciclo do ouro” como um fato mitológico importante na construção da identidade local. Além do “ciclo do ouro” – 1700/1750 (aprox.) – a cidade teve outras fases importantes economicamente para o país e para seu crescimento interno, como veremos adiante. A mão de obra utilizada era escrava, muitos negros africanos ficavam na Ilha da Marambaia, Mangaratiba/RJ, para “engorda” e posteriormente eram comercializados pelo comendador Breves<sup>34</sup>. Muitos dos negros escravizados serviram para a construção da história de Paraty neste momento, desde carga e descarga no porto, calçamento das ruas, construções dos casarios, plantações e colheitas nas roças. Entre os anos de 1700/1900 (aprox.) houve grande aumento na produção de açúcar e aguardente, além do cultivo de gengibre e mandioca (MELLO, 2006), o período fica conhecido como “ciclo da cana de açúcar”.

Ainda neste período os primeiros monumentos religiosos da cidade foram construídos, sendo a Igreja de Santa Rita de 1725, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de 1757, Igreja Nossa Senhora da Conceição do Paraty-Mirim de 1720 (segundo distrito da cidade, localizado cerca 17 km da sede urbana), Matriz de Nossa Senhora dos



**Figura 2 - Igreja de Santa Rita e Museu de Arte Sacra (MAS). Foto: arquivo pessoal. Em 31 de agosto de 2015.**

<sup>33</sup> Vídeo “Paraty, a cidade e as festas”, disponível no canal Youtube: <<https://www.youtube.com/watch?v=-52M3ImqNn8>>. Acesso em 07 de julho de 2015.

<sup>34</sup> Informação popularmente contada por antigos moradores.



Remédios de 1787 (terceira edificação, como citado anteriormente). Segundo José Carlos Lambert<sup>35</sup>, a Capela Nossa Senhora das Dores foi construída em 1800, mas reformada em 1901. A Igreja Nossa Senhora dos Remédios do Corumbê (localizada no bairro rural Corumbê, cerca de 05 km da sede urbana) foi fundada numa solene procissão, em 7 de setembro de 1921, com o traslado da imagem de Nossa Senhora dos Remédios pertencente à segunda construção da Matriz<sup>36</sup>.

O “ciclo do café”, que ocorreu simultaneamente ao período final do da “cana de açúcar” – 1800/1900 (aprox.) – foi marcado pela descida da produção do Vale do Paraíba para comercialização e escoamento para outros portos. Alguns senhores investiram em sua plantação na cidade, porém o produto “não vingou” na terra, e dali partiram com enormes despesas em busca de um local mais promissor para viver. A migração destes senhores aliada à construção de uma estrada de ferro no Vale do Paraíba por volta de 1877 (RIBAS, 2003) e a promulgação da Lei Áurea em 1888, que abole os escravos dos seus serviços ali tratados, possibilitam o esvaziamento de Paraty, “estagnada” comercialmente. Poucos são os moradores que permanecem, dedicando-se a pesca e plantação dos produtos da terra (destacam-se mandioca, banana e cana-de-açúcar), fato que indiretamente é reconhecido por auxiliar a preservação de sua natureza, bairro histórico e manifestações culturais.

Alguns negros africanos foram juntos com seus senhores (mesmo após a abolição), houve os que permaneceram nas fazendas em que serviam, outros em ilhas e praias, onde existiam fazendas e engenhos de cana-de-açúcar. Atualmente, existem ruínas que comprovam a existência destes engenhos, como na Praia do Engenho e Praia de Martim de Sá.

#### 1.1.2 “Ciclo do turismo” e expansão urbana: formação da cidade “presente” (contemporânea)

*Continuamente vemos novidades,  
Diferentes em tudo da esperança;  
Do mal ficam as mágoas na lembrança,  
E do bem, se algum houve, as saudades.*  
Luís Vaz de Camões<sup>37</sup>

<sup>35</sup> Informação pessoal à autora em 15 de setembro de 2015.

<sup>36</sup> Disponível em: < <http://www.igrejaparati.com.br/83%20-%20MONUMENTOS%20/IGREJA%20DO%20CORUMB%C3%8A.htm>>. Acesso em 18 de agosto de 2015.

<sup>37</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. *200 Sonetos*. Porto Alegre: L&PM. 1998.

De acordo com Seu Zezito Freire<sup>38</sup>, durante o período de estagnação econômica – fase mais aguda entre 1920-1950 (aprox.) – foi quando Paraty ficou “esquecida”, contou com cerca de 500 moradores. Em 1945 o sítio histórico da cidade foi decretado Monumento Estadual e em 1966 todo o município é convertido em Monumento Nacional. Já na década de 1950 com a construção de uma estrada que a ligava ao município vizinho de Cunha/SP (Estrada-Parque Paraty-Cunha, RJ-165), o tráfego ficou mais facilitado. Entretanto, o acesso à Mangaratiba e Angra dos Reis permanecia somente por meio de embarcações. Muitos paulistas começaram a “descer a serra” na década de 1960 e passaram a utilizar a cidade para veraneio.

Diuner Mello aponta este fato, aliado ao momento em que Brasil iniciava a fabricação de carros, como importante momento para uma inicial reestruturação de Paraty. Estes turistas encantados pela simplicidade e calma que encontraram ali começam a se envolver com as histórias do lugar e dar início as compras dos casarios coloniais, muitos destes se encontravam em ruínas. De acordo com alguns relatos, compreende-se que a Revolução de 1964 (golpe militar) motivou a saída de diversos artistas dos grandes centros urbanos e migração para lugarejos afastados como Paraty.

Em 1960, aproximadamente, dava-se início ao “ciclo do turismo”, mais significativo na década de 1970 com a inauguração da Rodovia Rio-Santos (BR-101). Paraty se conectava às duas principais metrópoles do país, Rio de Janeiro e São Paulo. Sua população é denominada caiçara, designação para todas as comunidades litorâneas do sul do Rio de Janeiro ao Paraná. Até este momento a identidade sociocultural dos caiçaras de Paraty era constituída pela junção dos índios Guaianás, dos portugueses colonizadores e dos negros africanos.

O local em meados da década de 1970 deixa de ser apenas veraneio e passa a receber visitantes durante outros períodos do ano, atraídos pelas belezas naturais, culturais e arquitetônicas. Paraty apresenta hoje uma malha urbana híbrida e fragmentada, fato acarretado principalmente com a abertura da BR-101, que dividiu comunidades e propiciou a chegada do

---

<sup>38</sup> José Carlos de Oliveira Freire, nasceu em Paraty em 27 de agosto de 1922. Foi co-fundador da atual Sociedade Musical Santa Cecília, diretor do hospital e funcionário municipal. Informação pessoal à autora em 06 de junho de 2015.

turismo acompanhado por circulação e fixação de pessoas num grau mais intenso. Observa-se facilmente este último desencadeado no entorno do sítio histórico. Esta área se distancia simbolicamente e fisicamente da “cidade contemporânea” por correntes.

Estas correntes de ferro localizadas no entorno de aproximadamente 33 quarteirões do Centro Histórico (ver Figura 3 e 4) são uma importante forma limitadora do acesso por automóveis, que abalam a estrutura arquitetônica. Inobstante, podem ser observadas como “fronteiras” no imaginário social, fato que reitera a legitimação e o empoderamento de uma memória social (um período histórico) em detrimento a outro. A reflexão proposta aqui não se baseia na retirada destes objetos, e sim na simbologia que os permeia.



**Figura 3 - Corrente entre a Rua Presidente Pedreira e a Rua Com. José Luiz. Foto: arquivo pessoal. Em 31 de agosto de 2015.**



**Figura 4 - Corrente entre a Avenida Roberto Silveira e a Rua da Lapa. Foto: arquivo pessoal. Em 31 de agosto de 2015.**

Este sítio histórico tomado pela sociedade contemporânea como “cidade espetáculo” – “cidade-museu” ou “shopping a céu aberto” – fragmenta além de espacialmente, economicamente sua população local. Segundo a arquiteta e urbanista Paola Jacques (2009), este é um processo de mercantilização das cidades, associado às ideias de *marketing* urbano ou “*chamabranding* (construção de marcas)” (JACQUES, 2009, p. 1). Entre as críticas inerentes à venda das cidades destaca-se a supervalorização do solo, que fragmenta seu uso, em termos de sociabilidade.

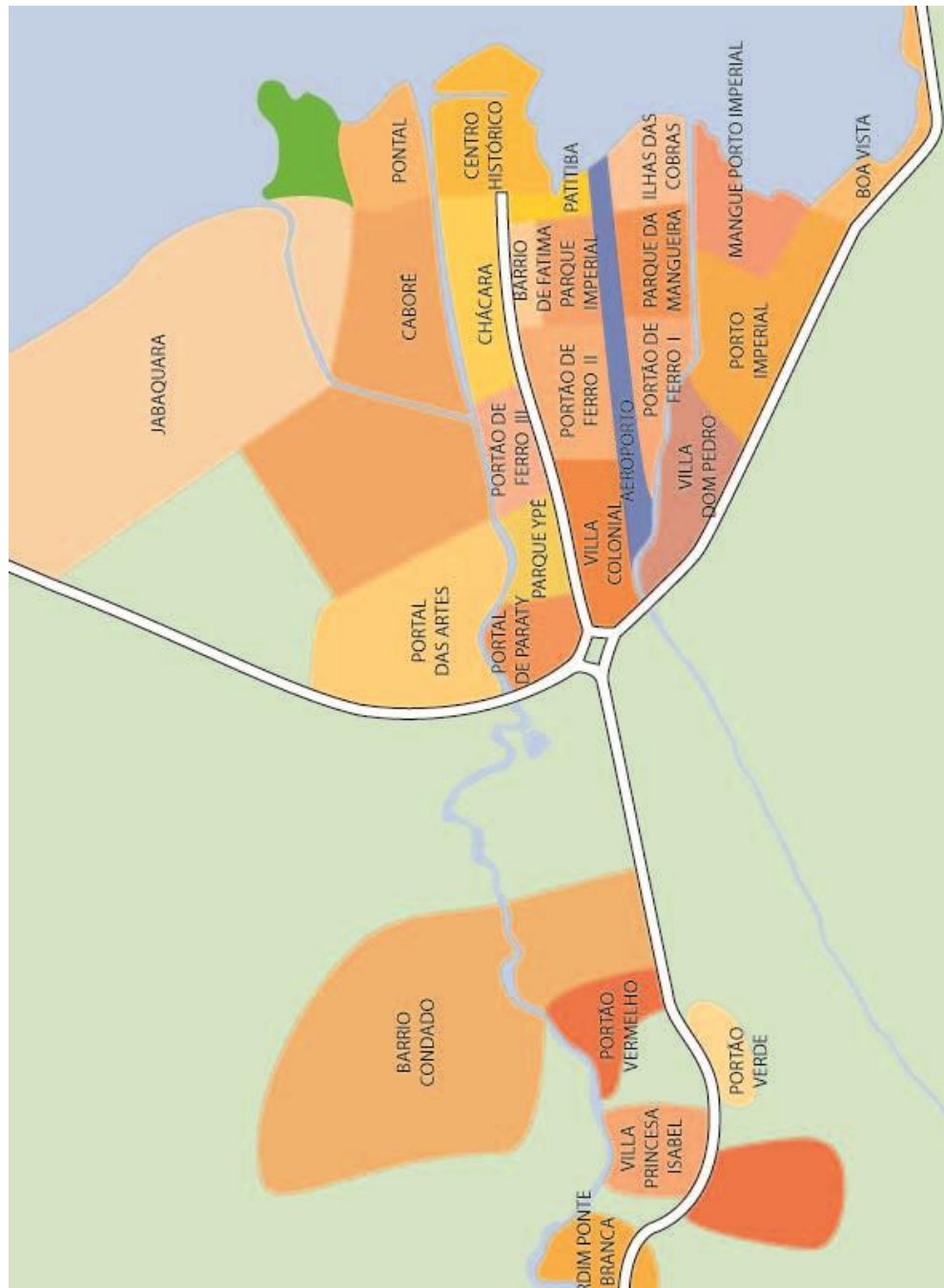


Figura 5 - Mapa político da sede urbana de Paraty. Disponível em: <[www.paratyhotel.com.br/img/11.26.591421242019\\_.jpg](http://www.paratyhotel.com.br/img/11.26.591421242019_.jpg)>. Acesso em 21 de setembro de 2015.

Segundo Aloísio Magalhães (1985), um dos pontos positivos de uma cidade ser considerada Patrimônio da Humanidade é o gabarito de conseguir garantias perante aos diversos órgãos nacionais, “ninguém pode recusar porque conseguiu estabelecer um gabarito, um parâmetro, em que o bem cultural passa a ser tido como válido” (MAGALHÃES, 1985, p. 188). Como resultado, se privilegia essas cidades e seus diversos processos urbanos legitimando um poder. Contudo, este processo desencadeia diversas críticas relevantes, entre elas destaca-se a construção de uma distinção entre as cidades constituídas de sítios históricos e paisagem natural excêntrica com destinação de recursos e serviços em detrimento das demais urbes.

Outra reflexão proeminente está na produção de imagens e divulgação de um recorte urbano, no caso o bem tombado (cultural ou natural), para promoção da cidade. Marilena Chauí (2007) aponta este processo como a “passagem do espaço público à condição de *marketing*, *merchandising* e *mediatização* [...]. A peculiaridade pós-moderna – o gosto pelas imagens – se estabelece com a transformação das imagens em mercadorias” (CHAUI, 2007, p. 550)<sup>39</sup>. De acordo com Françoise Choay (2006), na atualidade o interesse pelo patrimônio se apresenta em duas formas distintas, uma relacionada à ideia reverencial e a outra de rentabilidade. Choay destaca as considerações referenciadas no Congresso de Nairóbi em 1976, que defende o tratamento ao patrimônio não pelo entendimento museológico e valoriza o monumento menor.

No entanto, Choay aponta que as intervenções contemporâneas nos patrimônios seguem a ideia de “indústria patrimonial”, a qual cria duas formas de interações: uma forma baseada na construção do patrimônio como bem de consumo e a segunda na criação de um mercado internacional para “uso” destes bens. A autora aponta como efeito da “industrialização patrimonial” a expropriação da população local, já destacado por Marilena Chauí como a transformação final do patrimônio em mercadoria.

Na inserção do patrimônio em um mercado internacional, Paola Jacques (2009) questiona a necessidade das cidades se enquadrarem num padrão mundial em que certa medida gera uma padronização de serviços e requalificações urbanas. Uma análise sobre este

---

<sup>39</sup> CHAUI, Marilena. *Público, privado, despotismo*. In: Aduino Novaes (org.), *Ética*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

processo é a possibilidade de gerar um empobrecimento da experiência urbana, isto alinhado ao distanciamento da população local para áreas periféricas. A autora observa que este processo de “reapropriação” de sítios históricos gera uma questão paradoxal, pois ao mesmo tempo em que cada cidade busca reforçar sua identidade (produzida artificialmente) se assemelha a outras cidades que seguem o mesmo padrão.

Este fato pode ser observado no bairro histórico de Paraty, onde o percentual de famílias residentes está em declínio desde a abertura da Rodovia Rio-Santos (BR-101) e há um crescimento do comércio de alto padrão para atender ao turismo nacional e internacional. De acordo com memórias do lugar, os anos finais de 1970 e as décadas de 1980 e 1990 foram marcados pela reestruturação do bairro histórico. Esta ação é reforçada nos anos 2000 com maior ocupação do bairro histórico por eventos e festas de grande porte.

Atualmente, um ponto comercial na Rua da Lapa pode ser encontrado pelo valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) mensalmente e um casarão na Rua da Cadeia pode ser adquirido por R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais)<sup>40</sup>. Esta valorização do uso do solo potencializa a estratificação urbana sob o viés econômico e propicia uma refuncionalização do espaço, transforma o patrimônio em mercadoria (como já apontou Marilena Chauí). As vendas de casarões são regulares e diversos comércios abrem e fecham de uma temporada para a outra, como destaca a jovem paratiense Juliana Arce Coelho:

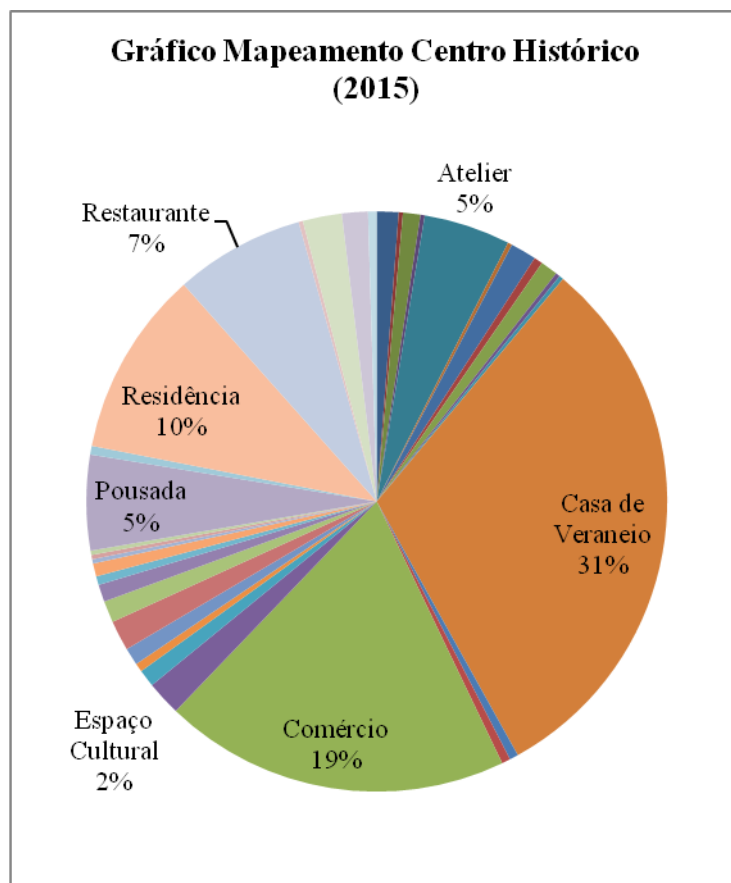
O que peca em Paraty é a falta de planejamento. Mas, não olhando pela ótica de antes e depois, mas pela mudança de função dos objetos. O que era casa antes virou restaurante e o que era escola virou pousada. Até porque não se pode mudar muito a forma por conta do IPHAN. Falem o que quiser, mas o que dá dinheiro em Paraty é o turismo. Eu sempre retorno à cidade e descubro algo novo ou que fechou. O calendário é ótimo para impulsionar a economia, mesmo na baixa temporada vemos turistas. Mas, a falta de planejamento faz fechar comércios que não conseguem se manter em períodos de pouca circulação. A cidade não comporta tanta gente, no último verão faltou pão na padaria. (Juliana Arce Coelho, paratiense, graduanda em Turismo/UFF, família residente do bairro histórico. Informação pessoal à autora em 21 de setembro de 2015).

O distanciamento da população local do bairro histórico de Paraty pode ser observado na tabela e gráfico abaixo, que destacam a contraposição entre 31% de casas de

---

<sup>40</sup> Minair Imobiliária. Informação pessoal à autora em 21 de setembro de 2015.

veraneio e 5% de pousadas para 10% de residências (aproximadamente 43 famílias em um total de 27.717 de população urbana [será visto na tabela 2]):



**Gráfico 1 – Informações mais relevantes do Mapeamento do Centro Histórico, dados obtidos através de pesquisa de campo (2015).**

<b>Mapeamento Centro Histórico (2015)</b>	
<b>Edificação/Terreno</b>	<b>Quantidade</b>
Abandonado	5
Advocacia	1
Agência de Turismo	4
Asilo	1
<b>Atelier</b>	<b>20</b>
Banco	1
Bar	6
Brechó	2
Café	4
Cais de Turismo	1

Casa de Câmbio	1
<b>Casa de Veraneio</b>	<b>128</b>
Casa Noturna	2
Casarão com terreno da paróquia	2
<b>Comércio</b>	<b>80</b>
<b>Espaço Cultural</b>	<b>8</b>
Estacionamento (público e privado)	4
Galeria	2
Fechado para alugar	4
Fechado para vender	7
<b>Hostel</b>	<b>5</b>
Igreja Católica	4
Largo	2
Livraria	3
<b>Mercado</b>	<b>1</b>
Mercado do Pescador	1
<b>Padaria</b>	<b>1</b>
<b>Pousada</b>	<b>22</b>
Praça	2
<b>Residência</b>	<b>43</b>
<b>Restaurante</b>	<b>30</b>
Salão de Cabeleireiro	1
Serviço público (IPHAN, DETRAN, etc)	9
Sorveteria	6
Terrenos	2
<b>Total</b>	<b>415</b>

**Tabela 1 - Mapeamento Centro Histórico. Coleta de dados realizada pela autora em 20 de setembro de 2015. Diversos casarões encontravam-se fechados e a informação foi obtida por terceiros ou por referências pessoais.**

Observa-se que na prática existe um contrassenso da “expulsão” paratiense da área “patrimonializada”, visto que mesmo em grau menor (comparado a épocas passadas) este espaço é ocupado pela população local durante as festas tradicionais (que usam os mesmos espaços e objetos litúrgicos) e grandes festas na cidade, como observa Cristina Maseda, Secretária de Cultura de Paraty:

O paratiense deixou de frequentar o Centro Histórico. Frequenta nas festas tradicionais católicas, mas como muitos agora são evangélicos este quadro diminuiu. Nos outros eventos participam pouco. É necessária uma democracia cultural que garanta o direito à vida cultural. Deveria ter mais ações fora do Centro Histórico.



Mas, isso passa muito pelo recurso. Se tivéssemos menos gastos em estruturas temporárias (como tendas) e mais gastos em estruturas para o município a história seria diferente. Agora a fonte secou. (Cristina Maseda, Secretária de Cultura de Paraty, 2014-atual. Informação pessoal à autora em 21 de setembro de 2015).

Também pode ser observada como uma apropriação do espaço público patrimonializado são as ocupações por indígenas guaranis (Aldeias Itaxim/Paraty-Mirim e Bracuí/Angra dos Reis) que vendem seus artesanatos e por artistas como os cirandeiros tradicionais Seu Verino e Seu Dito da Laranja. Estas são forças, mesmo que discretas, de uma resistência cultural.

Este campo de lutas, contradições e negociações que a cultura tange no território são formas de reconhecimento da identidade e da alteridade, compreendidas na globalização. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2003), uma das formas de resistência entre o global e o local são as lutas contra dominação:

Diferentes formas de opressão de dominação geram formas de resistência, de mobilização, de subjetividade e de identidade coletivas também distintas, que invocam noções de justiça diferentes. Nessas resistências e em suas articulações locais/globais reside o impulso da globalização contra-hegemônica.” (SANTOS, 2003, p. 61).

Desta forma, entende-se que em meio à concepção da globalização e seu caráter homogeneizador podem surgir novas formas identitárias do local. De acordo com Boaventura, “o sucesso das lutas emancipatórias depende das alianças que os seus protagonistas são capazes de forjar” (*Ibidem*, p. 64). Estas alianças conferem aos atores sociais envolvidos o sentido de pertencer a uma comunidade. O autor complementa que a veracidade e capacidade de mudança existem quando há uma ampliação desta comunidade local para uma comunidade imaginada, em que a luta do espaço local alcança o global. Contudo, “esse ‘localismo’ não é um mero resíduo do passado”, afirma Stuart Hall (2003). Para este autor, é algo que se desloca com a globalização.

Assim, ao invés de pensarmos numa imposição cultural hegemônica, do global ao local, podemos compreender diferentes articulações. Uma possibilidade se apresenta no contato entre as culturas formando uma cultura híbrida. Entretanto, “hibridismo não é uma referência à composição racial mista de uma população” (HALL, 2003, p. 82). De acordo com Hall, pode ser considerada como uma “tradução cultural”, baseada numa incessante transformação cultural. Outra articulação se baseia na ideia da resistência, quando a cultura

local se afirma perante as outras culturas. Segundo Hall, “o ‘local’ não possui um caráter estável ou trans-histórico. Ele resiste ao fluxo homogeneizante do universalismo com temporalidades distintas e conjunturais” (*Ibidem*, p. 68).

Outra forma de resistência cultural pautada na afirmação territorial presente em Paraty é a escolha de realização de festas e eventos no bairro histórico (não pautados na ideia “espetacular”), como sugere Anna Cecília Cortines, representante do Fórum das Comunidades Tradicionais de Paraty, Angra dos Reis e Ubatuba:

No encontro do Fórum das Comunidades Tradicionais, o pessoal quer fazer aqui no Centro Histórico porque sabe que aqui tem essa representação simbólica, de ocupar um espaço que é do paratiense. Nós vamos fazer aqui porque aqui é nosso espaço, mesmo tendo participantes que moram na Zona Rural e Costeira. Nós que estamos à frente gostaríamos de “descentralizar” e fazer os encontros nas comunidades, mas achei muito interessante escutar nas falas da “galera” essa questão e por isso realizamos o encontro deste ano na Quadra da Matriz. (Entrevista 3: Anna Cecília Cortines, representante do Fórum das Comunidades Tradicionais de Paraty, Angra dos Reis e Ubatuba, em 20 de maio de 2014).

A configuração da expansão urbana em Paraty, com ênfase da metade do século XX aos dias que seguem, pode ser compreendida no deslocamento da cidade “passado” para seu entorno configurando a “cidade presente”. Como pode ser observada na tabela abaixo, neste período a população total do território praticamente quadruplicou:

<b>Ano</b>	<b>População total</b>	<b>População urbana</b>	<b>População rural/costeira</b>	<b>Fonte</b>
1872	12.194	-	-	Diretoria de Estatística
1890	10.765	-	-	Diretoria de Estatística
1900	9.900	-	-	Diretoria de Estatística
1910	12.680	-	-	Diretoria de Estatística
1920	13.544	-	-	Diretoria de Estatística
1940	9.673	1.554	8.119	IBGE
1950	9.360	1.856	7.504	IBGE
1960	12.085	-	-	FREIRE, 2012, p. 132.
1970	15.953	4.183	11.770	IBGE
1980	23.725	9.191	14.534	IBGE

1991	23.871	11.429	12.442	IBGE
2000	29.544	14.066	15.478	IBGE
2010	37.575	27.717	9.858	IBGE
2014	39.965 <sup>41</sup>	-	-	IBGE
2015	40.478 <sup>42</sup>	-	-	IBGE

**Tabela 2 - Censos realizados em Paraty de 1872 a 2015 (sendo 2015 estimado), as informações até 2000 compreendem a pesquisa realizada pela arquiteta Laura Moure<sup>43</sup>, exceto 1960.**

Inicialmente o crescimento urbano em Paraty se deu entre os Rios Perequê-Açu e Patitiba de forma organizada com ruas traçadas e planejadas para entrada e escoamento das marés. A ocupação concentrada neste núcleo urbano se expande para áreas próximas como os bairros Patitiba e onde se localizavam algumas chácaras, entre elas uma da família Miranda e outra do Padre Hélio Pires. Em anos posteriores a ocupação se estende para uma área de manguezal, hoje Ilha das Cobras, e para a antiga Chácara Sinhá Madureira, atual Parque da Mangueira. De acordo com relato de antigos moradores, em alguns casos estas ocupações foram motivadas pela venda de propriedades nas áreas rurais e costeiras, por doações de terras da Prefeitura Municipal<sup>44</sup>, pela construção da BR-101 (Rodovia Rio-Santos) e por motivações político-partidárias de membros do partido PMDB (na época oposição do PSD que ocupava o poder com as famílias



**Figura 6 - Chácara Sinhá Madureira (Local: provável bairro Parque da Mangueira). Foto: Acervo João Miranda. Disponibilizada por João Apolônio Pádua à autora em 07 de julho de 2015.**

<sup>41</sup> IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/26C>>. Acesso em 02 de agosto de 2015.

<sup>42</sup> IBGE, população estimada. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330380>>. Acesso em 21 de setembro de 2015.

<sup>43</sup> MOURE, Laura. *Mobilidade social e apropriação do espaço de Paraty: 1970 a 2000*. Dissertação de mestrado ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. UFRJ: Rio de Janeiro, 2003.

<sup>44</sup> Dona Marlene Dutra Mello conta que Seu Zé Mello, seu falecido esposo, ganhou da Prefeitura um pedaço de terra na década de 1970 para construir uma casa onde hoje se encontra o Restaurante Chafariz, próximo à Avenida Roberto Silveira. Eles moravam numa casa no bairro histórico, próxima ao atual Café Paraty, e foram morar nesta área mais nova, hoje bairro de Fátima. Dona Marlene conta que o mesmo aconteceu com outros moradores do bairro histórico, que ganharam terrenos da Prefeitura e migraram para áreas próximas, que eram matagais. Informação pessoal à autora em 20 de maio de 2015.

Calixto, Miranda, França entre outras)<sup>45</sup>. Seu Pedro Aires Martins, morador mais antigo da Ilha das Cobras, relembra sobre a invasão no bairro:

Nasci no Bom Jardim<sup>46</sup>, anos mais tarde quando era pescador quase não parava num lugar. Quando vim pra cidade aluguei uma casa no Centro Histórico, num sobrado. Quando cheguei aqui na Ilha, há mais ou menos 62 anos, só havia dois moradores Francisco Benjamin e Estevão da Abóbora, hoje já falecidos. Existia um rio que cortava as terras do bairro do restante da cidade e quando alagava ficava repleto de cobras por isso o nome do lugar. O pessoal que ocupou aqui mais tarde foi vendendo casa na roça e invadindo. Na época eu era fiscal da prefeitura e me pediam autorização, mas como não mandava em nada eu dizia que não podia dar terra nem vender, mas invadir era um direito deles. O “Campo”<sup>47</sup> era do Dr. Coutinho, que vendeu para o Dr. Felipe. Depois a Prefeitura comprou. A Prefeitura só tirou quem invadiu o “Campo de Aviação”, nas outras terras deixou, me deu muito trabalho tirar as pessoas e tinha um monte de repórter junto. (Pedro Aires Martins, 78 anos. Informação pessoal à autora em 22 de setembro de 2015).



**Figura 7 – Ilha das Cobras, provavelmente na década de 1970. Foto: Acervo Seu Pedro Aires Martins. Disponibilizada à autora em 22 de setembro de 2015.**

A atual configuração urbana da cidade se constitui seguindo importantes fatores socioculturais e históricos, que retratam a relação entre sujeito e território. A expansão urbana de Paraty (ver Figura 5, p. 35), marcada nas décadas de 1950-1970, dá início a uma

<sup>45</sup> *Ibidem.*

<sup>46</sup> Zona Costeira de Paraty.

<sup>47</sup> “Campo de Aviação”, atual aeródromo municipal.

nova ocupação de terras (que em alguns casos fora ocupadas em épocas anteriores, mas abandonadas). Exemplo disto é o bairro Patitiba, que devido sua proximidade com o bairro histórico teve o início de sua ocupação no século XVIII e posteriormente uma reocupação na década de 1950. Na década de 1980, quando Paraty tem sua economia principal em função da pesca o bairro sofre intensa inserção de moradores. Nos últimos anos, o bairro antes predominantemente residencial, gradativamente recebe um fluxo comercial local proveniente, entre outros, da saída deste comércio do bairro histórico.

De maneira análoga como ocorrida no bairro Patitiba, o bairro do Pontal tem sua formação urbana marcada principalmente por famílias de pescadores. Este bairro banhado pelo mar e separado do bairro histórico pelo do Rio Perequê-Açú conta com importantes monumentos históricos, tais como: Forte Defensor Perpétuo (1703), Santa Casa de Misericórdia (1822) e Cemitério Municipal São Francisco de Assis (1855). Contudo, observa-se que é no início do século XX com a substituição da ponte de madeira por uma de concreto que o bairro ganha maior circulação. De acordo com o pescador Seu Ninico<sup>48</sup>, encontrava-se neste bairro a Colônia de Pescadores Z-18. Atualmente, a colônia se situa no bairro Ilha das Cobras. Moradores relatam o uso da praia, hoje imprópria para banho, pelas famílias e nos anos vindouros (1960-1980) pelos veranistas. O bairro conta com domicílios de paratienses e casas de veraneio e em seu areal são realizados eventos, como a Flip, Festa do Divino (barracas) e o Festival da Cachaça e Sabores de Paraty.

De acordo com Seu Zezito Freire<sup>49</sup>, 93 anos, entre as décadas de 1950 a 1970 havia grande movimentação no bairro histórico. Existiam dois mercados, um na Rua da Praia e outro na Rua do Comércio (localizado atrás da Matriz), havia hotel para os viajantes e açougue na Rua da Matriz. Alguns casarões eram esquecidos em ruínas. Seu Ninico<sup>50</sup>, que começou a pescar em 1962 com 14 anos, conta que nessa época seu pai ia abastecer o barco e fazer as compras na cidade para seu armazém do Pouso da Cajaíba e aproveitara para encontrar amigos em bares na Rua da Praia. Neste período alguns casarios em ruínas foram desapropriados para o funcionamento de grupos escolares e foram construídas escolas em comunidades rurais – Tarituba, Taquari, Corisco e Praia Grande – e na comunidade costeira

---

<sup>48</sup> Carlos Magno do Nascimento. Informação pessoal à autora em 21 de junho de 2015.

<sup>49</sup> Informação pessoal à autora em 21 de julho de 2015.

<sup>50</sup> Informação pessoal à autora em 21 de junho de 2015.

do Mamanguá (no Fundão). O Censo realizado em 1960 contabilizou 12.085 habitantes com a população rural prevalecendo (ver Tabela 2, p. 41).

Neste mesmo período ocorre a formação de outros bairros, sendo em 1954 a provável data de ocupação do bairro “Ribeirinho” (antigo “Matadouro” e atual “Dom Pedro I”) e no mesmo ano a expansão do bairro Praia do Jabaquara, através de compras de terras feitas por turistas. Antigos moradores contam que a área que hoje compreende os bairros Parque Imperial, bairro de Fátima, Chácara da Saudade, Chácara e Portão de Ferro, era conhecida apenas por Chácara. Nesta Chácara havia trilhas por onde algumas crianças, de lugares mais distantes, costumavam se aventurar durante o percurso para o grupo escolar, localizado na Rua do Comércio, atual Pousada do Sandi (ver Figura 5, p. 35).

De acordo com informações de Seu Zezito Freire, Dona Marlene Dutra Mello<sup>51</sup>, Diuner Mello e com o trabalho de Laura Moure (2003) as principais chácaras existentes em Paraty eram: Chácara do Monsenhor Hélio Pires (atual Parque Imperial, área que compreende a rodoviária e seus arredores); Chácara da Saudade, propriedade do Seu João Miranda<sup>52</sup> (atual Chácara da Saudade, localizada entre a Avenida Roberto Silveira e o Rio Matheus Nunes e entre a Rua da Floresta e o bairro do Portão de Ferro I); Chácara da Dona Maroca Gama (bairro da Chácara da Saudade, próxima à Avenida Roberto da Silveira); Chácara do Portão de Ferro (compreendida entre a Avenida Roberto Silveira até o Rio Perequê-Açu); Chácara do Seu Niquinho (propriedade de Seu Antonio Mello, localizada entre a Avenida Roberto Silveira e o Rio Matheus Nunes).

De acordo com a arquiteta e pesquisadora Laura Moure<sup>53</sup> esta foi a primeira área de expansão que surgiu na cidade no século XIX e se demonstra como uma ocupação sentida à zona rural, “ao longo da rua do Rocio, hoje a Av. Roberto Silveira, que era o acesso natural ao caminho da serra que ligava Parati a São Paulo e Minas Gerais, via Caminho do Ouro” (MOURE, 2003, p. 36). No limite entre o bairro histórico e esta nova formação se encontrava o chafariz para abastecimento de água, uma construção de 1853. Atualmente, o chafariz está localizado há alguns metros de sua primeira instalação por onde passa uma rua.

---

<sup>51</sup> Informação pessoal à autora em 24 de julho de 2015.

<sup>52</sup> João da Silva Miranda.

<sup>53</sup> MOURE, Laura. *Mobilidade social e apropriação do espaço de Parati: 1970 a 2000*. Dissertação de mestrado ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2003.

Segundo Laura Moure (2003), durante a década de 1950 deu-se o início de novos bairros, que tentavam seguir o desenho do traçado urbano do bairro histórico. Entretanto, com lotes em dimensões menores e algumas construções bem simples, destacavam-se Parque Imperial, Chácara e bairro de Fátima. Nas décadas seguintes o crescimento urbano se deu gradativamente, mais acentuado no fim da década de 1980 e início de 1990. Atualmente, estes bairros se reconfiguram com aumento do comércio e possuem importantes prestadores de serviços, entre eles pousadas, galerias, rodoviária, agência do SAMU<sup>54</sup> e um mercado de médio porte. Entretanto, a Avenida Roberto Silveira, principal via da cidade, tem-se tornado um espaço monofuncional de comércio.

Contam que o bairro Caborê tem seu nome originário do tupi guarani kabu're<sup>55</sup>, sinônimo para “coruja-buraqueira”, que pode ser vista correntemente neste lugar. Possui ruas planejadas e todas com nomes de passarinhos e árvores. É um dos bairros mais recentes da sede urbana. Atualmente, além dos domicílios conta com relevante número de pousadas – aproximadamente 20<sup>56</sup> – e casas para aluguel. Sua avenida principal, Avenida Otávio Gama, conhecida pelos moradores como “Beira-Rio”, é banhada ao longo pelo Rio Perequê-Açú. Este bairro está ligado ao Pontal, ao bairro Jabaquara e ao Portal.

Outros bairros com recente estruturação urbana são: Portal, Portal das Artes, Parque Ypê, Portão de Ferro (I, II e III) e Vila Colonial. Estes se caracterizam por serem mais distantes do bairro histórico por isso sua expansão se deu paulatinamente. No final da década de 1990 foi criado um condomínio de casas geminadas, financiado através da Caixa Econômica Federal, apelidado como “Mixirica” no bairro Portão de Ferro II colocado à venda em 2001. O Parquê Ypê possui postos de gasolina e se caracteriza como um bairro de serviço para viajantes por causa da proximidade com o trevo da cidade. O Portão de Ferro, dividido em três bairros, se caracteriza por um crescimento de serviços – possui escola, quadra esportiva pública, mercado e outros serviços – prevalecendo residências. O bairro Vila Colonial é uma extensão do Portão de Ferro, loteado pela família imperial que possuía algumas terras em Paraty.

A população se distribui por cerca de 50 bairros. No 1º distrito, sede do município, encontram-se as comunidades: Centro Histórico, Patitiba, Chácara, Chácara da Saudade,

---

<sup>54</sup> Serviço de Atendimento Movél de Urgência.

<sup>55</sup> Disponível em: <<http://www.dicionariotupiguarani.com.br/kb-tag/cidade/>>. Acesso em 28 de julho de 2015.

<sup>56</sup> Disponível em: <<http://www.paraty.com.br/bairros/cabore/>>. Acesso em 28 de julho de 2015.

Bairro de Fátima, Parque de Mangueira, Ilha das Cobras, Parque Ipê, Portão de Ferro I, Portão de Ferro II, Portão de Ferro III, Vila Colonial, Parque Imperial, Caborê, Pontal, Jabaquara, Portal das Artes e Dom Pedro. Os bairros de zona rural e costeira são divididos em 4 caminhos (rumos) diferentes (aqui foram consideradas as comunidades com maior quantidade populacional):

<b>Caminho ao Norte (Angra dos Reis/RJ)</b>	<b>Caminho ao Sul (Ubatuba/SP)</b>	<b>Caminho à Oeste (Cunha/SP)</b>	<b>Caminho à Leste (Oceano)</b>
Corumbê	Boa Vista	Condado	Diversas ilhas habitadas e pequenas comunidades costeiras
Praia Grande	Cabral	Pantanal	Saco do Mamanguá
Graúna	Paraty-Mirim (2º distrito)	Ponte Branca	Cajaíba (Ponta, Pouso, Calhaus, Panema e Praia Grande)
Barra Grande	Pedras Azuis	Corisco	Ponta da Juatinga
São Roque	Quilombo Campinho da Independência	Penha	Ponta Negra
Taquari	Patrimônio		Praia do Sono
São Gonçalo	Trindade		
Tarituba (3º distrito)	Laranjeiras		

**Tabela 3 - Bairros de Paraty/RJ, zona rural e costeira.**

Em 2015, com 40.000<sup>57</sup> habitantes (IBGE 2015), Paraty está classificada no *Mapa da Violência*<sup>58</sup> como a segunda cidade mais violenta do estado do Rio de Janeiro, ficando atrás somente de Cabo Frio. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD) o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) está abaixo da média nacional, com 0,693<sup>59</sup>. Segundo o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, cerca de 40% da população se encontra em assentamentos precários (VELLOSO, 2013, p. 48). O Jornal *El País* publicou em julho de 2015 uma reportagem intitulada

<sup>57</sup> Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/26C>>. Acesso em 02 de agosto de 2015.

<sup>58</sup> Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em 10 de julho de 2015.

<sup>59</sup> Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acesso em 02 de agosto de 2015.



*Quando as luzes se apagam em Paraty*<sup>60</sup>, alegorizando a precariedade dos serviços básicos – como a queda corriqueira de energia elétrica – à alta taxa de óbito por mão armada entre os paratienses. A violência se encontra com maior concentração nos bairros Ilha das Cobras, Parque da Mangueira e Ribeirinho (antigo “Matadouro”).

Diversas são as narrativas de antigos moradores que contam a história destes lugares. À procura de costurar as memórias que contam o crescimento urbano dos bairros Ilha das Cobras e Parque da Mangueira e do aeródromo municipal realizei conversas informais com alguns moradores e recorri a algumas pesquisas acadêmicas. Em alguns momentos ouvi relatos de que a história de Paraty, contada por alguns historiadores e institucionalizadas em livros, não condizia com a realidade vivida. Alguns moradores disseram que a história contada era a mesma que a professora falava, mas que as histórias de alguns antigos e suas vivências eram um pouco diferente. Nestes momentos em campo pude compreender as tensões e lutas na construção das narrativas identitárias do território e de legitimá-las. E, percebi na prática o que o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2014) falava sobre as palavras e suas possibilidades de existirem como poderes políticos:

A rigor, o poder político é em grande parte um poder pelas palavras, na medida em que as palavras são os instrumentos de construção da realidade. E já que a política é uma luta sobre os princípios de visão e de divisão do mundo social, o fato de impor uma nova linguagem a respeito do mundo social, é em grande parte, mudar a realidade. (BOURDIEU, 2014, p. 432).

Em resumo, a experiência urbana é capaz de construir uma polifonia de narrativas identitárias, o que não significa tornar uma mais verossímil que a outra. Michel de Certeau (1998), em *A invenção do Cotidiano*, fazendo referência à pesquisa *Vigiar e punir*, de Michel Foucault, reflete como as “‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (CERTEAU, 1998, p. 41). Portanto, as maneiras de fazer estão ligadas diretamente às maneiras de pensar e narrar as memórias e histórias de um lugar. A diversidade de narrativa e suas tensões contribuirão para um entendimento maior e mais completo de determinados momentos históricos, como examinou Paul Ricoeur em seus trabalhos o mundo é matéria de interpretação.

---

<sup>60</sup> Disponível em: <[http://www.brasil.elpais.com/m/brasil/2015/07/04/politica/1436039196\\_544016.html](http://www.brasil.elpais.com/m/brasil/2015/07/04/politica/1436039196_544016.html)>. Acesso em 04 de julho de 2015.

Estes bairros de crescimento urbano “espontâneo” estão segregados dos bairros Patitiba, Parque Imperial, Portão de Ferro, Vila Colonial e do restante da cidade pelo aeródromo municipal, conhecido popularmente como “Campo de Aviação”. Este espaço se caracteriza como uma fratura socioespacial, zoneamento monofuncional do espaço. O processo de configuração deste espaço pode ser entendido como o estabelecimento de um “não-lugar”, termo discutido por Marc Augé (1994)<sup>61</sup> que propõe uma reflexão sobre a contemporaneidade e sua superabundância de espaços com dificuldades em estabelecer interações sociais e construir identidade. Desta forma, percebe-se na cidade de Paraty duas fronteiras materiais e simbólicas – as correntes do bairro histórico e o aeródromo municipal.



**Figura 8 - Foto aérea da sede urbana de Paraty. Ao sul Rio Matheus Nunes, ao norte: Rio Perequê-Açú, ao leste: Baía de Paraty, a oeste: Trevo de Paraty. Pontos: 1 – bairro histórico | 2 – aeródromo municipal | 3 – bairros Ilha das Cobras e Parque da Mangueira. Fonte: *Google Maps*. Disponibilizado por Museu do Território em 10 de julho de 2015.**

A primeira separando a cidade “passado” (patrimônio cultural – “barroco escravista”) da cidade “presente” (contemporânea). É claro que estas fronteiras não devem ser pensadas como o divisor desta dicotomia entre a cidade planejada e a cidade geomórfica, pois elas geram justaposições e entrosamentos urbanos para além do recorte geográfico. O que se propõe aqui é compreender subjetivamente como modelos distintos de cidade produzem diferentes narrativas e influenciam na sua apropriação. As correntes

<sup>61</sup> AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papius, 1994. (Coleção Travessia do Século).

do bairro histórico sacralizam o que Paola Jacques (2003) denomina "museificação"<sup>62</sup> – modelo, com normas internacionais, seguido para preservação dos patrimônios em que estes se tornam “padronizados” e distantes da população local com grande potencial para venda da cidade.

O segundo espaço apontado aqui como uma fronteira é o aeródromo municipal (“Campo de Aviação”), para pensarmos como a “instauração” de espaços podem diminuir sociabilidades e interações culturais no território. A ideia é relativizar a manutenção do “Campo de Aviação”, que divide Ilha das Cobras e Parque da Mangueira, os bairros periféricos mais populosos, do restante da cidade. Marcados por grande violência cotidiana estes bairros com crescimento urbano irregular se tornam um contraponto ao bairro “museificado”.

Pensar nas interações entre o local e global, e seus efeitos no território, são formas de se propor uma cidade mais integrada e cidadã. Isto, se levarmos em conta que os usos da cidade e a inserção destas fronteiras são processos desencadeados pela valorização do patrimônio cultural urbano e enobrecimento da cidade com alguma dilapidação das relações socioculturais. Transformação das moradias em locais para prestação de serviços turísticos de alto padrão, tais quais lojas, pousadas e casas de veranistas.

A partir das leituras de capital simbólico, elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2014), podemos compreender estes mecanismos como reprodutores das desigualdades socioculturais, pois a posição social e poder que possuímos dentro de uma sociedade não se estabelece somente em torno do acúmulo de dinheiro como também pelas articulações simbólicas de quem somos, o que temos e onde estamos no espaço. “Por capital simbólico entendo essa forma de capital que nasce da relação entre uma espécie qualquer de capital e agentes socializados de maneira a conhecer e reconhecer essa espécie de capital” (BOURDIEU, 2014, p. 259).

### 1.1.3 Entre a cidade “passado” e a cidade “presente”

---

<sup>62</sup> HUYSEN, A. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora 1, 2000 - Universidade Candido Mendes, Museu de Arte Moderna.

Segundo Antônio Risério (2013, p. 174), “a cidade sempre foi objeto de celebração e crítica. Ora vista como a vitória da ordem sobre o caos, ora como o caos em si mesma”. Estar na cidade é mediar estratégias para estabelecer seu lugar e suas representações simbólicas na construção das identidades culturais e memórias sociais. Desta forma, pensar a urbe sem caos fica inviável visto os conflitos e disputas imbricados nos jogos de poder sobre o território e seu sentido. Para compreender as diferentes possibilidades de viver a cidade reconhecemos as múltiplas territorialidades que a mesma representa. Neste sentido, podemos fazer analogia de nossa inserção simbólica na cidade com a ideia de estratégia abordada por Pierre Bourdieu (2014), “um sentido do jogo, um sentido prático, [guiado por] um *habitus*, por disposições a jogar não segundo as regras, mas segundo regularidades implícitas de um jogo que estamos imersos desde a mais tenra infância” (BOURDIEU, 2014, p. 321).

A cidade e o urbano podem ser pensados como uma forma social, a partir do pensamento do filósofo francês Henri Lefebvre<sup>63</sup>, que aproxima o direito à cidade ao direito à vida. Desta forma, garante uma cidadania integral a todos habitantes, sejam “naturalizados” ou não, do espaço. Para perscrutar a cidade e as tensões estabelecidas entre o ser social e o território de forma dialética, proponho uma análise acerca da *práxis* em que a segregação socioespacial (e suas contradições) se estabelece tanto material quanto simbolicamente.

Seu Zezito Freire<sup>64</sup>, com 93 anos, conta que o bairro “Ribeirinho” (antigo “Matadouro”) foi ocupado por volta de 1954, com liberação das terras feita pelo Prefeito Antônio Lamperti. A senhora Marlene Dutra Mello<sup>65</sup>, de 80 anos, antiga moradora da entrada do bairro rural Corisco relatou que no “Matadouro” eram abatidos animais para venda e que ao redor havia poucas casas. Seu pai, Pedro Pinheiro Dutra, foi o primeiro morador a fazer uma ponte de arame sobre o Rio Matheus Nunes, que ligava o bairro “Matadouro” à Chácara Sinhá Madureira. Esta ponte com nome em homenagem a este senhor pode ser vista atualmente em frente ao aeródromo de Paraty e ao lado do CIEP Dom Pedro I. De acordo com Dona Irma Zambrotti, irmã do poeta Zé Kleber, em seu livro *A menina e a coruja*<sup>66</sup> (1993), no qual conta relatos de sua vida em Paraty, nesta Chácara havia um grande sobrado e seu nome faz referência a provável proprietária:

---

<sup>63</sup> LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

<sup>64</sup> Informação pessoal à autora em 21 de julho de 2015.

<sup>65</sup> Informação pessoal à autora em 20 de maio de 2015.

<sup>66</sup> ZAMBROTTI, Irma. *A menina e a coruja*. Rio de Janeiro: VJR – Editores Associados, 1993.

Nasci no toco de uma noqueira muito alta, na chácara da Sinhá Madureira. Este nome foi dado à chácara, talvez, em homenagem à antiga dona. Contam que ela ficara viúva e, apaixonada, voltara para a sua terra natal, deixando a chácara e o sobradão que lá havia, com tudo dentro, intactos, desde a biblioteca, 'chapada' de livros, até os utensílios mais simples. Desapareceu. Deve ter morrido por lá. (ZAMBROTI, 1993, p. 9).

No livro *Crônicas de Paraty* (2009) há uma crônica dedicada a esta chácara. Nela, Seu Zezito Freire<sup>67</sup> conta que de suas lembranças mais remotas a chácara pertencera ao Dr. Alfredo Lima de Moraes Coutinho, sócio-proprietário da Empresa de Força e Luz, e ao Tharcílio de Oliveira, gerente da empresa. Dona Marlene Dutra Mello<sup>68</sup>, que ouvia muitas histórias de seu primo Seu Ditinho Dutra<sup>69</sup>, conta que as terras pertenciam ao Dr. Coutinho e que seu gerente era o senhor Otacílio de Oliveira (pai de Fany Oliveira), depois foram compradas pelo Dr. Felipe Tortorela, médico que morava onde hoje é o Restaurante Dona Ondina e inscreveu a chácara no INCRA<sup>70</sup> como Chácara da Vassoura.



**Figura 9** - Foto rua entre Praça da Paz e "Campo de Aviação". Foto: arquivo pessoal. Em 31 de agosto de 2015.



**Figura 10** - Foto Ilha das Cobras. Sem data, sem autor. Fonte: IPHAN/Paraty.

<sup>67</sup> Informação pessoal à autora em 21 de julho de 2015.

<sup>68</sup> Informação pessoal à autora em 24 de julho de 2015.

<sup>69</sup> Benedito Pinheiro Dutra.

<sup>70</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

De acordo com Dona Luzia Tauffner<sup>71</sup>, esposa do Seu Ionai um dos capixabas “irmãos coragem” vindos para a cidade na década de 1970 e proprietários de muitas terras no bairro Ilha das Cobras, neste lugarejo havia muitas aberturas nas terras e quando a maré subia ficavam repletas de água fazendo com que outras terras parecessem “ilhas”. As casas de palafitas eram altas e após o escoamento da maré ficavam peixes, frequentemente tainhas, nestes buracos podendo ser pescadas facilmente com pequenas tarrafas. Seu Zezito Freire<sup>72</sup> relatou que o topônimo do bairro se originou através de uma antiga moradora, que para espantar crianças interessadas em suas frutas dizia que ali tinha um ninho de cobras.

De acordo com Diuner Mello (2006) os primeiros habitantes da Ilha das Cobras foram Seu Augusto “Cobrinha” – que originou o nome do bairro –, Seu Estevão Abóbora, Seu João Neves Martins e Seu Reginaldo de Souza Fontes. Este bairro se caracteriza pela presença marcante de diversos moradores vindos da área rural e costeira da cidade, uns motivados pela procura de emprego, outros para a continuação escolar de seus filhos (as comunidades com unidade escolar tinham apenas ensino básico) e por causa das vendas de suas propriedades para veranistas e turistas.

O bairro Parque da Mangueira, com formação similar ao da Ilha das Cobras, se constituiu com a vinda de moradores da zona costeira e rural, sendo esta última em grande parte provocada pela construção da Rodovia BR-101, que cortou alguns bairros necessitando a realocação de moradores. Alguns relatos contam que os funcionários da empresa Odebrecht, responsável pela obra, também ficaram neste bairro cujo nome homenageia uma enorme mangueira localizada à atual Rua Sinhá Madureira.

#### 1.1.3.1 Reconstruindo um território

*O território significa, portanto, uma marca e uma matriz daquilo que verdadeiramente somos e do queremos para as novas gerações de cidadãos.*

---

<sup>71</sup> Informação pessoal à autora em 15 de junho de 2015.

<sup>72</sup> Informação pessoal à autora em 21 de julho de 2015.

O fluxo citadino apresentado anteriormente encontra-se na dialética de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, construção e reconstrução do território a partir dos fluxos interacionais dos sujeitos no espaço. Os paratienses que migraram das zonas rural e costeira constroem nestes dois bairros uma nova territorialidade, ou seja, dão novos sentidos para este espaço e reconfiguram sua identidade cultural e memória social a partir do encontro neste lugar, uma nova representação de si. A desterritorialização para os filósofos Guies Deleuze e Félix Guattari (1995) é múltipla e deve ser compreendida em diálogo com o tempo-espaço. Para estes autores o território se aproxima com a ideia de pensamento e desejo. O pensamento se faz no processo de desterritorializar, quando criamos algo novo – articulados a um desejo – rompemos laços com algo antes estabelecido.

Contudo, para Félix e Guattari (1986) o território não se concentra somente na ideia psicológica. Podemos pensar o território como um “rizoma”, outro conceito analisado por eles, que se estabelece através de agenciamentos, numa cartografia das multiplicidades<sup>74</sup>.

Qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. E muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem. A árvore lingüística à maneira de Chomsky começa ainda num ponto S e procede por dicotomia. Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço lingüístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 15).

Sendo assim, o território extrapola o espaço geográfico e “pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente ‘em casa’. O território é sinônimo de apropriação [...]. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos,

---

<sup>73</sup> Disponível em: <[http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Cidade-e-Territo%CC%81rio\\_Por-Jorge-Luiz-Barbosa.pdf](http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Cidade-e-Territo%CC%81rio_Por-Jorge-Luiz-Barbosa.pdf)>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

<sup>74</sup> DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol.1. Rio de Janeiro: 1995, Ed. 34.

cognitivos” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323)<sup>75</sup>. O geógrafo Rogério Haesbaert (1999), inspirado em autores como Gramsci, Bourdieu, Deleuze e Guatarri, trabalha a ideia de desterritorialização não como desconstruir a noção de território unilateralmente, propõe pensar na construção de tipos diferentes de territórios.

Desterritorialização deve ser conceituada a partir do território, pois não existe homem sem território, o que existe são diversas formas de territorialização. Rogério Haesbaert (1999) buscou definições de quatro campos distintos: economia, política, cultura e filosofia. Dentro da perspectiva cultural, cita Néstor García Canclini, com a ideia de desterritorialização caracterizada como produto do hibridismo cultural, com a globalização não existiria mais uma identidade cultural definida. Mesmo em localidades pequenas, como o caso de Paraty, não estariam “salvas” desta desterritorialização e “devir” étnico.

Os bairros Ilha das Cobras, Parque da Mangueira e Ribeirinho (antigo “Matadouro”), com similaridades em sua formação fundiária concentram uma unidade espacial à margem da centralidade da cidade (em serviços formais), cortados ao sul pelo Rio Matheus Nunes e ao norte pelo “Campo de Aviação” – aeródromo municipal. Entretanto, possuem aspectos socioculturais que, de certa forma, os distinguem. De acordo com Antônio Risério (2013), antropólogo e urbanista, “é na cidade – e só na cidade – que a sociedade se realiza em sua inteireza” (RISÉRIO, 2013, p. 10). Sendo estes dois bairros juntos os mais populosos de Paraty, considera-se de suma relevância compreender como esta pista de pouso desencadeia tensões materiais e simbólicas para a vida urbana e o “direito à cidade” (LEFEBVRE, 1991).

#### 1.1.3.1.1 “Campo de aviação” - Aeródromo Municipal

*E, afora este mudar-se cada dia,  
Outra mudança faz de mor espanto:  
Que não se muda já como soía.  
Luís Vaz de Camões<sup>76</sup>*

<sup>75</sup> GUATTARI, E; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: 1996, Vozes.

<sup>76</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. *200 Sonetos*. Porto Alegre: L&PM. 1998.



De acordo com o geógrafo Rogério Haesbaert (1999), os sujeitos urbanos possuem poder influenciador no território. Como dito anteriormente, estas interações sociais e a dominação do espaço é capaz de construir e reconstruir territórios. Neste sentido, é possível espaços se tornarem fronteiras simbólicas, diminuindo fluxos e interações socioculturais no território, discussão que pode ser observada nas noções de lugar antropológico e “não-lugar” apresentada por Marc Augé (1994). Neste momento a proposta, longe de formar consenso, é refletir sobre a manutenção de um espaço que segrega a cidade e reconhecer a necessidade de ouvir os sujeitos que estão à margem deste processo, pois conforme apontou o filósofo marxista Henri Lefebvre (1991) a força urbana está na reinvenção das práticas sociais e não concentrada nas ideias de seus planejadores (entre eles, políticos, engenheiros, arquitetos e cientistas sociais).

Marcados por grande violência cotidiana estes bairros com crescimento urbano espontâneo (irregular) se tornam um contraponto à cidade histórica, constituída por casarios coloniais harmoniosos. De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty (PDDT 2003)<sup>77</sup> o “aeroporto” foi construído em 1993, sua pista possui as seguintes dimensões: 700 metros de comprimento por 23 metros de largura. Possui capacidade para aeronaves do porte da *C-208 Caravan* para 12 passageiros, sem infraestrutura de apoio. O jovem arquiteto Marinho Velloso (2013), residente em Paraty, em trabalho de conclusão de curso, aponta que esta pista de pouso em suas dimensões atuais não é capaz de receber linhas aéreas comerciais. Conclui-se que neste momento o uso deste espaço é direcionado a uma pequena parcela de determinada classe social, como questiona Luís Perequê:

Paraty possui um *apartheid*, chamado “Campo de Aviação”, que serve para meia dúzia de milionários. Não vejo justificativa para sua existência. Você tem do lado de lá o bairro histórico, e o comércio, e do lado de cá a periferia e “o pau quebrando”. Querem que o “Campo de Aviação” seja um muro, mas ele tem rua pra passar e chegar lá. (Entrevista 4: Luís Perequê, músico, ativista cultural e fundador do Instituto Silo Cultural, em 29 de agosto de 2014).

Marinho Velloso (2013), baseado no PDDT 2003, compõe o gráfico de visitantes em Paraty por meio de transporte. O desenvolvimento da pesquisa para este Plano Diretor de

---

<sup>77</sup> Disponível em: <<http://www.cepa.tur.br/comtursap/PDT%20Paraty.pdf>>. Acesso em 01 de agosto de 2015.

Desenvolvimento Turístico foi realizado em 2003, durante a gestão do então prefeito Zé Cláudio, José Cláudio de Araújo (PMDB). Num total de 100% entrevistados 65,50% chegavam à Paraty em seu carro próprio em contraposição aos 0,04% que chegavam em aeronaves. Os outros transportes citados foram ônibus de linha e excursão (28,42%), carro de amigos/carona/alugado (2,75%), motocicleta (0,98%), navio/barco (0,40%) e outros (1,49%). Esta estatística reforça a ideia de que a perpetuação deste espaço empodera a distinção entre classes no espaço urbano e que o potencial turístico da cidade precisa ser empreendido visando um desenvolvimento sustentável no âmbito da realidade local.

A Prefeitura Municipal de Paraty, através do então Prefeito Jango Pádua, João Apolônio dos Santos Pádua, sancionou e promulgou a lei nº 59<sup>78</sup> em 04 de dezembro de 1950 concedendo CR\$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) para a continuação da construção do “Campo de Aviação”. De acordo com relato de antigos moradores foram observados os primeiros pousos em meados do século XX. Segundo Seu Zezito Freire<sup>79</sup>, em 1952 desceu no “Campo de Aviação” o primeiro e único bimotor, antes já chegavam “teco-tecos”, um deles era um assíduo comprador de camarão vindo de Niterói. Seu Janguinho Pádua<sup>80</sup> (neto do prefeito da época) descreve o motivo da descida do bimotor como um grande acontecimento na cidade.

O DIA EM QUE PARATY PAROU! No início do inverno daquele mês de junho de 1952, o Delegado de Polícia de Paraty, Waldir dos Santos Pádua, recebeu de José Queiroz, rádio-amador, a notícia que captara pelas ondas de seu rádio a conversa entre o Delegado de São Paulo e o Comandante do Exército aquartelado em Lorena, de que cerca de 300 prisioneiros da Ilha de Anchieta, na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo, haviam se evadidos, deixando um rastro de sangue e morte de vários policiais que administravam o presídio. Desses prisioneiros, cerca de 100 iam em direção a Paraty, no Estado do Rio de Janeiro. Os responsáveis pelo motim, foram "Sete Dedos", Pereira Lima, Faria Júnior e Álvaro da Conceição Carvalho Farto - o "Portuga", que como engenheiro, mais inteligente que os demais, articulou toda a fuga. Ao tomar conhecimento de terrível notícia, pois na Delegacia havia apenas 2 policiais, além dele Delegado, o que era impossível conter a turba fugitiva, imediatamente encaminhou através do próprio José Queiroz, por seu rádio, a notícia à Secretaria de Segurança, na Capital do Estado, em Niterói, solicitando socorro, porquanto a cidade se encontrava desprotegida. Em Niterói, o Dr. Alfredo Moraes Coutinho, Chefe de Gabinete do Governador Amaral Peixoto, que possuía propriedades na cidade de Paraty, tomou as providências necessárias, enviando cerca de 40 policiais bem armados, por meio de um avião bimotor, que aterrissou graças à perícia do piloto, no pequeno campo de pouso que mandara fazer com a ajuda do

<sup>78</sup> Disponível em: < [http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/painel/Leis/1950/Lei\\_59\\_1950.pdf](http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/painel/Leis/1950/Lei_59_1950.pdf)>. Acesso em 18 de agosto de 2015.

<sup>79</sup> Informação pessoal à autora em 21 de julho de 2015.

<sup>80</sup> João Apolônio Pádua, nascido em 1944. Informação pessoal à autora em 07 de julho de 2015.

Prefeito Jango Pádua. A chegada do avião, levou um grande número de curiosos ao campo de pouso. Ao mesmo tempo, o Dr. Coutinho manteve contato com o Governador de São Paulo, o Dr. Lucas Nogueira Garcez, que era descendente de família paratyense, para auxiliar com força policial na defesa de Paraty. O Governador que era parente longe do Delegado Waldir, atendeu prontamente, enviando um forte contingente policial pela serra de Cunha. Aqui em Paraty, a força policial confrontou os fugitivos, já próximos à cidade, no Morro do Sapé, atualmente conhecido por Morro do Jacu, aprisionando todos, que com fome e frio, entregaram-se sem grandes reações. Com relação aos policiais enviados pelo Governador de São Paulo, os mesmos depararam com alguns fugitivos, que tentavam escapar pela serra de Cunha, entre eles o perigoso João Pereira Lima - o "Pernambuco", que foi aprisionado e alguns de seus comparsas mortos. Na cidade de Paraty as pessoas observavam a fila de prisioneiros seguindo em direção às embarcações fundeadas no largo, para serem levados ao seu lugar de origem - o Presídio da Ilha de Anchieta. (Narrativa de Seu Janguinho Pádua<sup>81</sup>, disponibilizado à autora em 07 de julho de 2015).



**Figura 11 - Imagem do "Campo de Aviação" de Paraty em 1952. Acervo João Miranda. Disponibilizada por João Apolônio Pádua à autora em 07 de julho de 2015.**

Em 1950, o arquiteto Joaquim de Almeida Mattos publica na revista do O Globo uma reportagem intitulada “Uma cidade que morreu: o mais harmonioso conjunto urbanístico e arquitetônico existente no país deve a sua irremediável agonia a uma estrada de ferro que passou a quilômetros de distância”<sup>82</sup>, expressando os resquícios ainda existentes da estagnação econômica. Neste sentido, percebemos como este acontecimento citado ganhou ênfase na memória dos moradores da época. Em março de 2015 foi publicada na página da

<sup>81</sup> João Apolônio Pádua, nascido em 1944. Informação pessoal à autora em 07 de julho de 2015.

<sup>82</sup> ZEZITO, Freire. *Paraty no século XX*. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2012.

Web “Correio do Sul” uma matéria intitulada *Projeto resgata a história da aviação*<sup>83</sup>, a intenção era comemorar o aniversário do Instituto Federal de Santa Catarina e reavivar memórias sobre a aviação. De acordo com a matéria, “em 1948 foi aberta uma linha aérea com hidroavião do Rio de Janeiro para Laguna, em Santa Catarina, linha que depois foi estendida até Porto Alegre, ligando a então capital federal a Paraty, Santos, Iguape, Cananéa, Paranaguá, São Francisco do Sul, Itajaí, Florianópolis, Laguna, Araranguá e Porto Alegre”<sup>84</sup>.

De acordo com Seu Zezito Freire<sup>85</sup>, as terras do “Campo de Aviação” foram doadas uma parte pelo Sr. Coutinho (Dr. Alfredo Lima de Moraes Coutinho), outra parte (próxima à Chácara do Monsenhor Hélio Pires) foi doada pelo monsenhor e próximo à Chácara da Saudade foi doada pelo seu sogro João Miranda. Conta ainda que, Sr. Coutinho após vender as terras próximas ao “Campo de Aviação” para o Dr. Felipe Tortorela foi iniciada uma “invasão”. Dr. Felipe entra na justiça para reaver suas terras e ganha, mas neste momento os bairros Ilha das Cobras e Parque da Mangueira já iniciavam sua formação urbana com número relevante de moradores, para não envolver a polícia e por medo de represálias o antigo dono decide ir embora para a cidade de Barra Mansa (ver relato de Seu Pedro Ares Martins, p. 43).

Dona Marlene Dutra Mello<sup>86</sup>, aponta que esta “invasão” ocorre como reflexo, principalmente, das compras de terras caixaras pelo Sr. Gibrail Tannus Notari. Seu Gibrail ficou popularmente conhecido na cidade pela acusação de grilagem de terras no Atlas Fundiário do Rio de Janeiro, publicado em 1991 pela Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários de Assentamentos Humanos<sup>87</sup>. Algumas comunidades caixaras vivem hoje por causa de sua resistência e apoio de profissionais e amigos, pois lutas foram travadas para a sua permanência na terra, que representa tanto o território quanto a identidade do cidadão, contra a especulação imobiliária e interesses capitalistas. Entre as comunidades que sofreram intimidações para venda de suas terras, destacam-se: Laranjeiras (onde está instalado o

---

<sup>83</sup>Disponível em: < <http://www.grupocorreiodosul.com.br/jornal/tags/campo-de-aviacao/>>. Acesso em 18 de agosto de 2015.

<sup>84</sup>*Ibidem.*

<sup>85</sup> Informação pessoal à autora em 21 de julho de 2015.

<sup>86</sup> Informação pessoal à autora em 24 de julho de 2015.

<sup>87</sup> Disponível em: < <http://www.biodiversidadla.org/layout/set/print/content/view/full/18476>>. Acesso em 19 de agosto de 2015.

condomínio de alto padrão “Laranjeiras”), Trindade, Martim de Sá, Praia do Sono, Praia Grande da Cajaíba, São Gonçalo, entre outras.

Conforme o potencial turístico de Paraty se consolidava, o fluxo de aeronaves nos feriados e férias aumentava. Entretanto, o local não possuía recursos básicos para este funcionamento acarretando no início da década de 1990 alguns acidentes fatais. De acordo com a página da Web “Desastres Aéreos”<sup>88</sup>, em 1994 a aeronave *Piper PA-28* de operação particular saiu de Campinas/SP com destino à Paraty. Ao chegar à cidade o piloto avistou pessoas circulando no campo de pouso e aguardou efetuando passagens baixas sobre a pista e, após certificar-se que esta estava livre, iniciou o procedimento de pouso. “Durante a corrida após o pouso, a aeronave atropelou duas pessoas que subitamente haviam entrado na pista, quebrou a asa esquerda e capotou. A aeronave deslizou por 120 metros, vindo a atingir uma criança que se encontrava na lateral da pista”<sup>89</sup>. Da tripulação (1) e passageiros (2) apenas uma pessoa sofreu lesões leves e as três pessoas atingidas pela aeronave faleceram. Segundo moradores, outros acidentes ocorreram em período próximo.

Na análise realizada na época consta que a pista, de propriedade e responsabilidade da Prefeitura Municipal de Paraty, não possuía condições seguras para operação, por não possuir “cercas de proteção, biruta, demarcações e, principalmente, pelo trânsito constante de pessoas, animais e veículos na mesma”<sup>90</sup>. Em seguida ao ocorrido, o então prefeito Edson Dídimo Lacerda (PMDB) solicitou ao III COMAR (Comando Aéreo Regional), uma vistoria no aeródromo para o levantamento das precariedades e condições de insegurança da pista. “Tal vistoria gerou um relatório que foi encaminhado, também, para o Departamento Aeroviário e Hidroviário do Estado do Rio de Janeiro (DAH)”<sup>91</sup>, ficando o campo de pouso interditado até o início de 1997 quando foi concluída a sua “reforma”, que incluiu o asfaltamento, demarcação da pista, instalação de biruta e contratação de um administrador para coordenar as atividades do local.

Um aspecto importante desta “reforma” do aeródromo municipal foi a instalação de uma cerca em seu entorno. De acordo com a pesquisa do arquiteto Marinho Velloso *Paraty, reconhecimento e projeto* (2013), antes do “Campo de Aviação” se solidificar como uma

---

<sup>88</sup> Disponível em: <[http://www.desastresaereos.net/acidentes\\_brasil\\_1994.htm](http://www.desastresaereos.net/acidentes_brasil_1994.htm)>. Acesso em 18 de agosto de 2015.

<sup>89</sup> *Ibidem*.

<sup>90</sup> *Ibidem*.

<sup>91</sup> *Ibidem*.

fratura socioespacial era um espaço com precária pista de terra para pouso de pequenos aviões. Ainda sem cercas era usado correntemente como passagem e apropriado pelos moradores dos arredores.

No começo dos anos 90, com o aumento do tráfego aéreo e os sucessivos acidentes fatais, a decisão não foi a de retirar a pista para local mais adequado, passível inclusive de expansão a aeroporto, mas sim a de cristalizar a situação de fratura através de investimentos públicos. Por alguns anos a cerca foi continuamente rasgada e atravessada, até que a situação conformou-se como inevitável, ou natural. (VELLOSO, 2013, p. 56).

Marinho Velloso (2013) em seu trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP) realizou um estudo para reocupação deste espaço. O objetivo é dar uso coletivo a um local público e integrar os diferentes sujeitos da cidade – através de bens culturais, áreas de formação e lazer – com a remoção da pista e possibilidades de redesenho urbano. Seguindo uma linha de pensamento que as intervenções urbanas na cidade considerem a participação popular e seja mecanismo facilitador para uma cidadania efetiva. Para pensar o “direito à cidade”, Ananda Matos (2011) em sua dissertação de mestrado aponta que houve em 2002 e 2007 no Plano Diretor da cidade a previsão de uma área adequada para o funcionamento do aeroporto. Estudos apontaram para a inserção de uma pista com porte para voo comercial na comunidade rural da Barra Grande.

Ananda Matos (2011) aponta ainda que a realocação da pista de pouso para fora da área urbana, além de atenuar os riscos que representa, contribuirá para tutela do direito à cidade. Neste momento esta fratura socioespacial demonstra um exemplo de conflito urbano, marcado pela predominância do interesse particular em detrimento do interesse público (MATOS, 2011). A cidade de Paraty há alguns anos tenta receber o reconhecimento sob a chancela de Patrimônio Mundial pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação e a Cultura). No Plano de Gestão “Paraty Patrimônio da Humanidade” - versão preliminar (2002)<sup>92</sup> da área do município à candidatura foram estabelecidas bases para a preservação sustentável e valorização do patrimônio, entre as

---

<sup>92</sup>Disponível em: <[http://www.pagem.uerj.br/textos/172\\_2009/docs/C%F3digos%20e%20Leis%20-%20Paraty/IPHAN/plano%20de%20gestao%20-%20paraty%20patrimonio.pdf](http://www.pagem.uerj.br/textos/172_2009/docs/C%F3digos%20e%20Leis%20-%20Paraty/IPHAN/plano%20de%20gestao%20-%20paraty%20patrimonio.pdf)>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

medidas definidas como metas e prazos foi apontado o projeto para transferência do aeródromo, com a construção do Aeroporto Internacional de Paraty, fora da sede urbana.

Segundo este Plano<sup>93</sup>, que originou o dossiê de candidatura da cidade, o aeródromo de Paraty atende uma demanda turística específica, especialmente, aviões particulares e não possui base para atender um serviço comercial nacional e internacional. “Dentro desse critério, é clara a necessidade de implantação de outro, próximo à cidade de Paraty. A pista de pouso no local onde se encontra, divide a cidade em duas áreas bem distintas, cristalizando fisicamente as diferenças sociais existentes entre os dois lados e obstruindo a circulação urbana” (PGPPH, 2002, p.100). Seguindo esta linha em 2001, se constituiu um Grupo de Trabalho para estudar a viabilidade da construção de um aeroporto, com capacidade de atender à demanda comercial nacional e estrangeira.

A partir deste GT foi preparado um laudo técnico preliminar, coordenado pelo comandante Daniel Torelli com apoio da equipe do ITA e técnicos especializados em aeroportos com aproximação de precisão. Concluiu-se que era necessária a desativação do aeródromo existente, visto que o mesmo contradiz as diretrizes de desenvolvimento urbano local. “Considerando que aquela área deveria ser ocupada com equipamentos mais adequados para a sociedade local e proporcionar a continuidade do tecido urbano e garantindo assim, a segurança de uma parcela que habita o setor, ainda não assistido pelos serviços públicos” (PGPPH, 2002, p.100). Nos estudos dos técnicos do DAC foi reiterada a possibilidade de uso do bairro rural Barra Grande, no qual seria possível implantar um aeroporto “para aeronaves turboélice com capacidade para 50 passageiros como *Fokker 50*, com possibilidade de *upgrade* para aeronaves à jato como o *Boeing 737*, com entrada e saída pelo mar e pista de 2.000 metros” (*Ibidem*, p.100).

Este aeroporto atenderia uma demanda turística nacional e internacional, tanto para Paraty quanto para os municípios vizinhos também turísticos Angra dos Reis /RJ e Ubatuba/SP. Visto que, em 2012, de acordo com o ex-Ministro do Turismo, Gastão Vieira, o litoral, o turismo de aventura e o patrimônio cultural brasileiro atraíram 46,8% dos 5,67 milhões dos visitantes internacionais. Em pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo, Angra dos Reis e Paraty, além da capital, aparecem entre as 10 cidades mais visitadas do

---

<sup>93</sup> *Ibidem*.

Brasil em 2012<sup>94</sup>. Contudo, a expansão do uso aéreo nesta região não se concentraria somente na questão turística, entre estas duas cidades fluminenses se encontram usinas nucleares (Angra I/II e III em “construção”), que possuem somente a Rodovia Rio-Santos (BR-101) e o mar como rotas de fuga em caso de acidente. Destaca-se, ainda, o mercado *Offshore* na Bacia de Santos, da qual Paraty está inserida, com a indicação feita pela Petrobras para exploração de petróleo e gás do Pré-Sal e a presença da Marina Verolme – Angra dos Reis –, reconhecida, neste campo, como maior polo náutico da América Latina.

Apesar de pesquisas de diferentes áreas e planos municipais apontarem o alto risco e extrema necessidade de retirada deste aeródromo municipal da zona urbana, voos continuam em operação regular. Segundo funcionários do aeródromo de Paraty, não é sabido sobre o fim deste uso e, atualmente, o local é mantido através do recolhimento realizado por um consórcio chamado “Biosfera”, no qual associados pagam um valor mensal. Ao indagar sobre a posse de terra fui informada que há uma briga na justiça entre o grupo empresarial e a Prefeitura de Paraty, mas o funcionário informou que metade do aeródromo é de posse dos empresários e ressaltou que o governo municipal não participa de sua administração e manutenção<sup>95</sup>.

Em maio de 2008 foi inaugurada a “Praça da Paz”, localizada num terreno entre o mar e o “Campo de Aviação”. A Prefeitura de Paraty, na gestão do prefeito Zezé, José Carlos Porto Neto (PTB), investiu em torno de R\$410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais) na obra para tentar atenuar os conflitos sociais e alto índice de violência nos bairros adjacentes à antiga “Praça do Campo de Aviação”. No local foram construídos quiosques para alocar o comércio de *fast foods* aglomerados na cerca do aeródromo, popularmente conhecidos por “Praça de Alimentação”, em frente à Rua José do Patrocínio (bairro Parque da Mangueira) e Rua do Campo de Aviação (bairro Patitiba). Foram colocados bancos, mesas, um campo de areia para prática esportiva e uma fonte de água.

Nos últimos anos a violência na cidade se alarga, tendo Paraty configurada no foco “Municípios de Turismo Predatório” analisado pelo *Mapa da Violência 2015*. Um dos motivos desta violência é a potencialização do tráfico de drogas, marcado principalmente pela rixa entre grupos rivais instalados nos bairros Ilha das Cobras (controlado pelo Comando

---

<sup>94</sup> Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2013/09/sao-paulo-e-rio-de-janeiro-lideram-turismo-no-brasil>>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

<sup>95</sup> Informação pessoal à autora em 18 de agosto de 2015.



Vermelho) e Parque da Mangueira – e seu adjacente Dom Pedro I (também conhecido como Ribeirinho” e “Matadouro”) – (pelo Terceiro Comando). Entretanto, outros grupos se organizam em bairros do outro lado do “Campo de Aviação” (Chácara) e de fora do perímetro urbano (como Condado, Pantanal e São Roque) ambos articulados a estes principais.

Nos bairros Ilha das Cobras, Parque da Mangueira e “Ribeirinho” existem alguns espaços culturais e educacionais: Biblioteca Casa Azul, Casa Escola, Cia Dança e Arte Paraty, ITAE, Instituto Silo Cultural, Escola Municipal Guiomar Schmidt, Escola Municipal Pingo de Gente, Escola Municipal Parque da Mangueira e o CIEP Dom Pedro I. Contudo, a porcentagem da população que faz o caminho sentido “periferia”-centro é ainda muito modesto em relação a quem faz o sentido contrário, como pode ser observado na fala da jovem Roberta Oliveira, aluna do Pré-Enem na Casa Azul:

Faço Pré-Enem na Casa Azul, aqui na Ilha das Cobras. Acho esta iniciativa muito importante, independente se existem interesses por trás, pois frequenta muita criança na Biblioteca e tem mediação de leitura. Não frequentava este bairro, os poucos amigos que moravam na Ilha se mudaram. Agora venho de segunda a sexta e isso ajudou a mudar a ideia que eu tinha de generalizar a violência e de que tudo aqui era ruim. Considero esta iniciativa uma democratização do ensino, uma oportunidade “bacana”. Com os colegas vindos de escola pública me sinto mal, pois demonstram dificuldades em alguns conteúdos por não terem tido aula, faltam muitos professores na escola deles. Às vezes me pergunto se eu preciso mesmo estar aqui, se estou tirando a vaga de alguém já que estudo em escola particular, mas como a vaga era aberta eu aproveitei. A Casa Azul dá uma boa estrutura. A interação entre os moradores deste bairro com o restante da cidade ainda é bem difícil. Acho que o “Campo de Aviação” é esteticamente, geograficamente e socialmente errado, limita e isola as pessoas que estão do outro lado. Parece que tem uma linha imaginária, facilmente observada no dia a dia da cidade, em que colocam todos que vivem na Ilha e na Mangueira como marginais, mas eu acho que os envolvidos com o tráfico são minoria. As pessoas não devem nem saber para que existe esse “Campo de Aviação”, ele limita o uso das crianças, como por exemplo brincarem de pipa na Praça da Paz. Elas vão brincar aonde? Na rua onde passa carro? É difícil encontrarem um local sem interferência, sem perigo. (Roberta Oliveira, 17 anos, aluna do Colégio Objetivo e do Pré-Enem Casa Azul, moradora do bairro Chácara. Informação pessoal à autora em 31 de agosto de 2015).

A segregação e invisibilidade social sedimentada por esta fronteira, que rasga o tecido urbano, e violência que envolve grande percentual de jovens durante muito tempo foi silenciada. Contudo, o município atualmente se encontra como o segundo mais violento do estado do Rio de Janeiro, segundo o *Mapa da Violência 2015*<sup>96</sup>. Desta forma, é primordial a

<sup>96</sup> Disponível em: < <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em 11 de julho de 2015.

construção de uma política pública, com participação social, para garantia do “direito à cidade” que para o filósofo francês Henri Lefebvre<sup>97</sup> (1991) está intrinsecamente ligado ao direito à vida, à cidadania. Neste sentido, se pensarmos a retirada do “Campo de Aviação” para instalação de serviços que integram os atores sociais propiciará numa reterritorialização deste espaço, que foi territorializado (expansão urbana), desterritorializado (apropriação como campo de pouso).

A descentralização de acesso aos serviços básicos e trânsito na (e pela) cidade possui diálogo com a mudança na escala territorial e de legitimação sociocultural (identidade e alteridade). A reterritorialização deste espaço o transformará de “não-lugar” – não como a cultura do excesso, mas do espaço individualizado e com frente de consumo (AUGÉ, 1994) – em “multiterritorializado”, que para o geógrafo Rogério Haesbaert (2004)<sup>98</sup> é “a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecadora das diferenças humanas”. Desta forma, compreendemos o fenômeno citadino abarcado na pluralidade e a resposta para a pergunta cerne deste capítulo seria: são “Paratis”. A cidade é imaginada a partir da relação entre sujeito e território, assim como sugere Benedict Anderson ao afirmar que as nações são “comunidades imaginadas” e não apenas instituições distintas.

Uma diversidade de formação urbana, social e cultural que compartilhando um mesmo território (de forma natural ou por escolha) constroem narrativas comuns, as quais alimentam a construção de um futuro na cidade. A interpretação destas narrativas urbanas se reconfigura dialogando com os problemas cotidianos, como habitação, saneamento, tratamento de água, planejamento, sustentabilidade, entre outros. A cidade de Paraty, que tenta candidatura à Patrimônio Mundial pela UNESCO desde 1983 enfrenta ainda problemas básicos para que o direito urbano seja efetivado. Para uma compreensão acerca da configuração de outra fronteira presente no tecido urbano de Paraty, que desencadeia contíguas tensões, ambiguidades e justaposições na dicotomia cidade “passado” e cidade “presente” proponho nos próximos capítulos uma discussão sobre patrimônio e cultura e como o território é apropriado e ressignificados pelas festas de Paraty.

---

<sup>97</sup> LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

<sup>98</sup> HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

## 2 - QUANDO A CIDADE VIRA “PALCO”: UMA ABORDAGEM SOBRE A FESTA DO DIVINO E FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DE PARATY

*Viver é muito perigoso...  
[...] Esses homens!  
Todos puxavam o mundo para si,  
para o concertar concertado.  
Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo.  
João Guimarães Rosa<sup>99</sup>.*

As palavras de João Guimarães Rosa (2001) descrevem um pouco da trajetória desta pesquisa, “[...] cada um só vê e entende as coisas dum seu modo” (*Ibidem*) e no decorrer da fase exploratória, com a construção das exposições realizadas aqui, compreendi o quão é difícil zarpar o olhar quando o coração está ancorado em um lugar. A busca por um referencial bibliográfico consistente, e ao mesmo tempo contestador, contribuiu para a concretude de uma pesquisa de campo mais reflexiva. Revisitei autores, lugares, festas, memórias e emoções com intuito de aprofundar e ampliar minhas reflexões sobre os desafios, impasses e potencialidades da vida cultural urbana.

Para Milton Santos (1996), o território é construído historicamente. Desta forma, a partir da compreensão da construção urbana, social e cultural de Paraty, exposta no capítulo 1, podemos observar como as festas podem amenizar a existência de “fronteiras” imaginárias e materiais e possibilitar a construção de narrativas comuns, as quais alimentam a construção de um futuro na cidade. Neste sentido, Mikhael Bakhtin (2008) afirma que as festas são a segunda vida do povo. Momentos em que o ser social se permite estabelecer novas relações em comunidade.

---

<sup>99</sup> ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Como apontado em outros momentos, Paraty é reconhecida em seu imaginário social como a cidade das festas e consideramos estas festas aqui como narrativas que contam a história e identidade deste lugar, como pode ser observado na fala de Cristina Maseda, Secretária de Cultura de Paraty:

A Festa do Divino tem coisas – coroação do menino, bandeiras, fogos – que as pessoas de fora veem como espetáculo, mas se esquecem que aquilo é movimento de fé e é identidade com todos os seus símbolos. Une a comunidade na fé. Só permanece porque é fé. A Flip se inspira no Divino, na festa, na celebração. Não tem fé, mas tem o livro. Na verdade, foi construindo uma fé na literatura e tem sentido porque não é só espetáculo. A Flip não tem um formato só, todo ano ela se experimenta. Quando elaboramos a Flipinha, na segunda edição da Flip, pensamos no envolvimento das escolas com o patrimônio cultural, a tradição local e a literatura. (Cristina Maseda, Secretária de Cultura de Paraty, 2014-atual. Informação pessoal à autora em 21 de setembro de 2015).

Portanto, a Festa do Divino e a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) são tidas como coautoras da cidade. Convido o leitor a caminhar comigo pelas ruas de pedras do bairro histórico e por outras ruas da cidade para “festá”<sup>100</sup>. A narrativa foi a escolha metodológica para elaborar este capítulo, assim como os outros, inspirada na obra *O Narrador* de Walter Benjamin (1993). Em busca de substratos comuns entre as festas, revisitei meu território durante estes dois momentos nos anos que decorreram a pesquisa. Entretanto, mesmo que as narrações realizadas aqui compreendam o ano de 2015, momento final da escrita da dissertação, também revivo memórias passadas “de pessoa a pessoa” – característica do narrador, segundo Benjamin (1993) – como fonte e dialogo com observações de interlocutores (ora como referência bibliográfica ora como experiência relatada).

## 2.1 AS FESTAS COMO COAUTORAS DA CIDADE

A sociedade contemporânea é atravessada pelas relações entre espaço e tempo, sendo as práticas culturais signos das vivências múltiplas e intrincadas. Neste sentido, esta pesquisa está baseada em “pensar as territorialidades, entendendo que os territórios são espaços em construção, lugares em processo de significação, objetos de disputas e negociações, em que a

---

<sup>100</sup> Expressão caiçara que significa festejar.

cultura exerce papel central”<sup>101</sup>. Este capítulo direciona a pesquisa para um entendimento empírico e processual. Um estudo de caso sobre dois modos de produção cultural: a Festa do Divino Espírito Santo e a Festa Literária Internacional de Paraty. No ano de 2015, o calendário cultural oficial de Paraty conta com 52 festas e eventos culturais, sendo apenas 29 divulgadas em sua programação visual (*flyers*, *banners* e cartazes), que movimentam numa cidade de 40 mil habitantes, aproximadamente, 700 pousadas<sup>102</sup>. Compreender a relação entre esta pluralidade de festas e eventos com o território, acompanhado por um processo de espetacularização urbana, nos permitem pensar a cidade como um campo de tensões materiais e simbólicas, em que um território torna-se “palco”.

Consideremos um mote inicial: a dicotomia entre a Festa do Divino e a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip). Ela é entendida aqui como uma tensão existente entre dois campos da produção cultural – festas tradicionais da cultura popular e a produção cultural contemporânea institucionalizada, de um lado o que é feito em comunidade e de outro o que é construído por profissionais da área. Isto, porque a Festa do Divino é feita em sua maioria pelos moradores/residentes da cidade e a Flip traz muitos profissionais de fora, o que mostra uma diferença no protagonismo dos habitantes de Paraty nesses dois eventos. Esta foi a maneira que encontrei para apresentar algumas das tensões existentes no campo cultural de Paraty. Entretanto, não significa que estas duas produções estejam em oposição, elas caracterizam contextos significativos de vivenciar a cultura e o território, como ressalta Stuart Hall “não existem ‘culturas’ inteiramente isoladas e paradigmaticamente fixadas. [...] As culturas de classe tendem a se entrecruzar e a se sobrepor num mesmo campo de luta” (HALL, 2013, p. 262).

No decorrer da pesquisa pude compreender como a Flip, elaborada externamente<sup>103</sup>, ao longo dos anos se “tradicionaliza”, incorporando aspectos das festas populares e ganhando espaço representativo na cidade e torna-se motivadora para a construção de manifestações paralelas. A Flip representa um campo em Paraty com significativo número de eventos. Mas também constrói um arranjo cultural nacional com o surgimento de diversos eventos literários

---

<sup>101</sup> Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.ppcult.uff.br/index.php/estrutura>>. Acesso em 13 de setembro de 2014.

<sup>102</sup> Jornal El País. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/04/politica/1436039196\\_544016.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/04/politica/1436039196_544016.html)>. Acesso em 07 de julho de 2015.

<sup>103</sup> A festa foi idealizada por Liz Calder, editora inglesa, com base no festival literário de Hay-on-Wye, no Reino Unido.

como, por exemplo, a Flipobre, Fliporto, Flupp, Flizo, entre outros. A Festa do Divino, feita pelos paratienses e às suas expensas desde a época colonial, constrói a história de uma tradição. Isto porque, através do exercício de uma memória coletiva se reelabora no espaço de acordo com o tempo mantendo seu caráter comunitário.

Ressalvemos outra reflexão: quando a cidade vira “palco”. O que estamos tratando neste contexto não é uma passividade do território. É uma sucessão de traços discursivos em torno de festas e ritos que se tornam coautores da cidade com múltiplos sentidos. Esta é uma alegoria trazida ao campo dos estudos culturais para salientar a importância da construção do conhecimento acerca das produções culturais e suas relações com o território. O palco não é estático, ele tem a capacidade de se construir e se transformar de acordo com as necessidades. Observamos como a cidade se reelabora num circuito cultural durante todo o ano. E, mesmo com o poderio desigual das produções culturais que dividem este território observamos possíveis trocas entre si.

A problemática que motivou esta pesquisa parte de um entendimento de que é preciso construir políticas culturais setoriais, que compreendam as especificidades destes dois campos da produção cultural e sua heterogeneidade, que pode ser a base para pensar a pluralidade na cidade. De acordo com Cristina Maseda<sup>104</sup>, Secretária de Cultura de Paraty, ao assumir a gestão em 2014 não havia uma legislação ou financiamento municipal para a cultura. A Secretaria Municipal de Cultura foi compartilhada com a do Turismo até 2009 e atualmente possui um quarto do orçamento desta última. Em 20 de novembro de 2014 Paraty aderiu ao Sistema Nacional de Cultura e hoje está em concretização a lei, o fórum e o fundo, faltando apenas o plano municipal para elaboração. Segundo a Secretária, não havia nenhum planejamento cultural:

Quando assumi a gestão havia muitos passivos, problemas de gestão. Não havia planejamento ou plano de ação. Realizamos um plano emergencial e depois através dos resultados das rodas de cultura definimos 4 pontos norteadores: institucionalização; investimento em equipamentos (diminuição de gastos em eventos); formação de agentes culturais e fomento cultural. O fomento não foi bem sucedido por falta de verba. Reduzimos 75% do investimento em festas comunitárias e fortalecemos a Casa da Cultura, Casa da Ilha e Casa da Música. É difícil acabar com a gestão de balcão, com a dependência ao governo, isto porque Paraty viveu momentos de fartura econômica com os *royalties*. Os segmentos não dialogam, não existe uma rede cultural local. A gente disponibiliza formação, mas as pessoas não vão e continuam vindo à Secretaria pedir coisas. (Cristina Maseda, Secretária de

---

<sup>104</sup> Informação pessoal à autora em 21 de setembro de 2015.

Cultura de Paraty, 2014-atual. Informação pessoal à autora em 21 de setembro de 2015).

O bairro histórico constitui um dos principais lugares de disputas da agenda cultural institucionalizada. Desta forma, entendemos que um espaço pode se territorializar e desterritorializar a partir de seus usos e apropriações. E, mesmo a um distanciamento deste bairro patrimonializado com grande parcela da população é durante os eventos que existe maior circulação de pessoas, possibilitando estreitamento de laços afetivos e de apropriação.

Poderemos refletir as festas enquanto organismos vivos da cultura que tecem o cotidiano. Encontramos dois paradigmas representados por estas manifestações, acompanhadas por ramificações. A Festa do Divino é nosso primeiro paradigma, que desenrola ao longo da história um circuito de festas, ritos e liturgias. O segundo paradigma constitui a Flip, que abre o leque para outros eventos e dissemina uma prática cultural, em escala menor, de cenarização da urbe. Se entendermos estes dois modos de fazer cultural distintos observaremos a necessidade de um plano de trabalho, que seja capaz de resguardar este espaço no âmbito da sustentabilidade.

Para construir uma narrativa sobre a Festa do Divino utilizarei minha experiência aliada ao estudo de caso, entrecruzando falas. Como abordagem teórica, referencio a pesquisa de Marina de Mello e Souza, intitulada *Paraty: a cidade e as festas* (2008). A partir de coleta de dados históricos e conversas com diversos moradores a historiadora construiu um panorama do que eram as festas e seu papel para a comunidade paratiense, do final do século XIX ao início do XX, assim como na década de 1990, período em que realizou a pesquisa. De acordo com a pesquisadora, as festas de Paraty possuíam profunda representação da tradição do lugar, o que não limitavam a incorporação de aspectos dos novos tempos. É no interior deste quadro que poderemos visualizar a construção de identidade do sujeito paratiense imbricada com as festas.

De acordo com Hans-Georg Gadamer (1998), a tradição não é um resíduo do passado, ela permanece no tempo e no espaço se reconfigurando sendo, em momentos diversos, uma linguagem da cultura. O processo de permanência de características culturais está longe de ser algo passivo. A tradição é uma trajetória dinâmica, agregando novos valores e usos para sua permanência na história:

“[...] o que chegou a nós pelo caminho da tradição de linguagem não é o que restou, mas é transmitido, isto é, nos é dito – seja na forma da tradição oral imediata, onde vivem o mito, a lenda, os usos e costumes, seja na forma da tradição escrita, cujos signos de certo modo destinam-se diretamente a todo e qualquer leitor que esteja em condição de os ler.” (GADAMER, 1998, p. 504).

Neste mesmo sentido Maurice Halbwachs, em *A memória coletiva* (1968), afirma que a memória não é estática, mas continuamente reconstruída no presente, onde aspectos sociais são rememorados e adequados a partir de um jogo coletivo. São através deste processo que são construídas e reconstruídas as identidades culturais, ressignificando no presente algo do passado intencionando um futuro. Para Halbwachs, o tempo na memória de um grupo está relacionado com a maneira como este lida com as mudanças.

A escolha destes dois modos de produção por parte de nossa pesquisa expõe a condição de que tanto uma quanto a outra aparecem como sinônimos de Paraty. Isso por que a Festa do Divino é a maior festa tradicional da cidade, realizada desde o século XIX, completamente imersa no seu imaginário coletivo. Já a Flip, com apenas 13 edições, foi o evento que promoveu Paraty para o mundo, divulgando uma identidade de “cidade literária” e para a qual convergem grandes pensadores da atualidade. As duas festas movimentam o maior número de paratienses e turistas pela cidade, e investindo-se grande valor simbólico, material e econômico.

Paraty é conhecida, interna e externamente, como a cidade das festas e por isso alguns moradores consideram que vivem num tempo cíclico criado por elas, observação que aparece também na pesquisa da historiadora Marina de Mello e Souza (2008). A construção histórica do lugar viu-se acompanhar continuamente de ritos religiosos e manifestações culturais que exercem papel fundamental na construção identitária do paratiense, tanto individual quanto coletivamente. A construção das festas tradicionais é colaborativa e por isso possuem importante papel nas relações sociais.

Émile Durkheim, Marcel Mauss e Maurice Halbwachs, autores da “Escola Sociológica Francesa”, contribuem com seus estudos para o pensamento do espaço como representação. Para Durkheim (2002), a maneira como se configura uma sociedade está associada diretamente ao modo como habita e dá sentido ao espaço, “assim, a organização social foi o modelo da organização espacial, que é como um decalque da primeira” (DURKHEIM, 2002, p. 15). Ora, se o espaço é capaz de gerar uma representação material do



sujeito ele pode ser considerado a própria realidade material. Neste sentido, Mauss complementa os estudos de Durkheim propondo que “a vida social em todas suas formas [...] é função de seu substrato material e varia com esse substrato” (MAUSS, 1974, p. 325).

Se o espaço se molda aos tipos de organização da economia, da vida social e das crenças e práticas religiosas de uma sociedade pode entendê-lo como suporte para a construção da memória coletiva. Este pensamento é uma contribuição de Halbwachs, que reflete sobre a dialética entre espaço e sujeito: “logo que o grupo é inserido numa parte do espaço, transforma-o à sua imagem, mas ao mesmo tempo submete-se e adapta-se a coisas materiais que lhe resistem” (HALBWACHS, 1969, p. 132). Desta forma, o espaço permite a construção da memória histórica de determinado grupo que associada à memória autobiográfica se tornam a construção da memória coletiva e individual.

Seguindo os passos de Halbwachs, Michael Pollak (1992) reflete também que memória social se estabelece nas construções individuais e coletivas. Entretanto, o autor destaca o caráter interpretativo e dinâmico que as lembranças recebem quando são contadas e recontadas no espaço e tempo pelos sujeitos. Neste sentido, pode-se considerar o conceito de memória como identificador do dinamismo cultural. A investigação da memória social e cultural é capaz de trazer à tona aspectos pertencentes a uma sociedade, as experiências de seus sujeitos e a maneira de viver que compartilham anos e anos. Entende-se que a memória dialoga com os aspectos constitutivos da identidade cultural, assim como proporciona o entendimento dos significados das manifestações culturais. Segundo Reinaldo Dias (2006), o legado dos antepassados para futuras gerações é entendido como patrimônio cultural, que pode compreender novos significados conforme sua localização no tempo histórico.

A identidade cultural está relacionada com o lugar que nos envolve. Neste sentido, os valores culturais se constroem de acordo como os indivíduos compõem uma imagem do lugar à sua volta e do seu lugar na urbe. O sentido da identidade se estabelece como elo de perseverança em viver a memória no presente se reconstruindo para o futuro. Assim, a memória se torna fundamental para estabelecimento da identidade cultural porque somos o que achamos de nós e o que contam de nós construindo uma identidade imaginada. Esta expressão apresentada por Benedict Anderson em seu trabalho *Nação e consciência nacional* (1989) tem a intenção de refletir sobre a constituição da identidade coletiva por todos os sujeitos, a identidade imaginada é uma identidade criada coletivamente.

Portanto, identidade e memória são conceitos que devem ser pensados como processos em transformações constantes e dessa forma expressam uma cultura viva porque a única forma de algo permanecer no tempo e espaço é se adaptando (reinventado). As festas em Paraty tem ligação forte com o imaginário coletivo e são uma tradição que estabelecem importante papel para a construção da identidade cultural. Neste sentido, proponho pensar as festas comunitárias – representada pela Festa do Divino – e as grande festas – representadas pela Flip – como coautoras da cidade.

Pensar na Festa do Divino como representação das festas comunitárias tradicionais e a Flip como representação das festas contemporâneas não pode ser tido como um preceito. Nenhuma festa tradicional é apenas tradição, visto que é realizada na contemporaneidade e o caráter dinâmico e vivo da cultura deve ser levado em conta. E, quem pode afirmar que a Flip não tenha elos tradicionais com a cidade? De acordo com Carlos Sandroni (2010)<sup>105</sup>, sociólogo e musicólogo brasileiro, “no fundo, tradição e modernidade são elementos que têm muito mais interação do que geralmente se fala”. Comumente são conceitos tidos em sentidos opostos, entretanto estão condicionados um ao outro.

Eric Hobsbawm (1984) ao refletir sobre tradição aponta a dificuldade de compreendermos como ela surge e se estabelece, visto que não é somente sua vivência no tempo e espaço que a caracteriza, mas seu elo de pertencimento com determinado grupo social, podendo existir a “tradição autêntica” e a “tradição inventada”. Desta maneira, podemos compreender que a Festa do Divino é uma tradição vivida na contemporaneidade e a Flip é uma produção cultural contemporânea que incorpora aspectos tradicionais (ritualísticos) do lugar.

## 2.2 FESTAS DE PARATY

*Nada mudou nas festas das igrejas:  
Nossa Senhora dos Remédios de setembro,  
e em fins de maio,  
não mudou, a das bandeiras.<sup>106</sup>*

---

<sup>105</sup> Disponível em: < [http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4194&seção=380](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4194&seção=380)>. Acesso em 20 de junho de 2015.

<sup>106</sup> Poema “O Sobrado”, José Kleber (1932-1989), poeta e político paratiense. Arquivo pessoal.

Há diversos anos um grupo de moradores de Paraty saem pelas ruas de “pé de moleque”<sup>107</sup> do bairro histórico em procissões carregando um andor de seu santo de devoção. Durante dez dias a cidade fica em festa com diversas ruas – a do festeiro – e do bairro histórico repletas de bandeirinhas enfeitando com as cores de cada santo. Às seis da manhã no primeiro dia a Alvorada, ao meio dia o repicar dos sinos, à noite a procissão com a Banda Santa Cecília<sup>108</sup> e ladainha, ao final o leilão de prendas, as barraquinhas de comida e bebida, música e dança.



**Figura 12 - Procissão do Divino com a corte em 2015. Foto: Arquivo pessoal.**

Estas são descrições breves de uma tradição do fazer festas para santos católicos em Paraty. Manifestações culturais religiosas de origem portuguesa, predominantemente branca e de classe alta que se tornou símbolo comunitário, sendo resignificada ao longo dos anos e agregando símbolos e modos da cultura negra africana. Repetidamente, desde o século XIX os indivíduos se organizam comunitariamente para exaltar em maio o Divino, em julho a Santa

<sup>107</sup> Ruas pavimentadas com pedras irregulares, conhecidas popularmente como “pé de moleque”, com fácil escoamento das águas das chuvas e marés.

<sup>108</sup> Banda fundada em 07 de Abril de 1954, conhecida pela participação nas festas tradicionais. Contam que antes desta havia outra banda que acompanhava as festas.

Rita, em setembro a padroeira Nossa Senhora dos Remédios e em novembro Nossa Senhora do Rosário e São Benedito – durante muitos anos foi celebrada em fins de dezembro e é conhecida como a Festa do Divino dos Pretos (existem relatos de que São Benedito foi comemorado em fins de dezembro). Estas festas, e tantas outras pelo município, são realizadas ao longo do tempo marcadas pelo exercício da memória, que possui relação dialética com o território em que vive.

Maurice Halbwachs (1968) diz que a memória coletiva possui ponto de apoio sobre as imagens espaciais, visto que o espaço tende a mudar mais lentamente em relação ao ser social, excluindo os casos de guerras civis e intervenções urbanas. Estas imagens configuram a ilustração do que foi vivido pelos antepassados e nos contado ao longo de nossa formação. Sendo assim, de acordo com o autor, cidades menores tendem a enraizar com maior facilidade suas tradições do que os grandes centros urbanos, que estão suscetíveis à mudanças recorrentes. Segundo ele:

Quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão de imagens que lhe representam os objetos exteriores. Elimina agora, elimina parcialmente ou modifica em sua direção, sua orientação, sua forma, seu aspecto, essas casas, essas ruas, essas passagens, ou muda somente o lugar que ocupam em relação ao outro. As pedras e os materiais não vos resistirão. Mas os grupos resistirão, e, deles é com a própria resistência, senão das pedras, pelo menos de seus antigos arranjos na qual vos esbarreis. Sem dúvida, essa disposição anterior foi outrora obra de um grupo. O que um grupo fez, um outro pode desfazê-lo. Mas o desígnio dos antigos homens tomou corpo dentro de um arranjo material, quer dizer dentro de uma coisa, e a força da tradição local veio da coisa, da qual era a imagem. Tanto é verdade que, para toda uma parte deles mesmos, os grupos imitam a passividade da matéria inerte. (HALBWACHS, 1968, p. 136-137)

No que se refere a relação entre a cidade e o costume de fazer festas, utilizarei como narrativa central a Festa do Divino, que foi registrada em 2013 como patrimônio cultural imaterial no livro de “Celebrações” do IPHAN, se tornando a primeira celebração do estado do Rio de Janeiro a receber tal inscrição. As festas de Paraty possuem profunda representação da tradição do lugar, o que não limita a incorporação de aspectos dos novos tempos. É no interior deste quadro que poderemos entender como a cidade é imaginada<sup>109</sup> a partir das festas e como esta tradição dialoga com a incorporação de elementos que as “espetaculariza”, como

<sup>109</sup> Alegoria ao conceito de “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson em *Nação e consciência nacional* (1983).

a participação de grandes shows. A Prefeitura de Paraty, em parceria com a Paróquia Nossa Senhora dos Remédios e comunidade paratiense, inscreveu a Festa do Divino num edital do IPHAN para coletar os acervos domésticos e institucionais e construir um espaço de referência da festa.

### 2.2.1 Festa do Divino

*“A pombinha do Divino  
Vem olhando para o mar;  
Ela vem abençoando  
O povo deste lugar.”  
Folia do Divino<sup>110</sup>.*

Estou ligada ao Divino por laços afetivos e de fé, que vão desde a me vestir de anjo quando criança até a construção desta pesquisa de dissertação. Após o término da graduação em Produção Cultural, na Universidade Federal Fluminense (2011), retornei à Paraty para trabalhar como produtora executiva numa instituição cultural<sup>111</sup>, em seguida em um projeto parceria entre UFF e MinC<sup>112</sup>. Nestes anos comecei a prestar atenção às mudanças ocorridas no cotidiano urbano e na sua vida cultural. Esse momento foi importante motivador para a elaboração desta pesquisa, que procura entender como a tradição de festas populares estabelece interlocução com as mudanças do território.

Reconhecer o empoderamento popular e que esta cultura não é íntegra foi um esforço na construção do trabalho. Para identificar que a cultura perpassa por um campo de forças e está sujeita a relações de poder e dominação recorri à “desconstrução do popular”<sup>113</sup> proposta por Stuart Hall (2013), que tenta desconstruir a visão de popular – associada às questões de tradição e de classe – como um estrato “autêntico” e “autônomo”.

Um dos meus receios era de que a preservação da tradição e do patrimônio fossem aspectos transformadores da cultura em mero espetáculo. Entretanto, após conversas com moradores, de idades e papéis diferentes, pude perceber que a relação de pertencimento e

<sup>110</sup> Versos cantados à beira mar. Descritos por Gerson Vieira, morador do bairro rural de Paraty Várzea do Corumbê, que aprendeu com seu avô Seu Manoel Rita, cantador de folia e capelão da roça.

<sup>111</sup> Instituto Silo Cultural.

<sup>112</sup> Projeto Prospecção e Capacitação em Territórios Criativos.

<sup>113</sup> No capítulo “Cultura popular e identidade” em “Da Diáspora” (2013).

vivência das manifestações culturais populares estão acima do poderio econômico do turismo e que elas persistem, mesmo com “resgates” de usos e inovações, porque fazem sentido na vida de uma parcela da população, que herdou estes ofícios de fazer festas dos familiares antigos.

O processo de construção da pesquisa instaurou em mim uma maturação para compreender aspectos já naturalizados e ganhou um espaço de luta para além da academia. Mesmo em meio à dificuldade de relativizar o meu meio percebo que estudar o que está próximo, no que estou mergulhada no meu caso, é um grande exercício de equilibrar razão e emoção. Isto porque, inicialmente tomava os paratienses e suas manifestações culturais num posto de muito cuidado, em certo momento com caráter passivo, como se fossem meros receptores de uma agenda cultural. Além da cidade ser reconhecida como a “cidade das festas”, seu potencial turístico – natural e arquitetônico – foram potencializadores para que festas e eventos de grande porte encontrassem porto ali.

Neste sentido, não me cabe – tanto como paratiense quanto pesquisadora – estabelecer um dualismo (polarizado) entre as duas festas estudadas porque baseada em noções antropológicas a proposta da pesquisa é compreender a partir da noção tempo e espaço como as manifestações culturais se reconstróem. Portanto, as festas podem ser consideradas coautoras da cidade, carregadas de tensões, sem perdas ou ganhos definitivos.

A Festa do Divino Espírito Santo é uma manifestação cultural religiosa de origem portuguesa difundida no Brasil no período da colonização. Em Paraty, a comemoração do Divino permeia por sua construção histórica. Alcançando diversos espaços da cidade, público e privado, pode-se considerar que a festa constrói uma própria territorialidade, que possui um papel importante na construção da identidade cultural da comunidade e na constituição de uma memória coletiva. A prática deste festejo é considerada uma tradição do lugar, arraigada ao modo de viver.

Devotos e espectadores participam de um momento em que a fé se materializa em forma de procissões, ladainhas, almoço compartilhado, danças e outras ações que não se restringem a uma ideia de folclore, mas se integram a vida de diversas pessoas da cidade. Dessa forma, compreende-se que o modo de fazer a Festa do Divino caracteriza uma visão de mundo, externando sentimentos e desejos.

De setembro de 2008 a março de 2010 o IPHAN<sup>114</sup> realizou o *Inventário de Referências Culturais da Festa do Divino* e em 2013 foi inscrita no Livro de Registro, na categoria Celebrações<sup>115</sup>, como Patrimônio Cultural Imaterial. Inicialmente a ideia aqui não era construir uma descrição detalhada desta festa, já que o mesmo poderia ser encontrado no Dossiê Descritivo de Registro<sup>116</sup> realizado pelo IPHAN em parceria com membros da comunidade. Este Dossiê representa um legitimador do “capital simbólico”<sup>117</sup> presente nesta celebração e este capital, “como a palavra diz, situa-se na ordem do conhecimento e reconhecimento” (BOURDIEU, 2014, p. 259). Entretanto, por eu ser uma pesquisadora que vivi e ocupei nesta festa diversos lugares procurei construir a minha narrativa do Divino.

Quando iniciei minha pesquisa sobre a Festa do Divino tinha em mim uma tradição preservada sem muitas mudanças no decorrer dos anos. Na verdade, a minha memória foi construída assim, minhas recordações das bandeirinhas e do menino imperador pouco se alteravam. Entretanto, na construção da minha narrativa e pesquisas históricas pude perceber que muito já mudou e que esta configuração atual dos atos foi estabelecida como uma tradição reinventada<sup>118</sup> não muito distante. Durante a Festa do Zé do Hugo (1985), a partir de pesquisas históricas do historiador Diuner Mello (e equipe) se recuperou alguns usos e modos vivos até hoje, entre eles destacam-se as indumentárias da corte e passagem do festeiro<sup>119</sup>. Estas pesquisas resultaram no livro *Festa do Divino Espírito Santo em Paraty: manual do festeiro* (2003), pois o autor relata preocupação com a falta de registro da tradição, que ficava somente na oralidade.

Enfrentei algumas dificuldades no decorrer da pesquisa em ter que relativizar a tradição e a história aprendida, mesmo tendo consciência e vasta leitura sobre os temas discutidos nos estudos culturais, foi difícil desnaturalizar diversos elementos da minha

<sup>114</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<sup>115</sup> Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do?id=17995&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>. Acesso em 05 de setembro de 2014.

<sup>116</sup> Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3956>. Acesso em 01 de setembro de 2014.

<sup>117</sup> Pierre Bourdieu, sociólogo francês, interfere na noção de capital destrinchando este em: capital econômico, capital cultural (ou informacional), capital social e capital simbólico. De acordo com o autor, aqueles que possuem capital cultural e capital simbólico são percebidos como detentores de autoridade legítima. Acredito que esta autoridade já era sentida anteriormente ao Registro da Festa do Divino pelo IPHAN. Entretanto, esta ação potencializa e exterioriza tal sentimento.

<sup>118</sup> Faz-se referência à ideia de “tradição inventada” de Eric Hobsbawm.

<sup>119</sup> O anúncio do novo festeiro ocorria após as danças para o menino imperador e atualmente ocorre na celebração da tarde no domingo.

cultura. Entretanto, ouvir outras narrativas foi de grande contribuição para esta análise. Alguns moradores questionavam as narrativas institucionalizadas em livros oficiais e abordavam modos diferentes de vivenciar a história de Paraty.

A Celebração de Pentecostes<sup>120</sup>, como é oficialmente conhecida pela Igreja Católica, ocorre cinquenta dias após a Páscoa. Segundo Marina de Mello e Souza (2008) o Divino transborda os limites da igreja e sua execução no mesmo território com a utilização dos mesmos objetos reforça uma ideia de quase imutabilidade do rito. Portanto, a preservação deste espaço e a maneira como os sujeitos dele se apropriam, enquanto local de compartilhamento e vivência, demonstra um sentido sucessivo de pertencimento. Desta forma, a tradição, enquanto linguagem própria, existe pelo fato de estarem vivas lembranças na memória coletiva e individual, que associada ao território reforça aspectos constitutivos da identidade.

#### 2.2.1.1 Minha narrativa do Divino

É sexta-feira, acabo de sair do trabalho e preciso rapidamente me arrumar para o primeiro dia da festa. Na verdade, a festa se inicia no ano anterior, mas hoje é o primeiro dia da novena e ouço os fogos de artifício bem perto de casa, sinal de que a procissão está perto. Encontro as bandeiras com os festeiros, comissão de festa, folia do Divino, Banda Santa Cecília e fiéis próximo à Praça do Chafariz. Eles vieram da Chácara, bairro próximo à entrada da cidade e após uns 20 minutos de caminhada estão cruzando as correntes, limitadoras do bairro histórico, para seguir à Matriz de Nossa Senhora dos Remédios. Ao longo da procissão são intercalados rezas, cantos dos foliões e músicas da antiga banda da cidade. Na frente segue o fogueteiro anunciando a passagem da bandeira.

---

<sup>120</sup> “A Festa do Divino é conhecida oficialmente pela Igreja como a Festa de Pentecostes, que celebra a descida do Divino Espírito Santo sobre os apóstolos e Nossa Senhora reunidos no cenáculo, quando eles então estavam com medo da perseguição dos judeus. [...] Nós consideramos que a Festa de Pentecostes coroa a Páscoa, ela fecha esse ciclo pascal [...]; os discípulos perdem o medo, os discípulos se enchem dos dons do Espírito Santo, sabedoria, ciência, temor de Deus, entendimento, e saem pelo mundo testemunhando a sua fé em Jesus Cristo. Então ali nasce a Igreja Católica”. Entrevista realizada em 28/05/09, com Padre Roberto Carlos Pereira, pároco da Igreja de Paraty. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3956>>. Acesso em 16 de setembro de 2014.



A Festa do Divino se inicia com o anúncio do novo festeiro na missa da tarde de domingo, após os nove dias de novena. O pároco lê a carta de intenção do devoto candidato – contendo os motivos para realização da festa, indicação da comissão e se comprometendo a seguir os ritos litúrgicos e outras normas pré-estabelecidas – e apresenta à comunidade o festeiro e sua comissão, se for recebida mais de uma carta a escolha se dá a partir de conversa entre o padre com o conselho da igreja e poderá ser acordado festeiros para anos vindouros, porém os trabalhos de cada comissão só iniciará no ano que antecedente à festa.

Os festeiros enviam na carta os nomes dos fiéis que comporão sua comissão de festa. Esta é uma inovação percebida mais recentemente porque no período do apogeu de Paraty as festas eram realizadas por irmandades, depois passaram a ser mantidas por festeiros de grande poder aquisitivo junto às doações de esmolas e da folia. Esta comissão será responsável na preparação de todos os atos festivos e ao longo do ano se revezarão em eventos e vendas de doces para angariar fundos para a realização da festa. Desta forma, tem-se uma democratização econômica dos festeiros, que hoje não se restringe às famílias tradicionais da cidade, normalmente moradores do bairro histórico, políticos ou empresários.

Os festeiros até o fim da década de 1990 eram quase sempre moradores do bairro histórico porque a casa do festeiro é importante lugar de movimentação durante o ano e principalmente nos dias da festa, com chegada e saída diariamente das bandeiras, foliões, devotos e para onde vão as insígnias – objetos sagrados, que durante o ano são guardados no cofre da Igreja de Santa Rita, Museu de Arte Sacra de Paraty. Após a chegada do Pároco Padre Roberto Carlos Pereira (em fevereiro de 2001) os festeiros das festas principais do centro da cidade receberam a parte inferior do sobrado da paróquia para trabalhar e vender doces. Localizado na Rua do Comércio a disponibilidade deste casarão para os festeiros potencializou a participação de moradores de bairros distantes como festeiros.



**Figura 13 – Folia do Divino na passagem das insígnias na Casa do Festeiro. Foto: Arquivo pessoal (2014).**

Para representar a transição do festeiro de uma festa para a outra são entregues durante a última celebração na Matriz – dia da festa – uma bandeira chamada “da promessa”, a salva, a coroa e o cetro. Em seguida o festeiro “velho” e sua comissão seguem em procissão para a casa do “novo” festeiro, acompanhados pela folia, Banda Santa Cecília e devotos. Segundo Diuner Mello<sup>121</sup>, contavam os mais velhos que é somente na casa do novo festeiro com as cantadas da folia que esta passagem é realmente concretizada.

Na casa do festeiro novo, ornamentada com bandeirinhas brancas e vermelhas, folhas de canela no chão, flores e estandartes nas janelas, é realizada a cerimônia de passagem da festa pelos foliões do Divino – a folia é composta por viola (tocada pelo mestre e contramestre), pandeiro e caixa. Para iniciar a passagem os foliões fazem a cantada “meu senhor festeiro novo, boa noite quero lhe dar é aqui na sua casa que o Divino vai ficar”. Em seguida, entoam outros versos que descrevem todo o rito de passagem das insígnias imperiais e os festeiros executam. Após as orações é oferecido aos devotos, foliões e banda um lanche para comemorar o término de uma e o início de outra festa.

<sup>121</sup> Informação pessoal à autora em 11 de maio de 2015.



**Figura 14 – Na casa do festeiro. Figura 14a: Bandeira da Promessa do Divino. Figura 14b: Folhas de canela no chão. Fotos: Arquivo Pessoal (2015).**

A folia em Paraty tem caráter precatório<sup>122</sup>, diferente de outros lugares como Portugal, acompanham os festeiros na arrecadação de donativos para a festa. Os foliões, em sua maioria, também são tocadores de ciranda e em diversos relatos históricos é mencionado o pagamento para sua participação na festa. Contam que uma diferença entre a Folia de Reis e a Folia do Divino é que a primeira só pode sair à noite porque seguem a estrela e a do Divino toca a qualquer hora do dia. De acordo com Seu Osmar Freitas<sup>123</sup>, a folia ainda tem um caráter de encontro (vivência) e fé – reunindo foliões, entre outras datas, no dia 18 de janeiro para exaltar juntos os Reis – diferente da ciranda, que ganhou um caráter de espetáculo e não acontece mais além de apresentações musicais em festas e eventos, ressalvo as apresentações de Seu Verino e Seu Dito da Laranja em ruas do bairro histórico para arrecadar dinheiro.

Ainda no domingo a nova comissão se organiza para no próximo dia iniciar a retirada dos ornamentos da igreja e das ruas. Devido ao tamanho e complexidade dos atos da festa, os festeiros atualmente contam com uma comissão de mais de cinquenta participantes. Nos últimos anos constroem cronogramas de trabalho para o ano inteiro, normalmente, em forma de folheto com todas as escalas. Dependendo dos festeiros os trabalhos para angariar fundos variam entre venda de doces, bailes, rifas, show de prêmios. A esmola com a bandeira e a folia são formas de recolher donativos herdados desde a época da colonização, quando viajavam

<sup>122</sup> A folia acompanha o pedido de esmolas pelas ruas.

<sup>123</sup> Integrante do grupo de folia e ciranda “Velha Guarda”. Informação pessoal à autora em 22 de julho de 2015.

pelas fazendas – na área rural e costeira. Estas ações são formas de sociabilidade entre os moradores e em alguns casos não envolvem somente a comunidade católica paratiense, como pode ser percebido no show de prêmios, que atrai um número significativo de pessoas, incluindo moradores das cidades vizinhas Angra dos Reis/RJ e Ubatuba/SP.

No decorrer da procissão pelas ruas do bairro histórico diversos são os curiosos fotografando. A cidade está cheia mesmo não sendo feriado e quando passamos em frente aos restaurantes temos que desviar das mesas e cadeiras com turistas. O combinado entre igreja e prefeitura é que os restaurantes sejam notificados com antecedência para retirarem os objetos durante a passagem da procissão, porém nem todos os estabelecimentos o fazem. Quando chegamos à Matriz a igreja já estava lotada e alguns fiéis aguardavam a procissão em pé nos degraus da praça.

Os barulhos de estalinhos dos meninos na praça eram silenciados pelos foguetes e sinos da igreja que anunciavam a chegada das bandeiras. O cheiro da pipoca se mistura ao do incenso do acólito e conforme a procissão adentrava àquela imensa igreja, com dificuldade ia devagar me dirigindo para perto do altar. Enquanto ouvia a música “os devotos do Divino vão abrir sua morada pra bandeira do menino ser bendita, ser louvada” meus pensamentos se misturavam às lembranças de criança quando a cantava no coral cidade.

Em alguns dos primeiros bancos sentam diversas senhoras da cidade, que fazem parte do Apostolado de Oração<sup>124</sup> – grupo com 108 anos de existência – usando uniformes, calça preta e blusa branca, e fita vermelha. Outras mulheres que compõe a Irmandade Nossa Senhora das Dores também uniformizadas com calça preta, blusa branca e murça roxa seguem logo atrás. Esta irmandade fundada em 1901 esteve em atividade até, aproximadamente, a década de 1950 e foi extinta em 1960. De acordo com José Carlos Lambert<sup>125</sup>, a irmandade retorna em 2010 após restauro da Capelinha Nossa Senhora das Dores – igreja e irmandade criadas para mulheres, hoje a irmandade continua sendo feminina.

Neste primeiro dia, representantes de todas as comunidades por onde a Bandeira do Divino passou ao longo do ano são convidados a entrarem com suas caixas de ofertas e bandeiras. Esta celebração e todas ao longo da semana são organizadas por comunidades

---

<sup>124</sup> De acordo com Therezinha Vieira Fabricante, presidente do Apostolado de Oração, o primeiro grupo fundado no Brasil foi 30 de junho de 1867, na igreja de Santa Cruz no Recife (PE). Em Paraty foi fundado em 06 de setembro de 1907. Informação pessoal à autora em 07 de julho de 2015.

<sup>125</sup> Informação pessoal à autora em 10 de maio de 2015.

convidadas, que dividem as partes litúrgicas dos ritos. Ao final de cada missa as comunidades se reúnem na Cantina Paroquial para lanchar. Desta forma, a festa que ocorre no centro movimenta as comunidades da Zona Rural.

Ao final da ladainha fui com algumas amigas para o estacionamento público ao lado da Matriz, onde estavam as barraquinhas de comidas e bebidas e mais à frente o palco. Esta foi uma das “praças de alimentação” do Divino mais *gourmet* que me recordo. Além do famoso e já “tradicional” *yakisoba*, tinham as populares barracas de churrasco (e pão com linguiça) e alguns restaurantes da cidade. Um piso foi instalado sobre o piso de terra batida e uma imensa cobertura protegia o público, que ocupava mesas e cadeiras brancas de plástico. De tempos em tempos passava um funcionário bem vestido para limpar as mesas. O espaço me pareceu menor, mas acho que foi por causa da estrutura.

Durante muitos anos as barracas foram confeccionadas pelos próprios barraqueiros da cidade, mas atualmente é de responsabilidade da Prefeitura, que as aluga. Para Luís Perequê<sup>126</sup>, músico e poeta paratiense, o sentido inicial destas e das barracas de roupas e utensílios, localizadas no Areal do Pontal, era de suprir uma demanda local, visto que Paraty não possuía um comércio variado. De acordo com o Pároco da cidade, a mudança na uniformização estética das barracas partiu da Secretaria de Turismo, mas isso requer um aumento no valor do aluguel refletindo no serviço ao consumidor. O que, de certa forma, acarretar numa transformação do público.

Esse ano na Festa do Divino o pessoal da Secretaria de Turismo quis mudar, fazer uma estrutura bacana. Só que o custo disso é muito alto. [...] Se você tem uma festa que é popular, que vem o pessoal da Zona Rural e Costeira, é complicado porque fica mais caro. O povo tá se divertindo? É preciso melhorar? Também acho, mas como? [...] cada ano é uma nova barraca, nova estrutura. (ENTREVISTA 5, Pe. Roberto Carlos Pereira, Pároco de Paraty, em 02 de setembro de 2014).

Apesar das mudanças estruturais e dos valores altos nas barracas, as de alimentação e vestuário se mantiveram cheias durante os dez dias de festa. Nas redes sociais pude acompanhar diversos moradores manifestando interesse em comprar meias no Divino. O que antes era um encontro apenas de moradores da cidade hoje se amplia para um público regional e também com o recebimento das caravanas cariocas. Desta forma, as barracas com preços

---

<sup>126</sup> Entrevista 4: Luís Perequê, músico, ativista cultural e fundador do Instituto Silo Cultural, em 29 de agosto de 2014.

mais acessíveis do que os restaurantes localizados no bairro histórico conseguem atender o intenso movimento. As barracas de roupas realizam na segunda-feira após o término da festa promoções e há grande circulação de moradores.

Pensar as barraquinhas da Festa do Divino ajuda a compreender como a tradição é um processo em constante mudança, mas com elementos que se fixam. Um exemplo disto, são as próprias barraquinhas que permanecem apesar da sua estrutura ir se modificando com o passar dos anos. Se inicialmente eram construídas com bambu pelos moradores locais, hoje é feita com estruturas locadas (semelhantes aos megaeventos). O sentido central continua, mas adaptado às necessidades do tempo. Em conversas realizadas com alguns moradores percebemos algumas insatisfações com estas alterações. Desta forma, percebemos que as mudanças em pontos da tradição devem ser realizadas num acordo conjunto entre comunidade e governo municipal (ou órgãos de proteção patrimonial) e não imposições verticais, pois “é na história vivida que se apoia nossa memória” (HALBWACHS, 1990, p. 60).

Outro aspecto em constante mudança são os shows trazidos para animar a parte social da festa. Um morador relatou que aos poucos esta agenda está dialogando mais com o propósito da festa, “já melhorou muito, tivemos aqui até show do Bonde do Tigrão, pensava que o tombamento como patrimônio fosse ajudar a preservar o que é a Festa do Divino”<sup>127</sup>. Para o filósofo francês Guy Debord (2013) numa luta entre tradição e inovação, “que é o princípio de desenvolvimento interno da cultura das sociedades históricas, só pode prosseguir através da vitória permanente da inovação” (DEBORD, 2013, tese 181, p.120).

Os festeiros das festas tradicionais, com mais ênfase na Festa do Divino, construíram o costume de distribuir no dia da festa lembranças abençoadas. Segundo Dona Filhinha<sup>128</sup> quando era criança, os proprietários de mais de 50 engenhos existentes na cidade ajudavam com doações, tornando-se os “mecenas” da festa. No Dossiê do IPHAN este ato é apresentado como uma inovação a tradição:

Diante das mudanças históricas ocorridas a partir de 1960, a realização das festas persiste na atualidade porque continuam tendo forte significado para a comunidade, introduzindo novidades na tradição e adaptando-se àquelas mudanças. Não se trata com o reconhecimento como patrimônio, de fixar uma tradição que não é dinâmica, pelo contrário. Ainda que as festas sejam basicamente iguais umas às outras, pois

---

<sup>127</sup> ENTREVISTA 4, Luís Perequê, paratiense, músico, ativista cultural

<sup>128</sup> Benedita Vieira de Oliveira. Festeira do Divino em 1980, coordenadora das cozinheiras do Divino e moradora do Centro Histórico. Informação pessoal à autora em 08 de agosto de 2015.

são feitas seguindo um saber conhecido por todos, algo as diferencia entre si, fazendo com que cada uma seja lembrada em sua particularidade. As lembranças individuais são chamadas para dar destaque a um detalhe que passava despercebido e volta a ser valorizado, introduzindo uma inovação que dali para frente passa a ser incorporada às festas (Dossiê de Registro da Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty, 2010, *apud* Souza, 2008, p. 261).

Contudo, hoje pode ser observado como este ato se insere num campo “espetacular”, sendo conflituoso o momento de distribuição com devotos desejando a maior quantidade possível de lembranças.

Eu não vou mais à missa da manhã do Divino porque é uma briga para pegar lembranças. Ano passado uma senhora caiu dentro da Matriz e se machucou por causa da “muvuca”. O Padre Roberto precisou brigar e dizer que vai proibir esta distribuição porque a cada ano tem ficado pior. (Alaíde Nascimento. Informação pessoal à autora em 05 de outubro de 2015).

A partir dessas observações podemos compreender como a Festa do Divino está inserida numa lógica de espetacularização da tradição, na qual a tradição está constantemente atravessada pela cultura capitalística com estabelecimento de imagens. Para Debord “o espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social” (*Ibidem*, p. 30). De acordo com Paola Jacques<sup>129</sup>, “boa parte do poder simbólico já foi capturado pelo capital financeiro privado nesta atual fábrica de imagens consensuais”. Entretanto, diferentemente de outras festas que objetivam ganhos materiais as festas tradicionais de Paraty visam feições comunitárias e relacionadas à vida em grupo. As transformações nestas festas não devem ser vistas com desprezo, mas requer um cuidado para que o diferencial que as constitui – experiência sensível comunitária – não seja transformada em simulacro ou produto da própria espetacularização.

No segundo dia de novena o celebrante convidou integrantes das equipes participantes da Mega Gincana do Divino para receberem uma bênção e agradecer pelas 70 cestas básicas já arrecadadas para os Vicentinos destinarem às famílias carentes, sendo muitas dessas de outras religiões. Percebo esta gincana como uma significativa inovação da tradição. De acordo com Elcio Gonçalves, atual organizador, a gincana de 2015, com quatro equipes, movimentou diretamente 1.000<sup>130</sup> jovens paratienses durante 30 horas<sup>131</sup>. Este movimento

<sup>129</sup> JACQUES, Paola. “*Notas sobre espaço público e imagens da cidade*”. 2008.

<sup>130</sup> Informação pessoal à autora em 07 de junho de 2015.

ocorre desde 1998 e já contou com organizações diferentes e nos anos iniciais não estava tão associada à festa. Congregando jovens de diferentes localidades, renda e crença é um importante momento de sociabilidade juvenil com provas que dialogam com a história do lugar.

Participo da maior equipe de Paraty chamada “Equipe Kamikaze”, em seu primeiro ano foi chamada de “Capela” porque era composta por jovens que se encontravam em frente à Capelinha de Nossa Senhora das Dores, no bairro histórico. Neste movimento tive a oportunidade de estabelecer amizade com diferentes pessoas e ocupando distintas funções – desde pedir alimento de porta em porta pela cidade à liderança da equipe – pude compreender o sentido de trabalhar em grupo. Este ano, eu e outros integrantes do grupo mais antigo fomos convidados a participar de uma homenagem na prova de abertura. Em seguida relembramos fatos marcantes como a prova cultural em 2006 para homenagear o Divino em que eu e outra pastorinha conseguimos com Dona Filhinha – senhora zeladora de vestes e panos da Matriz – as insígnias imperiais e com uma réplica idêntica ao resplendor desta igreja – feita por Chico Divino – realizamos uma procissão com os membros paramentados e portando velas, que emocionou e causou conflito com outras equipes que fizeram apresentações mais simples.

Ao longo do domingo foram realizadas provas da Mega Gincana, entre elas esportivas, culturais, sociais, relâmpago e enigmas, com grande parte concentrada na Quadra da Matriz. A prova de encerramento à noite atraiu familiares dos participantes e público em geral para assistirem as apresentações. Contudo, simultaneamente ocorria apresentação musical no estacionamento. A programação social é de responsabilidade da Secretaria de Turismo.

Na terça-feira da festa quando estávamos aguardando a chegada da procissão o barulho das sirenes de polícia acompanhadas por um burburinho alertou que do outro lado da Ponte do Pontal o Prefeito Casé, Carlos José Gama Miranda (PT), acabara de sofrer um atentado a bala na cabeça em frente à Prefeitura atingindo também outro funcionário. Após dois meses do ocorrido a polícia militar ainda não sabia informar o que motivou, mas prefeito e funcionário saíram ilesos. Este fato, associado a outras mortes na mesma semana trouxe à tona nas ruas e nas redes sociais uma discussão sobre a violência em Paraty, principalmente

---

<sup>131</sup> Indiretamente a gincana envolve muitos outros jovens, que iniciam sua organização três meses antes da festa. A articulação varia de acordo com a equipe.



acerca da potencialização do tráfico de drogas na cidade, sobretudo a rixa entre facções alojadas em seus dois bairros mais populosos e carentes.

Outra inovação, que se tradicionalizou na Festa do Divino é o Show de Calouros, que acontece na quinta-feira e é organizado pela professora Marli Cardoso. Com, aproximadamente, duas horas de duração o show em sua 28ª edição contou com novos e já conhecidos participantes. Este é o dia da semana com maior lotação de público no estacionamento, onde fica montado o palco. Diversos "artistas" da cidade e de municípios vizinhos cantam e representam composições próprias e conhecidas. Muitos participantes levam a brincadeira a sério, entretanto outros participam para fazer graça, este é o caso de "Renatinho", uma rapaz gago que de forma cômica interpreta diversos *funks*.

Uma figura emblemática, que sempre está pelo palco seja no Show de Calouros ou acompanhando algum artista é a Rainha Mariinha<sup>132</sup>. Uma senhora loira, bem magrinha e baixinha com mais de 80 anos que se considera rainha de quase tudo em Paraty. Numa conversa informal ela contou que já foi até rainha da Festa de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, que é caracterizado por mulheres negras. Mariinha, que pede às costureiras da cidade para produzirem suas roupas, anda elegante e participa também de procissões. Há uns dois anos atrás durante apresentação do grupo Ciranda Elétrica no Divino, ela desmaiou no palco e foi uma preocupação entre músicos e público.

Sinto o segundo final de semana da festa como o mais emocionante. Com maior número de participantes é neste período que ocorrem o almoço comunitário, coroação do menino imperador, danças folclóricas, distribuição de doces, carnes aos pobres e lembranças e a passagem do festeiro. Atualmente as barraquinhas ocupam o estacionamento público e Areal do Pontal e a quadra é ocupada pelo império do Divino. Em anos mais antigos, como conta Seu Zezito Freire<sup>133</sup>, com a desapropriação e demolição de casas velhas, por Samuel Costa em 1921, no terreno de chão batido que hoje é a quadra aconteciam danças, comes e bebes da festa. A partir de 1944, Paraty possui um Clube de Basquete que transforma o lugar cimentando-o em 1951.

No sábado às 07 horas é realizada a distribuição de carnes aos mais necessitados na Cantina da Paróquia, antes distribuído na casa do festeiro, este ano a festa ganhou 03 bois

---

<sup>132</sup> Urmídia Braga da Conceição Avelar.

<sup>133</sup> Informação pessoal à autora em 21 de julho de 2015.

para este fim. Em seguida, às 09 horas, sai o bando precatório – folia, festeiros e comissão com bandeiras – pelas ruas da cidade para angariar doações. O almoço no sábado tem seu preparo iniciado muito tempo antes com arrecadação de doações e preparo, feito normalmente por algumas senhoras da igreja e integrantes da comissão, que na semana anterior cozinham os alimentos na Cantina Paroquial. É costume da minha família não fazer almoço em casa neste dia para participarmos do almoço comunitário. Na fila encontramos muitos moradores conhecidos, mas também pessoas de comunidades rurais e costeiras, romeiros e turistas.



**Figura 15 - Almoço do Divino (2015). Fotos: Arquivo Pessoal.**

Durante a festa há um transbordamento da fé em diversas ações, que estão além da doutrina da igreja. Uma delas é o almoço comunitário, servido no sábado da festa, que simboliza a partilha. Ao meio dia o padre faz uma benção com a participação dos festeiros, comissão e devotos. Em seguida o almoço e refrigerante são servidos na porta do salão João XXIII, lateral da Matriz. Seguindo o costume o cardápio do almoço é composto por macarrão, arroz, frango, carne e farofa de feijão (prato típico da culinária de Paraty com características parecidas ao mineiro “feijão tropeiro”). De acordo com Conceição Cândido<sup>134</sup>, uma das sete festeiras de 2015, este ano foram comprados 600Kg de carne e arrecadados 500Kg de frango, 130Kg de arroz, 130Kg de feijão, 130Kg de macarrão, 1.000 litros de refrigerante e 5 mil pratos descartáveis. Os festeiros estimaram a distribuição de mais de 4 mil almoços, que são comidos em mesas de plásticos na quadra ou pelas ruas, muretas e bancos na Praça da Matriz.

<sup>134</sup> Informação pessoal à autora em 22 de julho de 2015.

Desde a chegada de Pe. Roberto à comunidade não é servido bebidas alcoólicas durante o almoço.



**Figura 16 - Almoço do Divino (2015). Fotos: Arquivo pessoal.**

Após o almoço do Divino sentamos na Praça para tomar sorvete. As crianças alternavam as brincadeiras entre soltar bombinhas e correr com as figuras do folclore da cidade – “Miota”, “Cavalinho” e “Boi” – confeccionados com pano, bambu e papel machê. Estas figuras ficaram alguns anos próximos ausente da festa. Este ano, os bonecos de posse da Secretaria de Cultura foram vestidos por meninos e jovens que receberam para este fim, mas durante muitos anos foram confeccionados por diferentes pessoas, como os artistas plásticos Jubileu<sup>135</sup> e Lúcio Cruz.

A celebração de sábado é a última da novena. Então, é o último dia em que a Bandeira da Promessa sai da casa de algum devoto em procissão para a igreja. E, também é o último dia de ofertar quilo de alimento não perecível. Durante a celebração são ofertadas as insígnias imperiais e logo depois realizada a coroação do Menino Imperador pelos festeiros, seguido das toçadas de sinos e fogos. Este ano o menino imperador foi representado pelo neto de uma das festeiras, o jovem Matheus Cândido Fernandes, de 16 anos, e sua corte foi composta por meninos com idade média de 10 anos. Entre os guardas estava meu sobrinho, no dia em que a roupa foi entregue para ajustes não conseguimos retirar dele, pois argumentava que com ela se sentia importante.

---

<sup>135</sup> João José da Silva Junior.

Estas representações imperiais encenadas durante a festa aguçam o imaginário dos meninos que as vivem, os “transportando” para outro momento histórico e os possibilitando construir uma memória da tradição, que segundo Maurice Halbwachs (1990) é mais significativa quando vivida. As insígnias imperiais como vemos hoje foram recriadas em 1985, durante a Festa do Zé do Hugo<sup>136</sup>, (por Diuner Mello, como já citado), recuperadas a partir de registros fotográficos de um livro<sup>137</sup> com uniformes usados em 1786 pela milícia em Paraty. Observamos, então, como a tradição se inventa quando tem sentido individual e coletivo. De acordo com Pierre Nora (1993), “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”.



**Figura 17 - Corte Imperial do Divino. Figura 17a: Aquarelas do uniforme do exército brasileiro no Século XVIII feitas por J. Washf Rodrigues, arquivo de Diuner Mello disponibilizada à autora em 06 de junho de 2015. Figura 17b: Corte Imperial composta pelo Menino Imperador e seus guardas na Casa do Festeiro em 2015. Foto: Arquivo pessoal.**

Segundo Diuner Mello<sup>138</sup>, durante alguns anos anteriores foram vistos imperadores vestidos de terno e acompanhado por meninas de túnica branca. Hoje, como era no século XVIII, o imperador é um jovem de aproximadamente 14 anos para fazer referência à idade em que Pedro II foi coroado. O horário da coroação foi alterado do domingo pela manhã para o sábado à noite devido à intensa agenda que o Menino Imperador e sua vassalagem – 02

<sup>136</sup> José Conti Miranda.

<sup>137</sup> BARROSO, Gustavo (org.). *Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)* – ilustrações de J. Washf Rodrigues. Publicação oficial do Ministério da Guerra, comemorativa do Centenário de Independência do Brasil. Paris: A. Ferroud – F. Ferroud, 1928.

<sup>138</sup> Informação pessoal à autora em 06 de junho de 2015.

vassallos e 04 guardas – tinham que percorrer. Em Paraty, diferente de Diamantina e São Luiz do Paraitinga, o imperador não é o festeiro, provavelmente tenha sido até o período de decadência da cidade, mas não encontrei informações detalhadas. Após a celebração a corte segue para o Império do Divino, localizado na quadra ao lado da Matriz. Este ano o Menino Imperador e sua vassalagem assistiram a apresentação do “Marrapaiá”<sup>139</sup> vindo da cidade de Cunha/SP e a Ciranda, da qual participei. Não foram dançadas as tradicionais Dança dos Velhos e Dança das Fitas.

No domingo muitos são despertados às 06h com alvorada festiva, seguida às 09h pelo traslado da casa do festeiro com Resplendor do Divino, Menino Imperador com vassalagem, folia, festeiros e fiéis para a igreja. Ao chegar à Matriz há um tapete verde formado pelas folhas de canela. Contam que este uso se iniciou quando o piso era em madeira por causa dos corpos enterrados no chão da igreja e das próprias pessoas que não se lavavam regularmente. Outro costume utilizado para amenizar o mau cheiro utilizado e ressignificado nos dias de hoje é o incenso. De acordo com o historiador paratiense Marcell Costa<sup>140</sup>, da década de 1980 até os dias que seguem foram realizados resgates em usos, costumes e objetos da festa. Isto porque durante o período de decadência da cidade – fase mais aguda de 1920 a 1950, de acordo com Diuner Mello<sup>141</sup> – a festa ficou menos pomposa, adaptando diversos atos. Uma das pessoas importantes neste processo de reavivar memórias e registro documentais foi o historiador paratiense Diuner Mello, hoje com 71 anos, ouviu e aprendeu muitas coisas com Seu Manoel Torres, conhecedor das tradições paratienses falecido com mais de 100 anos.

Nos últimos anos tem aumentado a participação de fiéis de outras localidades, vindos em caravanas, principalmente da baixada fluminense com maior concentração no domingo da festa quando são distribuídas lembranças como sal e medalhas. Na celebração da tarde há uma inovação litúrgica com participação de fiéis dando testemunhos de pedidos alcançados através do Divino. Este ano o Prefeito Casé, Carlos José Gama Miranda (PT), que já foi Menino Imperador, relatou acreditar que pelo Divino “estava ali após 05 dias de uma bala na cabeça em frente à Prefeitura”. Em seguida, há anúncio dos novos festeiros e a festa se encerra com

---

<sup>139</sup> Contam que esta dança é similar à Congada, mas que um de seus versos fazia referência a amarrar o paiá por isso ficou popularmente conhecida como Marrapaiá.

<sup>140</sup> Informação pessoal à autora em 11 de maio de 2015.

<sup>141</sup> Informação pessoal à autora em 06 de junho de 2015.

os fogos às 22h. Ao receberem o bastão da festa, os festeiros para o ano vindouro já iniciam suas atividades, acompanhando a Folia do Divino em procissão até a casa do festeiro<sup>142</sup> para ser feita a entrega dos objetos sagrados.

Uma das primeiras ações para angariar fundos acontece com a venda de doces durante a Flip na Casa do Festeiro, localizada na esquina das ruas do Comércio e Marechal Deodoro da Fonseca, no bairro histórico. Esta primeira venda de doces é realizada através de doações dos membros da comissão e fiéis em geral. Os doces são confeccionados na Cantina Paroquial, localizada atrás da Casa Paroquial, entre eles se destacam os tradicionais massapão e manuê de bacia e ainda bolos e tortas e salgados conhecidos. Dependendo dos festeiros as próximas vendas de doces são mantidas com o lucro da venda anterior, o festeiro compra os ingredientes e a comissão prepara durante o dia para a venda em noite de feriados, festas e férias. Grande parte dos gastos da festa e do almoço comunitário é custeado por doações. O arrecadamento financeiro após a festa é apresentado em forma de balancete numa missa contendo as despesas e lucros. Esta festa tem significativa participação financeira para a Igreja Católica de Paraty.

Os festeiros e comissão de 2014 arrecadaram um total de R\$196.144,97<sup>143</sup> – fundo angariado através de venda de doces, show de prêmios, bando precatório, ofertas nas celebrações, rifas e bailes –, em despesas tiveram uma saída de R\$48.875,94 – carne para o almoço comunitário, prêmios para o show de prêmios, decoração, Folia do Divino, Marrapaiá, aventais/tocas e outros gastos –, repassando para a igreja um total de R\$147.269,03, dinheiro usado para manutenções, construções religiosas entre outros e parte enviada para a Diocese de Itaguaí.

Durante a pesquisa de campo a relação de pertencimento do paratiense com essa festa se destacou em diversas narrativas: “a Festa do Divino é o paratiense mesmo, é dele, [...] diferente de qualquer outra festividade que a gente tenha” (Gabriel Costa, Secretario Adjunto de Turismo); “A Festa do Divino mobiliza, como se fosse a própria comunidade paratiense” (Ana Cecília Cortines, Representante Fórum das Comunidades Tradicionais); “A Festa do Divino é a maior festa de Paraty por que ela é feita de paratiense para paratiense com recursos

---

<sup>142</sup> A casa do festeiro pode ser a própria casa do festeiro ou de outro devoto, caso o mesmo more muito longe ou não tenha condições para acomodar as bandeiras e o altar do Divino. Durante todos os nove dias de ladainha e no dia da festa a Bandeira do Divino sai em procissão desta casa acompanhada pela Banda Santa Cecília e pela Folia do Divino. Em cada dia é deixada uma bandeira na casa de um devoto, refazendo o caminho da procissão.

<sup>143</sup> Prestação de contas apresentada à comunidade durante a Festa de Santa Rita de 2015.

nostros. Existem outras festas até maiores, não vamos comparar com a Flip, mas a Flip não é de Paraty e não é pra Paraty, ela é em Paraty” (Pe. Roberto, Pároco de Paraty).

A Festa do Divino se configura como uma festa comunitária, realizada de maneira colaborativa. Seu cerne é a religiosidade católica, porém seu festejo agrega folguedos folclóricos de formação afro-brasileira, como o Marrapaiá, e outras manifestações culturais. Seu sentido comunitário está ligado tanto na forma como é realizada como na sua configuração espacial, ocupando a igreja e seus arredores (a praça, o estacionamento e a quadra), o Areal do Pontal, as ruas e as casas dos devotos. Mesmo, que dentro deste comunitário exista um grupo que se sobressaia ela continua sendo um bem comum. Para ser festeiro do Divino e fazer a festa, seja por promessa ou devoção, é necessário enviar, durante os dias de ladainha, uma carta de intenção ao pároco. “O único critério que a gente coloca é ser alguém de igreja, de fé, e conhecido pela comunidade” (Pe. Roberto, Pároco de Paraty).

De acordo com os dados estimados do censo IBGE 2015, a população total de Paraty é cerca de 40.000 habitantes e se distribui por cerca de 50 bairros<sup>144</sup>. A Festa do Divino é um dos poucos momentos do “encontro paratiense”, uma reunião de diferentes personagens da cidade. Desta maneira, além de um momento de fé é, também, um momento de encontrar amigos, conhecidos, parentes, fazer novas amizades e namorar. E, apesar de ser remodelada, como acontece com hábitos locais, o sentido comunitário da festa resiste aos estilos “modernos” circulantes pela cidade. Segundo Néstor Garcia Canclini (1997), a perda de peso e o reposicionamento das culturas tradicionais locais (de elite e populares) diante do avanço dos meios eletrônicos de comunicação e da dissolução das monoidentidades é um desafio (CANCLINI, 1997, p. 102).

---

<sup>144</sup> NASCIMENTO, Paula C. Fabricante. *RECONSTRUÇÃO DE UM POVO CHAMADO QUILOMBOLA; análise da dinâmica cultural do Quilombo do Campinho, Paraty/RJ*. Trabalho de Conclusão de Curso. Produção Cultural: Universidade Federal Fluminense, 2011.



**Figura 18 - Festa do Divino, Igreja Matriz N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> dos Remédios de Paraty (2015). Foto: [www.igrejaparati.com.br](http://www.igrejaparati.com.br).**

As bandeiras vermelhas do Divino possuem uma forte representação simbólica do sagrado. Durante todo o ano a bandeira da promessa, que se destaca das outras, pelo tamanho e adereço, passa por diversas comunidades do município, onde devotos a recebem para fazer promessa ou agradecimento. Cada um pode deixar o pedido registrado em suas fitas, através do nome de quem precisa da graça, foto ou objeto. Este é um momento que se constrói a relação de troca entre o devoto e o santo. É no interior deste quadro que podemos visualizar como a manifestação do Divino é capaz de se desterritorializar<sup>145</sup> para construir uma “territorialidade simbólica”. Viajando com o devoto, seja a pé, de carro ou barco, a bandeira da promessa constrói uma territorialidade baseada na crença de determinado povo. Uma relação entre homem, espaço e fé. Isso, se levarmos em conta que o lugar pode ser considerado uma extensão do indivíduo, ou seja, o lugar onde nos movimentamos tem efeito em nós<sup>146</sup>.

A obrigação com o santo, relação estabelecida entre anseio e pagamento, é capaz de movimentar a temporalidade da festa. Uma duração cíclica dos ritos, onde a constância das celebrações e manifestações culturais leva a uma vivência de um passado no presente intencionando um futuro, um novo clamor. A vivência do tempo por um grupo social é única,

<sup>145</sup> Em “*O território em tempos de globalização*” o geógrafo Rogério Haesbaert discute conceitos como territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

<sup>146</sup> BOURDIEU, P. *Efeitos do Lugar* - In BOURDIEU, P. (Org.) *Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997, pp.159 a 166.



tanto no espaço quanto na ordem cronológica que está inserido. O tempo, segundo o filósofo francês Paul Ricoeur (2000), somente se reverte em experiência humana quando é narrado. Portanto, o Divino como memória coletiva e parte da identidade do paratiense é a própria vivência do tempo desta comunidade.

### 2.2.3 A espetacularização da tradição

Na força de sua simbolização, vemos a estética da Festa do Divino em Paraty marcada pelo poder e pela paz, presentes no vermelho e no branco, respectivamente. O vermelho representa o Espírito Santo, uma das três pessoas do Deus Trino<sup>147</sup>, como o Deus Onipotente, que desceu do céu em forma de línguas de fogo sobre os apóstolos. O branco, assim como a pomba, representa o batismo de Jesus Cristo. As cores saem da igreja e tomam algumas ruas e casas. Desta forma, “a beleza é, então, o uso e o sentido dos quais o signo se reveste”<sup>148</sup> (GUELMAN, Leonardo, 2009, p. 200).

Podemos pensar na Festa do Divino como alegoria ao que Mikhail Bakhtin (2008) chamou de “carnavalização” para designar as festas populares da Idade Média. Segundo o autor, estas formas carnavalescas de experimentar a vida “pertencem à esfera particular da vida cotidiana” (BAKHTIN, 2008, p. 06) e estão situadas entre a vida e arte. Um exemplo desta afirmação é a coroação de um menino como imperador em trajes característicos, distribuindo doces e soltando um preso como indulgência imperial. O imperador com coroa e cetro de prata participa das procissões escoltado por guardas e vassallos, na Igreja possui lugar no altar com trono ornado.

Entretanto, sob as ideias de festa popular de Bakhtin a representação do Divino não é marcada por uma completa noção de igualdade, visto que alguns personagens dentro da teatralização da festa caracterizam a divisão social do período imperial assegurado pela Igreja Católica. Desta forma, a Festa do Divino transita entre a “carnavalização” e a “festa oficial”, aquela que “tendia a consagrar a estabilidade, a imutabilidade e a perenidade das regras que regiam o mundo” (*Ibidem.*, p. 06). A festa é a representação de um cotidiano imaginado, a encenação do “real” no espaço da cidade.

---

<sup>147</sup> No cristianismo, o Deus Trino, ou a Santíssima Trindade, representa o Deus Pai, Deus Filho e o Espírito Santo.

<sup>148</sup> GUELMAN, Leonardo Caravana. *Univvverrso Gentileza*. Rio de Janeiro: Mundo das ideias, 2009.

Entretanto, apesar das festas tradicionais estarem sujeitas à lógica espetacular do mundo contemporâneo elas estabelecem um sentido entre os sujeitos da comunidade e território, que não visam lucro e sim partilha. O bairro histórico – praça, ruas e igrejas – durante as festas ganha outro tipo de apropriação. Cotidianamente é o espaço menos vivido pela cidade, isto pensando na circulação de pessoas do lugar e suas interações com os 33 quarteirões de casario colonial. No que diz respeito ao turismo, o discurso é tomado por uma dependência. O comércio local migrou para avenida principal e seus arredores, restando apenas uma padaria e um banco, ficando ali serviços turísticos.

A espetacularização urbana acompanhada por uma falsificação das relações humanas e dos usos da cidade como imagem, discutidos por Guy Debord (2003), pode ser percebido em alguns momentos no bairro histórico de Paraty. Este processo está cada vez mais presente em outros tipos de cidade e se tornou uma corrente no meio acadêmico, como apresenta Paola Jacques, podendo receber outras denominações, como: “cidade-cenário”, “cidade-museu”, “cidade-genérica”, “cidade-parque-temático”, “cidade-shopping”, “cidade-espetáculo”.

A ideia de apropriação pelo capital no campo do patrimônio cultural pode ser discutida pelo termo “reificação”, tratado por Regina Prado Souza Guelman, para apresentar a ideia de que a modernidade produz uma nova lógica de produção do espaço, a reificação<sup>149</sup> do espaço, neste caso, reificação do patrimônio. Segundo Paola Jacques outros autores expressam ideias próximas utilizando termos, como: “patrimonialização”, “museificação”, “estetização”, “gentrificação”, “turistificação”, “shoppinização”, “disneylandização”, “cenograficalização”. A patrimonialização da cidade de Paraty será abordada no capítulo 3 como um processo que constrói distintas narrativas num mesmo território.

Os conflitos urbanos por apropriação a este território podem ser o ponto inicial para se pensar a cidade quando estabelecida em duas, cidade passado (patrimônio) e cidade contemporânea. As tensões pelos usos do espaço público ilustram a necessidade deste diálogo. As festas tradicionais formam uma rede de forças e de representações estabelecidas na cidade, que vivendo este espaço se transformam em resistência, que para Michel de Certeau, em *A Invenção do Cotidiano* (1998), é uma característica da cultura popular, a qual consegue estabelecer um jogo, entre forças desiguais e por utopia pelo espaço.

---

<sup>149</sup> Regina Prado L. Souza aborda o conceito de reificação fundamentado nas análises de Marx, suas posteriores interpretações por Lukács e Simmel. A intenção é estender seu sentido para a cidade.

### 2.3 FESTAS EM PARATY

*“A festa é toda a propriedade de rito  
e espetáculos [...]”*  
Mikhail Bakhtin.

Dentro da história vivemos o momento denominado por Ernest Mendel como “capitalismo tardio” e que é apresentado por Fredric Jameson como a pós-modernidade, caracterizados por uma falta de profundidade, “que se vê prolongada tanto na ‘teoria’ quanto em toda essa cultura da imagem e do ‘simulacro’” (JAMESON, 2004, p. 32). Este atual estágio do capitalismo, contextualizado pela globalização, tenta colonizar a cultura transformando-a em mercadoria. De acordo com o autor, vivemos o “esmaecimento dos afetos” ou o “esmaecimento do tempo e da temporalidade”. Desta maneira, agora nossa experiência de mundo e nossas linguagens culturais estão amparadas na categoria de espaço e não mais de tempo.

Para Fredric Jameson (*Ibidem*), este momento se distingue dos estágios anteriores pelo espaço que a economia capitalista conquistou na cultura, na natureza e no inconsciente. Isto não representa uma ruptura entre momentos do capitalismo, marca uma continuidade em que o capital atingiu profundamente áreas que na modernidade se mantinham resistentes. Este processo também se estabelece no urbanismo, que é marcado (como citado anteriormente) pela mercantilização espetacular das cidades tomadas como “cidade-cenário”, “cidade-museu” entre outras.

Paraty possui eventos direcionados tanto para o mercado de turismo nacional quanto internacional. Dentro da lógica cultural uma obra, ação ou manifestação cultural deve sempre dialogar com o contexto social. Caso esta premissa não ocorra teremos um “produto final reificado”, que Fredric Jameson (*Ibidem*) aponta como “impossível de entender como um ato simbólico propriamente dito, como práxis e produção”. Neste sentido, compreendemos que a realização de um evento cultural deva ser projetado enfocando o lugar não como mero cenário, mas como conteúdo inicial para trabalhar e reapropriar sentido. O evento não pode ser pensado como mera necessidade mercadológica, pois a cultura não é mercadoria.

O processo de construção de eventos culturais pode ser visto como uma estratégia ligada a uma lógica de uso da cultura como acumulação de capital de pequenos grupos através, principalmente, de incentivos fiscais. O Estado disponibiliza uma política pública para incentivar investimentos na área cultural, mas é apropriada como mecanismos para que projetos culturais, “direcionados” por empresas, transformem a maneira de criar, produzir e viver a cultura no país. Dentre os programas, ações e projetos do Ministério a Lei Rouanet, em vigor desde 1991, continua sendo o principal mecanismo de financiamento cultural no Brasil.

A Lei Rouanet<sup>150</sup> recebe projetos de todo o país e todas as vertentes culturais, porém destacam-se as produções do sul-sudeste e ligadas à música. Exemplo disto é a aprovação do Prêmio da Música Brasileira e da Turnê PMB<sup>151</sup> para 2015, que sozinhos somam mais de 17 milhões de reais. A Associação Casa Azul, proponente da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), conseguiu que o projeto para 2015 fosse deferido com orçamento de R\$ 6.261.833,66152. Proponho neste momento realizarmos uma reflexão sobre esta festa que elaborada externamente é apropriada pela cidade desencadeando um processo de pertencimento, incorporando aspectos da tradição local de fazer festas.

### 2.3.1 Festa Literária Internacional de Paraty – Flip

A Flip<sup>153</sup> (Festa Literária Internacional de Paraty) nasceu em 2003, sob organização da OSCIP<sup>154</sup> Associação Casa Azul. É um festival literário que acontece anualmente no Centro Histórico e Pontal de Paraty com a presença de diversos autores nacionais e

---

<sup>150</sup> Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991).

<sup>151</sup> Turnê Prêmio da Música Brasileira.

<sup>152</sup> SALICWEB. Disponível em: <<http://salic.cultura.gov.br/gerarrelatorioreuniaoexterno/gerarrelatorioreuniao>>. Acesso em 24 de novembro de 2014.

<sup>153</sup> Flip é realizada pela Associação Casa Azul, uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) criada com o objetivo de contribuir para a resolução dos problemas de infraestrutura urbana de Paraty. Além de promover a literatura, potencializa transformações na cidade nas áreas de preservação do patrimônio, educação e infraestrutura urbana e constitui um veículo poderoso de mudanças profundas no modo pelo qual a população faz uso dos espaços públicos. Disponível em: <<http://www.flip.org.br/institucional.php>>. Acesso em 01 de setembro de 2014.

<sup>154</sup> Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

internacionais, adotando o modelo do festival literário de Hay-on-Wye<sup>155</sup>, no Reino Unido. De acordo com Isabel Costa Cermelli<sup>156</sup>, diretora superintendente da Casa Azul, o evento é financiado através de incentivos fiscais da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) e por patrocínio direto.

Particpei da fundação da Casa Azul, que desenvolvia projetos desde 1994, mas ainda não era ONG. No início Mauro Munhoz fazia os projetos a partir de seu escritório de arquitetura, que também tinha finalidades culturais o que possibilitava a participação na Rouanet. A Casa Azul foi oficialmente fundada em 2002, pois o projeto Flip começou a ter recurso específico, alguns editores se juntaram e cada um colocou um valor para que eles pudessem formatá-lo e inscrevê-lo na Rouanet. Para que estes recursos não se misturassem com os do escritório de arquitetura foi montada a ONG. (ENTREVISTA 1, Isabel Costa Cermelli, Diretora Superintendente Casa Azul)

De acordo com a organização do evento a realização da Flip foi decisiva para o Ministério do Turismo escolher Paraty como destino referência para o turismo cultural no país<sup>157</sup>. Durante o evento a rede de hospedagem da cidade possui significativa ocupação, sendo que grande parcela dos visitantes não consegue participar das atividades principais do evento. Segundo, também, Isabel Costa Cermelli existe uma cota de ingressos reservados para doação e venda para paratienses. Esta característica de lotação da rede hoteleira é compartilhada por muitos outros festivais que sediam no município.

---

<sup>155</sup> Festival Literário de Hay-on-Wye. Disponível em: < <https://www.londresparapincipiantes.com/hay-on-wye-a-cidade-dos-livros/>>. Acesso em 30 de abril de 2015.

<sup>156</sup> Comunicação pessoal à autora em 06 de maio de 2014 - Entrevista 1.

<sup>157</sup> Disponível no site oficial da Casa Azul: <<http://www.casaazul.org.br/>>. Acesso em 09 de setembro de 2014.



**Figura 19 - Rua do Comércio enfeitada com bandeirinhas para o início da Flip (2008).** Fonte: <http://umbrinco.com/blog/2012/02/15/pendure-no-varal/>. Acesso em 30 de setembro de 2015.



**Figura 20 - Rua do Comércio enfeitada com bandeirinhas no último dia da Flip (2008).** Fonte: <http://revistaogrito.ne10.uol.com.br/page/blog/2008/07/09/festa-literaria-de-paraty-flip-2008/>. Acesso em 30 de setembro de 2015.

Nesta pesquisa, a Flip não será caracterizada somente como um evento de turismo cultural, mas, inicialmente, pode ser tomada como coautora da cidade, pois ela cria uma nova territorialidade para Paraty. Cabe conceber que este evento tem lugar singular no mercado editorial brasileiro e na lógica cultural de espetacularização da tradição, que representa a apropriação cenográfica do patrimônio e incorporação de aspectos constitutivos da tradição do

lugar. Para exemplificar o que foi brevemente apresentado acima sobre o evento, inspirada novamente em Walter Benjamin (1993), narrarei nas próximas páginas minha experiência em uma edição da festa (2015), dialogando com memórias de outras edições.

### 2.3.1.1 Minha narrativa da Flip

Início minha narrativa sobre a Flip em 2015, sua XIII edição, mais exatamente no primeiro dia do mês de julho. Durante esta pesquisa vivi três vezes este evento, mas de formas distintas porque nos anos anteriores estava trabalhando num espaço cultural e pouco vi de outras programações. Quando cheguei ao Areal do Pontal me dirigi rapidamente para a maior fila, mas uma senhora me alertou que era a preferencial. Estou sozinha na fila para a mesa de abertura na Tenda dos Autores, procuro rostos conhecidos sem encontrar e os diferentes sotaques aquecem ao me distrair do vento que vem do mar. Reconheço alguns jovens de camisetas vermelhas, que nos orientam organizar melhor as três fileiras próximas ao Rio Perequê-Açú.



**Figura 21 - Tenda dos Autores, Flip 2015. Figura 21a: Área externa. Figura 21b: Área interna. Fotos: Arquivo pessoal.**

Esta é uma das nove mesas, de um total de vinte na programação oficial, que tenho ingresso. O sino da Matriz bate as sete badaladas das 19h. Fico pensando que se não fosse pelo fato de minha mãe ter ganhado estes ingressos e me repassado provavelmente não estaria aqui. Ela é diretora de quatro escolas da Rede Municipal de Ensino, cada professor tem uma

cota de ingressos gratuitos que podem ser adquiridos na Secretaria de Educação, alguns professores colegas não quiseram e também me deram sabendo do meu interesse. Calculei o valor dos ingressos e investir 450 reais em mesas seria algo dispendioso neste momento.

Vamos caminhando, reconheço um rosto na fila e fico empolgada por ser um jovem arquiteto que entrevistarei na próxima semana para falar sobre o “Campo de Aviação”. Entrego meu ingresso e sigo para o bloco central de cadeiras, sento mais atrás, mas o lugar tem uma visão panorâmica que me facilita observar ao redor. Alguns professores me acenam. Em duas placas nas laterais do palco vejo os patrocinadores oficiais do evento, os bancos Itaú e BNDS dividem espaço com o patrocinador da Flipinha, a empresa de economia mista Petrobrás, ambos os patrocínios via lei de incentivo à cultura, federal e estadual. Este ano o SESC pela primeira vez participa como apoiador à festa e também inaugura sua sede num sobrado colonial recém-restaurado, funcionavam desde sua chegada à cidade em 2013 num casarão alugado. E, pra fechar as nove logomarcas mais ao final estão a da Prefeitura de Paraty, Ministério da Cultura e Governo Federal.

Quando olho para trás vejo as equipes de som e iluminação e me recordo da última vez em que estive no interior desta tenda principal, em 2011. Trabalhei no apoio à equipe de tradução simultânea e às vésperas de apresentar meu trabalho de conclusão de curso de graduação me sentia entusiasmada em acompanhar todas aquelas conversas e estar próxima de autores como João Ubaldo Ribeiro. Naquele ano, durante uma mesa na parte da tarde de sábado, ouvíamos gritos e muito barulho se aproximando. O corre-corre da produção mostrava a preocupação com os manifestantes pedindo mais educação para o município. Este é um dos três protestos ocorridos durante a festa que me recordo. No ano de 2010, quando meus colegas do curso de graduação em Produção Cultural da UFF, acompanhados por nossa professora de literatura, estiveram aqui houve uma manifestação das comunidades tradicionais que aproveitaram a visibilidade do evento para falar de questões fundiárias.

A parte central já está lotada, nas laterais ainda seguem o público quando inicia o vídeo institucional, primeiro em português acompanhado pela versão em inglês. Em seguida inicia um vídeo sobre vida e obra de Mário de Andrade, autor homenageado deste ano, contando como o autor, para se manter vivo, registrou em seus caderninhos muita riqueza das músicas e manifestações populares do nosso país. A luz acesa indica os aplausos calorosos, que recebem o arquiteto Mauro Munhoz, diretor-presidente da Associação Casa Azul,



integrante do conselho diretor da Flip e responsável pela arquitetura e design do evento. Mauro Munhoz inicia seu discurso justificando a escolha do autor homenageado, que decidiu transformar conceito em prática e sobre o potencial de Paraty que na década de 1970 recebeu grande número de artistas atraídos por suas manifestações culturais e sociabilidade. Acrescenta que a Flip foi criada nestes princípios e que é uma manifestação cultural e não só um evento, agradece à Paraty e fala sobre território. Para finalizar cita a frase de Mário de Andrade “ninguém escreve para si mesmo” e apresenta o curador Paulo Werneck.

O curador da Flip inicia sua fala referenciando Mário de Andrade, o qual ensinou que a vida intelectual tem muito de vida afetiva. Conta que o vídeo apresentado antes das falas se chama “Pílulas”, produzido através do SESC São Paulo em parceria com o Museu do Território de Paraty, que esquadrinhou mais de trinta intelectuais que falam sobre o autor homenageado. Paulo Werneck acrescentou que no intervalo de todas as vinte mesas serão transmitidos nos telões depoimentos de paratienses porque a Flip tem raízes aqui, é feita por paratienses e para paratienses. Esta fala me chamou atenção visto que ao meu redor, num auditório com capacidade total para 945 pessoas<sup>158</sup>, paratiense como público pouco via. Folheei o programa oficial para procurar na ficha técnica os paratienses que realizam a festa e num total, aproximado, de 90 nomes desde o posto mais alto, como direção-presidência, até os serviços gerais apresentados ali contei 14 nomes de moradores de Paraty, conhecidos por mim. Sabe-se da relevância do evento em estimular a leitura na cidade, gerar trabalho temporário diretamente e indiretamente para grande número de moradores e da intenção da organização em aproximar cada vez mais o evento do território com outras ações. Entretanto, esta afirmação é cabível de relativização.

Podemos observar a partir do discurso do curador da Flip como esta festa apesar de ser reconhecida internacionalmente procura a chancela do território e de seus atores sociais, que em muitos momentos da vida cultural urbana não possuem lugar de fala. Ainda que contando com renomados intelectuais é urgente a legitimação da Flip pelo paratiense. Esta é uma estratégia recorrente entre potenciais eventos e o meio em que se inserem. Iniciei esta pesquisa com certa resistência aos grandes eventos que ocupam parte da cena cultural paratiense. Pensava: “a Flip não é para Paraty”, ou ainda, “Paraty não precisa da Flip”. Após “concluir” o percurso da pesquisa não concordo integralmente com estas afirmações.

---

<sup>158</sup> Informação disponibilizada pela produção à autora.

Contudo, elas foram essenciais para complexificar a compreensão desta produção cultural e discutir a ambivalência desta festa e as múltiplas territorialidades de Paraty.

Folheando um pouco mais o programa oficial vejo duas falas de Liz Calder e Mauro Munhoz. Iniciando com boas-vindas a idealizadora e presidente da Flip fala que um dos objetivos-chave ao criar o evento em 2003 era permitir que a riqueza literária do Brasil fosse conhecida internacionalmente. Já Mauro Munhoz fala que assim como Mário de Andrade a intenção da Casa Azul, para além da Flip, é atuar com projetos que buscam valorizar e registrar a identidade cultural da cidade, como o Museu do Território de Paraty, que tem registrado a história oral de alguns moradores e manifestações culturais em vídeo. De acordo com Alexandre Pimentel<sup>159</sup>, na época coordenador de pesquisa do Museu do Território de Paraty, inicialmente alguns integrantes das comunidades tradicionais se sentiram incomodados com o uso do termo território para o museu. Seguindo a linha da nova museologia, com a intenção de empoderar as comunidades que são a memória, o foco do museu é potencializar o acesso aos acervos domésticos tornando-os digitais e contar a história das transformações no território.

A sessão que abre a Flip é composta por dois brasileiros Eduardo Jardim e Eliane Robert Moraes e pela argentina Beatriz Sarlo, que tecem um diálogo sobre a obra de Mário de Andrade sob vieses diferentes. Beatriz Sarlo esteve na Flip que homenageou Machado de Assis e nos conta sobre algumas distinções entre a escrita do homenageado deste ano e expoentes literários argentinos. Acrescenta sobre pontos importantes como o caráter carnavalesco presente no autor e da celebração do ritual em Macunaíma, a macumba, e que o Brasil é ricamente multicultural com reconhecimento não só estético. Eliane Moraes apresenta os atravessamentos de uma erótica literária em Mário de Andrade como uma literatura sugestiva, mas provocante. Ressalva o jogo literário em Macunaíma do que é proibido com o que é representado metaforizando o jogo entre o português escrito e o brasileiro falado. Eduardo Jardim complementa com a primeira biografia sobre o homenageado e destaca sua urgência em atacar os problemas naquele momento e a não pretensão de ser conhecido em anos posteriores, como escreve numa carta para Manoel Bandeira.

Ao final de sua fala Eduardo Jardim nos convida à leitura do poema “Eu sou trezentos”, no qual se percebe uma anulação do ego do poeta em trechos como “mas, um dia

---

<sup>159</sup> Conversa realizada em 29 de abril de 2015 na Casa da Cultura de Paraty.

afinal me encontrarei comigo”. O poema aparece no telão e quando o pesquisador inicia a fala surge uma voz o acompanhando ali do fundo e cada vez ficando mais alta, todos olham para trás e vemos Mário de Andrade vestindo um terno branco e portando um buquê de flores também brancas. Pascoal da Conceição desce as escadas e não ainda sabemos se a performance foi algo planejado. O ator sobe no palco abraça Eduardo Jardim, diz que está de parabéns pela biografia e segue para o outro lado da plateia. Eduardo Jardim pede a Paulo Werneck para salvá-los, o curador agradece pelo improvisado de Pascoal da Conceição, parabeniza o ator que há muitos anos se dedica a viver o autor de Macunaíma e acrescenta que quebra de script é bem-vinda na Flip, mas nem sempre. Lá do fundo Pascoal da Conceição adverte em voz alta que enviou e-mail solicitando sua participação, mas não houve nenhuma resposta. O curador convida o público para os shows de abertura na Praça da Matriz e com a luz acesa nos dirigimos para a saída.

Na porta somos presenteados com um livro revestido por um saco de juta. Uma multidão se aglomera no espaço do telão e contempla a lua cheia clareando o rio. Nesse momento repenso o porquê de pessoas e eventos serem atraídos por esta cidade. Percebo que as estruturas das tendas estão menores do que imaginei quando falaram sobre as reduções de orçamento e que a tenda do telão foi suprimida e acoplada à tenda principal. Na mídia e entre os moradores a falta de um nome de peso no show de abertura da XIII edição do evento é um dos maiores comentários. Este ano teremos atrações de Paraty como Luís Perequê, acompanhado pela Daniela Lasalvia, e o grupo de ciranda Os Caiçaras. Mas em anos anteriores artistas nacionais ilustres foram os convidados, entre eles Gal Costa em 2014, Gilberto Gil em 2013 e Lenine em 2012. De acordo com o jornal O Globo, “até o momento, a Flip conseguiu captar R\$7,44 milhões para os cinco dias de evento. O valor é menor do que os R\$9,3 milhões de 2014 e os R\$8,6 milhões de 2013”<sup>160</sup>.

Na mesma matéria do jornal Mauro Munhoz, justifica a alteração na programação principal da festa, “Luís Perequê tem um trabalho muito interessante para preservar as manifestações culturais, está muito ligado aos conceitos do Mário. Ele escolheu a Daniela Lasalvia porque ela também trabalha com isso. E, no fim, os cirandeiros vão conduzir todos

---

<sup>160</sup> O GLOBO; *Mais enxuta, Flip anuncia shows de abertura - Luís Perequê, Os Cirandeiros e Dani Lasalvia foram escalados para a apresentação*. Por Mateus Campos - 23/06/2015 15:16 / ATUALIZADO 23/06/2015 15:17. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/livros/mais-enxuta-flip-anuncia-shows-de-abertura-16529657#ixzz3eZsENnUW>>. Acesso em 01 de julho de 2015.

para dançar na praça principal da cidade”. E, acrescenta “estamos em um ano de enxugamento. Somos uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). Um dos nossos compromissos é ter responsabilidade no uso de recursos. Estamos fazendo uma Flip de qualidade dentro dos padrões impostos”<sup>161</sup>.

O artista paratiense Luís Perequê participou em outras edições da Flip quando declamou um de seus poemas sobre cultura caiçara antes do show de Lenine (2012), auxiliando na produção da ação “Festas de Paraty” e virtualmente na “Mesa Zé Kleber: Culturas locais e globais” (2013) quando falou de suas ideias sobre o “Defeso Cultural” com a historiadora Marina de Mello e Souza e o ex-ministro da Cultura Gilberto Gil. De acordo com a historiadora, que concorda com as ideias do “Defeso Cultural”, “parece que a sofreguidão em explorar todas as possibilidades que o município oferece é um risco sério”<sup>162</sup>. Ela se refere à lotação de barcos na baía, a ameaça à pesca artesanal, a lotação das encostas por casas de veraneio e aos moradores viverem cada vez mais em função do turismo, e de certa forma perdendo elementos do controle sobre suas próprias vidas. “Por um lado é bom: traz dinamismo econômico, por outro é ruim: desestabiliza o equilíbrio interno” adverte Marina de Mello e Souza<sup>163</sup>.

A pesquisadora acrescenta, que “as grandes festas no geral seguem esta lógica: aumentar os ganhos materiais e não o bem estar da comunidade. Diferentemente das festas tradicionais de Paraty, e outros lugares, que visam aspectos ligados à vida do grupo e realizações comunitárias”. Assim como o “Defeso Cultural”, Marina de Mello e Souza não é contra as transformações. Apenas “devem-se ver primeiro as pessoas e seu bem estar e não as empresas e seu lucro”<sup>164</sup>. Um dos objetivos-chave deste movimento iniciado por Luís Perequê é privilegiar a convivência cultural, visto que em Paraty, assim como outras cidades turísticas, há um crescimento de manifestações culturais como atrativo turístico e distanciamento das práticas como vivência do lugar.

Este ano o show de abertura, como no ano passado, aconteceu na Flipinha localizada na quadra da Matriz, no bairro histórico (ver Figura 26, p. 168). Uma quadra esportiva, localizada ao lado da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios e em frente à Praça, que

---

<sup>161</sup> *Ibidem*.

<sup>162</sup> Comunicação pessoal à autora em 24 de junho de 2015.

<sup>163</sup> *Ibidem*.

<sup>164</sup> *Ibidem*.

durante muitos anos foi utilizada como importante espaço para prática esportiva. No período de reforma da Matriz (2006-2008) foi colocada na quadra uma tenda utilizada para celebrações religiosas. Percebo que após este movimento este espaço foi apropriado com mais ênfase por outros eventos para este fim. Contam alguns moradores que os restaurantes localizados do outro lado da rua pediam que a prática de esportes na quadra não fosse continuada, pois gerava muito barulho e confusão com bolas caindo nos turistas.

Durante alguns anos a Flipinha, programação infantil, e a tenda do telão foram montadas no estacionamento público ao lado da Matriz. Antigamente neste local existiam três sobrados, um colado ao outro, e num deles havia funcionado a alfândega, que em ruínas foram demolidos na primeira metade do Século XX, conta o historiador paratiense Marcell Costa<sup>165</sup>. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Paraty (SEDUMA) possui a responsabilidade de analisar as estruturas dos eventos que são montadas na cidade. Em linhas gerais o objetivo é reduzir o impacto paisagístico, melhorar a gestão de resíduos, reduzir o impacto do fluxo pedonal e viário<sup>166</sup>. Esta secretaria e o escritório local do IPHAN constroem pareceres informando as demandas necessárias para melhor adequação dos eventos. À frente da SEDUMA por três anos, Marcus Fiorito informa que não conseguiu alterar as tendas da Flip. Entretanto, o posicionamento delas, fechamento de ruas e quantidade de banheiros, sim<sup>167</sup>.

De acordo com Belita Costa Cermelli, “a instalação da Flip, toda parte visual, cenografia e parte de sinalização é muito bem cuidada. [...] até o tamanho das tendas e os locais delas é pensado de um jeito para não competir com o tamanho e posição da Igreja Matriz, dos prédios e para não tirar a vista da baía”<sup>168</sup>. As tendas todas brancas dialogam diretamente com a marca “pedra e cal” do colonial. Este ano no estacionamento público não foi montada nenhuma estrutura oficial da festa, apenas havia pequenas armações de barracas para venda de doces das festas tradicionais e associações de artesãos locais. O arquiteto e urbanista Marcus Fiorito ressalta a importância desta mudança porque no bairro histórico o trânsito de caminhões, carros de serviço e geradores era muito desgastante, tanto por estar afunilado na Ponte do Pontal quanto pela estrutura do próprio bairro. Além do impacto visual

---

<sup>165</sup> Comunicação pessoal à autora em 07 de julho de 2015.

<sup>166</sup> Informação cedida por Marcus Fiorito, ex-secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Paraty (SEDUMA). Comunicação pessoal à autora em 15 de junho de 2015.

<sup>167</sup> *Ibidem*.

<sup>168</sup> Entrevista à autora em 06 de maio de 2014.

e paisagístico das tendas tão próximas à Igreja da Matriz, por elas encerrarem a visão da margem do Rio Perequê-Açú e confinar grande fluxo de pessoas na Praça da Matriz<sup>169</sup>.

O show de abertura iniciou com a apresentação de Daniela Lasalvia, inspirada pelo músico Dércio Marques, possui um trabalho na linha de preservação e valorização da cultura popular. Deu às canções indígenas uma interpretação lírica acompanhada por sua percussão vocal e corporal. Em seguida, Luís Perequê e sua banda apresentaram um repertório com músicas ligadas à formação da cultura brasileira com enfoque nos saberes e viveres dos caiçaras. Ao longo da apresentação surgiram algumas dificuldades técnicas com o som. Nunca havia presenciado nas apresentações da Flip este tipo de problema, fui informada que a equipe da Flipinha era composta por técnicos da cidade e a equipe e equipamento da Tenda dos Autores vindos de São Paulo.

Para encerrar a noite o grupo “Os Caiçaras”, representado por Leônidas Passos, se apresentou. Nove cirandeiros com chapéus de palha e blusas xadrezes, quatro pandeiros, três violas e dois cavaquinhos. Neste dia, diferente do costume, os cirandeiros ficaram de pé durante toda a apresentação. A ciranda transborda, os versos cantados são um convite e quando dou por mim estou na roda, junto com outros paratienses, ensinando os turistas dançarem. A cada troca de par, lembranças vinham, tantas voltas na Praça da Matriz quando era adolescente. E, nas tantas voltas escolhi estar aqui porque sinto que o lugar nos constrói. Estou mergulhada em muitas “Paratis”, visto que a cidade se torna cada vez mais múltiplas cidades desde que nasci. Ver outros jovens na roda me dá esperança de que não teremos mais danças, cirandas ou outras manifestações culturais populares esquecidas.

---

<sup>169</sup> Comunicação pessoal à autora em 15 de junho de 2015.



**Figura 22 - Show de Abertura Flip 2015, grupo de ciranda "Os Caiçaras" na Tenda da Flipinha. Foto: Arquivo pessoal.**

O segundo dia de festa literária se inicia com a Mesa “A cidade e o território”. Caminhando para a Tenda dos Autores percebo um aumento no fluxo de pessoas dividindo espaço com os artistas, recém-chegados, nas ruas do bairro histórico. Na fila vejo muitos jovens e ao entrar me sento ao lado de uma colega paratiense estudante de arquitetura da UFF. O curador da Flip Paulo Werneck avisa que as mesas são transmitidas pela Internet, em seguida convida os autores para entrarem. João Bandeira, mediador da mesa, inicia sua fala nos contando sobre a manobra executada por Eduardo Cunha para a aprovação da diminuição da maioria penal. O burburinho intenso demonstra certa insatisfação dos que estavam próximos a mim. O mediador apresenta o historiador e poeta Antônio Risério e Eucanaã Ferraz, poeta e professor de literatura.

Antônio Risério em sua fala aponta pontos importantes para pensarmos Paraty e outras cidades históricas. Numa cidade que possui um espaço antigo e um espaço moderno, uma “cidade barroco escravista” e uma “cidade capitalista”, é possível idealizar uma terceira cidade, a qual desejamos construir. Neste sentido, o centro antigo é importante para apontar o futuro e construir novas bases identitárias. A partir de sua fala me perguntei: qual a identidade urbana de Paraty hoje? E, não se trata de uma tentativa de colocar as identidades em oposições binárias ou posicionamentos fixos. Identidade cultural é um processo de construção, não mais a essência de um lugar ou determinada cultura. Em Paraty,

especificamente, temos hoje: indígenas, quilombolas, caiçaras, caboclos, viajantes, cidadinhos, latino-americanos, europeus e outros.

Outra questão que me remeteu foi: qual a narrativa comum que estes diferentes grupos podem ter? Até certo momento ser paratiense compreendia uma memória comum, mas com o fluxo de sujeitos só este pertencimento ao lugar não dá conta de construir esta narrativa. Percebo uma transformação na relação entre identidade cultural e território, antes o que era fortemente ligado ao “ser de Paraty”, agora pode se estabelecer também pelo “estar em Paraty”. Não considero estas questões como uma aporia. Como reflete Stuart Hall, “‘localismo’ não é um mero resíduo do passado” e, ainda, “o ‘local’ não possui um caráter estável ou trans-histórico” (HALL, 2013, p. 69). Desta forma, podemos pensar que existem muitas formas distintas de ser paratiense. E, neste caso, o turismo possibilitou estabelecer este “outro” como elemento. A cultura não é passiva e estes processos estão inseridos num campo de disputas em construção.

Segundo Arjun Appadurai (1988)<sup>170</sup>, a ideia de nativo é uma construção antropológica que se estabelece inicialmente fortemente conectada à ideia de lugar. De acordo com a etnografia clássica, cada nativo se construía a partir do seu próprio lugar, estabelecendo uma unidade espacial, social e cultural<sup>171</sup>. Este discurso, segundo Appadurai, gera um aprisionamento do sujeito a determinado lugar porque “estão confinados pelo que sabem, sentem e acreditam. Estão aprisionados pelos seus ‘modos de pensar’” (APPADURAI, 1988, p. 38). Para desconstruir esta ideia de nativo encarcerado ao lugar Appadurai reflete sobre desterritorialização com visões mais flexíveis sobre fronteira como algo menos concreto.

De acordo com Antônio Risério para pensarmos o mundo precisamos encontrar uma unidade narrativa nos fluxos identitários heterogêneos. Um dos motivos que dificultam esta observação pode ser apontado como a liquidação dos espaços comuns de convivência. A expansão urbana gera segregação e exclusão, principalmente quando a arquitetura e o urbanismo são pensados em zonas. Hoje, diferentemente da arquitetura moderna precisamos pensar nos fluxos sobrepostos, múltiplos. Neste sentido, o bairro histórico não ficará isolado como um espaço sagrado da memória, mas um espaço em que a memória é vivida pelos sujeitos. A meu ver as festas tradicionais religiosas conseguem de alguma forma estabelecer

---

<sup>170</sup> APPADURAI, Arjun. *Putting Hierarchy in Its Place*. In: *Revista Cultural Anthropology*. 1988, 3: 16-20.

<sup>171</sup> SILVANO, Filomena. *Antropologia do espaço*. Odivelas: Ed. Assírio e Alvim, 2010.



um sentido no bairro histórico. Entretanto, é algo ainda pontual visto o percentual de circulação durante o ano. O antropólogo complementa que quem tem uma visão normativa da cidade pensa uma cidade ideal. No entanto, estamos sem tempo para pensar nela, perdemos esta opção por ter que nos adaptarmos às condições necessárias, sejam ambientais ou sociais.

“Quando morrer quero ficar [...], sepultado em minha cidade [...]”, recitando o poema de Mário de Andrade, de Lira Paulistana, Eucanaã Ferraz inicia sua fala. Em sua tese de doutorado o poeta explora a relação entre poesia e arquitetura e reflete neste poema como o sujeito integrado à cidade se dá em fragmentos, porém sem o caos citadino, com espaços delimitados e com sentidos próprios. Estas e outras tantas mesas nos fizeram nestes dias de festa refletir sobre a experiência urbana, dialogando com a literatura, a arquitetura e a cidade. Nesta mesa, em particular, os convidados falaram sobre a criação na arquitetura e no urbanismo como algo ainda muito distante da sociedade, da falta de diálogo com o entorno e isto me suscitou numa reflexão dos estudos culturais, de como se constroem eventos e ações culturais orientados por pensamentos particularistas. Neste sentido, a literatura, os projetos arquitetônicos e culturais precisam ser pensados como uma função urbanística ou como um “fato social”, proposto por Appadurai a partir da referência de Durkheim.

Durante a Festa Literária Paraty ganha, até certo ponto, uma pertença literária, cultural. O que mais me encanta nesta festa é a sua capacidade de se tornar um rizoma multicultural na cidade. Durante os cinco dias de Flip por diversas ruas do bairro histórico, e em menor escala fora dele, pode-se encontrar alguma forma de vivência artística. Alguns casarões, que passam grande parte do tempo fechados são ocupados por produtoras, editoras e jornais que reavivam o lugar. Esta movimentação se apropria também de espaços públicos, ruas, praças e ponte. Atraídos por este movimento diversos artistas migram durante os dias de festa para a cidade, dois personagens do folclore sertanejo “Macambira” e “Querindina” já são conhecidos por sua participação todos os anos.

E também à procura de ganhar voz nesta festa que privilegia uma rede literária canônica oficial, que autores fora deste circuito participam do mundo paralelo da Flip, que abrange uma enorme programação em diversas atividades e ações como OFF Flip, SESC/SP, Casa do Autor, Silo Cultural, Folha de São Paulo, Casa Rocco ou a própria rua como pode ser observado no caso deste “poeta marginal”. Em 2012 Rodrigo Ciríaco, poeta da literatura marginal de São Paulo (movimento iniciado em periferias), foi abordado por policiais e

funcionários da Flip quando anunciava a venda de seu livro intitulado "Vendo Pó...Esia" na Ponte do Pontal, próxima à Tenda dos Autores. Esta performance, gravada e disponibilizada na Internet<sup>172</sup>, chamou atenção pela maneira como a troca com o público quebrava toda institucionalidade de eventos literários como este. Em 2014 Rodrigo esteve novamente em Paraty acompanhando Ferréz<sup>173</sup>, outro poeta da literatura marginal, com a Editora DSOP, e juntos participaram de um debate numa mesa da FlipZona<sup>174</sup> com o cantor Marcelo Yuka. No ano de 2014 os autores estiveram num salão literário em Paris/França.

Este é um importante episódio para pensar esta festa, que iniciou um processo para ouvir seu entorno e se redesenhar porque apesar de todo poderio desigual dos grandes eventos a participação popular dependerá de resistência. Sabemos o lugar que a Flip tem, tanto para a cidade quanto para fora, mas mesmo assim é um lugar possível de trocas. Na sociedade contemporânea a resistência não obedece mais às forças dialéticas em jogo como na modernidade. Peter Pál Pelbart<sup>175</sup> em seus ensaios sobre biopolítica parte de uma ideia que a resistência no contexto pós-moderno “suscita posicionamentos mais oblíquos, diagonais, híbridos, flutuantes. Criam outros traçados de conflitualidade” (PELBART, 2003, p. 136). O que o autor propõe é que a partir disso a própria negatividade seja revista tanto na política quanto na cultura porque existem novos modos de recusa – “nomadismos sociais, redes sociais de autovalorização, devires minoritários, êxodo e evacuação de lugares de poder” (*Ibidem*). Neste sentido, resistência não é negar pontualmente o todo, é construir comportamentos distintos percorrendo espaços comuns.

Desde o início da Flip percebo diversas alterações tanto em infraestrutura quanto na relação com a cidade. Na primeira edição, quando tinha 12 anos e morava no bairro histórico, me recordo do meu entusiasmo em ter na cidade tantas opções de livros para comprar e de ver artistas famosos caminhando perto da minha casa. Me sentia, de certa forma, importante por estar ali mesmo sem entender muito bem do que se tratava. Anos mais tarde, quando estudava no Colégio Estadual Álvaro Alberto, em Mambucaba, meus amigos trabalhavam como voluntários para a Flipinha, mas eu não achava interessante ficar metade do dia trabalhando com crianças. Queria ver autores falando e estar perto de livros. Como minha escola ficava na

---

<sup>172</sup> Disponível no Canal YouTube: < <https://www.youtube.com/watch?v=GpJs5nHFPNE>>. Acesso em 10 de outubro de 2014.

<sup>173</sup> Pseudônimo de Reginaldo Ferreira da Silva, poeta da Literatura Marginal.

<sup>174</sup> Programação jovem da Flip.

<sup>175</sup> PELBART, Peter Pál. *Vida Capital: ensaios sobre biopolítica*. São Paulo, Ed. Iluminuras Ltda., 2003.

divisa com a cidade vizinha Angra dos Reis não participávamos de nenhuma programação. Em 2006, quando cursava o 3º ano do ensino médio na PLANTE<sup>176</sup>, uma escola privada da cidade, minha turma foi levada para o casarão colonial sede do IPHAN e participamos de uma roda de conversa com o autor Lourenço Mutarelli, do livro “O cheiro do ralo”. Foi uma troca surpreendente, pois o autor nos contou como era sua maneira de escrever e como criou esta história. Entretanto, não sei por que não tínhamos lido com antecedência o livro, o que dificultou nossa interação.

Durante parte da minha juventude participei pouco da programação oficial da Flip, os ingressos além de serem custosos se esgotavam rapidamente pela Internet. Sempre existiu um ponto de venda na cidade, a agência de turismo Paraty *Tours*, porém a fila logo pela manhã quando passava para ir à escola já era enorme. Eu e meus amigos costumávamos frequentar no sábado à noite uma festa à fantasia, que fazia muito sucesso entre os jovens. Este ano acompanhei através de rede social o acontecimento, que ocorreu em proporções menores. Me recordo também de ver alguns conhecidos retirando os belíssimos enfeites produzidos em papel machê das árvores e da praça para levar para casa. Este ano a decoração apresentou menor dimensão e não existiu a instalação comumente alocada no Rio Perequê-Açú.

Conforme o fim de semana se aproximava a circulação de pessoas aumentava gradativamente. Caminhando pela Rua do Comércio passava entre um carrinho de doces tradicionais e o senhor viajante vendedor de borboletas. Mais à frente um grupo de sopros se apresentava, espelhos enormes eram vendidos na esquina de uma boutique e senhores vendiam ímãs das casinhas históricas, peixinhos e barquinhos em frente à padaria. Na calçada da Pousada do Sandi como de costume estava o grupo indígena da Aldeia Paraty-Mirim, etnia Guarani, expondo artesanato. Entretanto, para minha surpresa o número de índios tinha se triplicado do que era visto cotidianamente. Conversando com uma senhora fui informada que a tribo do Bracuí, Angra dos Reis/RJ, também estava ali. Ambos os grupos de forma precária passaram o dia inteiro naquele lugar, utilizando banheiros públicos e comendo na rua, alguns pediam dinheiro e outros apresentavam cantos indígenas em frente ao banco Itaú ou próximo à Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

---

<sup>176</sup> Sociedade Para o Lazer e Apoio No Trabalho Educacional.



**Figura 23 - Rua do Comércio, Flip 2015. Índios vendendo artesanato na calçada da Pousada do Sandi e turistas passeando. Foto: Arquivo pessoal.**

Como forma de acompanhar outras atividades durante a festa fora do bairro histórico, na sexta-feira pela manhã estive no bairro rural Praia Grande. Na escola desta comunidade, encontravam-se alunos do entorno e da escola da Ilha do Araújo para apresentarem seus trabalhos para o autor de livros infantis Ondjaki, nascido em Luanda em 1977. A escola foi decorada com os trabalhos realizados em sala de aula e desenhos dos personagens de seus livros *Ombela* e *O voo do golfinho*. Foram apresentadas duas danças tradicionais de Paraty: Ciranda e Dança dos Velhos. Em seguida, numa roda o autor respondeu algumas perguntas das crianças.



**Figura 24 -Flip nas escolas (2015). Figura 24a: Apresentação da dança folclórica paratiense “Dança dos Velhos”, realizada por alunos da Escola da Ilha do Araújo para o autor Ondjaki. Figura 24b: Roda de conversa entre alunos e autor. Fotos: Arquivo pessoal.**

Na tarde da sexta segui para a Tenda da Flipinha e acompanhei algumas apresentações de escolas. Na Praça da Matriz acontecia a ação “Arte na Praça” com diversas oficinas, entre elas confecção da bandeira do divino em papel; máscara de gesso; aprender a andar em perna de pau; fazer acessórios com bijuterias; pintura de barquinhos de madeira; bolinha de meia; peteca; fazer personagens folclóricos, como miota. Alunos do Ensino Normal do Colégio Estadual Mário Moura Brasil do Amaral (CEMBRA) participavam no apoio da atividade como horas complementares ao ensino. A Praça estava repleta de crianças, algumas acompanhadas por escolas locais e de cidades próximas e outras por familiares.



**Figura 25 - Flip para as crianças (2015). Figura 25a: Apresentação Escola Municipal José Carlos Porto (Comunidade rural do Taquari, Paraty). Figura 25b: Árvore de Livros, contação de histórias na ação “Arte na Praça”. Fotos: Arquivo pessoal.**

De acordo com o jornal O Globo<sup>177</sup>, os cinco dias de Flip, circulando 43 autores nacionais e estrangeiros em 21 mesas oficiais, alcançaram um público em torno de 25.000 pessoas, número próximo à edição anterior. Este número quase se aproxima ao total de população urbana de Paraty, que de acordo com os dados do censo IBGE 2015 é cerca de 30.000 habitantes. Somando população urbana com população rural e costeira (10.000 habitantes) o município totaliza 40.000 habitantes (aprox.). Entretanto, a Flip não é o evento com maior número de ocupação hoteleira em Paraty. Segundo Gabriel Ramos Costa, Secretário Adjunto de Turismo, durante a “Flip chega uns 80%/90%, hoje nosso maior evento de Paraty, em taxa de ocupação é o Festival da Cachaça, quando vira o caos, lotou, ninguém

<sup>177</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/livros/apesar-da-criese-organizacao-da-flip-soube-driblar-os-contratempos-16670340>>. Acesso em 06 de julho de 2015.

anda. Não que o público seja superior ou inferior”<sup>178</sup>. O tipo de circulação nos dois eventos é distinto, sendo a Flip uma festa mais diurna e o Festival da Cachaça mais noturno. Nesta festa se hospedar pode variar entre R\$340<sup>179</sup>, para dividir três noites num quarto com mais oito pessoas em um *hostel* próximo ao bairro histórico, e R\$5.000<sup>180</sup>, para passar os cinco dias de festa numa suíte colonial de luxo. Contudo, percebe-se nestes dois momentos circulação de pessoas hospedadas e residentes em cidades da região.

Neste ano a Prefeitura de Paraty, através da Secretaria de Cultura, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, lançou durante o evento o aplicativo “Paraty: cultura e natureza”<sup>181</sup> para *smartphones* e *tablets*, sistemas operacionais *iOS* e *Android*. O aplicativo em contínua construção tem como objetivo-chave reunir e divulgar informações sobre a diversidade do patrimônio histórico, cultural e natural da cidade. De acordo com Cristina Maseda, Secretária de Cultura, o aplicativo foi desenvolvido a partir de um mapeamento da cidade: “fizemos um estudo aprofundado e elaboramos este programa que entrega um perfil completo da cidade e supre uma lacuna da memória e história do município”<sup>182</sup>. A Fundação Roberto Marinho, parceira na criação desse aplicativo, por meio de Lucia Basto, gerente geral de Patrimônio da Fundação Roberto Marinho, ressaltou a valorização do patrimônio: “por meio da tecnologia valorizamos o patrimônio material e imaterial de Paraty”. Nas redes sociais pode ser observado alguns moradores festejando e outros usuários contestaram esta criação como mais uma ação para turistas.

A Flip é um dos momentos que o nome de Paraty circula pela mídia com maior enfoque. E, aproveitando esta visibilidade moradores participam da festa para protestar por causas locais. Em 2009, integrantes das comunidades tradicionais – caiçaras das Praias do Sono, Laranjeiras e Trindade e quilombolas do Campinho da Independência – aproveitaram para questionar questões fundiárias<sup>183</sup>; em 2011, professores da rede estadual de ensino

---

<sup>178</sup> Entrevista 2: Gabriel Ramos Costa, Secretário Adjunto de Turismo, em 12 de maio de 2014.

<sup>179</sup> Disponível em: <<http://www.chillinnhostel.com/pt/Pacotes-hospedagem-paraty-pacote-flip-84>>. Acesso em 10 de julho de 2015.

<sup>180</sup> Disponível em: <<http://www.pousadadosandi.com.br/>>. Acesso em 03 de julho de 2015.

<sup>181</sup> Disponível em: <<https://itunes.apple.com/br/app/paraty-cultura-e-natureza/id1005982560?mt=8>>. Acesso em 03 de julho de 2015.

<sup>182</sup> Disponível em: <[http://www.paraty.com.br/flip/noticias\\_flip.asp?id=6111](http://www.paraty.com.br/flip/noticias_flip.asp?id=6111)>. Acesso em 03 de julho de 2015.

<sup>183</sup> Disponível em <<https://flipzona.wordpress.com/2009/07/03/paratienses-fazem-manifestacao-no-centro-historico/>>. Acesso em 10 de julho de 2015.

diziam “educação é prioridade”<sup>184</sup>; em 2013 um grupo maior foi às ruas questionando diferentes demandas, entre elas se destacaram os cartazes: “Flip pra quem?” e “salve o turismo náutico”, este último ilustrava a reivindicação de caiçaras pela ocupação do cais de turismo por empresários com embarcações de grande porte<sup>185</sup>; em 2015, pequena parcela da população realizou uma passeata pela paz, em memória à menina Gabriela, violentada sexualmente, assassinada e jogada no Rio Perequê-Açú dias antes da festa, cartazes diziam: “queremos paz”, “paratiense também é gente”<sup>186</sup> e “sem educação e oportunidade não haverá paz nessa cidade”<sup>187</sup>.

Em frente à Tenda dos Autores, no bairro do Pontal, o intenso número de policiais se destacava. De acordo com o jornal Folha de São Paulo o efetivo de 120 militares é o triplo do efetivo normal<sup>188</sup>. Esta operação da polícia militar foi uma tentativa de conter a violência cotidiana instaurada na cidade. Em 2014, houve troca de tiros entre polícia militar e um jovem morador próximo à tenda principal do evento. No carnaval de 2015 houve um tiroteio próximo à Praça da Matriz deixando um morto e nove feridos. Durante a Festa do Divino, maio de 2015, o Prefeito Casé, Carlos José Gama Miranda (PT), sofreu um atentado a bala em frente à Prefeitura atingindo também outro funcionário.

A violência em Paraty se configura no foco “Municípios de Turismo Predatório” analisado pelo *Mapa da Violência 2015*. Um dos motivos desta violência é a potencialização do tráfico de drogas na cidade, marcado principalmente pela rixa entre grupos rivais instalados em seus dois bairros mais populosos e com parte de sua população em situação de vulnerabilidade social – Ilha das Cobras (controlado pelo Comando Vermelho) e Parque da Mangueira (chefiado pelo Terceiro Comando). Entretanto, outros grupos se organizam em bairros fora do perímetro urbano como Condado, Pantanal e São Roque. Uma violência que envolve grande percentual de jovens durante muito tempo foi silenciada e mantida do outro lado do Campo de Aviação. Contudo, o aeródromo de Paraty, considerado uma fratura

<sup>184</sup> Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/flip/protesto+marca+a+primeira+noite+da+flip/n1597068599161.html>>. Acesso em 10 de julho de 2015.

<sup>185</sup> Disponível em: <<https://transversos.wordpress.com/category/sociedade/page/29/>>. Acesso em 10 de julho de 2015.

<sup>186</sup> Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/04/politica/1436039196\\_544016.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/04/politica/1436039196_544016.html)>. Acesso em 10 de julho de 2015.

<sup>187</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/07/1651806-moradores-de-paraty-fazem-protesto-contra-falta-de-seguranca-na-cidade.shtml>>. Acesso em 10 de julho de 2015.

<sup>188</sup> *Ibidem*.

socioespacial que divide os dois bairros mais violentos do restante da cidade não camufla mais a violência que agora chega à outra Paraty. Um município pequeno marcado como o segundo mais violento do estado do Rio de Janeiro, segundo o *Mapa da Violência 2015*<sup>189</sup>, ficando atrás apenas de Cabo Frio, localizado na Região dos Lagos.

Além dos cartazes outra forma de resistência e protesto percebida durante o evento foram os folhetins. Quando caminhava pelas ruas recebi o *Limites de uma cidade: a hipocrisia pede mais policiamento, mas não fala de reparação do povo que perde a vida pelos crimes do luxo do patrão e Macunaíma Paratiense*. Ambos os folhetins não contem autoria e isso me alertou para a dificuldade de expressar críticas na cidade por causa de perseguição política, característica do coronelismo presente ainda em muitos municípios pequenos. O segundo folhetim conta sobre a greve de 12 dias dos professores da rede municipal e da negação do prefeito em conversar com os servidores, ressaltando como se dá o trabalho no turismo: “os direitos dos trabalhadores não são respeitados. No turismo, os casos de trabalho informal são gigantes, as horas extras não são pagas conforme a lei e enquanto a Flip homenageia o poeta que ataca os burgueses, os trabalhadores perdem horas de sono e descanso por alguns poucos trocados”.

Para ouvir outras vozes que circulavam durante o evento no domingo, último dia de Flip e menor fluxo de trabalho, fiz um roteiro intitulado “Voltas na Praça” para coletar pequenos relatos. Nomeei desta forma como alegoria ao processo que marcou a minha juventude nesta cidade. Eu e muitos pré-adolescentes, adolescentes e jovens nos socializávamos na Praça da Matriz e costurávamos nossas redes de relações caminhando em seu entorno. Percebo a diminuição deste circuito atrelado a dois fatores – a obra de restauro e revitalização da praça e o fechamento de casas noturnas e bares populares no bairro histórico, entre eles “Dinho’s Bar” e “Toronto”. O clima da Praça neste domingo estava muito parecido com os dias da Festa do Divino, o cheiro da pólvora queimada vinha logo depois dos estouros das bombinhas da meninada. Os carrinhos de pipoca e churros encostados nas muretas da Praça misturam filas enquanto crianças correm com seus balões em forma de personagens de desenhos.

---

<sup>189</sup> Disponível em: < <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em 11 de julho de 2015.



Antes da missa iniciar um grupo instrumental se apresentava na Flipinha e comecei meu roteiro numa conversa com Lucas Martins, jovem festeiro da Festa de Santa Rita 2015. Vendendo doce na lateral da igreja ele contou que:

Um dia antes da Flip começar me ligaram pra colocar barraca junto com outras festas no estacionamento, mas não deram suporte. Então, a comissão preferiu colocar aqui. Querem valorizar a tradição, mas não ajudam. O ruim da venda de doces é lugar, as pessoas procuram mais ali na esquina da Casa Paroquial, pois já é um ponto conhecido. Este ano alugaram o Salão João XXVIII da Matriz para servirem o lanche da Flipinha, só pudemos ocupá-lo à noite, mas o movimento mesmo é de dia. Mas, o evento é bom. (Lucas Martins, 22 anos, Festeiro de Santa Rita. Conversa em 05 de julho de 2015).

Em alguns momentos da Flip me sentia turista, passeando por espaços, assistindo apresentações e mesas. Este ano por causa da pesquisa “vivi” a Flip e neste momento me sentia como pesquisadora à procura da escuta. Encontrei Téo Petri, a conversa durou bastante e não ficou somente na Flip, pois assim como eu ele é um jovem atuante na cidade, mas há alguns anos mora fora:

A Flip é um evento maravilhoso. Trabalho com cultura e este evento é um grande exemplo de formato. Quando ela tá acontecendo ela transforma e toma a cidade, várias casas com atividades. Acho que já estava na pré-ideia de Liz Calder, que queria um casamento da sua proposta com um lugar potencial. Tive em todas as Flips. Das outras ações – FlipZona, mudança de sede pra Ilha das Cobras etc – só fico sabendo, mas não acompanho. Fico preocupado porque esse ano declinou de verba e público. Sei como é difícil gerir cultura no Brasil, tomara que continue acontecendo, por menor que seja é positivo porque fala de literatura. Tenho dificuldade de entender o que é a “Casa Azul”, mas não tenho nenhum motivo concreto para não gostar. Mas, vejo que é feito por um grupo de pessoas que tem um olhar de fora pra dentro. Não consigo pensar, fazer uma análise daqui pra frente. Mas, acho que está acompanhando a crise econômica do Brasil. (Téo Petri, 29 anos, estudante de administração, reside no Rio de Janeiro, mas viveu alguns anos em Paraty. Conversa em 05 de julho de 2015).

Tentei falar com o senhor da pipoca, mas o movimento não permitiu muitas palavras. Isso se repetiu com a “Cristina do pastel”. Quando vi a moça do churros observando o movimento me aproximei e ela prontamente me disse que:

Acho a Flip muito importante porque gera emprego, gira dinheiro. Umas das festas mais importantes de Paraty. Eu trabalho em todas as festas, os públicos são diferentes, mas a que dá mais movimento e dinheiro pra a gente é a Flip. (Andréa, 39 anos, vendedora de churros. Conversa em 05 de julho de 2015).

Nossa conversa foi rapidamente interrompida por uma família. Me aproximei das crianças mesmo com medo de ser alvo de algum dos fogos de artifícios que soltavam e iniciei num dos caminhos de terra da Praça uma conversa com Yuri:

Eu acho que a Flip incentiva muitas crianças e pessoas a começarem a ler. A gente fez trabalhos na escola com todos os autores até 2009, eu falei sobre Manoel Bandeira, estudamos sobre história e artes que ele fazia. Já apresentei na Flipinha quando estudava na Escola Municipal da Mangueira e gostei. Este ano vim com a escola, mas era de manhã e não tinha o “Arte na Praça”. Entrevistamos estrangeiros perguntando o que achavam da Flip como trabalho de inglês. (Yuri Ishibashi, 11 anos, estudante do 6º ano da Educandário Torres Pádua de Paraty. Conversa em 05 de julho de 2015).

Na tentativa de compreender como a Flip interage com moradores dos bairros periféricos de Paraty conversei com o Zé:

Acho a Flip superficial. Da mesma forma que penso que a “Casa Azul” é uma coisa estática. Acho que cria uma aproximação pequena de novas possibilidades, mas tem de partir do próprio povo porque não me parece o intuito da festa. Gosto mais de conversar com as pessoas e ouvir suas histórias do que participar da programação oficial porque nunca sai da cidade. Sou meio flâneur. (José da Silva, 33 anos, músico, funcionário da Prefeitura de Paraty, residente do bairro Parque da Mangueira. Conversa em 05 de julho de 2015).

Para minha surpresa encontrei uma colega da faculdade. Estudamos juntas no curso de graduação em Produção Cultural da UFF em Rio das Ostras/RJ. Juliana conheceu Paraty neste momento e me contou um pouco sobre suas observações:

Vim pra Flip pelo fato de amar literatura e trabalhar nessa área. Amei a festa em tudo que não compõe a programação da tenda principal, pois lá achei tudo elitista demais, com poucas exceções. Eu vi uma superficial interação com o território, já que a população demonstrou sua insatisfação com protestos. Não gostei de ver índios como bichos de aquário. Aplaudi o protesto, uma pena que tinha pouca gente. Mas, amei a cidade e o povo gentil que conheci, tudo tem perfume de história. (Juliana Ramos Azevedo, produtora cultural, 36 anos, residente em Rio das Ostras. Conversa em 05 de julho de 2015).

Conversei com três meninas sentadas no bar Coupê, em frente à Praça da Matriz. Estudantes paulistas, uma me informou que:

Sou estudante de cursinho pré-vestibular, pretendo cursar arquitetura. Já vim ao evento com meus pais dois anos atrás, mas este ano vim com amigas. Gosto muito de literatura e respirar a Flip em Paraty é encantador, sou fã de dois autores que estão aqui e poder estar perto deles é significante pra mim. Comprei ingresso para

05 mesas, estamos numa pousada aqui perto e à noite curtimos diversas programações alternativas. Não costumo frequentar a cidade, mas pretendo vir fora da Flip pra conhecer mais as praias. (Paula Freitas, estudante, 20 anos, residente em São Paulo. Conversa em 05 de julho de 2015).

Conversei também com uma família paulista, que visitava a festa pela primeira vez, de acordo com Sr. Augusto Ferreira Machado:

A Flip é um importante evento para o país, pois além de trazer grandes nomes internacionais divulga nossa literatura para outros países. Para Paraty é importante porque além de estimular a leitura movimenta a economia interna. Uma pena que o custo de estar na cidade é muito alto. (Augusto Ferreira Machado, advogado, 57 anos, residente em São Paulo. Conversa em 05 de julho de 2015).

Percebemos a partir destas breves falas como as narrativas são construídas de acordo com uma organização entre bens simbólicos, políticos e materiais. Segundo Néstor Garcia Canclini (2010), “os hábitos e gostos dos consumidores condicionam sua capacidade de se converterem em cidadãos” (*Ibidem*, p. 157). A contribuição que a Flip dá para pensar a literatura é imensurável e a partir das contribuições de Michel Foucault (1977) podemos perceber que os estudos sobre movimentos sociais apontam para uma ação dominadora descentrada. Portanto, a partir de negociações entre comunidade, festa e território pode ser estabelecido um maior entendimento. Num vídeo gravado por jovens durante as atividades da FlipZona o testemunho de um senhor, recente morador da cidade, aponta para a necessidade de compreender que Paraty foi o potencial para a Flip e não o contrário. É preciso, então, especificar que a importância de movimentação econômica na cidade não pode aprisionar os sentidos internos.

### 2.3.1.2 A tradicionalização do espetáculo

De acordo com Mikhael Bakhtin (2008) podemos entender que as festas são a segunda vida do povo, que lhe permite estabelecer novas relações com seus semelhantes (BAKHTIN, 2008, p. 9). O autor ao trabalhar a cultura popular na Idade Média e no Renascimento apresenta dois tipos de festas, a “festa oficial” – tanto as da Igreja como as do Estado Feudal – e o “carnaval”. Para o autor, o primeiro tipo não arrancava o povo à ordem

existente, não criava essa segunda vida. Pelo contrário, apenas contribuía para consagrar, sancionar o regime em vigor, para fortificá-lo. Contrastando com o “carnaval”, que era o momento de transcendência humana com a liberação temporária das premissas estabelecidas pelo regime vigente.

De certa forma, podemos visualizar eventos como a Flip transitando entre esses dois tipos de festas, porém observamos em alguns momentos maior tendência sob a ótica da “festa oficial” de Bakhtin, cujo formato potencializa as distinções hierárquicas com ínfima participação de pessoas em situação de opressão socioeconômica. Para tanto, será necessário complexificar as narrativas envolvidas a partir da análise do teórico francês Pierre Bourdieu sobre concentração e acumulação de capital. O autor analisa uma lógica de diferentes espécies de capital: capital econômico, capital cultural (ou informacional), capital social e capital simbólico (BOURDIEU, 2014, p. 259).

Para Bourdieu (*Ibidem*), no mundo ocidental a principal forma de capital é o capital econômico, mesmo que em certos momentos outros capitais estejam em voga. O capital simbólico nasce da relação de qualquer capital com o ser social numa “dialética” de conhecimento e reconhecimento. O capital social está ligado à contribuição de um ser social à construção sociocultural no território, traços característicos ligados à tradição e patrimônio. O capital cultural é identificado como um dom natural – se caracterizando como a detenção da eloquência, da inteligência ou da ciência – por isso se potencializa como uma autoridade legítima (*Ibidem*). O capital cultural indica também o acesso à bens, formas de vestir, comer, falar, ou seja, como o ser social interage com o mundo.

O que tento apresentar é, portanto, como um evento possui a capacidade de reconhecer e legitimar certos tipos de capitais, numa dimensão que concentra o direcionamento de uma linguagem. Na verdade, este processo pode interferir diretamente na subjetividade da comunidade envolvida. Podem-se produzir discursos de democratização cultural e, de fato, pode existir uma espécie de participação “popular”. O problema em questão é a transmutação do público em privado. Pierre Bourdieu falaria sobre a transformação do capital público em capital privado aflorado pela afirmação distintiva de capitais.

A Flip constrói uma territorialidade em Paraty instituída pela concentração de capital econômico, social, cultural e simbólico. Para compreendermos esta afirmativa pensaremos

num primeiro momento na configuração cenográfica durante os cinco dias de evento. A zona territorial de concentração é o bairro histórico da cidade, legitimando o valor materialista das construções arquitetônicas do período colonial. São alocadas tendas, em grande parte das edições, na quadra da Matriz, no estacionamento público, entre a lateral da Igreja e o Rio Perequê-Açú, e no Areal do Pontal (ver Figura 26, p. 168). Na Praça da Matriz são espalhados objetos cenográficos construídos artesanalmente por artistas locais e suspensos livros nas árvores para transformar num local de leitura. Neste momento, há uma “tradicionalização do espetáculo”, pois a festa interage e dá voz a elementos tradicionais do lugar.

De acordo com Isabel Costa Cermelli, Diretora Superintendente da Casa Azul, a cenografia do evento é pensada para interagir tanto com as construções quanto com a natureza da cidade. Como visto anteriormente, a Tenda dos Autores, tenda principal, é localizada no Areal do Pontal, possui capacidade para receber mais de 900 espectadores, conta com recepcionistas bilíngues e transmissão simultânea das mesas (palestras) em até quatro ou cinco línguas. O ingresso é vendido com mais de um mês de antecedência via Internet e numa agência de turismo da cidade com valor aproximado a 7% do salário mínimo. Todos os anos os ingressos são rapidamente esgotados.

A Tenda dos Autores é o lugar por excelência, durante a Flip, de exercício do capital cultural. Grandes intelectuais da atualidade passam pelas mesas e, em grande medida, são conhecidos e reconhecidos pela “autoridade legítima” da linguagem. Logo, o acesso a esse momento também é caracterizado pelo capital cultural, mesmo que seja por cidadãos anônimos. No ato de reconhecer o lugar do intelectual para a sociedade está imbricado o capital simbólico, que também pode ser visto como capital social, visto que cada pensador possui significativo papel na sociedade. O capital econômico se apresenta neste momento no que tange a participação de grandes nomes da literatura no evento, o próprio evento em si e a possibilidade do indivíduo comum ter um lugar no evento.

A Tenda do Telão também se localiza no Areal do Pontal, nela são transmitidas ao vivo todas as mesas que ocorrem na Tenda dos Autores e acontece o show de abertura do evento com entrada através de ingressos, mas possui lateral e fundo aberto o que possibilita visão exterior. Excluindo o valor do show os ingressos para esta Tenda são a preços mais populares. No ano de 2015, como apresentado anteriormente, houve uma alteração nesta configuração da festa devido ao corte de verbas.

No estacionamento público entre a lateral da Igreja Matriz e o Rio Perequê-Açú se concentra a programação infantil denominada Flipinha, que possui curadoria separada assim como a programação juvenil, Flipzona, mas estão integradas. De acordo com Isabel Costa Cermelli, Diretora Superintendente da Casa Azul, o recurso da Flipinha é um bloco de despesa dentro orçamento geral e é, também, um Ponto de Cultura (ação cultural, parte primordial, do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura). Essas duas ações possuem atividades durante todo o ano na cidade, então, às vezes é uma captação separada, afirma Isabel.

Para alguns moradores de Paraty, a Flipinha possui pouca visibilidade como uma ação em si. Podemos perceber na fala de uma das representantes do Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba:

É nítido que a Flip é um evento que não tem a participação da comunidade. É um evento de mercado, não sei se esse é o termo correto, mas ele busca isso. Os organizadores dizem que fazem trabalhos durante o ano e tal, mas eu não consigo ver muito bem isso. Talvez precisasse ser mais divulgado. Sobre essa coisa de participação das escolas o que a gente vê é a escola mobilizada a preparar um trabalho pra apresentar na Flipinha, então se as escolas não fazem isso a Flipinha não existe. Como que é isso? Na verdade, quem depende de quem? Eu fico um pouco incomodada, é um evento de grande porte, o pessoal comentou que esse ano teve um orçamento de oito milhões. Um evento desse, com essa grana toda deveria deixar muito mais coisas para a cidade, ele teria que, de fato, fazer um trabalho com as escolas muito maior, mais profundo, pra valer. Desses oito milhões teria que investir pelo menos 800 mil pra cidade, eu acho, chutando um valor. Isso, também, outros eventos deveriam fazer, como o Bourbon. Um evento como este a própria Prefeitura deveria exigir que mantivesse uma escola de formação, uma troca mesmo. Porque Paraty tem o cenário e a prefeitura ainda coloca dinheiro. (ENTREVISTA 3, Ana Cecília Cortines, Representante Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba, em 20 de maio de 2014).

De acordo com Alaíde Nascimento<sup>190</sup>, Diretora das Escolas Municipais dos bairros rurais Tarituba, São Gonçalo, São Roque e Taquari, a interação entre as escolas e a Flipinha se dá a partir do início do ano quando a Associação Casa Azul convida todos os gestores da Rede Municipal (privada e pública) e Estadual de Ensino para se reunirem em sua sede e apresentar o Manual Flipinha. Também comparecem representantes de cidades próximas, como Ubatuba/SP e Rio Claro/RJ. Já há alguns anos essa apresentação é realizada por um autor a partir de dinâmicas. O manual é um livreto informativo, que contém os releases dos autores que estarão na Flipinha daquele ano. Os gestores e corpo docente escolhem autores para

<sup>190</sup> Comunicação pessoal à autora em 25 de novembro de 2014.

serem trabalhados na escola dialogando com o projeto pedagógico e podem fazer empréstimos de livros destes autores na Biblioteca Casa Azul, localizada no bairro Ilha das Cobras. A partir deste trabalho pode ser gerada, ou não, uma apresentação durante a Flipinha. Durante os dias da Flip cada escola recebe a visita de um autor, ação denominada “Operação Flipinha” (ver Figura 24, p. 115), como afirma Isabel Costa Cermelli:

A gente faz algumas oficinas também em comunidades fora do núcleo urbano, fora da cidade de Paraty, como se a gente levasse a Flipinha até lá um pouco, a gente leva um autor que faz discussão com as crianças, que faz oficinas, doa livros para as crianças, para as escolas para que os professores possam trabalhar em sala de aula. É chamada “Operação Flipinha”. (ENTREVISTA 1, Diretora Superintendente Casa Azul)

Alaíde Nascimento apontou ainda dois pontos positivos que a Flipinha trouxe para o setor educacional de Paraty. O primeiro ponto, foi a criação de uma lei para obrigatoriedade da hora-aula de leitura semanal, cujo professor fará medição indireta proporcionando a cada aluno seu espaço individualizado de leitura. O segundo ponto, é a realização de compra de livros literários anualmente pela Secretaria de Educação a partir de escolhas feitas pelo corpo docente e gestores disponibilizando um exemplar para cada aluno. Todo projeto possui pontos positivos e negativos. Esta pesquisa consiste em compreender que o campo da Produção Cultural é construído por relações complexas e que existe a necessidade de uma mediação entre projeto, cidade e sujeito. Desta forma, as ações são articuladas de uma forma mais sustentável.

A Flip, além de promover a literatura foi criada com o objetivo de colaborar na resolução dos problemas de infraestrutura urbana, “potencializa transformações na cidade nas áreas de preservação do patrimônio, educação e infraestrutura urbana e constitui um veículo poderoso de mudanças profundas no modo pelo qual a população faz uso dos espaços públicos” (Estatuto Associação Casa Azul<sup>191</sup>). Entre os projetos de intervenção urbana se destacam o “Borda D’água de Paraty” e a “Revitalização da Praça da Matriz” ambos de Mauro Munhoz, arquiteto e Diretor da Casa Azul.

A Praça da Matriz é um dos locais de grande socialização dos moradores de Paraty, onde ocorre grande parte das manifestações culturais tradicionais e eventos culturais. A Praça, como é popularmente chamada, não é a única, mas é a maior, estando presente no imaginário

---

<sup>191</sup> Disponível no site oficial da Casa Azul: <<http://www.casaazul.org.br/>>. Acesso em 09 de setembro de 2014.

das diversas gerações paratienses como coração da cidade. Em 2011 sofreu uma intervenção urbana, modelagem urbana em confluência com a espetacularização, com trocas de bancos, rebaixamento do piso, inserção de concreto e aniquilamento de algumas muretas, presentes em todo o entorno da Praça com três níveis, onde as pessoas sentavam uns ao lado dos outros. Ali se encontrava um espaço estático, mas com grande fluxo de trocas. Entende-se que, no imaginário do morador, as correntes do bairro histórico podem dividir a cidade em duas, como vimos anteriormente. Porém, a Praça é um espaço dinamizador deste sentimento, um espaço que abraça a convivência diversificada.

Durante a Flip a Praça é tomada por intenso fluxo de pessoas, principalmente estudantes e turistas. Percebe-se a adequação da modelagem deste espaço público para atender as demandas do evento, sendo explanado em público na reunião de apresentação do projeto por parte da equipe o interesse que a Praça tivesse maior capacidade para circulação de pessoas e que de seu entorno fosse visto o casario histórico. Lidamos em certas situações com uma espécie de pensamento privado do público. Neste caso, a cidade sendo remodelada para desígnios particularistas. No início das obras uma parcela da população reivindicou diálogo para adequar o projeto, captado via Lei Rouanet, através de abaixo-assinados, passeatas, ocupações do local e notificação ao Ministério Público. Entretanto, após algumas reuniões públicas e de trabalho a obra se desencadeou com pequenas alterações.

Segundo Paola Jacques (2003), as revitalizações urbanísticas corroboram para a criação das cidades genéricas, as quais buscam ocupar um lugar mais competitivo na venda das cidades num cenário internacional. Este processo, que não visa primordialmente a população local pode ser denominado pela autora como “museificação” ou “cidade-espetáculo” (como já visto). Para Fredric Jameson (1997), a lógica do capitalismo tardio pode ser considerada cultural, pois se apropriou de nossos sentidos. Portanto, a cultura junto com a arquitetura e a cidade são partes desse processo mercadológico de produção.

Os eventos por um ato de nomeação, como diria Bourdieu<sup>192</sup> (1989), pretendem instaurar socialmente a existência daquilo que no discurso, a priori, supôs existente. Toma-se como exemplo a Flip, que divulga Paraty como uma cidade literária. Neste sentido, ainda, a cidade assume esta identidade legitimando o envolvimento com a festa. Como pode ser

---

<sup>192</sup> BOURDIEU, 1989 *apud* ARANTES, O. MARICATO, E. VAINER, C. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes.



compreendida através das ideias de Paola Jacques (2003), a Flip não vende apenas um festival literário, de mercado editorial, ela vende uma ideia de cidade. E, a intenção é que esta ideia seja incorporada pela comunidade. Portanto, o espetáculo é “tradicionalizado”.

### 2.3.1.3 Mundo paralelo da Flip

No ano de 2014 a OFF Flip completou 10 anos de existência. É um movimento criado por artistas, produtores e ativistas culturais de Paraty com a intenção de formar paralelamente à Flip uma programação, que atendesse aos mais variados públicos. Desta forma, criou-se um circuito de ações expandidas por diversos espaços da cidade, tanto público quanto privado. A OFF Flip além de contar com a participação dos artistas de Paraty recebe diversos nomes de fora da cidade e autores da programação oficial da Flip. Deste movimento surgiu o Selo OFF Flip, criado em 2008 pelo escritor Ovídio Poli Junior, com diversas publicações e o Prêmio OFF Flip de Literatura, o qual podem participar autores de qualquer nacionalidade residentes no Brasil, brasileiros que residem no exterior e autores de países lusófonos. O Prêmio oferece uma quantia em dinheiro, no ano de 2014 foram 23 mil reais aos vencedores, estadia em Paraty, passeios e ingressos nas mesas da Tenda dos Autores. A OFF Flip é um importante movimento para potencializar e literalmente “dar voz” ao “lado b” da literatura.

Observamos como a cadeia de eventos e manifestações culturais em Paraty tendem a crescer. E, a partir disso a cidade fortalece e evidencia sua economia no turismo. Tornando-se os eventos potencialidades para engendrar a circulação de pessoas regularmente. Entretanto, os serviços básicos de luz, água, comunicação e hospedagem não possuem preparo para atender essa demanda turística. Ocasionalmente, por exemplo, falta de água e energia. “Talvez questões que a gente fosse enfrentar em Paraty daí vinte anos por causa da Flip se anteciparam,

então, pelo lado negativo, [...] pode dizer a especulação imobiliária, a chegada de muitos eventos acontecendo na cidade por que chamou a atenção, esse lugar aqui é agradável, bom para reunir as pessoas. [...] Começa a vir muitos eventos e nem sempre [...] estão ligados com a vida da cidade, pra fazer uma coisa integrada. As cidades turísticas tem uma relação dúbia com o turismo, por um lado o turista traz recursos para a cidade e um turista com interesse cultural pode propiciar uma troca

interessante para a cidade, a interação com o morador da cidade é uma coisa que é legal para o morador também. Mas, também tem o turista que não tá conectado com essas coisas e que usa nossa cidade”. (ENTREVISTA 1, Isabel Costa Cermelli, Diretora Superintendente Casa Azul).

Neste sentido, pode-se observar como a cidade passa a ser pensada sob a categoria de “palco”. Uma vez que a cada evento é modulada uma nova caracterização para ornar com a natureza e arquitetura da cidade. Um cenário urbano que não se limita a esse “cartão postal”. Paraty recebeu grande número de moradores nos últimos anos, que procuram melhores oportunidades de renda, o que gera um desordenado aumento de casas. Assim como, o índice de violência se alargou numa esfera significativa.

Eventos com a dimensão da Flip podem ser potencialidades para sanar com determinados problemas urbanos, visto a necessidade de um planejamento das infraestruturas básicas para que ocorra. Como também, deveria ser pensada uma distribuição espacial dos investimentos realizados para que o lucro não se restrinja somente aos comerciantes, criando um repasse pré-determinado para a cultura local.

É complexo romper com o sentido comum de que precisamos da lógica introduzida pelo turismo de eventos para sobreviver. Na verdade, é necessário pensar num plano de trabalho para enfrentar os problemas que acompanham os eventos e o turismo, porque do contrário será de sobremodo difícil não subalternizar a cultura local a essa lógica cultural global.

O que resulta de uma análise a partir das narrativas tratadas aqui? Resulta que a posição do ator social no território e sua relação com o evento determinará seu entendimento sobre a interação deste com a cidade. Desta forma, reforço a necessidade de um plano de trabalho como mediador para atuarmos com os modos de produção vivenciados hoje em Paraty de forma sustentável. A Flip pode ser considerada como um projeto de êxito, que multiplicou pelo restante do país diversas festas literárias e conseguiu circular pessoas e dinheiro em Paraty numa época de baixa temporada.

Procuramos complexificar a ideia de montagem/desmontagem de tendas em Paraty, visto que esta é uma característica compartilhada diversas vezes ao ano e é uma alegoria da própria lógica de apropriação momentânea do lugar. A cidade se esvazia e se coloca como “pano de fundo” para a realização do evento cultural. O evento se estabelece na cidade, também, com um tempo cíclico, no qual se prepara, acontece, se desfaz e se prepara

novamente. Como o evento pode ser pensado para que estas tendas não sejam vistas pelos moradores como uma “espaçonave” e a cidade não apenas uma cenografia urbana?

Outra recente iniciativa proposta pela Casa Azul é a criação do “Museu do Território de Paraty”. Englobando tanto o patrimônio material e imaterial da cidade a proposta é ter um museu diferenciado dos aspectos tradicionais com “ênfase no território (não no prédio institucional), no patrimônio (não na coleção) e na comunidade (não nos visitantes)”<sup>193</sup>. No início de dezembro de 2014 se realizou a primeira exposição e roda de debates para discussão sobre território. A exposição contou com fotos de alguns moradores contando suas histórias, uma reificação das narrativas, resultando em seguida na alocação de placas pelo bairro histórico com trechos das memórias de moradores antigos. A sede do Museu é localizada no bairro periférico Parque da Mangueira. Em 2014 o Museu contava com patrocínio do Banco BNDS, via Lei Rouanet, um de seus objetivos é documentar as transformações territoriais de Paraty e digitalizar acervos domésticos e institucionais e disponibilizá-los via Internet através de um banco de dados. Em 2015, este recurso foi cortado e o Museu se mantém a partir da Associação Casa Azul.

#### 2.4 ENTRE A ESPETACULARIZAÇÃO DA TRADIÇÃO E A TRADICIONALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO

A partir das narrativas aqui apresentadas, de duas festas que ocorrem no território de Paraty, podemos compreender como o envolvimento e falas acerca de um movimento caracteriza uma tendência de resistência cultural. Isto, porque em alguns momentos as grandes festas (reconhecidas pelo lugar por eventos “de fora”), como a Flip, são entendidas pelos atores sociais locais como reflexo de um envolvimento distanciado geograficamente e simbolicamente. Como observado no capítulo 1, a população em grande parte está concentrada no entorno do bairro histórico, local abordado aqui como “palco” de grande parte das manifestações culturais da cidade, apartadas principalmente pelo processo de “patrimonialização”, que acarretou uma supervalorização do solo.

A Festa do Divino, caracterizando as festas tradicionais populares, diferentemente dos eventos “de fora” não necessita de recursos financeiros das esferas governamentais ou de

---

<sup>193</sup> Disponível em: <<http://www.museudoterritoriodeparaty.org.br/o-museu-do-territorio-de-paraty/>>. Acesso em 04 de dezembro de 2014.

patrocínios diretos para sua execução. Ela existe e resiste no tempo porque faz parte do patrimônio cultural intangível de Paraty, ligada diretamente à memória social e identidade cultural. Neste sentido, entendemos que as festas culturais tradicionais trabalham com recurso simbólico. As festas tradicionais populares e suas manifestações culturais são parte de uma cultura religiosa, representam o processo de colonização do nosso país, e nos dias que seguem há uma diminuição em seus adeptos em decorrência da forte presença evangélica. Contudo, a organização e o sentido destas festas podem ser entendidos como um processo cultural sustentável, feito pela comunidade e para a comunidade.

Para Padre Roberto Carlos Pereira (2014)<sup>194</sup>, Pároco de Paraty, “[...] essa quantidade de eventos já passou do limite. Desce tenda, sobe tenda. Muitas interferências no nosso dia a dia”. Isto, porque alguns eventos que ocorrem em Paraty trazem pouco desenvolvimento sociocultural e geram impactos visíveis, como escassez de recursos básicos (luz, água e alimentos), alteração de trânsito entre outros, e às vezes invisíveis, como competição entre os eventos e da própria cidade com outras. Ao indagar os representantes das festas se havia algum diálogo estabelecido entre si, obtive as seguintes respostas:

Eu não digo que não tenha. Porque de repente existe algum tipo de encontro, de lugar de debate com a prefeitura. Mas, a igreja nunca foi chamada, nunca foi convidada para este tipo de debate que abordasse esse assunto. Quando a gente vê o evento já está aí. Como eu disse, o primeiro evento do MIMO foi difícil, tivemos que ceder porque se não seríamos os inimigos da cidade, o evento não vai acontecer porque a igreja não quer. (Entrevista 5: Padre Roberto Carlos Pereira, Pároco de Paraty, em 02 de setembro de 2014).

A gente já pensou em fazer uma rede dos diversos eventos que acontecem em Paraty para gente compartilhar algumas experiências, trocar ideias, se organizar melhor. Por que, acho que faz falta a própria cidade de Paraty, que depois desses anos de Flip e outros tantos eventos acontecendo aqui ter uma organização, talvez pelo próprio governo municipal, de ter uma visão da cidade interagindo com estes eventos, pensando de uma maneira mais inteligente como estes eventos vem, qual a melhor parte do ano eles podem acontecer, sob quais condições, que contrapartidas para a cidade. Se tivesse um órgão na cidade que se ocupasse disso, por que um evento que vem de fora e quer fazer um evento musical ou de cinema ele nem deve saber direito. (Entrevista 1: Izabel Costa Cermelli, Diretora Superintendente da Casa Azul, em 06 de maio de 2014).

Desta forma, reconhecemos a necessidade de uma política cultural municipal, que reconheça e valorize o patrimônio cultural imaterial e que crie mecanismos de participação

---

<sup>194</sup> Entrevista 5: Padre Roberto Carlos Pereira, Pároco de Paraty, em 02 de setembro de 2014.

dos eventos na cidade reconhecendo e integrando a comunidade local. A Secretaria de Cultura Municipal de Paraty deixou de ser compartilhada da Secretaria de Turismo em 2009. Inobstante, ainda percebemos que a cultura muitas vezes é tida pelo governo municipal como anexo do turismo, estando com recursos humanos e financeiros muito inferiores. De acordo com Cristina Maseda (2015)<sup>195</sup>, Secretária Municipal de Cultura de Paraty, a gestão atual está no processo de institucionalização da cultura, como poderá ser observado mais à frente.

No próximo capítulo será realizada uma reflexão sobre o processo de “patrimonialização” da cidade de Paraty e dos conceitos correlatos – “cultura” e “patrimônio cultural”. Será percebido como o investimento e a valorização no patrimônio cultural material está muito acima do patrimônio cultural intangível, o que gera diversos conflitos “locais” como, inclusive, a própria rejeição a eventos. Estes muitas vezes são percebidos pela população como fonte de renda, mas sabemos que é direito de todo cidadão participar de todos os processos culturais.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>196</sup>, “Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios” (Artigo XXVII, 1). Na Constituição Brasileira<sup>197</sup> existem artigos e parágrafos que defendem a cidadania cultural: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência” (Art. 23, V), e completa ainda “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (Art. 215). Para refletir sobre o papel do Estado como agente democratizante na esfera cultural, Anita Simis<sup>198</sup> (2007) defende a ideia de que:

No Estado democrático, o papel do Estado no âmbito da cultura, não é produzir cultura, dizer o que ela deve ser, dirigi-la, conduzi-la, mas sim formular políticas

---

<sup>195</sup> Informação pessoal à autora em 21 de setembro de 2015.

<sup>196</sup> DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <[http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>. Acesso em 30 de setembro de 2015.

<sup>197</sup> CONSTITUIÇÃO BRASILEIRO DE 1988. Disponível em: <<http://www.trtsp.jus.br/legislacao/constituicao-federal-emendas>>. Acesso em 30 de setembro de 2015.

<sup>198</sup> SIMIS, Anita. *A Política Cultural como Política Pública*. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador - BA. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AnitaSimis.pdf>>. Acesso em 30 de setembro de 2015.

públicas de cultura que a tornem acessível, divulgando-a, fomentando-a, como também políticas de cultura que possam prover meios de produzi-la, pois a democracia pressupõe que o cidadão possa expressar sua visão de mundo em todos os sentidos. Assim, se de um lado se rechaçam as iniciativas que favorecem a “cultura oficial”, a imposição de uma visão monopolizada pelo Estado do que deva ser cultura brasileira, por outro, não se pode eximir o Estado de prover esse direito social, de estimular e animar o processo cultural, de incentivar a produção cultural, sem interferir no processo de criação, e preservar seu patrimônio móvel e imóvel. (SIMIS, 2007, p. 3)

Neste sentido, no capítulo 3 também abordaremos a noção de que a cultura é capaz de motivar o envolvimento urbano e o trânsito dos atores sociais locais para a constituição de territorialidades. A ideia deste capítulo é reconhecer a vitalidade cultural de Paraty e apontar reflexões para que esta vitalidade seja sustentável e transformadora e que não legitime desigualdades e segregações socioterritoriais. Uma agenda cultural intensa e turismo ativo por uma lado é positivo, pois traz dinamismo econômico interno. Contudo, a cultura local precisa ser valorizada em sua dimensão simbólica e material, não como resíduo ou mercadoria. Paraty precisa manter seus modos de ser, fazer e viver singulares e não viver na dependência de um mercado externo que transforma nossos bens em espetáculo.

### 3 – QUEBRANDO AS CORRENTES: PARA PENSAR A CIDADE INTEGRADA

*“Eu sou muleque de rua  
De rua de pedra de pé de muleque  
Muleque de rua de rua de  
Pedra de pé de muleque  
Que os pretos pisavam quando  
Plantavam este país de negros  
Este país de negros, este país!  
De braços fortes  
De brancos fartos  
De índios mortos  
Nascemos pardos  
E nosso fardo é muito pesado [...]”  
Luís Perequê<sup>199</sup>*

Ao analisar a “patrimonialização” de Paraty poderemos compreender o processo contemporâneo de valorização das singularidades urbanas e da constituição de uma agenda cultural pautada em eventos tradicionais locais e externos como motivadores para o turismo, como apresentado no capítulo 2. O desenvolvimento urbano precisa ser pensado também através da cultura e não somente pelo consumo exacerbado de bens materiais. Contudo, pautar a economia local em ativos culturais sem planejamento pode gerar uma exploração comercial de todas as possibilidades internas, inclusive a simbólica.

---

<sup>199</sup> PEREQUÊ, Luís. *Pé de Muleque*. Disponível em: <<http://luispereque.blogspot.com.br/p/letras.html>>. Acesso em 01 de outubro de 2015.

Como apontado no capítulo 1, os paratienses passaram nas últimas três décadas por um processo migratório – com saída do bairro histórico, de praias e comunidades rurais – causado pela alta valorização do uso do solo e especulação imobiliária. A partir deste processo, constitui-se uma expansão urbana que configura a cidade “presente” no entorno da área “patrimonializada” – caracterizada nesta pesquisa como cidade “passado”. Com a composição de casas de veraneio e empreendimentos de alto padrão para atender o turismo nacional e internacional percebe-se que os moradores da cidade aos poucos se distanciam da pesca, agricultura e serviços sustentáveis para viver cada vez mais em função do mercado externo dos agenciamentos turísticos.

Para ocorrer o desenvolvimento integrado à cultura é necessário haver investimento e valorização das manifestações culturais locais. Quando estas duas vertentes se encontram aliadas ao desenvolvimento, percebemos uma maior inclusão das pessoas neste processo, demonstrando a possibilidade da ocorrência de uma cidadania cultural. Observamos que na prática atual, diversos moradores possuem empatia ou são apáticas aos eventos e grandes festas que ocorrem no território de Paraty como reflexo de uma política que não possui ações integradoras concretas. Portanto, compreendemos que é necessário valorizar e fomentar a vitalidade cultural da comunidade e não concentrar as “políticas culturais”<sup>200</sup> em “tendas” e com ações voltadas somente para o patrimônio cultural material.

O turismo é importante movimentador da economia interna. Entretanto, não pode se tornar uma monocultura padronizadora de bens e serviços, pois isto gera impacto nos modos de ser, fazer e viver singulares do lugar. Para tanto, pensaremos a cultura como integradora, rompendo as correntes materiais e simbólicas instituídas no território, e como uma dimensão para refletir a terceira cidade, a qual desejamos construir (como apontado, a partir de Antônio Risério, no capítulo 2). A política cultural da cidade pode ser baseada no entendimento tridimensional da cultura – simbólica cidadã e econômica. Essas dimensões, que atendem às distintas demandas sociais e culturais, tornam-se a base para atuação do Estado baseadas nos direitos culturais.

Então, definir um método para atuação do Estado no estabelecimento da política pública para a cultura e da participação social nos processos decisórios é fundamental para

---

<sup>200</sup> Podemos observar em Paraty que ao longo dos anos o campo da cultura recebeu diversas ações que não se caracterizavam uma política pública.



sua efetivação. Além disso, a política cultural precisa se adaptar às mudanças durante sua formulação e dialogar com as demais políticas públicas. Reconhecendo o território de Paraty como um híbrido cultural e social é possível pensar num planejamento em rede, que crie um diálogo mais próximo entre os atores sociais (esfera estatal, agentes culturais e organizações não governamentais). Neste sentido, poderíamos pensar a política cultural como um sistema baseado na lógica das festas tradicionais de Paraty, as quais tem sentido primordialmente em grupo e visam realizações comunitárias.

### 3.1 NOTAS SOBRE OS CONCEITOS DE CULTURA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Antes de falarmos dos conceitos é necessário compreendê-los. Em diversos momentos a cultura e o patrimônio cultural são utilizados como categorias para distinção e como estimuladores das desigualdades sociais. Isto, marcado tanto pela concentração espacial no território quanto pela concentração de capitais (simbólico, cultural e econômico). Para compreendermos como estes conceitos foram constituídos ao longo dos anos faremos algumas considerações com o objetivo de esclarecer a dinâmica do setor cultural, isto porque este campo se fundamenta em definições conflituosas.

#### 3.1.1 O sentido da cultura

*Passa uma borboleta por diante de mim  
e pela primeira vez no Universo eu reparo  
que as borboletas não têm cor nem movimento,  
assim como as flores não têm perfume nem cor.  
A cor é que tem cor nas asas da borboleta,  
no movimento da borboleta o movimento é que se move,  
o perfume é que tem perfume no perfume da flor.  
A borboleta é apenas borboleta  
E a flor é apenas flor.  
Alberto Caeiro<sup>201</sup>.*

---

<sup>201</sup> PESSOA, Fernando. Alberto Caeiro pseudônimo. *O Guardador de Rebanhos*, In Poemas de Alberto Caeiro. Lisboa: Ática. 1946 (10ª ed. 1993). p. 64.

O que é cultura? Esta foi a pergunta que ouvi em março de 2008 quando iniciei meus estudos no curso de graduação em Produção Cultural, no Pólo de Rio das Ostras, da Universidade Federal Fluminense. Nossos veteranos nos colocavam em cima da mesa do professor, cada calouro conforme era pintado deveria apontar seu entendimento sobre a cultura em voz alta. Durante a semana de trote repetíamos uma frase, que se tornou popular nos anos seguintes da graduação “cultura é tudo e cultura é nada”. A partir daquele momento iniciou um processo de discussão sobre a ampliação deste conceito, que em alguns discursos estava engendrado numa ideia elitista. A utilização da cultura para distinção de classes não está presente restritamente no mundo contemporâneo, em diversos momentos da história pode-se observar a presença deste fato. Segundo Aloísio Magalhães (1985), intelectual e político que esteve à frente de diversos órgãos culturais federais, em seu livro *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil* uma cultura é avaliada no tempo

e se insere no processo histórico não só pela diversidade dos elementos que a constituem, ou pela qualidade de representações que dela emergem, mas sobretudo por sua continuidade. Essa continuidade comporta modificações e alterações num processo aberto e flexível, de constante realimentação, o que garante a uma cultura sua sobrevivência. Para seu desenvolvimento harmonioso, pressupõe a consciência de um largo segmento do passado histórico. Pode-se mesmo dizer que a previsão ou a antevisão da trajetória de uma cultura é diretamente proporcional à amplitude e profundidade de recuo no tempo, do conhecimento e da consciência do passado histórico. (MAGALHÃES, 1985, p. 44).

Aloísio Magalhães sugere que os elementos são sempre os mesmos, diferindo apenas os olhares que estão vinculados sobre eles. Cultura, substantivo plural<sup>202</sup>. Assim pode-se compreender o termo cultura hoje, dinâmico e múltiplo de definições. Desde sua origem o conceito passa por diversos dilemas, pois abarcou o campo do aleatório, transformando tudo em cultura, apresenta Denys Cuche (1999) em *A noção de cultura nas ciências sociais*. Para o autor é necessário falar em cultura ocidental, pois não há equivalentes para os povos de tradição oral. “As palavras têm uma história, e de certa maneira também, *as palavras fazem a história*” e “nomear é ao mesmo tempo colocar o problema e já resolvê-lo”. (*Ibidem*, p. 17 [grifo meu]).

---

<sup>202</sup> Parte do título da reportagem “Cultura, substantivo plural. O quase ministro Aloísio Magalhães expõe sua utopia. *Isto é*, 13 de janeiro de 1982, p. 68-70. In: MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Pró-Memória, 1985.

Inicialmente cultura foi relacionada ao cuidado com o campo e seu cultivo, cultura como metonímia, e como metáfora para designar a cultura do espírito, o cultivo das ideias (CUCHE, 1999). Este segundo conceito, figurado, se firma a partir do século XVIII sempre acompanhado por uma segunda palavra, a cultura de alguma coisa. Contudo, após determinado período o termo se liberta destes auxiliares e é empregado para designar a formação do indivíduo.

Depois, em um movimento inverso ao observado anteriormente, passa-se de “cultura” como ação (ação de instruir) a “cultura” como estado (estado do espírito cultivado pela instrução, estado do indivíduo “que tem cultura”). Este uso é consagrado, no fim do século, pelo Dicionário da Academia (edição de 1798) que estigmatiza “um espírito natural e sem cultura”, sublinhando com esta expressão a oposição conceitual “natureza” e “cultura”. Esta oposição é fundamental para os pensadores do Iluminismo que concebem a cultura como um caráter distintivo da espécie humana. A cultura, para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos ao longo da história. (CUCHE, 1999, p. 20-21).

Diversos intelectuais das ciências sociais e outras áreas se dedicam a compreender e construir um entendimento sobre o conceito, que junto ao termo natureza constrói uma trajetória sobre a própria história da sociedade. Terry Eagleton (1943)<sup>203</sup> cita Francis Bacon sobre cultura definir “o cultivo e adubação de mentes”, em seguida analisa o caminho que percorreu este termo, que antes de denotar uma entidade significou uma atividade. Sob este prisma, recorre-se ao autor para complementar as ideias de Denys Cuche (1999) sobre o processo complexo por que passou este termo:

“Cultura” é considerada uma das duas ou três palavras mais complexas de nossa língua, e ao termo que é por vezes considerado seu oposto – “natureza” – é comumente conferida a honra de ser o mais complexo. [...]. “Cultura” denotava de início um processo completamente material, que foi depois metaforicamente transferido para questões do espírito. A palavra, assim, mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavrar o solo à divisão do átomo. No linguajar marxista, ela reúne em uma única noção tanto a base como a superestrutura. Talvez por detrás do prazer que se espera que tenhamos diante de pessoas “cultas” se esconda uma memória coletiva de seca e fome. Mas essa mudança semântica é também paradoxal; são os habitantes urbanos que são “cultos”, e aqueles que realmente vivem lavrando o solo não o são. Aqueles que cultivam a terra são menos capazes de cultivar a si mesmos. A agricultura não deixa lazer algum para a cultura. (EAGLETON, 1943, p. 9-10)

---

<sup>203</sup> Eagleton em seu capítulo “Versões da Cultura” aponta outros autores que de alguma maneira se associam a discussão acerca do conceito de cultura, como Francis Bacon, Matthew Arnold, David Harvey, Friedrich Nietzsche, Friedrich Schieller, Raymond Williams, entre outros. EAGLETON, T. *A idéia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 9-23.

Neste sentido, percebe-se que a cultura é utilizada, em alguns momentos, para potencializar a distinção entre as pessoas em situação de opressão socioeconômica. Na França do século XVIII, esta palavra se aproxima de outra, “civilização”, ligada ao coletivo com ideia de desenvolvimento da nação. Para Denys Cuhe (1999) a ideia de progresso contida nestes dois conceitos substitui a “esperança religiosa”. Desta maneira, o homem se torna o cerne dos debates, possibilitando uma “ciência do homem”. Neste momento é criada a Etnologia definida, por Alexandre de Chavannes em 1787, como a “história dos progressos dos povos em direção à civilização” (*Ibidem*, p. 03).

O antropólogo Adam Kuper (1999) questiona os rótulos vagos dados às três teorias da cultura – a francesa, alemã e inglesa – acompanhadas das ideias do iluminismo, romantismo e do classicismo, respectivamente. Porém, esta divisão fornece uma orientação inicial para o entendimento de cultura dentro de uma determinada história, sabendo que as três correntes trabalham ideias, muitas vezes, transversais. O autor defende que ao contrário do saber científico “a sabedoria da cultura é subjetiva. Suas reflexões mais profundas são relativas, e não leis universais” (KUPER, 1999, p. 27).

Partindo para um debate contemporâneo acerca do conceito de cultura os pesquisadores Maria Amarante Pastor Baracho e Antonio Reis (2001), sob o olhar de Edward Tylor, apontam que este termo é “o complexo no qual estão incluídos conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e quaisquer outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (BARACHO e REIS, 2001, p. 1-2). Entretanto, o termo não se restringe somente a estas definições, podendo ser, também

o conjunto de atividades e modos de agir, costumes e instruções de um povo. [...]. Mitos, lendas, costumes, crenças religiosas, sistemas jurídicos e valores éticos que refletem formas de agir, pensar de um povo. Processo de cultivo e desenvolvimento mental e subjetivo, por meio de práticas e subjetividades específicas como as diversas manifestações artísticas. Avanço espiritual do homem e aprimoramento das relações sociais. Processo pelo qual indivíduos de uma mesma sociedade se comunicam e interagem, [...] como expressão da construção social de sentido dos modelos de vida que os povos adotam em sua trajetória, *a cultura realiza-se através de um movimento permanente de mutação*. É, assim, um processo em permanente evolução, diverso e rico; o desenvolvimento de um grupo social, de uma nação, de uma comunidade; fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais. Assim, todos os povos, mesmo os mais primitivos, tiveram e têm uma cultura, transmitida no tempo, de geração em geração. (*Ibidem*, p. 1-2 – [grifo meu]).

A cultura toma uma dimensão abrangente, tendo o reconhecimento da multiplicidade de suas produções e manifestações, chega até mesmo significar o meio de comunicação entre essas produções. A cultura erudita, clássica e legitimada não é mais “A Cultura” única; os fazeres e saberes populares<sup>204</sup> passam a ser valorizados e entendidos como pertencentes ao meio cultural. Com isso, são incorporados novos setores sociais no universo das práticas eruditas. Este processo faz parte da democratização da cultura, que segundo a militante cultural Isaura Botelho (2008) incorpora não só outros fazeres, mas todos os diferentes processos da Produção Cultural. A cultura é representada por bens materiais e não materiais (no campo simbólico). A legitimação da Produção Cultural diversificada traz consigo o fim da ideia de público hegemônico. O conceito de cultura incorpora diversas definições, a ocorrência deste fato é explicada pelas diversas maneiras que cada grupo social reflete e constrói o universo à sua volta.

No campo da política brasileira este entendimento sobre o conceito de cultura aparece fortemente na primeira década dos anos 2000 marcada pela ocupação da cadeira presidencial pelo militante operário Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Com um discurso de democracia o partido une-se aos intelectuais do campo cultural com o intuito de suprir as demandas de todo o país. Gilberto Gil, artista e intelectual, assumiu a gestão do Ministério da Cultura (MinC) em 2003. De acordo com João Domingues, esta gestão encaminhou a política cultural nacional no sentido da “emancipação, do direito ao trabalho cultural e de um novo sentido acerca da democratização da cultura (não mais o acesso aos bens produzidos, mas aos meios de produção)” (DOMINGUES, 2008, p. 18). Em seu discurso de posse Gilberto Gil fala sobre seu entendimento de cultura:

---

<sup>204</sup> A construção da definição deste termo possui enorme discussão, a qual não proponho tratar aqui. [Cf] “Como diz Renato Ortiz (1992, p. 61), a noção de cultura popular é relativamente recente, tendo surgido na Europa com o movimento romântico de inícios do século XIX, justamente quando aumentou a separação entre cultura de elite e cultura popular. Hoje constata-se a diversidade da cultura popular, que não constitui um todo homogêneo, como pensavam intelectuais românticos, que inventaram este conceito, no dizer de Peter Burke (1989). [...] Canclini (1997, p. 220) defende a ideia que ‘o popular não é monopólio dos setores populares’. De acordo com suas ideias e como muitos constataram, hoje não se pode mais procurar uma idade de ouro da cultura popular. Para Gramsci existe cultura popular na medida em que existe cultura dominante. Nesta perspectiva, segundo alguns pesquisadores, a cultura popular assumiria em face da cultura dominante uma posição diversa contestadora de sua autoproclamada universalidade. A este respeito parece enriquecedora a hipótese de Bakhtin, destacada por Ginzburg (1987), de que existe uma influência recíproca ou uma circularidade entre a cultura das classes subalternas e a das classes dominantes, que funcionou segundo o autor, especialmente durante a Idade Média e até a metade do século XVI”. (FERRETTI, Sergio F. *Dimensões da Cultura: Popular, Erudita*. Ciências Humanas em Revista. São Luís: CCH/UFMA, V. 5, Nº 2, 2007, p.39-54).

O que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta "classe artística e intelectual". Cultura, como alguém já disse, não é apenas "uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos". Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra "folclore". Os vínculos entre o conceito erudito de "folclore" e a discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. "Folclore" é tudo aquilo que - não se enquadrando, por sua antiguidade, no panorama da cultura de massa - é produzido por gente inculta, por "primitivos contemporâneos", como uma espécie de enclave simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual. Os ensinamentos de Lina Bo Bardi me preveniram definitivamente contra essa armadilha. Não existe "folclore" - *o que existe é cultura*. (Parte do discurso do Ex-Ministro da Cultura Gilberto Gil, 2003<sup>205</sup> - [grifo meu]).

Em 2008, Gilberto Gil passa o cargo para o sociólogo Juca Ferreira, que encerra seu trabalho em 2010 e retorna neste ano de 2015. A gestão Gil/Juca defendeu um conceito amplo de cultura no MinC, propondo relevância nas questões de democracia cultural, identidade nacional e economia da cultura (entendimento tridimensional da cultura). O conceito de patrimônio cultural abrange mais do que monumentos históricos e a produção cultural não se restringe ao campo da arte. O objetivo dessa gestão foi suprir as necessidades de toda diversidade cultural no Brasil, trabalhar a cogestão e apostar na coletividade como formadora de cidadania. Pensava-se que o investimento em cultura daria resultado, em longo prazo, a todos os outros setores econômicos e políticos nacionais.

O MinC se apropria da antropologia e fala de culturas com o objetivo de reconhecer as diferenças socioculturais nacionais, não somando nem excluindo, apenas legitimando e dando respaldo para que se reconheçam como parte do processo de Produção Cultural do país. Com isso, vale lembrar as reflexões de Isaura Botelho (2008), que aponta um desafio de repensar e democratizar o conceito de cultura abordado numa política pública. Para a autora, é preciso adotar um conceito ampliado de cultura que abarque os fazeres e saberes populares e não apenas se restringir ao universo das belas-artes. A política cultural deve abranger toda a necessidade da diversidade cultural do país, estado ou município.

No mesmo sentido de cultura, o conjunto de manifestações culturais de um grupo social é construído ao longo do tempo, agregando valores históricos e transformações internas e externas ao meio. A diversidade cultural abrange as variadas singularidades culturais,

---

<sup>205</sup> GIL, Gilberto. *Discurso de posse do Ministério da Cultura, 2003*. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset\\_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883](http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883)>. Acesso em 24 de agosto de 2015.

experiências compartilhadas por indivíduos de um determinado grupo. Dessa maneira, pode-se considerar o conceito de memória como identificador do dinamismo cultural. A investigação da memória social e cultural é capaz de trazer à tona aspectos pertencentes a uma sociedade, as experiências de seus sujeitos e a maneira de viver que compartilham anos e anos. Entende-se que a memória dialoga com os aspectos constitutivos da identidade cultural, assim como proporciona o entendimento dos significados das manifestações culturais. Inobstante, cabe ressaltar que as identidades culturais não são fixas e que muitas vezes a memória social é tomada para justificar tal ideia. Segundo Reinaldo Dias (2006) o legado dos antepassados para futuras gerações é entendido como patrimônio cultural, que pode compreender novos significados conforme sua localização no tempo histórico.

Todo este vasto e complexo entendimento sobre cultura nos revela uma narrativa comum: a invenção. Em *A invenção da cultura* (2010), Roy Wagner, reflete de uma forma rizomática as culturas como invenção do antropólogo. Contudo, esta ideia não está ligada a uma “fabulação”, tampouco à “simbolização”. Algumas pessoas associam a ideia de “superficialidade” ou “falsidade” à noção de “invenção das tradições”, mas este é um cerne negativo da ideia de invenção. No *post scriptum* da edição brasileira, Roy Wagner aponta, ainda, que a invenção não é um processo “inventivo”. De acordo com o antropólogo, quando estudamos uma cultura estamos inventando-a, pois ao tentar interpretá-la realizamos uma invenção criativa tão inconsciente quanto profunda do que chamamos “realidade”. O próprio processo de estudar a cultura também é cultura, tomando emprestado nosso entendimento sobre as culturas e uso de palavras num jogo de criação, como podemos observar:

Um antropólogo denomina a situação que ele está estudando como “cultura” antes de mais nada para poder compreendê-la em termos familiares, para saber lidar com sua existência e controlá-la. Mas também o faz para verificar em que isso afeta a compreensão da cultura em geral. Quer ele saiba ou não, quer tenha a intenção ou não, seu ato “seguro” de tornar o estranho familiar sempre torna o familiar um pouco estranho. E, quanto mais familiar se torna o estranho, ainda mais estranho parecerá o familiar. É uma espécie de jogo, se quisermos – um jogo de fingir que as ideias e convenções de outros povos são as mesmas (num sentido mais ou menos geral) que as nossas para ver o que acontece quando “jogamos com” nossos próprios conceitos por intermédio das vidas e ações dos outros. À medida que o antropólogo usa a noção de cultura para controlar suas experiências em campo, essas experiências, por sua vez, passam a controlar sua noção de cultura. Ele inventa “uma cultura” para as pessoas, e *elas* inventam “a cultura” para ele. (WAGNER, 2010, p. 39).

O teórico cultural Stuart Hall (2003) observa que os Estudos Culturais – surgido como um campo específico na década de 1950 – atentavam para a tese de que concentrada na palavra cultura existiam questões para além da prática e das descrições de hábitos e costumes da sociedade. A cultura, neste sentido, está diretamente ligada às práticas sociais e suas inter-relações e mudanças históricas (na indústria, política e outros setores). Stuart Hall, complementa:

A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação” e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar. (HALL, 2003, p. 43).

Quando Stuart Hall aponta para a ideia da cultura ser uma questão de “se tornar” faz uma crítica à ideia fixa (“pura”) de cultura e identidade cultural. Portanto, o ser social produz (“se torna”) cultura cotidianamente. Para o autor, a oposição dicotômica iniciada no Iluminismo – Particularismo x Universalismo e Tradição x Modernidade – produz uma maneira específica de compreensão da cultura. Como resultado da globalização, em seu sentido amplo, estes binarismos estão findando e as formações culturais tornando-se mais “híbridas”. O sujeito híbrido não está “plenamente formado”, como o autor aponta o hibridismo faz parte de uma “tradução cultural”. Processo que não significa simplesmente se apropriar de elementos culturais externos,

ou adaptação; é um processo através do qual se demanda das culturas uma revisão de seus próprios sistemas de referência, normas e valores, pelo distanciamento de suas regras habituais ou “inerentes” de transformação. *Ambivalência e antagonismo* acompanham cada ato de tradução cultural, pois o negociar com a “diferença do outro” revela uma insuficiência radical de nossos próprios sistemas de significado e significação. (BHABHA, *apud* HALL, 2003, p. 74-75 [grifo meu]).

A cultura é polivalente e se torna mais híbrida na medida em que é atravessada pela alteridade. Néstor García Canclini (2003)<sup>206</sup> reforça esta ideia ao expor que “um dos méritos da hibridização é ela eliminar as formas binárias de pensar a diferença”, o que pode se

---

<sup>206</sup> CANCLINI, Néstor García. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.



justificar numa noção “rizomática” de processo cultural, no qual uma cultura não se sobrepõe à outra. As culturas estão atravessadas e são “antropofagicamente” reinventadas com novos significados e novos sentidos. De acordo com Inês Dussel (2002)<sup>207</sup>, a hibridização não se restringe ao diálogo com elementos externos, se articulando também com elementos internos, tradições e discursos. Em outras palavras, segundo Rozana Gomes de Abreu (2012)<sup>208</sup>:

O caráter híbrido da cultura pode ser entendido como resultado de um duplo processo: primeiro, do processo de deslocamento de questões e relações de origem (no caso de concepções, valores, símbolos, normas) de determinado contexto ou campo, e segundo, do processo de recolocação e resignificação dessas em outras questões e relações. (ABREU, Rozana, 2012, p. 31).

O entendimento contemporâneo do processo cultural se baseia no hibridismo, que é atravessado e negociado numa sociedade globalizada disposta nas alteridades locais e globais. Portanto, compreender uma cultura – uma identidade cultural e uma manifestação cultural – é uma ação delicada e complexa, que deve ser pensada e articulada às questões sociais, políticas, econômicas e históricas, pois como analisa Clifford Geertz (1989), em *A Interpretação das Culturas*, o ser social é um “animal amarrado à teia”.

As questões discutidas até o momento suscitam desafios para a compreensão do sentido de cultura. Da mesma forma que a resposta sobre “o que é cultura” é confusa e problemática, a pergunta “o que é patrimônio cultural” pode lançar desafios para o entendimento sobre a sociedade e como se constituem as relações dos atores sociais com a “musealização” da vida, reelaborando a noção de passado (memória social, história e tradição).

### 3.1.2 Patrimônio cultural: realizações materiais e imateriais

*Defender nosso patrimônio cultural  
e artístico é alfabetização.*  
Mário de Andrade

<sup>207</sup> DUSSEL, Inês. *O currículo híbrido: domesticação ou pluralização das diferenças*. In: LOPES, A. C. & MACEDO, E. (orgs). *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2002.

<sup>208</sup> ABREU, Rozana Gomes de. *A produção cultural da comunidade disciplinar de ensino de química*. Revista Periferia – educação, cultura e comunicação, v. 04 n° 01 janeiro – julho, 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/download/8450/6245>>. Acesso em 01 de setembro de 2015.

Ao longo dos anos o discurso acerca da definição de patrimônio cultural assumiu diferentes frentes, assim como o conceito de cultura. De acordo com Regina Abreu (2003), entende-se que a causa deste processo se dá, principalmente, a partir do momento que se desenvolve a concepção de bem comum. Segundo Leopoldo Guilherme Pio (2006)<sup>209</sup>, a noção de patrimônio no momento de consolidação dos Estados nacionais é tida como um dos instrumentos – de representação e suporte simbólico – para fomentar com afinco as memórias e identidades sociais. Contudo, com o processo de globalização as identidades nacionais são desestabilizadas em detrimento das identidades globais. Clifford Geertz (1985) argumenta que patrimônio também pode assumir uma categoria de “colecionamento” de objetos para afirmação de valor material.

Em algumas sociedades a ideia de patrimônio com o propósito de acumular não se restringe ao “colecionamento” em seu fim, podendo aparecer em alguns rituais com intuito de “redistribuição”, “troca” ou até mesmo “destruição”. Segundo Bronislaw Malinowski (1976), no caso do *kula*, praticado por populações da Papua Nova Guiné (Oceania), mesmo com suas variantes nas diferentes localidades a proposta era realização intercambial (de braceletes, colares, pulseiras e outros). Marcel Mauss (1974) ao estudar comunidades tribais norte-americanas reflete sobre o *potlatch* como uma prática patrimonial, em alguns casos, de “destruição” para demonstrar superioridade entre os seus e às aldeias rivais.

Gostaria de destacar as diferentes exposições sobre a noção de patrimônio cultural para refletir como um conceito pode transitar no tempo e espaço se ressignificando. José Reginaldo Gonçalves (2009), nos faz entender que a construção da palavra é algo cultural e não natural. Portanto, o entendimento desta noção transitando analiticamente por diversos momentos pode nos auxiliar como diferentes formas de pensar o mundo. Nas comunidades em que o patrimônio material respalda a memória social, tem-se maior segurança quanto a sua permanência em diversas gerações. Entretanto, pode tornar tal história um fator de exclusão, já que não é possível preservar as vivências e patrimônios dos diversos atores sociais. Cabe ressaltar, que a memória social é dinâmica, visto que o passado e as tradições são apropriados e reelaborados de acordo com os interesses no presente.

---

<sup>209</sup> PIO, Leopoldo Guilherme. *Musealização e cultura contemporânea*. Revista MUSAS nº 2, Ano II, 2006. Disponível em: < <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/04/Musas2.pdf>>. Acesso em 02 de setembro de 2015.

A ideia de patrimônio cultural como “colecionamento” inicialmente se restringia a nobreza. Obras e artistas se concentravam em castelos e palácios, ou seja, o patrimônio cultural era privado. A partir da Revolução Francesa estende-se para o conjunto de cidadãos e fortalece o sentimento nacional (ABREU, 2003). Torna-se ambígua a ideia de patrimônio cultural como bem coletivo nacional, pois além de representar uma referência para a construção de uma identidade comum num certo território, se uniria a ideia de disponibilidade para toda a humanidade. As vertentes do patrimônio cultural passaram por três pontos: particularista, nacionalista e universalista. Deborah Lima (2009) cita que antes a ideia de “Nação visava unificar para agregar todos em um só corpo e

hoje, o que prevalece é a visão plural, a visão, sobretudo, multicultural. A sociedade moderna se apoiou no discurso universalizador de nação, a visão multicultural se apoia na diversidade, afinal, uma nação é composta por diferentes grupos étnicos, classes sociais, de gênero, etc. E precisa conviver com estas diferentes “nações” dentro da própria Nação. (LIMA, 2009, p. 19).

Então, o que se torna patrimônio cultural nacional não necessariamente representa toda a nação, já que cada nação comportaria uma infinidade de culturas. Segundo Reinaldo Dias (2006), a noção de patrimônio reside em três mudanças gerais: patrimônio como tesouro, patrimônio como monumento e patrimônio como instrumento de educação. Inicialmente a palavra patrimônio associava-se ao tesouro artístico, presente numa noção *particularista*; em seguida, patrimônio foi entendido como monumento histórico cultural, passando para uma versão *nacionalista*; posteriormente passou a apresentar-se como instrumento para reflexão com preocupação *universalista*. No entanto, não há necessidade de se englobar somente a história, monumentos e a arte de cada nação como patrimônio. É essencial preservar todo o conjunto de realizações humanas em suas mais diversas expressões.

É neste sentido, que patrimônio cultural abrange todo o universo da produção cultural e seu sentido simbólico. Existe, então, a separação entre o patrimônio cultural tangível, relacionado aos bens materiais, e o patrimônio cultural intangível, que se conecta com tudo que não é palpável. O patrimônio cultural intangível, também chamado de simbólico, é responsável por manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares (proponho, aqui, como popular, a construção da memória coletiva), tornando-se aspecto constitutivo da identidade sociocultural. É necessário considerar os patrimônios imateriais junto aos patrimônios materiais, pois assim, o patrimônio simbólico é capaz de exemplificar o

significado dos bens materiais. A valorização do patrimônio imaterial agrega a contemplação das diversidades culturais.

Esta concepção, entretanto, não esteve sempre aliada ao patrimônio material, que por muito tempo direcionou a preservação cultural no Brasil a construções elitistas e excludentes pertencentes aos colonizadores. É no viés *universalista* do significado de patrimônio que reside o conceito antropológico de cultura, o que inclui na preservação todos os modos de fazer e agir de cada comunidade: hábitos, costumes, tradições, crenças etc. Realizações materiais e imateriais. Segundo Stuart Hall (2007), as culturas nacionais funcionariam como um discurso representando a heterogeneidade cultural de cada nação. Contudo, na construção destas identidades existem lacunas e contradições nas narrativas legitimadas.

Segundo Leopoldo Guilherme Pio (2006), o patrimônio sob este viés torna-se subproduto das políticas de perpetuação e repetição de ritos fundadores dos Estados nação, representados em museus e eventos cívicos. Esta perspectiva se baseia em uma visão do passado, a qual Néstor García Canclini (1997) nomeia como *essencialista*. As transformações contemporâneas, motivadas pela globalização, influenciam mudanças nas ideias fixas de lugar e identidade. Como consequências dessas alterações, destaca-se uma nova experiência com o tempo, podendo articular identidades sociais com diversas temporalidades, em consequência estabelecendo novas relações com passado e história (PIO, 2006). Estes dois autores apontam para um novo entendimento de passado como *eclético*, pautado na pluralidade e flexibilidade.

Podemos compreender que alguns esforços realizados por comunidades, como apresentado o caso de Paraty no capítulo 1, para valorizarem seus patrimônios culturais e reforçarem suas identidades locais são iniciativas de resistência ao poder homogeneizador da globalização. É na década de 1960 que alguns fatores estruturam a musealização contemporânea. De acordo com Leopoldo Guilherme Pio (*Ibidem*), este fato se dá quando a cultura ocidental passa por um processo de crítica e relativização de seus modelos culturais surgindo uma necessidade de repensar o museu e o patrimônio.

O contexto de crítica à cultura tradicional, o surgimento da luta pelos direitos civis na Europa e nos Estados Unidos, entre outros movimentos sociais e o processo de descolonização dos países africanos constituem o germe da “política da diferença”, vinculada à defesa dos direitos de imigrantes, negros, mulheres, entre outras minorias. A política de afirmação política e cultural de tais grupos refletiu a necessidade de reconhecer o caráter complexo das identidades nacionais e rever a história da civilização moderna. (PIO, 2006, p. 53).

Em seguida, o conceito de preservação se amplia numa “expansão ecumênica das práticas patrimoniais”, como define Françoise Choay (CHOAY, 2006, p. 207). De acordo com Leopoldo Guilherme Pio (2006), esta ampliação pode ser observada na “valorização de diversos estilos e formas de expressão, quer na expansão da área de ação da preservação – como a valorização dos sítios urbanos e do patrimônio imaterial” (PIO, 2006, p. 53). Observa-se, como as instituições responsáveis pela preservação foram fundamentais para abrangência deste campo. Desde a “Carta de Atenas” (1931)<sup>210</sup> aos dias atuais existiram alguns marcos desta ampliação no conceito de preservação. Entre eles, destaca-se o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos (1964) originando a “Carta de Veneza”<sup>211</sup>, a qual criou o *International Council of Monuments and Sites* (ICOMOS)<sup>212</sup> e passou a valorizar o tecido urbano e não apenas monumentos isolados, alterando a noção de patrimônio para um diálogo entre passado e presente, como podemos observar em seu artigo 1º:

A noção de patrimônio histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (IPHAN, Carta de Veneza, 1964, 1-2).

O segundo marco ocorreu em 1962, durante a 12ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, realizada na França, quando foi elaborado um documento intitulado “Recomendação Paris – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”<sup>213</sup> (conhecido como “Carta de Paris”). Este foi o primeiro documento referenciando à salvaguarda das paisagens naturais, fazendo um paralelo entre o ambiente natural e o cultural. O terceiro marco para ampliação do conceito de preservação foi em 1976 quando a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação), no Congresso de

<sup>210</sup> IPHAN, *Carta de Atenas*. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em 02 de setembro de 2015.

<sup>211</sup> IPHAN, *Carta de Veneza*. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em 02 de setembro de 2015.

<sup>212</sup> ICOMOS. *History*. Disponível em: < <http://www.icomos.org/en/about-icomos/mission-and-vision/history>>. Acesso em 02 de setembro de 2015.

<sup>213</sup> IPHAN, *Carta de Paris*. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso em 02 de setembro de 2015.

Nairóbi (Quênia, África), defendeu a importância da valorização dos conjuntos arquitetônicos – mesmo o monumento menor – segundo critérios antropológicos e afetivos, em detrimento de interesses museológicos (PIO, 2006).

No contexto preservacionista, a UNESCO, uma das agências da ONU (Organização das Nações Unidas), através de avaliações feitas pelo Comitê do Patrimônio Mundial reconhece lugares no mundo com relevância *universalista*, denominados “Patrimônio Mundial”. De acordo com a instituição, em 2015 há 1031<sup>214</sup> patrimônios reconhecidos mundialmente, como “Patrimônio Natural”, “Patrimônio Cultural” ou “Patrimônio Misto”. A partir das décadas de 1950 e 1960 diversos países iniciaram uma reflexão sobre a preservação de áreas naturais e sítios históricos. Em 1972 foi aprovada a “Convenção a Respeito da Proteção do Patrimônio Cultural e Natural do Mundo” na 16ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris/FR. No documento desta “Convenção”<sup>215</sup>, destaca-se que a “degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento efetivo do patrimônio de todos os povos do mundo” (UNESCO, 1972, p. 1). Desta forma, é responsabilidade dos países signatários cuidarem e dar respaldo para a efetivação da preservação dos patrimônios, que são definidos pela “Convenção” como:

*Os monumentos.* – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

*Os conjuntos.* – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem tem valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

*Os locais de interesse.* – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (*Ibidem*, p. 2 [grifo meu]).

Na longa construção da noção de patrimônio pela UNESCO, imersa ao entendimento eurocêntrico, destaca-se a inserção da “Paisagem Cultural”. O processo de institucionalização desta nova abordagem de preservação se iniciou em 1990, sendo incluída em 1992 pelo Comitê do Patrimônio Mundial, em sua 16ª sessão realizada nos Estados Unidos da América.

<sup>214</sup> UNESCO. *World Heritage List*. Disponível em: < <http://whc.unesco.org/en/list/>>. Acesso em 30 de agosto de 2015.

<sup>215</sup> UNESCO. *Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, cultural e natural, 1972*. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em 30 de agosto de 2015.

De acordo com Vanessa Figueiredo (2013), “Paisagem Cultural” não substitui a categoria “Patrimônio Misto” (ainda existente), foi criada como uma subcategoria ou tipologia de “Patrimônio Cultural” (FIGUEIREDO, 2013). Para a UNESCO as “Paisagens Culturais” são bens culturais e representam as ações e obras realizadas através da combinação entre homem e natureza, elucidando a própria evolução da sociedade e a sua consolidação no espaço ao longo do tempo, sob a influência de diversas condicionantes – físicas, sociais, econômicas e culturais – como podemos observar:

*Cultural landscapes are those where human interaction with natural systems has, over a long time, formed a distinctive landscape. These interactions arise from, and cause, cultural values to develop. [...] The very notion of landscape is highly cultural, and it may seem redundant to speak of cultural landscapes; but the describing term ‘cultural’ has been added to express the human interaction with the environment and the presence of tangible and intangible cultural values in the landscape. (UNESCO, 2009, p. 5/17).*

Esta definição adotada pela UNESCO está baseada no conceito clássico do geógrafo americano Carl Ortwin Sauer<sup>216</sup> (1925), que abordava paisagem como uma área de recursos naturais, modificada e influenciada por forças culturais, valores tangíveis e intangíveis. Na publicação da UNESCO sobre “Paisagem Cultural” a definição de Sauer (*Ibidem*) é citada, sendo “*The cultural landscape is fashioned from a natural landscape by a culture group. Culture is the agent, the natural area the medium, the cultural landscape the result*”. (SAUER, 1925, *apud* UNESCO, 2010, p.19)<sup>217</sup>. A inclusão deste novo conceito por órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio é compreendida como resultado de uma nova relação com o próprio patrimônio cultural. A alteração principal é a extinção da concepção dicotômica natural e cultural, para uma concepção integradora, do entendimento das territorialidades. Neste sentido, tenta-se eliminar a fragmentação praticada em torno do patrimônio cultural e das paisagens e pensá-lo com seu entorno.

Inobstante, esta integração no ambiente urbanizado não é tão simples, pois são espaços dinâmicos, complexos e paradoxos. Segundo Vanessa Gayego Figueiredo (2013), “embora o conceito de paisagem cultural traga como uma de suas premissas a preservação com sustentabilidade, ao observar as práticas correntes das instituições responsáveis pelo

---

<sup>216</sup> SAUER, Carl. *The Morphology of Landscape*. University of California Publications in Geography, 1925, vol. 2, nº 2, p.19-53.

<sup>217</sup> UNESCO. *Cultural landscapes*, nº26, 2010. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/series/26/>>. Acesso em 30 de agosto de 2015.

patrimônio, constata-se que a toada dominante ainda é a da intocabilidade dos bens” (FIGUEIREDO, 2013, p. 108)<sup>218</sup>. Esta “intocabilidade” é um dos elementos processuais de “cristalização”, “museificação” e “espetacularização” do patrimônio. Ou, ainda, faz parte de uma nova relação estabelecida entre o homem e o espaço na modernidade em que se produz a reificação do espaço<sup>219</sup>. De acordo com Regina Prado Guelman (2009), a reificação do patrimônio cultural no Brasil se manifesta em duas modalidades: *cenarização e espaço-simulacro*.

De acordo com Regina Prado Guelman (2009), a *cenarização* “constitui uma apropriação de um sítio histórico e/ou natural concreto que rompe com a dinâmica própria do lugar e, em contrapartida, cria-se um ambiente cenográfico e artificial, voltado predominantemente para o consumo e o turismo” (GUELMAN, Regina, 2009, p. 14-15). Comumente, nas políticas e projetos urbanos a valorização e “intocabilidade” destes espaços fazem parte de um processo de singularidade urbana, em que o patrimônio é utilizado como uma identidade cidadina para fortalecimento turístico. Para Paola Jacques (2009), esta tentativa de estabelecer uma identidade da cidade é uma contradição na atualidade, em que são estabelecidas normas com o processo homogeneizador urbano para atender um padrão mundial.

Contudo, “o turista, ao contrário do habitante, não se apropria do espaço, ele simplesmente passa por ele” (JACQUES, 2005, p. 18). Desta forma, a memória e identidade sociocultural local são distanciadas com a população que se realoca para bairros periféricos. As práticas apontadas por estas autoras se inserem no que Françoise Choay (2006), citada anteriormente, chama de intervenções contemporâneas do patrimônio na lógica da “indústria patrimonial”. Para Choay, esta perspectiva possibilita que cidades e bairros (patrimônio) se transformem em bens de consumo e se estabeleça a criação de um mercado internacional para estes bens.

---

<sup>218</sup> FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. *O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções?* Revista Paisagem e Ambiente - USP, nº32, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/88124>>. Acesso em 30 de agosto de 2015.

<sup>219</sup> Regina Prado Souza Guelman em “A reificação do patrimônio: a reapropriação de sítios históricos reconhecidos como patrimônio na lógica da indústria cultural” (2009) aborda o conceito de reificação fundamentado nas análises de Karl Marx, suas posteriores interpretações por Lukács e Simmel. A intenção é estender seu sentido para a cidade.



Segundo Regina Prado Guelman, o *espaço-simulacro* “consiste na reprodução de um sítio histórico e/ou natural, geralmente em espaços privados, tais como condomínios, pousadas, *resorts* e *shoppings*.” (GUELMAN, Regina, 2009, p. 15). Ao analisar a cultura na pós-modernidade Fredric Jameson (2004) critica o pós-modernismo por uma falta de profundidade, “que se vê prolongada tanto na ‘teoria’ quanto em toda essa cultura da imagem e do ‘simulacro’” (JAMESON, 2004, p. 32). Este atual estágio do capitalismo, contextualizado pela globalização, tenta colonizar a cultura transformando-a em mercadoria. De acordo com o autor, vivemos o “esmaecimento dos afetos” ou o “esmaecimento do tempo e da temporalidade”. Desta maneira, agora nossa experiência de mundo e nossas linguagens culturais estão amparadas na categoria de espaço e não mais de tempo.

Propor uma reflexão que tente solucionar estes paradoxos acerca da patrimonialização se baseia em rever nossa própria visão de mundo para não submetermos nossos patrimônios a uma homogeneização cultural e fragmentação social. Segundo Aloísio Magalhães (1985), quando fez a defesa da cidade de Ouro Preto à Patrimônio Mundial em Paris/FR (1984), precisamos pensar num patrimônio que seja vivo, ou seja, que além de fazer sentido para a comunidade em que está inserido tenha apropriação porque esta será a base para a preservação dos bens culturais materiais (MAGALHÃES, 1985, p. 80).

Para o IPHAN, o bem cultural é fator de desenvolvimento (*Ibidem*, p. 185), esta afirmação faz emergir uma série de questionamentos sobre a preservação cultural e a relação com o entorno. No caso de Paraty – considerada Patrimônio Nacional desde 1966 e que tenta candidatura à Patrimônio Mundial pela UNESCO desde 1983 – a população enfrenta ainda problemas básicos, como dificuldades com o tratamento de água e esgoto<sup>220</sup>, índice de analfabetismo em torno de 37% (IBGE 2010)<sup>221</sup>, falta de energia elétrica em mais de dez comunidades tradicionais caiçaras<sup>222</sup>, carência de ensino superior (com apenas duas

<sup>220</sup> Em 15 de maio de 2015 foi inaugurada a ETA Pedra Branca, primeira Estação de Tratamento de Água da cidade. A construção da estação faz parte da Parceria Público-Privada (PPP) entre a Eletrobras Eletronuclear, a Prefeitura Municipal de Paraty, a concessionária Águas de Paraty e o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>221</sup> Disponível em: <  
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330380&idtema=79&search=rio-de-janeiro%7Cparaty%7Ccenso-demografico-2010:-resultados-do-universo-indicadores-sociais-municipais-->>.  
 Acesso em 05 de setembro de 2015.

<sup>222</sup> O Programa “Luz Para Todos”, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, do Governo Federal prevê a instalação de energia elétrica para estas comunidades. Em 19 de junho de 2015 foi inaugurada a chegada de energia elétrica na comunidade da Ponta Grossa. Entretanto, ainda falta energia elétrica nas comunidades: Saco do Mamanguá (“Mamanguá Direito”, “Mamanguá Esquerdo” e Fundão), Enseada da Cajaíba (Praia Grande,

instituições na modalidade semipresencial), ausência de tratamento do lixo<sup>223</sup> (atualmente, o lixo coletado é destinado a outro município) e a existência de um aeródromo no tecido urbano. Estas são algumas das tensões presentes na cidade, que não devem ser pensadas apartadas do contexto do patrimônio.

Compreendemos que a cultura e o patrimônio cultural não são conceitos isolados, estão presentes em todos os aspectos da vida humana e se dão a partir de contíguas tensões, ambiguidades e justaposições. Para refletirmos a dicotomia cidade “passado” e cidade “presente” e pensar nos possíveis fluxos que rompam fronteiras existentes proponho uma análise sobre a “patrimonialização” da cidade de Paraty. Este processo foi engendrado através de uma valorização das singulares da cidade como atrativo turístico (fato que pode ser observado também em ações institucionais). Entretanto, as ações foram concentradas no patrimônio cultural material e como aponta Aloísio Magalhães (1985) o sentido da preservação só é completo quando abarca o patrimônio cultural imaterial.

No caso dos monumentos de pedra e cal não faz sentido restaurá-los para que voltem depois a ser abandonados. É preciso reinserir esse bem na vida da comunidade. É necessário que ele volte a ser importante, volte a ser usado diária, quotidiana e fortemente pela comunidade. Primeiro porque assim é que ele vale e, segundo, porque é assim que ele se conserva. Na verdade não há imóvel que se conserve fechado e vazio. A vida é um elemento de contribuição para a própria permanência da vida. Nesse sentido a descentralização é uma ação da maior importância, um processo que leva tempo. Mas o tempo cultural tem suas regras e sua dinâmica próprias, e talvez seja bom não tentar modificá-las para que não haja risco de achatamento ou inadequação. [...] Essa revitalização comunitária em torno do que é patrimonial, volto a dizer, é o que fará com que o tempo projetivo, ou seja, a ação projetiva seja autêntica e dentro da identidade da própria nação. (MAGALHÃES, 1985, p. 185).

---

Ipanema, Calhaus e Pouso), Ponta da Joatinga (Ponta, Saco da Sardinha, Saco Claro, Saco das Anchovas), Martim de Sá, Ponta da Rombuda, Cairuçu das Pedras e Ponta Negra.

<sup>223</sup> Em Paraty, o lixo municipal era coletado e destinado a uma área próxima ao “Pedrão” (5 km da cidade, sentido Ubatuba/SP), inserida no interior da Área de Proteção Ambiental Cairuçu (APA Cairuçu), um terreno de Mata Atlântica. Contudo, o Ministério Público Federal no Rio de Janeiro (MPF/RJ) moveu uma ação civil pública contra o município para obrigá-lo a resolver, em definitivo, a questão do tratamento e da deposição final do lixo da cidade. Isto porque o MPF apurou que “o lixo era lançado a céu aberto, afetando áreas de preservação permanente, como manguezais, contaminando o solo e poluindo águas subterrâneas e cursos d’água. Além disso, segundo os laudos técnicos constantes no processo, o lixão de Paraty constitui um vetor de doenças (como a dengue) e representa grande risco à saúde pública”. Disponível em: <[http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy\\_of\\_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-rj-processa-prefeitura-de-paraty-para-acabar-com-lixao](http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-rj-processa-prefeitura-de-paraty-para-acabar-com-lixao)>. Acesso em 05 de setembro de 2015.

### 3.2 PATRIMONIALIZAÇÃO DE PARATY

*“Precisei refazer a minha experiência da cidade”.*

Paulo Carrano

As festas tradicionais de Paraty dão sentido ao patrimônio, pois além de aproximarem o bem da comunidade, elas o dão uso. Um exemplo desta afirmação são as insígnias – objetos sagrados, guardados ao longo do ano no cofre da Igreja de Santa Rita, Museu de Arte Sacra de Paraty – que durante a Festa do Divino ocupam espaços do presente, saindo em procissões pelas ruas, ocupando a Casa do Festeiro e a igreja. As grandes festas e eventos também trazem circulação ao bairro histórico, entretanto estabelece uma relação mercadológica além da simbólica e afetiva.

Segundo Aloísio Magalhães (MAGALHÃES, 1985, p. 185), a conscientização da comunidade é a base fundamental para pensar a política patrimonial, pois o “melhor guardião de um bem cultural é sempre seu dono” (*Ibidem*, p. 186). As festas tradicionais de Paraty não dão conta de uma relação entre patrimônio e a comunidade como um todo, pois se restringe a uma parcela da população religiosa ou que está ligada à tradição. Desta forma, surge uma questão: Como elaborar esta conscientização em comunidades periféricas, costeiras e rurais que não estabelecem vínculos afetivos próximos com o bairro histórico ou outros monumentos?

Como apresentado nos capítulos anteriores, as comunidades periféricas são territórios historicamente segregados com parcela da população em vulnerabilidade social e as comunidades rurais e costeiras se distanciaram do bairro histórico com desaparecimento dos bailes de chiba (conhecidos atualmente como ciranda) e com a saída do comércio local. Desta forma, a cidade como um todo não necessita deste espaço para suprir demandas cotidianas. Neste momento, é preciso identificar qual o sentido deste patrimônio cultural na vida das diferentes identidades do território para tentar uma aproximação, talvez, por memórias e proximidades. E, propor políticas públicas que valorizem os atores sociais e culturais como parte deste patrimônio cultural e deem subsídios para a vitalidade cultural local. Esta precisa ser uma narrativa urbana comum para a construção da cidade ideal e ser um ato social simbólico que trabalhe os conflitos reais da comunidade.

Inicialmente Paraty tentou sua candidatura a “Patrimônio Mundial da Humanidade” na categoria “Patrimônio Cultural” com o dossiê "Caminho do Ouro e sua Paisagem" considerando como base fundamental o período conhecido popularmente como “ciclo do ouro” – 1700/1750 (aprox.) – (apresentado no capítulo 1, com base em Marina de Mello e Souza [2008] como um fato mitológico importante na construção da identidade local). Após algumas tentativas houve a recomendação para que fosse considerado, além do potencial cultural, o patrimônio natural. Neste sentido, a cidade constrói o dossiê “Paraty Cultura e Natureza” para inscrever-se na categoria “Paisagem Cultural”. Segundo Amaury Barbosa<sup>224</sup>, membro do comitê Pró-Unesco, a última versão deste dossiê não foi enviado em janeiro de 2015 por falta de verba dos Ministérios da Cultura e do Meio Ambiente para a impressão, tradução e confecção dos mapas.

Para pensar a reapropriação dos usos após a “patrimonialização” do bairro histórico de Paraty proponho a construção de um mapeamento sobre as ações patrimoniais – formais e informais – na cidade. Para o levantamento destes dados encontrou-se uma polifonia com encontros e desencontros de informações. Esta motivação partiu da ideia de refletir acerca da instalação das correntes no entorno do bairro histórico tornando uma fronteira material e simbólica neste espaço que pode ser considerado por alguns intelectuais como um “*shopping* a céu aberto” ou uma “cidade espetáculo” tomado como um patrimônio “reificado”. O espaço se distancia de características sociais locais para atender o comércio de alto padrão ligado ao turismo (ver Tabela 1, p. 38-39).

Segundo a arquiteta e urbanista Paola Jacques (2003)<sup>225</sup>, nas últimas duas décadas o mundo passa por um processo acentuando iniciativas que podem ser nomeadas como “culturalização”<sup>226</sup> ou “musealização”<sup>227</sup> das cidades. Essas intervenções podem ser motivadas, em alguns casos, por uma “patrimonialização” ou “museificação” de centros urbanos, monumentos ou da própria cidade para sua inserção numa rede competitiva de

---

<sup>224</sup> Informação pessoal à autora em 26 de agosto de 2015.

<sup>225</sup> JACQUES, Paola. *Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?* Revista de Urbanismo e Arquitetura, v. 6, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229>>. Acesso em 27 de agosto de 2015.

<sup>226</sup> MEYER, H. 1999. *City and Porto Urban planning as a cultural venture in London, Barcelona, New York and Rotterdam: changing relations between public urban space and large-scale infrastructure.*~Rotterdam: International Books.

<sup>227</sup> HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória.* Rio de Janeiro: Aeroplano Editora 1, 2000 - Universidade Candido Mendes, Museu de Arte Moderna.

idades culturais ou turísticas (JACQUES, 2003, p. 32). Em Paraty, pode-se dizer que o bairro histórico é o potencial na estratégia de venda da cidade, um dos seus espaços emblemáticos. Ele alimenta uma memória histórica e o imaginário de uma “cidade do ouro e do café” (período colonial escravista), é um lugar presente cheio de passado. O casario colonial do séc. XVII/XVIII se encontra preservado, o cartão postal como mercadoria “a ser vendido, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda” (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2000, p.78)<sup>228</sup>. Contudo, mesmo que em pequeno grau esta arquitetura estimula o interesse pela história e reaviva memórias do lugar.

Segundo Regina Prado de Souza Guelman, algumas singularidades sobre a apropriação do patrimônio no caso brasileiro diferem do caso francês. Entre eles a ideia superficial desta apropriação com intuito imediatista de consumo como se dá como “mais uma moda, dentre muitas outras que ainda estão por vir, assim como a dos objetos étnicos, naturais, pitorescos e populares” (GUELMAN, Regina, 2009, p. 72). Com efeito, complementa a pesquisadora, se dá o distanciamento da noção de “museificação” – congelamento da cidade como uma obra de arte e testemunho histórico – visto que o interesse pela preservação não procura resgatar memória coletiva ou uma busca pela identidade.

Em nossa visão, o processo que ocorre em sítios históricos brasileiros (como por exemplo, em Salvador, Paraty e Tiradentes) e em suas imediações consiste na criação de espaços, nos quais se procura produzir um passado imaginado. Nesse sentido, insere-se muito mais numa lógica do consumo e de seu produto correlato emblemático – o *shopping center* (agora sob uma versão cult) –, do que num processo de compulsão pela memória e de seu espaço correspondente - o museu -, como nos indicam Choay (2006) e Jeudy (2005) sobre o caso europeu e, mais especificamente, sobre o francês. (*Ibidem*, p. 72).

O bairro histórico constitui um espaço de disputas e podemos compreender que seus diferentes usos e apropriações podem gerar territorializações e desterritorializações. Este jogo de forças é uma marca recorrente do “espetacular difuso”<sup>229</sup>, como afirma Guy Debord “a sociedade que modela tudo que o cerca construiu uma técnica especial para agir sobre o que dá sustentação a essas tarefas: o próprio território” (DEBORD, 1997, p. 112). Sobre a ideia de dar uma apropriação “museificada” ou “espetacularizada” a este território – pautada na

<sup>228</sup> ARANTES, O. MARICATO, E. VAINER, C. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>229</sup> Espetáculo de mercado do ocidente capitalista. O espetáculo encontrado no bloco socialista é chamado por Guy Debord de “espetacular concentrado”.

“vocação” turística e cultural – podemos encontrar ações institucionais, como a lei nº 1289/2001<sup>230</sup> sancionada pelo então Prefeito José Cláudio de Araújo (PMDB), em que seu artigo I autoriza o Poder Executivo a motivar o uso de vestimentas características de épocas passadas na área de comércio e serviços para incrementar o turismo no município. Para reflexão sobre o desenvolvimento da patrimonialização deste espaço proponho uma análise cronológica.

<b>Cronologia histórica do lugar e “ações patrimoniais” em Paraty/RJ<sup>231</sup></b>			
<b>Ano</b>	<b>Informação</b>	<b>Ação</b>	<b>Fonte</b>
1531	Fato histórico	Ocupação Lusitana com provável início do povoamento de Paraty, no alto do morro depois chamado da Vila Velha, atual Morro do Forte.	MELLO, 2006 <sup>232</sup>
1640	Fato histórico	O povoado é transferido do Morro da Vila Velha (Morro do Forte) para o local atual.	MELLO, 2006
1667	Carta Régia 28/fev	Vila de Paraty se desvincula da Vila de Angra dos Reis da Ilha Grande.	IBGE <sup>233</sup>
1700-1750	Fato histórico	Provável período do "Ciclo do Ouro".	MELLO, 2006
1700-1900	Fato histórico	Provável período do "Ciclo do Açúcar".	MELLO, 2006
1703	Carta Régia 09/mai	Extingue o Porto de Paraty, permanecendo somente o de Santos.	IBGE
1720	Fato histórico	A Vila de Paraty é anexada à Capitania de São Paulo.	IBGE
1726	Fato histórico	A vila de Paraty é (re)anexada à Capitania de Rio de Janeiro.	IBGE
1800-1900	Fato histórico	Provável período do "Ciclo do Café"	MELLO, 2006
1844	Lei Provincial nº 302	Paraty é elevada à categoria de cidade.	IBGE

<sup>230</sup> Disponível em: < [http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/painel/Leis/2001/Lei\\_1289\\_2001.pdf](http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/painel/Leis/2001/Lei_1289_2001.pdf)>. Acesso em 27 de agosto de 2015.

<sup>231</sup> Este mapeamento não se encerra neste arquivo, esta é apenas uma tentativa de ilustrar algumas iniciativas (informais e institucionais) para a “patrimonialização” da cidade.

<sup>232</sup> MELLO, Diuner. Paraty Estudante / Diuner Mello; Instituto Histórico e Artístico de Paraty e Valle Sul Construtora Ltda.; Guaratinguetá, SP: Frei Galvão Gráfica e Editora, 2006.

<sup>233</sup> IBGE. Paraty. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=330380&search=rio-de-janeiro%7Cparaty%7Cinphographics:-history&lang=>>>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

1867/1877	Fato histórico	Construção das estradas de ferro que ligaram Santos a Jundiá, promovendo o desenvolvimento do eixo Santos - São Paulo, e Rio de Janeiro a São Paulo, que desviou as exportações para o porto do Rio de Janeiro.	ICMBio <sup>234</sup>
1860-1950	Fato histórico	Provável período de estagnação econômica da cidade.	FREIRE, 2012 <sup>235</sup>
1945	Decreto de lei nº 1450	Paraty é elevada à categoria de Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro.	CARVALHO, 2009 <sup>236</sup>
1948	Decreto de lei nº 50	Prefeitura Municipal de Paraty impede que ações que possam descaracterizar o bairro histórico sejam realizadas.	CARVALHO, 2009
1950	Obra	Possível abertura da Estrada Paraty-Cunha (RJ-165)	MELLO, 2006
1966	Decreto de lei nº 58.077	Paraty recebe o título de Patrimônio Histórico Nacional.	CARVALHO, 2009
1968/jan	Visita Técnica	Visita de Michel Parent, técnico da UNESCO, à Paraty. Em missões pelo Brasil o técnico visava alinhar as ações patrimoniais com o turismo e desenvolvimento econômico. Recomendou a elaboração de um plano urbanístico e zoneamentos para a cidade e divulgação da cidade nacional e internacionalmente.	SILVA, Jardel. 2013 <sup>237</sup>
1968/jan	Relatório	Frédéric de Limburg Stirum, representante da UNESCO, elabora e publica um documento denominado "Plan National de mise en valeur de Parati dans le cadre d'un développement touristique" orientando a preservação com o turismo e patrimônio cultural.	UNESCO <sup>238</sup>
1970	Obra	Inauguração da Rodovia BR-101 (Rio-Santos), grande abertura para o turismo.	ICMBio
1970/déc.	Obra	Período provável da instalação das correntes de ferro no entorno do bairro histórico (1977/1978).	FERREIRA, 2015 <sup>239</sup>
1982	Fato histórico	Possível tentativa de consolidação como Patrimônio da Humanidade.	CARVALHO, 2009

<sup>234</sup> ICMBio. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/cairucu/quem-somos/nossa-historia.html?showall=1>>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

<sup>235</sup> José Carlos de Oliveira Freire, Seu Zezito Freire, nasceu em Paraty em 27 de agosto de 1922. Foi co-fundador da atual Sociedade Musical Santa Cecília, diretor do hospital e funcionário municipal. Informação pessoal à autora em 06 de junho de 2015.

<sup>236</sup> Carvalho, Aline Vieira de. *Entre ilhas e correntes: a criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s. n.], 2009.

<sup>237</sup> SILVA, Jardel Sandy da. *PARATY COMO PATRIMÔNIO: A CONSTRUÇÃO DE UM VALOR*. REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.782-797, 2013. (ISSN – 2237-1419) 782.

<sup>238</sup> STIRUM, Frédéric de Limburg. *Plan National de mise en valeur de Parati dans le cadre d'un développement touristique*. UNESCO: 1968. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000088/008824FB.pdf>>. Acesso em 25 de agosto de 2015.

<sup>239</sup> Valdermir Ferreira (Pipoca). Informação pessoal à autora em 27 de agosto de 2015.

1983	Tentativa de Candidatura à Patrimônio	Preparação do primeiro dossiê para entrar na lista da UNESCO de patrimônios concorrentes à Patrimônio Mundial, porém Paraty não concorreu.	BARBOSA, 2015 <sup>240</sup>
1999	Fato histórico	Ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso apoia publicamente a candidatura da cidade ao título de Patrimônio da Humanidade.	CAPOVILA, 2007 <sup>241</sup>
2001	Visita Técnica	Jorge Wertein, embaixador da Unesco, esteve em Paraty e assinou um documento comprometendo-se a apoiar a candidatura da cidade.	CARVALHO, 2009
2001	Fato histórico	Prefeitura de Paraty criou um Comitê Executivo Pró UNESCO, para se escrever uma nova proposta, denominada “O Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem”	BARBOSA, 2015
2001	Fato histórico	IPHAN e Fundação Roberto Marinho apoiam formalmente a candidatura.	CARVALHO, 2009
2001	Fato histórico	A empresa Vivo se juntou ao grupo das empresas privadas incentivadoras da candidatura de Paraty.	CARVALHO, 2009
2001	Lei nº 1289/2001	Fica autorizado ao Poder Executivo a motivar pessoas para utilização, em seus postos de trabalho, de trajes característicos de épocas passadas.	Câmara Municipal <sup>242</sup>
2003	Pré-Candidatura à Patrimônio Mundial	Segunda tentativa de Paraty à Patrimônio da Humanidade.	IPHAN, 2007 <sup>243</sup>
2003	Fato histórico	Organização da “Associação Pró-Paraty Patrimônio Mundial”, a qual se dedicou unicamente aos trabalhos para a campanha. Seminários e oficinas de trabalho foram organizados para discutir as categorias em que Paraty poderia se candidatar.	CARVALHO, 2009
2007	Obra	Retirada de postes e cabos de energia do bairro histórico para instalação de uma rede subterrânea com iluminação feita por lâmpões e luminárias elétricas.	PoL, 2011 <sup>244</sup>

<sup>240</sup> Amaury Barbosa, membro do comitê Pró-Unesco. Informação pessoal à autora em 26 de agosto de 2015.

<sup>241</sup> CAPOVILA, Lia. “Governos Federal, Estadual e Municipal se mobilizam para trazer a Paraty o título de patrimônio mundial concedido pela Unesco”. In: Jornal Paraty.com. Disponível em: <[http://www.paraty.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=314&Itemid=130](http://www.paraty.com/index.php?option=com_content&task=view&id=314&Itemid=130)>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

<sup>242</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY. Lei nº 1289/2001. Disponível em: <[http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/painel/Leis/2001/Lei\\_1289\\_2001.pdf](http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/painel/Leis/2001/Lei_1289_2001.pdf)>. Acesso em 27 de agosto de 2015.

<sup>243</sup> IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1916/candidatura-de-paraty-rj-ao-titulo-patrimonio-da-humanidade-chega-a-fase-final>>. Acesso em 26 de agosto de 2015.

<sup>244</sup> ParatyOnLine. Disponível em: <<http://www.paratyonline.com/jornal/2011/12/sem-esgoto-sanitario-a-declaracao-de-paraty-como-patrimonio-da-humanidade-nao-devera-acontecer/>>. Acesso em 26 de agosto de 2015.



2007	Candidatura à Patrimônio Mundial	Paraty concorre a Patrimônio da Humanidade, gerando o documento "Rota do Ouro em Paraty e sua paisagem" com as alterações sugeridas pela Unesco em momento anterior, na categoria de Paisagem Cultural.	IPHAN, 2007
2009	Candidatura à Patrimônio Mundial	A candidatura de Paraty "Caminho do Ouro e sua Paisagem" não foi aprovada na 33ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO em Sevilha, Espanha.	Nações Unidas, 2009 <sup>245</sup>
2011	Pré-Candidatura à Patrimônio Mundial	Flip apoia a candidatura de Paraty à Patrimônio Mundial recolhendo assinaturas durante o evento com o slogan "Paraty. Para todos, para o mundo, para sempre".	Cultura.Rj, 2011 <sup>246</sup>
2011	Obra	Restauro e requalificação da Praça da Matriz de Paraty.	CASA AZUL, 2011 <sup>247</sup>
2015	Candidatura à Patrimônio	"Candidatura de Paraty como Patrimônio Misto Universal". A última versão do dossiê "Paraty Cultura e Natureza", não foi enviado em janeiro de 2015 por falta de verba do ministérios da Cultura e do Meio Ambiente para a impressão, tradução e confecção dos mapas.	BARBOSA, 2015

**Tabela 4 - Cronologia histórica do lugar e "ações patrimoniais" em Paraty**

A partir das informações compostas nesta cronologia podemos compreender como se deu o processo de "patrimonialização" de Paraty, uma tentativa de afirmar e potencializar o caráter singular da cidade como meio para fomentar o turismo nacional e internacional na cidade. Há grande investimento no patrimônio cultural material sem ocorrer na mesma proporção com o patrimônio imaterial. No ano de 2013, a Festa do Divino foi registrada como patrimônio cultural imaterial no livro de "Celebrações" do IPHAN. A primeira representante do estado do Rio de Janeiro inserida neste livro do IPHAN ainda não se insere numa política que garanta mecanismos de salvaguardar os saberes e fazeres que a constituem.

Contudo, a Secretaria Municipal de Cultura de Paraty junto ao IPHAN e comunidade católica procuram formas para subsidiar estes mecanismos, exemplo disto temos o projeto "Centro de Referência da Festa do Divino de Paraty" aprovado no chamamento público nº 03/2014 de Apoio e Fomento à Salvaguarda de Bens Registrados como Patrimônio Cultural

<sup>245</sup> NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/brasil-sediara-reuniao-do-comite-do-patrimonio-mundial-em-2010/>>. Acesso em 27 de agosto de 2015.

<sup>246</sup> CULTURA.RJ. Disponível em: <<http://www.cultura.rj.gov.br/materias/paraty-se-prepara-na-flip-para-virar-patrimonio-mundial-da-unesco>>. Acesso em 27 de agosto de 2015.

<sup>247</sup> CASA AZUL. Disponível em: <<https://casaazulblog.wordpress.com/2011/10/03/construindo-um-projeto-para-o-restauro-e-a-requalificacao-da-praca-da-matriz-de-paraty-2/>>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

do Brasil (IPHAN/BR). O projeto aguarda o repasse de verbas para iniciar suas ações na prática.

### 3.3 CULTURA COMO POLÍTICA

Entende-se que o conceito de política pública faz parte da política e da administração para designar, na teoria, certo tipo de orientação para tomada de decisões, em assuntos coletivos, de maneira que efetive os direitos sociais. A política pública pode ser entendida como uma conexão entre teoria e ação, transformando as demandas coletivas previamente discutidas em compromisso público. Existem alguns fatores, como relações de interesses e influências que refletem, tanto diretamente quanto indiretamente, a discussão sobre quais seriam efetivamente as demandas da população em questão, conseqüentemente a construção da política pública. A gestão que cria e viabiliza as políticas públicas não possui, então, a neutralidade e imparcialidade que deveriam existir. Sendo assim, são necessários instrumentos de mediação e diálogo com a população, conforme Deborah Lima explana:

Ao contrário do que se pode pensar, uma política pública não deve ser vista apenas sob o prisma da atuação do Estado. É preciso vislumbrar toda a rede que se forma em torno daquela atuação. Novamente recorrendo a Dye (1995) ela pode ser vista como “o estudo das bases sociológicas e psicológicas dos comportamentos dos indivíduos e grupos; dos determinantes do voto e de outras atividades políticas; do funcionamento de grupos de interesse e de partidos políticos”. Tudo faz parte do processo de construção do Programa. Como um todo complexo, ele pode ser considerado como a soma de todas estas minúsculas partes, ou melhor, é maior do que elas. Afinal, não se trata de uma fórmula matemática em que o resultado é apenas a adição de todos os elementos anteriores. (LIMA, 2009, p. 16)

No entanto, as dificuldades de se entender e lidar com o campo das políticas públicas não se restringem apenas aos jogos de influências. Estão intrinsecamente relacionadas aos problemas de compreensão de conceitos, como: cultura, política, público e poder. Isto porque, entende-se que a cultura é construída a partir das relações entre os indivíduos; conceitualmente a política é o ato ou ações mediadas por alguns cidadãos com objetivo público, enquanto que este representa o espaço e o bem comum entre todos. O poder deve estar articulado com a tomada de decisões e efetivações das políticas, sem que uma relação de domínio se estabeleça - ou sobrepuje - sobre as demandas públicas. Muito se diz que esse fato

ocorre pela não participação do cidadão no universo público, como se “o que é público não é de ninguém”.

Como ressaltam alguns estudiosos da área, a discussão acerca das políticas públicas deve se dar de forma democrática e descentralizada para, de fato, haver concretização positiva das ações propostas pelo órgão gestor. O diálogo entre população e governo possibilita a coerência entre as ações propostas e a necessidade real de cada comunidade. Sendo assim, para uma política pública ter efetividade, propõe-se uma maior participação dos cidadãos nos processos decisórios. No entanto, deve se levar em conta que mesmo entre grupos sociais menores há disputa de interesse. A demanda de certa comunidade pode não representar a demanda geral de uma cidade e assim por diante. Neste sentido, cabe ao gestor observar previamente os grupos envolvidos para identificar necessidades e potencialidades, mapear mecanismos e os espaços de produção e conhecer as cadeias produtivas de cultura. O dinâmico meio cultural propicia planejamento e organização sem modelos.

A política, então, deve ser pensada deliberadamente, tanto na burocracia estatal quanto nos espaços privados e organizações da sociedade. Para se apoiarem em dados mais concretos, os gestores devem adotar a cogestão (conferências, conselhos e fóruns) como princípio norteador das tomadas de decisão, fiscalização e avaliação das ações estabelecidas. Apesar de parecerem uma maneira democrática de pensar as políticas públicas, estes espaços deliberativos devem ser analisados e, em alguns casos, organizados, ou reorganizados, para que haja participação de grande parcela da população, e não se restrinjam a certos “grupos engajados”. Reflexão que alguns autores fazem sobre a participação social no viés político:

A democratização da política não produz automaticamente uma cultura da cidadania, entendida como gestão das coisas públicas (JELIN, 2005). Neste sentido, é evidente que o processo participativo não está imune aos conflitos. Sua tendência é oposta, é a valorização do conflito para a conquista do consenso. *O maior desafio colocado ao Estado, portanto, não é a simples abertura de canais de participação, mas sua funcionalidade, trazer o cidadão para a discussão dos assuntos que lhe compete participar.* No limite, o processo de participação nas coisas públicas deve ser pautado em algumas premissas para ser bem-sucedido. (DOMINGUES, 2010, p. 180 - [grifo meu]).

Aos agentes que participam da relação Estado e Produção Cultural “este é o grande desafio de gerir a diferença e conflito, a dissensão e a discórdia, sem querer reduzi-los ou apagá-los, mas aceitá-los como índice de potência e de pujança”. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 77).

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, “Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios” (Artigo XXVII, 1). Na Constituição Brasileira existem artigos e parágrafos que defendem a cidadania cultural: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência” (Art. 23, V), e completa ainda “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (Art. 215). Para refletir sobre o papel do Estado como agente democratizante na esfera cultural, Anita Simis (2007) defende a ideia de que:

No Estado democrático, o papel do Estado no âmbito da cultura, não é produzir cultura, dizer o que ela deve ser, dirigi-la, conduzi-la, mas sim formular políticas públicas de cultura que a tornem acessível, divulgando-a, fomentando-a, como também políticas de cultura que possam prover meios de produzi-la, pois a democracia pressupõe que o cidadão possa expressar sua visão de mundo em todos os sentidos. Assim, se de um lado se rechaçam as iniciativas que favorecem a “cultura oficial”, a imposição de uma visão monopolizada pelo Estado do que deva ser cultura brasileira, por outro, não se pode eximir o Estado de prover esse direito social, de estimular e animar o processo cultural, de incentivar a produção cultural, sem interferir no processo de criação, e preservar seu patrimônio móvel e imóvel. (SIMIS, 2007, p. 3)

No Brasil a história das políticas públicas para a cultura começa a ser contada a partir do advento da República época em que, segundo Feijó (1992, p. 50), prevaleciam no país os valores culturais que vinham de fora, “cosmopolitismo”. Cabe ressaltar que antes deste período havia ações do estado sobre a cultura, entretanto, uma ação não necessariamente é uma política pública (CALABRE, 2007). A narrativa da Política Cultural Nacional é contada com o olhar voltado para alguns processos de mudança que marcaram o setor. Segundo Isaura Botelho (2008), tais mudanças estão presentes em três gestões diferentes, porém que seguiram uma linha de continuidade em seus conceitos. Contudo, cabe ressaltar que existiram outros nomes à frente de cargos institucionais das esferas governamentais que contribuíram para a narrativa da política cultural brasileira.

O pesquisador Antonio Albino Canelas Rubim (2007) critica alguns autores que datam o início das políticas públicas para a cultura no Brasil no período colonial. O autor Márcio de Souza aponta o Segundo Reinado como expoente, pois neste momento Dom Pedro II possui diversas atitudes como mecenas. Entretanto, estas ações não se configuram como

uma política pública. Outra crítica a este período histórico, como aponta Alexandre Barbalho (2007), se baseia na proibição da metrópole portuguesa na criação de instituições de ensino, de editoras, jornais, enfim, “[...] de toda instituição produtora de bens simbólicos na sua colônia americana” (BARBALHO, 2007, p. 38).

Nesta pesquisa consideramos as gestões de alguns intelectuais analisados por Botelho (2008) que tiveram influência em âmbito federal. A primeira influência é marcada pela gestão de Mário de Andrade ao assumir o Departamento de Cultura de São Paulo em 1930, figura-chave para iniciar o debate sobre erudito *versus* popular e construção da identidade nacional. Em 1970, o campo da cultura recebe Aloísio Magalhães, neste período o país ganha a instalação de um grande número de instituições culturais e estuda a criação de um Ministério da Cultura.

A primeira década dos anos 2000 é marcada pela ocupação da cadeira presidencial por um operário. Com um discurso de democracia o PT (Partido dos Trabalhadores) une-se aos intelectuais do campo cultural com o intuito de suprir as demandas de todo o país. Gilberto Gil e sua equipe assumem a gestão do MinC em 2003, o ministro ressalta no balanço de sua primeira gestão “o protagonismo que o Ministério alcançou, não só no Brasil, mas internacionalmente, ao propor uma pauta de discussão sobre o desenvolvimento econômico, as comunidades tradicionais e as classes populares” (DOMINGUES, 2008, p. 128). Em meados de 2008 assume o comando do MinC Juca Ferreira, integrante da equipe gestora de Gilberto Gil, o ministro dá continuidade a ideia de que a cultura é o ponto-chave para o desenvolvimento da nação brasileira.

Mesmo após a passagem de alguns ministros pelo MinC, as políticas públicas ligadas à cultura inauguradas nesta gestão ainda resistem e são inspirações para países da América Latina, como o Sistema Nacional de Cultura (SNC). O SNC, inspirado no SUS<sup>248</sup>, é um modelo de gestão criado para “[...] estimular e integrar as políticas públicas culturais implantadas por governo, estados e municípios. O objetivo do sistema é descentralizar e organizar o desenvolvimento cultural do País, para que todos os projetos tenham

---

<sup>248</sup> Sistema Único de Saúde.

continuidade, mesmo com a alternância de governos (SNC, 2015)”<sup>249</sup>. Atualmente, dos 5.570 municípios brasileiros 2.077 aderiram ao SNC (*Ibidem*).

Paraty aderiu ao SNC, em 20 de novembro de 2014, através do Acordo de Cooperação Federativa, e, em abril de 2015, instituiu por lei própria o Sistema Municipal de Cultura. Na fase atual realiza os fóruns setoriais para constituição do Conselho Municipal de Política Cultural e objetiva criar o Plano Municipal de Cultura até o ano de 2016. Esta articulação entre governo federal, estadual e municipal com a sociedade estabelece uma política participativa mais estável e resistente. No caso de Paraty é fundamental, visto que os governos vivem alternâncias de poder.

### 3.3.1 Política Cultural em Paraty

O órgão municipal gestor da cultura em Paraty é a Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), criada pela Lei Complementar nº 011/2010<sup>250</sup> que a desvinculou da Secretaria Municipal de Turismo. Um grande desafio da gestão é o número reduzido de recursos humanos e a carência em formação institucional de pessoal na área. De acordo com Graça Braga<sup>251</sup>, funcionária da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Paraty (SEDUMA), a Lei nº 10/1994<sup>252</sup> rege o quadro de servidores do município. Como observado anteriormente, desde sua criação não foi realizada uma revisão para incluir cargos e criar administrativamente as novas secretarias. Os concursos públicos municipais só podem ser realizados com base nesta lei por isso as novas secretarias, como a de Cultura, possuem cargos contratados ou em desvio de função.

A segunda década dos anos 2000 é marcada pela gestão do PT (Partido dos Trabalhadores) com o Prefeito “Casé” (Carlos José Gama Miranda [2013–2016]) assumindo o poder municipal. O discurso desta gestão é de suprir as múltiplas demandas do território e teve um grande marco simbólico com a presença de “Ronaldo do Campinho” (Ronaldo dos

---

<sup>249</sup> SISTEMA NACIONAL DE CULTURA. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/snc>>. Acesso em 03 de outubro de 2015.

<sup>250</sup> Disponibilizada por Marcos Maffei, diretor de projetos da Secretaria Municipal de Cultura de Paraty, em 01 de outubro de 2015.

<sup>251</sup> Graça Braga. Informação pessoal à autora em 03 de outubro de 2015.

<sup>252</sup> LEI COMPLEMENTAR Nº 010/1994 – Quadro de cargos e empregos da Prefeitura Municipal de Paraty. Disponível em: <[http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/painel/Leis/1994/Lei\\_Complementar\\_10\\_1994.pdf](http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/painel/Leis/1994/Lei_Complementar_10_1994.pdf)>. Acesso em 03 de outubro de 2015.

Santos), líder quilombola e membro do Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra-Paraty-Ubatuba, como responsável pelo órgão gestor da cultura. Ronaldo é professor, ajudou a criar a Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho e foi o primeiro presidente da Associação das Comunidades Remanescentes dos Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ). Sua gestão foi marcada, principalmente, por dar voz aos movimentos sociais.

Contudo, após um ano (aproximadamente) passou a pasta para Cristina Maseda. Ambos os secretários são da cidade e representam uma transformação étnica e de gênero. Visto que, estes cargos públicos muitas vezes foram ocupados por pessoas que vinham morar na cidade e possuíam maior qualificação institucional. Cristina, formada em Comunicação Social pela Universidade de Taubaté/SP (UNITAU) cursou suas pós-graduações na Espanha, trabalhou onze anos como coordenadora geral da Flipinha (programação infantil da Flip, que se tornou Ponto de Cultura federal em 2010) e de 2013 a 2014 foi Diretora Presidente da Associação Paraty Cultural, que faz a gestão da Casa da Cultura de Paraty, maior equipamento público da cidade com uso regular.

Uma das propostas desta gestão é organizar o Sistema Municipal de Cultura. Paraty aderiu ao Sistema Nacional de Cultura em novembro de 2014 e busca estabelecer uma gestão compartilhada de políticas públicas entre as esferas governamentais e a sociedade civil. De acordo com Cristina Maseda<sup>253</sup>, as gestões anteriores a 2010 não foram tão atuantes na área cultural porque o turismo era mais valorizado. Porém, mesmo com a separação das duas pastas o turismo recebe verba orçamentária muito maior que a cultura e gere os eventos e festas de grande porte. Cristina acrescenta, que após a posse do Prefeito “Casé” algumas áreas avançaram bastante:

As comunidades tradicionais avançaram com os fóruns, mas faltam ações concretas nas comunidades. *Uma observação relevante é que nas rodas democráticas as comunidades distantes não apontaram demandas na área da cultura porque enfrentam dificuldades básicas muito mais importantes.* A Secretaria de Cultura precisava de um gestor cultural porque antes era uma “política de balcão”. Política pública não é feita só pelo poder público, precisamos compartilhar. Paraty é uma cidade da exclusão porque tem oferta, mas as pessoas não se apropriam. Nega o que tem e valoriza o que é veiculado nos veículos de massa. Não existe uma rede cultural local. Ainda há uma grande dependência ao governo, principalmente, por causa dos anos com grandes *royalties*. (Cristina Maseda, Secretária Municipal de Cultura. Informação pessoal à autora em 21 de setembro de 2015 – [grifo meu]).

---

<sup>253</sup> Informação pessoal à autora em 21 de setembro de 2015.

O setor cultural em Paraty, neste ano de 2015, está marcado por diversos cortes orçamentários como praticamente em todos os estados e municípios do país. A partir de um diálogo com a Secretária Municipal de Cultura de Paraty, Cristina Maseda, podemos compreender que além da diminuição do repasse dos governos estadual e federal houve corte no recebimento de *royalties* (número significativo para financiamento de trabalhos da pasta). A cidade possui uma considerável vitalidade cultural – com 52 festas e eventos<sup>254</sup> no calendário oficial<sup>255</sup>. Não obstante, carece de instrumentos para viabilizar a sustentabilidade dos atores culturais, marcados pela falta crônica de repasse democrático de verbas, ausência de equipamentos culturais que viabilize a convivência cultural e artística, ausência de política municipal para a cultura efetiva e informalidade institucional de grupos, manifestações e artistas.

A diminuição de verba é acentuada na pasta da cultura e para que o setor continue com sua vitalidade é necessário pensar em formas para viabilizar o desenvolvimento sustentado. Diversos pesquisadores pensam em modelos para que a cultura se estabeleça reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e a tomando como um direito do cidadão. Essas ideias se baseiam na concepção tridimensional da cultura – simbólica, cidadã e econômica –, dimensões estabelecidas pelo MinC como fundamento da Política Nacional de Cultura. Não obstante, é necessário pensar em formas específicas de gerir a cultura dialogando com modelos e reconhecendo potencialidades internas. No caso de Paraty, podemos apontar as festas tradicionais que se organizam ciclicamente para a realização dos ritos e festejos e não necessitam diretamente de recursos de governo ou privado para sua realização.

É importante reconhecer que as grandes festas e eventos “de fora” trazem alguns benefícios sociais e culturais, como por exemplo, a Flip, que estimula a leitura – estabelecimento da lei hora aula e distribuição de livros para as bibliotecas escolares – e traz importantes discussões à cidade. Contudo, é necessário refletir o papel do envolvimento de todos os eventos com a vida cultural local. Até que certo ponto a valorização da cultura local não se estabelece mais como uma “standardização” do que um valor em si?

---

<sup>254</sup> [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/04/politica/1436039196\\_544016.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/04/politica/1436039196_544016.html). Acesso em 07 de julho de 2015.

<sup>255</sup> No calendário oficial de turismo e cultura de Paraty não encontram-se todas festas e eventos que ocorrem na cidade. Estão ausentes, principalmente, festejos tradicionais de comunidades e aparecem aqueles considerados de maior relevância turística.



O estabelecimento de uma lei que regularize a interação entre todos os eventos e a cidade seria mais um passo para que o território não seja “palco” de tendas e que os eventos deixem mais contribuições para a vida cultural local. Na Figura 26, abaixo, podem ser observados os principais locais onde são realizadas festas e eventos e no Gráfico 2 e Tabela 5, estão destacados os festejos concentrados no bairro histórico<sup>256</sup> de Paraty:



- |                      |                            |
|----------------------|----------------------------|
| 1 - Igreja Matriz    | 4 - Estacionamento Público |
| 2 - Praça da Matriz  | 5 - Areal do Pontal        |
| 3 - Quadra da Matriz | — Centro Histórico         |

**Figura 26 – Foto aérea do bairro histórico de Paraty e arredores. As festas e eventos culturais, em grande parte, se concentram nos números 3, 4 e 5. Foto: Arquivo pessoal em agosto de 2014.**

<sup>256</sup> Acontecem no bairro histórico eventos esportivos, entre outros, não referenciados aqui.

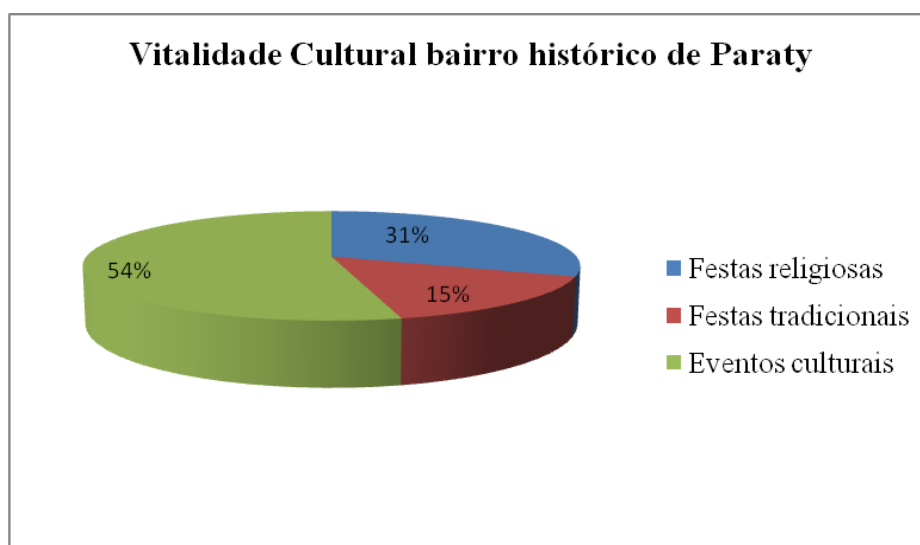


Gráfico 2 - Vitalidade Cultural do bairro histórico de Paraty

<b>Vitalidade Cultural do bairro histórico de Paraty</b>		
<b>Festas religiosas</b>	<b>Festas tradicionais</b>	<b>Eventos culturais</b>
Festa do Divino	Carnaval	Viva o Verão Paraty (Promovido pela Prefeitura Municipal de Paraty)
Festa de Santa Rita	Festival da Cachaça, Cultura e Sabores de Paraty	Encontro de Ceramistas
Festa de Nossa Senhora dos Remédios	Aniversário da cidade	Bourbon Festival Paraty (Festival de Jazz e Blues)
Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	<i>Réveillon</i>	Dança Paraty <sup>257</sup>
Festa de Nossa Senhora das Dores*		Flip (Festa Literária Internacional de Paraty)
Semana Santa		Encontro de Aquarelistas
<i>Corpus Christi</i>		Paraty Em Foco (Festival de Fotografia)
Folia de Reis		MIMO (Festival de Música Instrumental em cidades históricas)

<sup>257</sup> Apenas a edição de 2015 foi realocada para o CIEP Dom Pedro II por falta de verba para custear tenda, entre outros.

		Yma Guaré Mitos e Lendas Indígenas
		Paraty Eco Festival (Moda Sustentável)
		Folia Gastronômica
		Paraty Latino (Música Latina)
		Festival Tollosa (Bandas Independentes)

**Tabela 5 - Vitalidade cultural do bairro histórico de Paraty - festas religiosas, tradicionais e eventos culturais. Informações coletadas a partir de experiência pessoal e complementadas através do “Calendário Turístico Cultural de Paraty”. Disponível em: <<http://www.pmparaty.rj.gov.br/>>. Acesso em 03 de outubro de 2015.**

A “política cultural”<sup>258</sup> de Paraty atualmente pode ser entendida mais como uma “política de eventos” do que uma política cidadã, reflexo da política nacional que nas últimas duas décadas incentiva grande parte de projetos culturais através de recursos da renúncia fiscal. Para diversos eventos que ocorrem ao longo do ano, além da Prefeitura Municipal de Paraty disponibilizar o espaço contribui com verba orçamentária para sua execução. Quais são os parâmetros para um evento receber investimento interno? Com uma lei de eventos construída democraticamente – com a população participando dos processos decisórios – não haverá favorecimentos de governo ou ações mediadas por interesses privados para utilização do dinheiro público e nem descontinuidades de financiamento cultural. Também haverá um uso orgânico dos bens e serviços da cidade vendo a cultura como a alma da sociedade e fundamental para o desenvolvimento humano.

Podemos compreender que a falta de uma política pública para a cultura em Paraty gera uma competição entre as manifestações, agentes e grupos culturais e uma dependência direta a gestão municipal, como pode ser observado na afirmação feita anteriormente pela Secretária Municipal de Cultura, Cristina Maseda, e resgatada aqui: “Não existe uma rede cultural local. Ainda há uma grande dependência ao governo [...]”<sup>259</sup>. Pelo tamanho geográfico da cidade e pelas costuras territoriais a construção de uma rede cultural local seria importante forma de potencializar os atores sociais e culturais e descentralizar os usos dos recursos para a cultura.

<sup>258</sup> Não existe uma Política Cultural Municipal institucionalizada, a Secretaria de Cultura está em processo de composição às demandas do Sistema Nacional de Cultura (p. 166).

<sup>259</sup> (*Ibidem*).

Em uma experiência de articulação cultural em meados de 2015 no projeto “Territórios Criativos”<sup>260</sup>, com grupos de ciranda, Jongo Campinho da Independência, Coral Indígena “Itaxim” (Paraty-Mirim) e Maracatu Palmeira Imperial, pude observar que há diálogo entre alguns componentes dos grupos. Percebi que há estratégias de fortalecimento das diferenças existentes, das contraposições e rivalidades entre os mesmos. Contudo, era comum nas narrativas que há dificuldade em manter as manifestações culturais e que a Prefeitura – principal contratador – não os convidava para participar de festas e eventos. Segundo María Adelaida Jaramillo González (2011):

Aproximar-se do planejamento e das políticas públicas com base em uma abordagem de redes implica um processo no qual devem ser estabelecidas relações informais, descentralizadas e horizontais, conforme a complexidade social, que permitam superar as fronteiras entre o público, o privado e o não governamental, e que reconheçam os desafios do mundo globalizado, o que garante, conforme Kenis e Schneider, maior legitimidade, acordo e participação. (GONZÁLEZ, 2011, p. 71).

Neste sentido, compreendemos que o Estado tem papel fundamental para estabelecer estes mecanismos de troca no território, propiciando diálogo entre o “local” e o “global”, entre produto cultural e o bem cultural, entre o patrimônio reificado e a cidade híbrida. Estes são alguns dos diálogos interculturais, que precisam ser compreendidos pela comunidade para fortalecer os agenciamentos culturais. Um desafio na constituição de redes em localidades pequenas são os jogos de poder. As participações dos atores sociais se estabelecem com um apego vicioso de algumas lideranças, com discursos encerrados e posturas muitas vezes estáticas.

De acordo com Luís Perequê, ativista cultural paratiense, a cultura local precisa respirar e conviver entre si para continuar existindo. Neste caso, necessita de um “Defeso Cultural”<sup>261</sup>, alegoricamente como ocorre com o “Defeso do Camarão” e o “Defeso da Sardinha”, que proíbe a pesca de suas espécies em época de reprodução. Em certo sentido concordo com ele, acredito que estabelecer a cultura apenas como produto cultural para o turismo gera, em certo momento, uma artificialidade dos sentidos. “Além disso,

---

<sup>260</sup> Articuladora Local em Paraty do Projeto Prospecção e Capacitação em Territórios Criativos – MinC/UFF (2015).

<sup>261</sup> MOVIMENTO DEFESO CULTURAL. Disponível em: <<http://luispereque.blogspot.com.br/p/defeso-cultural.html>>. Acesso em 03 de outubro de 2015.

num quadro de crescente estandardização mundial de marcas, bens e serviços, os produtos culturais, que têm entre suas características a singularidade, a unicidade e a raridade, tendem a ser valorizados, pois quanto mais raro um produto, maior o seu preço. Isso vale também para sítios de valor histórico, artístico e paisagístico e para o patrimônio cultural em geral, que são fortes atrativos para o turismo e para o entretenimento. (SNC, 2009, p. 12).

Tomemos como exemplo a Ciranda. Contam os mais velhos que, nas praias e nas roças os caiçaras e caboclos faziam os bailes conhecido como “Chiba” (ou “Xiba”). Durante toda a noite festejavam a pesca ou colheita farta. Era o momento de encontro, alguns moradores “iam pelo caminho”<sup>262</sup>, outros em embarcações para comunidades vizinhas. Lá contavam e cantavam, rimando, causos. Segundo Seu Dedé<sup>263</sup>, “o baile era dentro de casa para bater o tamanco no assoalho, só quando tinha muita gente que ia pro terreiro. Depois que mudamos pra cidade, em 1956, íamos muito para o ‘PAC’<sup>264</sup> ou para a Associação Rural”. Assim, este era um momento de sociabilidade em que cada dança em grupo (“Ciranda”, “Canoa”, “Cana-Verde”, “Arara”, “Marca de lenço”, “Felipe”, “Caranguejo”, “Flor do Mar”, “Maria põe o barco n’água”, “Tontinha”, “Caboclo Velho”, “Tira o chapéu” entre outras) representava um momento na festa, como, por exemplo, para namorar, festejar ou dar a despedida.

“A fogueira ia até altas horas com batata doce, mandioca, cará e fruta-pão, tudo assando. A gente cortava bambu verde e colocava pra estourar, era uma festa. Mas, com a igreja evangélica o pessoal parou de dançar e os jovens foram crescendo sem lembrar” (*Ibidem*). Essas memórias foram narradas ali no Largo da Santa Rita quando dançávamos<sup>265</sup> uma ciranda na alvorada do dia com barqueiros a olhar. Uma iniciativa para atrair mais jovens a participar desta manifestação cultural, que hoje é conhecida popularmente como Ciranda e tem muitas danças quase esquecidas.

Como apontado no capítulo 2, hoje a Ciranda possui um caráter que se aproxima ao espetáculo (apresentações musicais em festas e eventos) e acontecendo com menor frequência para encontro dos mestres, como pode ser observado na fala de Seu Osmar Freitas:

<sup>262</sup> Expressão caiçara para dizer que a viagem era a pé.

<sup>263</sup> Benedito José de Sousa, barqueiro, ex-morador da comunidade costeira Pouso da Cajaíba e atual morador do bairro urbano Ilha das Cobras. Informação pessoal à autora em 11 de julho de 2015.

<sup>264</sup> Paratiense Atlético Clube, localizado onde atualmente é a Casa da Cultura de Paraty.

<sup>265</sup> Grupo de dança “Balanceia na Ciranda”. Intervenção urbana em 11 de julho de 2015.

Os mestres de ciranda estão se acabando. São poucos que ainda sabem rimar e versar. É preciso manter o fogo aceso da tradição com rodas de ciranda espontâneas. O grande problema é o pagamento de cachê. O grupo está condicionado a tocar e receber. O que nem sempre é investido em materiais e para a manutenção dos grupos. Infelizmente, não dou cinco anos para a ciranda acabar. A folia se tornou mais forte do que a ciranda, pois ela é fé. Hoje não se vê o pessoal se reunindo para tocar uma ciranda. (Seu Osmar Freitas, integrante do grupo de folia e ciranda “Velha Guarda”. Informação pessoal à autora em 22 de julho de 2015).

Existem ainda algumas apresentações espontâneas, como de Seu Verino e Seu Dito da Laranja em ruas do bairro histórico para arrecadar dinheiro e vender seus CDs. Cabe ressaltar que os modos de viver em comunidade foram alterados ao longo dos anos, logo os encontros também se alteram. Observamos que em determinados momentos os grupos de ciranda competem entre si para participar da programação oficial da Prefeitura, já existindo em outra gestão um rodízio entre eles. Nos dias que seguem, a Casa da Cultura de Paraty realiza uma Oficina de Ciranda com aulas específicas para construção de rima, uma das demandas mais comuns entre os jovens cirandeiros. A ciranda permanece no tempo e espaço porque é uma manifestação cultural que integra o imaginário paratiense. Estas alterações permearam sua (re)existência.

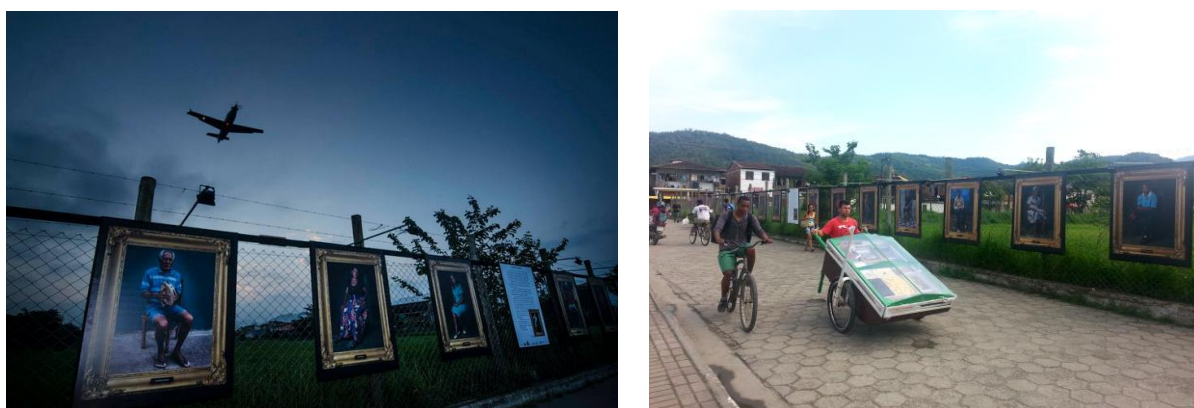
Quando Luís Perequê reflete sobre o “Defeso Cultural” não seria deixar de viver a manifestação cultural, pelo contrário, seria o momento de cuidar do bem cultural. É problemático pensar este momento como pausa, visto o caráter dinâmico da cultura. Portanto, estabelecer mecanismos para que os mestres vivam e ensinem o ofício pode representar uma forma sensível de valorização da manifestação, pois ao passo que se estabelece um mecanismo de transmissão do saber também legitima o valor do patrimônio cultural imaterial. Esta poderia ser uma diretriz contida numa “Lei de Mestres Cirandeiros”, a qual não reproduziria um “reconhecimento” pautado em cachês esporádicos.

Foi criado o Projeto de Lei “Mestres da Cultura Popular”, nº 056, em outubro de 2013. De acordo com Thereza Dantas<sup>266</sup>, esta seria uma lei democrática baseada nas leis do Nordeste (Ceará, Paraíba e Pernambuco) e contaria com um trabalho de transmissão. O reconhecimento do mestre seria baseado no Prêmio “Culturas Populares”. Durante a escrita desta lei o setor jurídico municipal acompanhou de perto, porém a Câmara Municipal apenas fez leitura popular e não deu continuidade no processo.

---

<sup>266</sup> Informação pessoal à autora em 07 de outubro de 2015.

Uma transformação social que reconheça a cultura não necessita iniciar com grandes ações ou leis, que “quebrem as fronteiras”, como o projeto do arquiteto Marinho Velloso apresentado no capítulo 1. Podemos apontar mecanismos para reocupá-las ou aproximá-las de nosso cotidiano. Uma demonstração deste entendimento é a realização de uma exposição ao ar livre no “Campo de Aviação” (local apresentado no capítulo 1 como fronteira material e simbólica no território de Paraty) inaugurada em 23 de setembro de 2015, em conjunto entre a Secretaria Municipal de Cultura, Galeria Zoom de Fotografia, Associação de Moradores dos bairros Ilha das Cobras e Núcleo de Novas Mídias, Artes e Tecnologia, que pode ser observada nas imagens abaixo:



**Figura 27 – Exposição “Gente Daqui” no “Campo de Aviação” de Paraty. Foto 27a: Divulgação Prefeitura Municipal de Paraty. Foto 27b: Arquivo pessoal em 03 de outubro de 2015.**

Esta exposição marcou o início do Festival Paraty em Foco e levou à Praça da Paz alguns dos moradores retratados e suas famílias. Ao todo foram quatorze antigos moradores homenageados, indicados pelas associações de bairro, que tiveram entrevistas e depoimentos registrados com foco na relação entre sua trajetória e a história do lugar. Os moradores foram fotografados pelo fotógrafo Giancarlo Mecarelli, organizador do evento e residente em Paraty. O texto foi elaborado pelo historiador paratiense Diuner Mello, que possui na cidade legitimidade na fala histórica. Ao mesmo tempo em que esta exposição é uma atuação pontual ela se torna importante por inaugurar ações que visem valorizar e legitimar o valor do patrimônio cultural imaterial de Paraty para além das famílias tradicionais do bairro histórico.

De acordo com aproximadamente 30 leis encontradas no Site da Câmara Municipal<sup>267</sup>, não existe uma lei específica para a cultura em vigor, sendo base apenas a Lei Orgânica. A Lei nº 1997/2015 que estabelece o Sistema Municipal de Cultura foi aprovada em abril de 2015. Na Lei Orgânica de Paraty<sup>268</sup>, promulgada em 05 de abril de 1990, há referência à proteção do patrimônio cultural material – referente às edificações coloniais tombadas nacionalmente – com isenção fiscal aos proprietários, proteção aos documentos, obras e outros bens de valor histórico e proporcionar meios de acesso à cultura.

Entretanto, não fica explícito como será disponibilizado recurso para este acesso. Assim como, não é feita referência à preservação do patrimônio cultural imaterial, somente há um artigo que referencia a cultura caiçara: “O Município assegurará às comunidades caiçaras o exercício de suas atividades dentro dos padrões culturais historicamente estabelecidos, com a adequada proteção às suas áreas de uso comum e ao seu meio ambiente” (*Ibidem*, Art. 198, p. 66), assim como existe a Lei nº 1206, 200, que institui 22 de agosto como o Dia da Cultura Caiçara. Observa-se que, na Lei há um capítulo (*Ibidem*, Título V, Capítulo I, Art. 216, p. 71) exclusivo para as comunidades indígenas e não foi encontrada nenhuma referência às comunidades de remanescentes quilombolas.

A Emenda à Lei Orgânica nº 013/2000 (*Ibidem*, p. 77), “Da Cultura e do Patrimônio Histórico”, constitui-se de seis artigos. Os Art. 246 e 248 estabelecem a cultura como um direito do cidadão referenciando que todos os cidadãos são “agentes culturais” e terão incentivo democrático para seu exercício cultural e acesso às fontes de cultura (bibliotecas, museus, arquivos, entre outros). O Art. 247 define que “o Município estimulará os empreendimentos privados que se voltem à preservação e à restauração do patrimônio cultural e histórico do Município”.

No Art. 249, o Município se obriga a construir e manter arquivo público próprio. No Art. 250, poder público, com a colaboração da comunidade, “promoverá e protegerá o patrimônio histórico, artístico e cultural municipal, bem como paisagens naturais, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação”. Por último, o Art. 251 propõe a existência de programas de

---

<sup>267</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY. Disponível em: <[http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/busca\\_leis.php](http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/busca_leis.php)>. Acesso em 05 de outubro de 2015.

<sup>268</sup> LEI ORGÂNICA DE PARATY. Disponível em: [http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/docs/lei\\_organica.pdf](http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/docs/lei_organica.pdf). Acesso em 30 de setembro de 2015.



incentivo “à leitura, a pesquisa científica, a manifestações culturais e artísticas, de promoção de eventos culturais, feiras científicas e de divulgação da cultura local, dos seus vários grupos étnicos, todos voltados ao incremento da cultura popular” (*Ibidem*, p. 77-78).

Nestas observações, vê-se que a legislação para a área cultural de Paraty precisará apontar mecanismos de reconhecimento das múltiplas identidades, fortalecimentos dos atores culturais, fomento, descentralização, autonomia, circulação, fruição e constituição de uma rede cultural, como citado anteriormente. Precisar disponibilizar equipamentos culturais (ressalta-se a existência apenas da Casa da Cultura de Paraty) que receba a vitalidade cultural local e apontar formas estreitas para a reapropriação do patrimônio cultural material (bairro histórico). Como também, referenciar os direitos culturais contidos na Constituição Federal de 1988 (CF/88)<sup>269</sup>, entre eles:

[...] o direito à identidade e à identidade cultural (Art. 18, parágrafo 4º, Art. 215, Art. 216 e Art. 231); o direito à livre criação (Art. 5º, IV e Art. 220, caput); à livre fruição ou acesso (Art. 215, caput); à livre difusão (Art. 215, caput) e à livre participação nas decisões de política cultural (Art. 216, parágrafo 1º); o direito autoral (Art. 5º, XXVII, XXVIII e XXIX) e à cooperação cultural internacional (Art. 4º, II, III, IV, V, VI, VII, IX e parágrafo único). (SNC, Sistema Nacional de Cultura, 2009, p. 9).

Sabe-se do importante papel do setor privado na movimentação da cultura. Entretanto, é papel do Estado fornecer estes mecanismos para participação cultural na esfera material e simbólica. A CF/88 é explicitamente avançada no que tange a cidadania cultural. Neste sentido, ao reconhecer e constituir estes direitos como meta municipal cria-se um princípio de colaboração com a proposta nacional. Esta é a ideia primordial do Sistema Nacional de Cultura, estabelecer elos – comuns sobre as políticas públicas – de cooperação entre as três esferas governamentais. A partir de 2003, a Política Nacional da Cultura começa a ser fomentada por uma concepção tridimensional da cultura – simbólica, cidadã e econômica –, “essas três dimensões, que incorporam visões distintas e complementares sobre a atuação do Estado na área cultural, inspiram-se nos direitos culturais e buscam responder aos novos desafios da cultura no mundo contemporâneo” (*Ibidem*).

Essa concepção como elemento central do SNC e do Plano Nacional de Cultura, torna-se uma Política de Estado. Neste sentido, ao pensarmos o desenvolvimento humano e social que acolha a cultura e não seja baseado pelo consumo exacerbado de bens materiais

<sup>269</sup> CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em 30 de setembro de 2015.

estabelecemos elo com a cultura cidadã, que garante a cultura como direito em todas as dimensões de participação. Também, com a dimensão econômica, baseada em três formas: como sistema de produção, como elemento estratégico para a economia e como um conjunto de valores e práticas. A cultura como dimensão simbólica se aproxima do entendimento antropológico do conceito:

A dimensão simbólica está claramente expressa na CF/88, que inclui entre os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, todos os “modos de viver, fazer e criar” dos “diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Art. 216). (SNC, 2009, p. 10).

A Lei nº 1997/2015<sup>270</sup> ao estabelecer o Sistema Municipal de Cultura de Paraty (SMC) – aprovada em abril de 2015 – se baseia nesta noção tridimensional da cultura. No Artigo 1º da lei consta que “esta lei regula em conformidade com a CF/88 e a Lei Orgânica do Município, o SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, em pleno exercício dos direitos culturais”. E segue, nos outros artigos estabelecendo os parâmetros para articulação e formas de gerir o SMC. Contudo, não há referências às outras demandas do setor.

De acordo com Gabriella Gouveia Pinto<sup>271</sup>, Supervisora de Planejamento Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Paraty, o primeiro passo para a instauração do SMC na cidade se deu com a deliberação nº 457 de 1971, no entanto não foi encontrado um lei referente à ela assim como contém premissas que não se adéquam ao caráter democrático atual. Neste sentido, complementa Gabriella, “a deliberação de 1971 precisava ser revogada porque contém características de uma ‘ditadura’ como, por exemplo, o prefeito nomear onze conselheiros”.

A diversidade e hibridização cultural existente dentro do município de Paraty deverão fazer com que a gestão pública para cultura encontre um meio de atender as diferentes frentes. Como observado no capítulo 1, não é possível generalizar tanto a população central da cidade quanto as comunidades rurais e costeiras, pois cada grupo social se constituiu de maneiras diferentes. Assim como, as políticas públicas não podem ser

---

<sup>270</sup> Disponibilizada por Marcos Maffei, diretor de projetos da Secretaria Municipal de Cultura de Paraty, em 01 de outubro de 2015.

<sup>271</sup> Informação pessoal à autora em 03 de outubro de 2015.

estáticas, pois ao longo de todos os anos os seus sujeitos se reconstituem culturalmente (adaptando hábitos, fazeres, pensamentos e modos).

A partir disso, torna-se fundamental que esta recente Secretaria Municipal de Cultura elabore um mapeamento da cultura local, material e imaterial. Será desta forma que o gestor cultural, independente de gestão, com ajuda do conselho compreenderá o outro e suas peculiaridades. Podendo propor ações, programas, diretrizes e elaborar políticas com base nas ações e atividades culturais desenvolvidas, que vão além das tradicionais, já conhecidas. Com estas falas, mais próximas das comunidades, se reforçará um processo de democratização cultural, já estabelecido pelo SMC.

A dificuldade de uma efetiva participação popular nas discussões culturais do município não está relacionada somente com as peculiaridades dos atores sociais e culturais, é necessário que o gestor responsável pelo setor veja apontamentos básicos em suas prioridades. Afinal, lidar com a gestão da diversidade cultural não é como somar as partes para ter um resultado. Por mais dedicado e ponderado que seja o gestor, sem um entendimento sensível de cultura, patrimônio e política torna-se conflituosa sua atuação, podendo muitas vezes ter a verba da cultura empregada em eventos pontuais de massa ou em ações patrimoniais que não representam os anseios da comunidade local. Portanto,

Este é o grande desafio colocado para todos os agentes que participam desta relação entre Estado e produção cultural, que é o de gerir a diferença e conflito, a dissensão e a discórdia, sem querer reduzi-los ou apagá-los, mas aceitá-los como índice de potência e de pujança. Não apenas dizer o múltiplo, mas fazer o múltiplo, aceitar e conviver com o entre-lugares, com o que não se define, com o que não se identifica, com o que é transitório e transitivo, transa, transe, transado... conviver com o fracasso das dialéticas, afirmar a convivência e coexistência dos contrários do múltiplo no Uno, da diferença na semelhança, do planetário no local e do local no universo, pois cultura no fundo não existe, existem trajetórias culturais, fluxos culturais, que só se tornam culturas quando sedentarizados, territorializados [...]. (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 77-78).

Nos capítulos anteriores foi realizada uma análise da construção histórica do território em questão, sua expansão e a relação com os atores sociais e culturais. A intenção neste momento foi gerar uma discussão sobre como uma cidade patrimônio, com ações voltadas principalmente ao patrimônio tangível, pode simbolicamente e materialmente gerar uma segregação e invisibilidade social na cidade contemporânea. No apanhado cronológico, pontuando além dos momentos históricos as ações patrimoniais, institucionais e informais,

que tentam titular Paraty como Patrimônio da Humanidade na categoria de “Paisagem Cultural”, reconhecendo os potenciais culturais e naturais, pode ser observado a ausência de ações ou políticas que integrem o patrimônio cultural imaterial.

Tanto sua candidatura quanto as ações de “patrimonialização”, que estimularam seu potencial turístico e histórico, legitimam uma narrativa colonizadora e “mitológica” excludente do “ciclo do ouro” (momento reconhecido pelos modernistas como início de uma “brasilidade”). Como pode ser observado na pesquisa de Aline Vieira de Carvalho (2009):

A partir do Dossiê enviado à Unesco, a cidade de Paraty se torna um sinônimo do Caminho do Ouro. Como dito na própria entrevista de Costa, “Paraty é muito mais bonita do que o Caminho, mas por aquelas pedras passaram uma revolução”. Desta forma, a memória oficial da cidade é enquadrada (Pollak, 1989); reduzida a uma história escolhida sobre a exploração do ouro. Não se menciona a pobreza ou mesmo a escravidão, mas a penetração da cultura europeia no interior do Brasil e a riqueza que o caminho teria proporcionado não apenas a Portugal, mas também a Inglaterra e ao próprio Vaticano. A memória de Paraty passa a ser narrada de forma coesa e estável para conquistar o título de Patrimônio da Humanidade. Título que, de acordo com Costa, traria imensas transformações à cidade. Afinal, Paraty passaria a fazer parte da lista de lugares especialíssimos. Ela estaria ao lado das Pirâmides do Egito, do Templo de Amon e da Muralha da China (Costa, 2003). Com tanto status seria mais fácil conseguir promover ações de proteção à cidade. (CARVALHO, 2009, p. 77).

Contudo, de acordo Jardel Sandy da Silva (2013) esta “patrimonialização” segregando os monumentos históricos de seus atores sociais está se findando porque o dossiê de candidatura à “Paisagem Cultural” reconhece as múltiplas identidades do território.

Inicialmente, apenas o centro histórico daquela cidade associado ao período do Ouro e do Café, foi patrimonializado. Num segundo momento as políticas de preservação passaram a resguardar também a fauna e a flora locais numa perspectiva paisagística. Posteriormente, reconheceu-se o valor ecológico da região, quando da criação de diversas áreas de proteção ambiental. E, atualmente, momento em que a cidade almeja o título de Paisagem Cultural Mundial, surge estratégias de preservação e reconhecimento de grupos até então marginalizados, como os caiçaras e um antigo povoado de escravos (quilombo), bem como as práticas culturais destes grupos. A relação do centro histórico com a baía e o Caminho do Ouro também tem sido incorporada nos discursos dos dossiês das candidaturas a Patrimônio Mundial que a cidade vem apresentando a UNESCO nos últimos anos. (SILVA, 2013, p. 3).

O discurso de valorização dos bens simbólicos da comunidade precisa ser compreendido e apropriado pela mesma para não seja mais feito usos de toda e qualquer possibilidade que o território dispõe, acarretando um “aprisionamento” monofuncional do

território. Como também, no uso excessivo de recursos naturais sem planejamento. No entanto, a partir de políticas públicas e ações culturais que incluem os moradores na preservação as tensões e contradições permeadas no cotidiano urbano tendem a atenuar.



**Figura 28 – As Paratis. Figuras 28a e 28b: Bairro histórico. Figuras 28c e 28d: bairro Parque da Mangueira. Arquivo pessoal em 03 de outubro de 2015.**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“só investigamos de verdade o que nos afeta [...] [e] afetar vem de afeto”<sup>272</sup>*

Este trabalho, construído através de uma perspectiva multidisciplinar, representa a possibilidade de examinarmos as interações sociais, culturais e urbanas da cidade de Paraty, no estado do Rio de Janeiro. A busca desta verificação se baseou na compreensão da heterogeneidade social e cultural, entendendo os diversos aspectos da vida e como os indivíduos se apropriam de um determinado território e como convivem entre si.

A escolha por Paraty se deu por laços de afetividade. O amor que sinto por esta cidade movimentou todos meus trabalhos acadêmicos. Nos anos posteriores à graduação, trabalhando como produtora cultural na cidade, refletia como a cultura parecia se tornar um “subproduto” para o turismo. Via manifestações populares como a ciranda, contada pelos mais velhos como momento de encontro, existirem apenas como apresentações esporádicas em eventos. E, os eventos com pouca interação com a comunidade local.

A cultura é um processo de construção social e todos seus enclaves participam de estratégias, com aceitação e resistência, para se reelaborarem. No início da pesquisa estava naturalizada em mim a polarização entre as produções culturais aqui abordadas. Por mais esforço que fazia no sentido de eufemizar meu posicionamento contrário aos eventos, como a Flip, ficava explícita minha posição.

É sem constrangimento, portanto, que assumo a dificuldade que tive em exercitar a cidade plural, pensada sem uma identidade cultural fixa. Percebo que o “localismo” presente em mim, e em outras vozes do lugar, estava intrinsecamente ligado a uma resistência pela ausência. Desta forma, procurei, durante a elaboração das narrativas, distanciar meu olhar de uma polarização isolada e pensar nas potencialidades que as trocas entre estas duas produções culturais são capazes de gerar.

A construção de narrativas do lugar nos mostrou fios tensionais entre seus atores sociais. Apontando em certos momentos para pessoas com legitimidades de fala, os guardiões da memória e da tradição. Contudo, revelou também a insatisfação de atores que não

---

<sup>272</sup> Afirmação de Martín-Barbero inspirado pelas palavras do pesquisador italiano Antonio Gramsci. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 25).

participam da construção desta história cultural oficial e apontam discordâncias com a realidade de seu tempo.

A partir de pensadores da geografia, como Rogério Haesbaert, podemos compreender brevemente como se estabelece o poder influenciador das interações sociais e como a dominação do espaço é capaz de construir e reconstruir territórios. Esta ideia transita pelos três capítulos apresentados aqui. No capítulo 1, a expansão urbana de Paraty caracteriza uma desterritorialização, com a saída de moradores de suas comunidades, e uma nova territorialização com a formação dos bairros no entorno do bairro histórico.

No capítulo 2, observamos como a Festa do Divino e a Festa Literária Internacional de Paraty são capazes de construir territorialidades distintas. Entretanto, se num primeiro momento estas territorialidades foram percebidas como dicotômicas, ao longo do curso da pesquisa esta contestação não se mostrou convergir com as narrativas, que apontavam para interações transversais. A partir deste novo olhar compreendemos estas festas como coautoras da cidade.

No capítulo 3, observamos como a “patrimonialização” de um bairro pode circunscrever “fronteiras” no território e estabelecer novos usos ao solo com polarização econômica, reforçando relações de poder e distinções de classe sociais. Ao passo que, o bem cultural, como as manifestações culturais e festas tradicionais, ligado ao imaginário social do lugar é capaz de realizar um fluxo sazonal com novas territorializações.

A intensa valorização do patrimônio cultural material gerou um estigma de sacralidade ao bairro histórico, tomando-o como uma outra cidade. Esta ideia pode ser entendida por diversos autores como a transformação do espaço em “cidade-shopping”, “cidade-espetáculo”, como complexifica Paola Jacques. A partir da coleta de dados sobre os usos dos casarios coloniais tombados como “Patrimônio Histórico Nacional” (1966), observa-se que há um crescimento na saída do paratiense da área “patrimonializada” com maior ocupação de serviços de alto padrão para atender ao turismo.

Entretanto, nosso entendimento se desvia de uma ideia de segregação e procura incorporar uma costura entre a cidade “passado” e a cidade “presente” com a construção de uma narrativa urbana comum. Para Antônio Risério, o diálogo entre as duas cidades precisa ser estabelecido para e com sua comunidade. Neste sentido, consideremos a narrativa da

terceira cidade baseada na ideia de comunidade imaginada: as “Paratis” (Para mim, ti e nós) sem fronteiras - abarcando a pluralidade e hibridização cultural composta no território.

Uma reinvenção da cidade será, talvez, um mecanismo de construção de uma nova territorialidade, que incorpore o patrimônio cultural imaterial ao patrimônio material. Reconhecer que o desenvolvimento urbano precisa ser pensado através da cultura será um grande passo para a efetivação de políticas públicas para o setor.

A cultura, através de seus encontros, ausências e silenciamentos, se mostra como potencial para costurar redes no território. Talvez, precisemos, apenas, aprender com o “tarrafeiro”, que observa as condições do ambiente e com precisão lança sua tarrafa, costurada circularmente, para recolher uma diversidade de vida.

Esta não é apenas mais uma pesquisa acadêmica sobre Paraty, como ouvi no processo de seleção. É um pouco (muito) de mim. Mas, eu não sou apenas eu. Eu sou muitas caixas que não tem acesso à luz, à escola, à escolha. Sou uma paratiense invisível, que brincava de equilibrar nas correntes, de andar de bicicleta no “Campo de Aviação”, de pique esconde no canhão e que era carregada no carrinho de mão do Cantarele.

Fazer a viagem ao mestrado foi muito além de geograficamente me deslocar, foi tentar descosturar as tarrafas que prendem os pensamentos acadêmicos. Não quero só citar autor, quero citar meu avô, mestre pescador. Estas reflexões não se encerram aqui porque a cultura é como o mar: brinca de mudar a cada novo olhar...

Precisei ignorar as ideias de neutralidade em pesquisa acadêmica. Fica extremamente difícil desconsiderar meu posicionamento porque falo de um lugar que tece cotidianamente minha narrativa enquanto moradora e pesquisadora. Portanto, penso a cidade e suas múltiplas territorialidades a partir dessas vivências no território.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Casimiro de. *No lar*. Livro I, 1851. Disponível em: <<http://www.escritas.org/pt/poema/13088/no-lar>>. Acesso em 02 de março de 2015.
- ABREU, Regina. *A emergência do Patrimônio genético e a nova configuração do patrimônio*. IN: “Memória e Patrimônio – Ensaios Contemporâneos”. Org. Regina Abreu e Mário Chagas. 2003.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Gestão ou gestão pública da cultura: reflexões sobre o papel do estado na produção cultural contemporânea*. In: BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Albino (Org). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: UFBA, 2007. p. 61-86.
- ALLEN, Johnny (Org.). *Organização e gestão de eventos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ARANTES, O. MARICATO, E. VAINER, C. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- BARBALHO, Alexandre; RUBIN, Albino (Org). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: UFBA, 2007.
- BRASIL. *Lei 4007/2002 Art. 1º*, de 11 de novembro de 2002. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/0/80a541c3a5a9d63183256c7d0057bf25?OpenDocument>>. Acesso em 24 de novembro de 2010.
- BREVES, Aloysio. *Pontal da Marambaia - A intervenção no meio ambiente por remanescentes de escravos e a Marinha do Brasil. Dano ambiental, preservação, ou direitos adquiridos pelo quilombolas? História e-história*. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=51>>. Acesso em 06 de junho de 2011.
- BOTELHO, Isaura. *A política cultural e o plano das idéias*. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. – Salvador: EDUFBA, 2007. p. 109-155. – (Coleção Cult).
- BARACHO, Maria Amarante Pastor; REIS, André. *Estado, Cultura e Mercado na era da globalização: Reflexões e Possibilidades*. Belo Horizonte: [S. ed.], 2001. Disponível em: <[http://www.duo.inf.br/culturaonline/arquivos/baracho\\_e\\_reis.pdf](http://www.duo.inf.br/culturaonline/arquivos/baracho_e_reis.pdf)>. Acesso em 17 de maio de 2011.
- BARBALHO, Alexandre. *Textos Nômades: política, cultura e mídia*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Políticas de Cultura – Como poderia o Estado se posicionar diante das novas identidades e diferenças no interior das nações hoje?* SESCSP – Painel Cultura e Pensamento. Programação 2006. Disponível em: <[www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/399.rtf](http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/399.rtf)>. Acesso em 26 de abril de 2011.
- BENJAMIN, Walter. *O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: Magia, técnica, arte e política. Obras escolhidas I. São Paulo, Brasiliense, 1993. p. 197-221.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. *Aprendendo a entrevista: como fazer entrevista em Ciências Sociais*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da

- UFSC, vol. 2 nº 1, 2005, p. 68-80. Disponível em: <[http://www.emtese.ufsc.br/3\\_art5.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf)>. Acesso em 7 de junho de 2011.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BARBOSA, Jorge Luiz. *Cidade e Território: desafios da reinvenção política do espaço público*. Disponível em: <[http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Cidade-e-Territo%CC%81rio\\_Por-Jorge-Luiz-Barbosa.pdf](http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Cidade-e-Territo%CC%81rio_Por-Jorge-Luiz-Barbosa.pdf)>. Acesso em 20 de agosto de 2015.
- BOTELHO, Isaura. *A política cultural e o plano das idéias*. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. – Salvador: EDUFBA, 2007. p. 109-155. – (Coleção Cult).
- BOURDIEU, Pierre. *Efeitos do Lugar* - In BOURDIEU, P. (Org.) *Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.159 a 166.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Sobre o estado: cursos no Collège de France (1989-92)*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar, 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- CAMÕES, Luís Vaz de. *200 Sonetos*. Porto Alegre: L&PM. 1998.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Equívocos da identidade*. Texto da palestra apresentada à Faculdade de Letras da UFMG em 2005.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura, Democracia e Socialismo*. In: *Cidadania Cultural*. São Paulo, Gráfica Bartira, 2007.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*; trad. Luciano Vieira Machado. 3ª Edição. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- CLIFFORD, James. *Experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Org. José Reginaldo Santos Gonçalves. 1. reimpressão. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2002.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARRI, Felix. *Mil Platôs* (Prefácio e Introdução). Rio de Janeiro: Ed 34, 1995. p 7 –37. Disponível em: <http://www.4shared.com/document/EOFPilt4/Gilles%20Deleuze%20Felix%20Guattari%20.html?cau2=403tNull>. Acessado em: 19 de janeiro de 2015.
- DIAS, Reinaldo, *Turismo e Patrimônio Cultural – recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- DOMINGUES, J. L. P. *Programa Cultura Viva: políticas culturais para a emancipação das classes populares*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.
- EAGLETON, Terry, 1943. *A idéia de cultura* / Terry Eagleton; tradução Sandra Castello Branco, revisão técnica Cezar Mortari. – São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- FAUSTINI, Marcus Vinícius. *Guia afetivo da periferia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

296p.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, v. 1 A vontade de saber.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* / Gilberto Freyre. 48ª edição. São Paulo: Global, 2003.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução Flávio Paulo Meurer. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, Gilberto. *Discurso na solenidade de transmissão do cargo de Ministro da Cultura em 02 de janeiro de 2003*. Disponível em: <[http://www.gilbertogil.com.br/sec\\_texto.php?id=3&page=2&id\\_type=3](http://www.gilbertogil.com.br/sec_texto.php?id=3&page=2&id_type=3)>. Acesso em 18 de maio de 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O patrimônio como categoria de pensamento*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ª ed.

Rio de Janeiro: Lamparina, pp.25-33, 2009.

GONZÁLEZ, María Adelaida Jaramillo. *O planejamento cultural a partir da abordagem de redes. Um olhar baseado na experiência de formulação de políticas culturais na Colômbia, da Universidade de Antioquia*. In: Políticas Culturais: teoria e práxis (org.) Lia Calabre. Itaú Cultural, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

GRAFMEYER, Yves. *Sociologia Urbana*. Lisboa: Publicações Europa – América, 1995.

GUELMAN, Leonardo Caravana. *Univvverrso Gentileza*. Rio de Janeiro: Mundo das ideias, 2009.

GUATTARI, E; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: 1996, Vozes.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. 1992. *Mais além da "Cultura": Espaço, Identidade e Política da Diferença*. In: ARANTES, Antonio (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

HAESBAERT, Rogério. *Da Desterritorialização à Multiterritorialidade*. São Paulo: X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <[http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/ap/arquitectura\\_y\\_urbanismo/h20054111314/desterritorializacion.pdf](http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/ap/arquitectura_y_urbanismo/h20054111314/desterritorializacion.pdf)>. Acesso em 01 de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Éster. *O território em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: GEO UERJ, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-modernidade* / Stuart Hall; tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. – Rio de Janeiro: DP&A Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

\_\_\_\_\_. *Notas sobre a desconstrução do “Popular”*. In: SAMUEL, Raphael (Ed.). *People’s History and Socialist Theory*. London: Routledge and Kegan Paul, 1981. Tradução de Adelaine La Guardia Resende.

HOBBSAWM, Eric. “Introdução” In: HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

KEVIN, Lynch. *What Times is This Place?* The MIT Press Cambridge, Massachusetts and London, England: 1972.

- IPHAN. Disponível: <<http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do?id=17995&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em 03 de outubro de 2015.
- JACQUES, Paola. Notas sobre espaço público e imagens da cidade (1). Revista *Arquitextos*, ano 10, julho 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>>. Acesso em 03 de setembro de 2015.
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1908 – *O Pensamento Selvagem*. Campinas, SP: Papuris, 1989.
- LIMA, Deborah Rebello. *De Ponto a Ponto: o desafio da construção, implementação e apropriação de uma política pública e o seu relacionamento com o lugar*. Trabalho de Conclusão de Curso. Produção Cultural: UFF, 2009.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1976. 436 p. (Pensadores(os); v.43).
- MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MARTIN-BARBERO, J. *Ofício de cartógrafo – Travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. Trad.: Fidelina González. São Paulo: Loyola, 2004.
- MATOS, Ananda Barros. *Direito à cidade, plano diretor e gestão participativa: o caso referência de Paraty*. Dissertação de Mestrado em Direito. PUC-Rio, 2011.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a Dádiva*. Sociologia e Antropologia, vol.II, EDUSP, 1974).
- MELLO, Diuner. *Paraty Estudante / Diuner Mello*; Instituto Histórico e Artístico de Paraty e Valle Sul Construtora Ltda.; Guaratinguetá, SP: Frei Galvão Gráfica e Editora, 2006.
- MOURE, Laura. *Mobilidade social e apropriação do espaço de Paraty: 1970 a 2000*. Dissertação de mestrado ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. UFRJ: Rio de Janeiro, 2003.
- NASCIMENTO, Paula C. Fabricante. *RECONSTRUÇÃO DE UM POVO CHAMADO QUILOMBOLA; análise da dinâmica cultural do Quilombo do Campinho, Paraty/RJ*. Trabalho de Conclusão de Curso. Produção Cultural: Universidade Federal Fluminense, 2011.
- OLIVEIRA, Livia de. *O sentido do lugar* (3-16). In: Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia / [Org. de Eduardo Marandola Jr., Werther Holzer, Livia de Oliveira. São Paulo: Perspectivas, 2012.
- PEIRANO, Mariza G. S. *Rituais ontem e hoje*. RJ, Zahar, 2003.
- PELBART, PETER PÁL. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. Iluminuras, 2003.
- PEREIRA, Tatiana A. Selva. *Transculturização, identidade e diferença cultural: análise em O recurso do método e O reino deste mundo, de Alejo Carpentier*. Disponível in: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6674/000533036.pdf?...1>>. Acesso em 07 de outubro de 2014.
- RIBAS, Marcos Caetano. *A história do caminho do ouro em Paraty / Marcos Caetano Ribas*. - : Contest Produções Culturais, 2003.
- RICOEUR, Paul. *A imagem narrativa e problema da identidade pessoal*. Trad. Carlos João Correia. *Arquipélago*, n. 7, p. 177-194, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa*. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1991.
- RISÉRIO, Antônio. *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2013.

- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade*. Novos Estudos Cebrap, 66. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/artigos-em-revistas-cientificas.php>>. Acesso em 03 de outubro de 2010.
- \_\_\_\_\_. *Poderá o direito ser emancipatório?*, Revista Crítica de Ciências Sociais, 65, 3-76. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/artigos-em-revistas-cientificas.php>>. Acesso em 03 de outubro de 2010.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro – São Paulo, Editora Record, 2006.
- SENNET, Richard, 1943. *A cultura do novo capitalismo*/Richard Sennet; tradução Clóvis Marques. – Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SILVA, Jardel Sandy da. *Paraty como patrimônio: a construção de um valor*. III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA. Disponível em: <<http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/article/14/PARATY%20COMO%20PATRIM%C3%94NIO%20A%20CONSTRU%C3%87%C3%83O%20DE%20UM%20VALOR.pdf>>. Acesso em 03 de outubro de 2015.
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito - 1903. In: *Mana* 11 (2):577-591, 2005.
- SNC. *Sistema Nacional de Cultura, 2009*. Proposta de estruturação, institucionalização e implementação do SNC. Secretaria de Articulação Institucional – SAI.
- SOUZA, Maria de Mello e. *Paraty: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Patrimônio Imaterial, Turismo Cultural e Identidade Nacional – uma tentativa de refletir acerca de Parati*. Revista Tempo Brasileiro, nº 147: 141/149, out.-dez., 2001 – Rio de Janeiro.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo, 1983: Difel.
- VELLOSO, Marinho. *Paraty, reconhecimento e projeto*. Disponível em: <[http://www.fau.usp.br/disciplinas/tfg/tfg\\_online/tr/131/a043.html](http://www.fau.usp.br/disciplinas/tfg/tfg_online/tr/131/a043.html)>. Acesso em 05 de maio de 2015.
- YÚDICE, George. *A Conveniência da Cultura – usos da cultura na era global*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006. Tradução Marie-Anne Kremer.
- ZAMBROTTI, Irma. *A menina e a coruja*. Editora VJR, Associados Rio de Janeiro, 1993.
- ZEZITO, Freire. *Paraty no século XX*. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2012.